Relatório
Gestão Anual
2014

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Produrador-Geral de Justiça
Orlando Rochadel Moreira

Corregedora-Geral
Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça

Coordenadora-Geral
Ana Christina Souza Brandi

Ouvirdor
José Carlos de Oliveira Filho

Colégio de Procuradores
Orlando Rochadel Moreira – Presidente
Moacyr Soares da Mota
José Carlos de Oliveira Filho
Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça
Maria Creuza Brito de Figueiredo
Rodomarques Nascimento
Luiz Valter Ribeiro Rosário
Josenias França do Nascimento
Ana Christina Souza Brandi
Celso Luís Dória Leó
Maria Conceição de Figueiredo Rollemberg
Carlos Augusto Alcântara Machado
Ernesto Anízio Azevedo Melo
Jorge Murilo Seixas de Santana
Paulo Lima de Santana

Comissões Permanentes

Assuntos Institucionais
Carlos Augusto Alcântara Machado
Josenias França do Nascimento
Luiz Valter Ribeiro Rosário

Assuntos Administrativos
Rodomarques Nascimento
Celso Luís Dória Leó
Ernesto Anízio Azevedo Melo

Secretário-Geral do MPSE
José Rony Silva Almeida

Assessor-Chefe do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Manoel Cabral Machado Neto

Sergipe. Ministério Público de Sergipe
S484m
Relatório de Gestão Anual 2014 do Ministério Público do Estado de Sergipe – Aracaju: Ministério Público do Estado de Sergipe, 2015
1. Ministério Público 2. Relatório
CDU : 347.921.5

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
AV. CONSELHEIRO CARLOS ALBERTO SAMPAIO, 505 – CENTRO ADMINISTRATIVO GOV. AUGUSTO FRANCO – BAIRRO: CAPUCHO
ARACAJU, SERGIPE – CEP: 49081-0000 – TEL: 79-3209-2400 – *SITE*: www.mpse.mp.br – *E-MAIL*: ouvidoria@mpse.mp.br

"Não chores pelo que perdeste, luta pelo que tens. Não chores pelo que está morto, luta por aquilo que nasceu em ti. Não chores por quem te abandonou, luta por quem está contigo. Não chores por quem te odeia, luta por quem te quer. Não chores pelo teu passado, luta pelo teu presente. Não chores pelo teu sofrimento, luta pela tua felicidade. Com as coisas que vão nos acontecendo vamos aprendendo que nada é impossível de solucionar, apenas siga adiante" "Não chores pelo que perdeste, luta pelo que tens. Não chores pelo que está morto, luta por aquilo que nasceu em ti. Não chores por quem te abandonou, luta por quem está contigo. Não chores por quem te odeia, luta por quem te quer. Não chores pelo teu passado, luta pelo teu presente. Não chores pelo teu sofrimento, luta pela tua felicidade. Com as coisas que vão nos acontecendo vamos aprendendo que nada é impossível de solucionar, apenas siga adiante"

Papa Francisco

Créditos

EDITOR
Ministério Público do Estado de Sergipe

ORGANIZAÇÃO
Orlando Rochadel Moreira
Procurador-Geral de Justiça
Presidente do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH

José Ailton Nunes da Silva
Diretor de Planejamento, Orçamento e Perícia Contábil

Alessandra Souza de Santana
Coordenadora da Divisão Planejamento Estratégico e Projetos

Givanilson Santos de Jesus
Coordenador da Divisão de Acompanhamento Orçamentário e Estatística

Érika Valéria Cabral Tavares Rezende
Assessora da Divisão de Planejamento Estratégico e Projetos

PRODUÇÃO GRÁFICA, DIAGRAMAÇÃO E ILUSTRAÇÃO
Vanderley dos Santos Rodrigues
Assessor da Diretoria de Tecnologia da Informação

Ailla Freire de Azevedo
Estagiária da Diretoria de Tecnologia da Informação

Larissa Virgínia Lemos Menezes
Estagiária da Diretoria de Tecnologia da Informação

Rômulo Sued Teixeira Araujo
Estagiário da Diretoria de Tecnologia da Informação

FOTOGRAFIA
Mirailton Silva Oliveira
Assessor da Divisão de Comunicação, Cerimonial e Eventos

Celene Socorro de Moraes Oliveira
Agente Administrativo

Géssica Santos Souza
Assessora de Eventos

Hebert da Silva Ferreira
Técnico do Ministério Público

Mônica Barbosa Lima Ribeiro
Assessora da Divisão de Comunicação, Cerimonial e Eventos

Paulo José de Freitas Filho
Coordenador da Divisão de Comunicação, Cerimonial e Eventos

Apresentação

É necessário abrir os olhos e perceber que as coisas boas estão dentro de nós, onde os sentimentos não precisam de motivos nem os desejos de razão. O importante é aproveitar o momento e aprender sua duração, pois a vida está nos olhos de quem sabe ver.

Gabriel García Márquez

O presente Relatório de Gestão, peça que compõe a Prestação de Contas do Ministério Público de Sergipe junto ao Tribunal de Contas do Estado, tem o objetivo de dar conhecimento à sociedade das principais informações relativas ao Órgão, referentes ao exercício de 2014, no tocante à gestão administrativa, orçamentária e institucional.

Por se reportar ao 4º e último ano de nosso mandato de Procurador-Geral de Justiça, este Relatório se reveste de singular valor histórico, pelo fato de retratar a continuidade das ações desenvolvidas a partir de 2011, pautadas no desenvolvimento administrativo e tecnológico da Instituição, com o fim específico de apoiar a área fim, em sua missão de bem servir à sociedade sergipana.

O ano de 2014 foi praticamente iniciado com a visita de equipe de Inspeção do Conselho Nacional do Ministério Público, que aqui permaneceu no período de 10 a 14 de fevereiro.

Com o objetivo de detectar eventuais inadequações de ordens disciplinares ou administrativas, a inspeção do CNMP visou, também, conhecer projetos inovadores que possam ser aplicados em outras unidades Ministeriais.

Na oportunidade, a equipe do CNMP visitou 22 (vinte e dois) Órgãos do Ministério Público do Trabalho e do Ministério Público Federal, além dos Órgãos da Administração Superior do Ministério Público Estadual, as Procuradorias e as Promotorias de Justiça localizadas na Capital e mais 12 (doze) municípios do interior do Estado.

Durante o ano em foco, na área de investimentos, destacamos a inauguração da sala da Ouvidoria do MPSE, localizada no andar térreo do Edifício-Sede da Instituição, na expectativa de que o espaço venha a contribuir para o bem comum e seja um canal aberto de transparência para melhor atendimento à população.

Fazemos menção, também, à inauguração das novas instalações da Diretoria de Tecnologia da Informação, ocasião em que o setor ganhou mobiliário moderno, propiciando maior conforto, amplitude e comodidade para a equipe de TI do MP sergipano.

Ainda na área de investimentos, a Procuradoria-Geral de Justiça adquiriu 26 (vinte e seis) motocicletas, dentro do Projeto para Ampliação dos Serviços de Entrega de documentos entre as Unidades do MP de Sergipe, no intuito de beneficiar as Promotorias de Justiça da Capital e de 32 (trinta e dois) municípios do interior do Estado.

Com a aquisição das motos, as requisições, notificações e demais atos de intercâmbio procedimental poderão ser realizados em tempo hábil, oferecendo, futuramente, mais recursos aos Promotores de Justiça, posto que agilizará a prestação de serviços públicos à coletividade sergipana.

Destacamos, de forma especial, a criação de 08 (oito) novas Promotorias de Justiça no interior do Estado, iniciativa que motivou a edição de Projetos de Lei Complementar para alterar e acrescentar dispositivos na Lei Complementar nº 02/1990, aprovados pelo egrégio Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público de Sergipe e sancionados pelo Governador do Estado, após aprovação da Assembleia Legislativa Estadual.

Na área social, inauguramos o "Espaço de Eventos Governador Marcelo Déda", localizado no quinto andar do Edifício-Sede deste Órgão Ministerial, cuja solenidade contou com a presença de Membros e Servidores do Ministério Público, da Família Déda, do Poder Judiciário, e de diversas autoridades e representantes da sociedade sergipana.

Dando continuidade aos Projetos Sociais, durante o exercício em foco, o **CENSO EDUCACIONAL** continuou produzindo seus efeitos, identificando crianças e adolescentes que estão fora da sala de aula, os motivos da evasão e outras informações relevantes; aquelas sem registro civil; bem assim as que precisam de cuidados educacionais especiais, visando atender tais necessidades e garantir-lhes o acesso à educação.

Em 2014, o Projeto **"CENSO EDUCACIONAL"** esteve presente nas cidades de Gararu, Boquim e Santa Rosa de Lima, valendo a pena consultar os proficientes resultados dessas visitas nas páginas seguintes deste Relatório.

De igual modo, o Projeto **"MP ITINERANTE – ÔNIBUS DA CIDADANIA"**, que tem como escopo levar o Ministério Público às comunidades carentes, que residem em locais de difícil acesso no interior do Estado, através do "Ônibus da Cidadania", teve forte atuação em 2014.

Importante registrar que o **"MP ITINERANTE – ÔNIBUS DA CIDADANIA"** obteve reconhecimento a nível nacional, ao conquistar, por ocasião do 5º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público, realizado pelo Conselho Nacional do Ministério Público, em Brasília/DF, o **5º Lugar na categoria Transformação Social da Premiação CNMP/2014.**

Outros projetos de cunho social, por seus desempenhos em 2014, foram objeto de registro no presente Relatório, a exemplo do **"MP DE PORTAS ABERTAS"**, que atuou na Capital e em diversas cidades do interior do Estado; do Projeto **"REFORÇO CRIATIVO ESCOLAR – RECRIARTE"**, que visa reduzir a incidência do trabalho infantil e promover a inclusão social de crianças e adolescentes; do Projeto "**FLORESCER – Construindo a Liberdade"** que proporciona às mulheres em situação de prisão estímulo à informação e ao conhecimento; e do Projeto **"CATADORES ORGANIZADOS, INCLUSÃO GARANTIDA"**, criado com o intuito de inserção socioeconômica das famílias que viviam em situação de vulnerabilidade social no antigo Lixão da Terra Dura.

O Projeto **"CATADORES ORGANIZADOS, INCLUSÃO GARANTIDA"** também se destacou nacionalmente ao ser classificado em **1º Lugar na categoria Transformação Social** da **Premiação CNMP/2014**, durante a realização do 5º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público.

Em 2014, ainda na condição de Presidente do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH/CNPG, submetemos à apreciação e aprovação do Colendo Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União – CNPG os seguintes Projetos Nacionais: Projeto **"Direitos Humanos nas Manifestações Populares"** e Projeto **"Combate à Violência Doméstica"**.

Outras ações foram desenvolvidas em nossa gestão à frente do GNDH/CNPG, elencadas neste Relatório, a exemplo do Convênio celebrado entre o Órgão e o Ministério da Saúde, visando à instituição do Curso de Aperfeiçoamento em Direito Sanitário, por recomendação da Comissão Permanente de Defesa da Saúde – COPEDS, iniciativa que, quando implantada, beneficiará mais de 200 (duzentos) Membros e Servidores do MP brasileiro, com investimentos na ordem de R$ 2 milhões, integralmente custeados pelo Ministério da Saúde.

Não podemos deixar de mencionar a experiência por nós vivenciada como Presidente do GNDH, durante o período de junho/13 a agosto/14, pela oportunidade que tivemos de contribuir para a projeção do Ministério de Público de Sergipe no cenário nacional do MP brasileiro.

O Relatório de Gestão registra, ainda, os demonstrativos dos resultados das ações desenvolvidas pelos diversos órgãos das áreas fim e meio do MPSE, com especial destaque para as atividades dos Centros de Apoio Operacionais – CAOps e Promotorias, onde se ressalta a realização de diversos Projetos, a maioria dos quais inscrita no Banco Nacional de Projetos do Conselho Nacional do Ministério Público.

Sem perder de vista o papel da Coordenação de Evolução Humana, Ética, Espiritualidade e Fraternidade, criada desde o início de nosso primeiro mandato, com a finalidade de promover e estimular o desenvolvimento humano dos integrantes da Instituição, demos continuidade aos diversos projetos dessa área, a exemplo do **Coral "VOZES DA CIDADANIA"**; do **"SENSIBILIZAR: O MINISTÉRIO PÚBLICO E O JOVEM"**; e do **"BOM SAMARITANO"**, cujas ações no período encontram-se evidenciadas neste Relatório.

Durante o exercício de 2014, conseguimos administrar o Orçamento aprovado para o MPSE, a despeito das dificuldades do Poder Executivo de alocar recursos para atender às novas demandas surgidas no período, mantendo as Despesas com Pessoal abaixo do Limite Prudencial previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Pugnamos por preservar os benefícios conquistados pela Classe e pelos servidores durante nossa gestão, destacando o alinhamento do auxílio-moradia dos Membros e do auxílio-alimentação dos servidores ao patamar mais alto, instituídos por Leis Estaduais de Sergipe, após aprovação e encaminhamento dos Projetos de Lei pelo Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça.

Não podemos olvidar o importante papel dos Procuradores(as) e Promotores(as) de Justiça, os quais, nesses 04 (quatro) anos de nossa gestão, não mediram esforços no sentido de atuar brilhantemente, tanto na área judicial como na extrajudicial, conforme demonstrado neste Relatório.

É grande o nosso agradecimento a cada Membro e a cada Servidor pela lealdade e compromisso com que nos ajudaram a conduzir os destinos desta colenda Instituição, enquanto Procurador-Geral de Justiça.

Concluímos estas palavras com o sentimento do dever cumprido, elevando o pensamento ao Deus Todo Poderoso, que sempre foi o nosso refúgio e fortaleza, a quem devotamos eterna gratidão, por ter-nos amparado nos momentos mais difíceis, concedendo-nos a graça de tantas vitórias.

Desejamos ao Doutor José Rony Silva Almeida, amigo de longa data, eleito pela vontade incondicional da grande maioria dos Membros da Instituição, a mais profícua gestão como Procurador-Geral de Justiça.

Que Deus nos abençoe a todos!

ORLANDO ROCHADEL MOREIRA
Procurador-Geral de Justiça

Administração do Ministério Público do Estado de Sergipe

Sumário

1. PERFIL DA INSTITUIÇÃO 15

1.1. ESTRUTURA 17

1.1.1. PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA 17

1.1.2. COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA 19

1.1.3. CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO 21

1.1.4. CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO 22

1.1.5. COORDENADORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO 23

1.1.6. OUVIDORIA 24

1.1.7. PROCURADORIAS DE JUSTIÇA 25

1.1.8. PROMOTORIAS DE JUSTIÇA 28

1.1.8.1. ATIVIDADE PROCESSUAL CRIMINAL 30

1.1.8.2. ATIVIDADE PROCESSUAL – CÍVEL E INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA 31

1.1.8.3. EXTRAJUDICIAL 31

1.1.8.4. TRABALHO EM PARCERIA COM ÓRGÃOS DE APOIO 32

1.1.8.4.1. CENTRO MÉDICO 32

1.1.8.4.2. GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO – GAECO 32

1.1.8.4.3. GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL – GSI 32

1.1.8.4.4. DIVISÃO DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO 33

1.1.8.4.5. PERÍCIA TÉCNICA 34

1.1.8.4.6. DIVISÃO DE PERÍCIA CONTÁBIL 37

1.1.8.4.7. DIVISÃO DE SERVIÇO SOCIAL 38

1.1.9. SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO 40

1.1.10. ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ESMP 42

1.1.11. CENTROS DE APOIO OPERACIONAL 43

1.1.11.1. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL ÀS ATIVIDADES CÍVEIS E CRIMINAIS 45

1.1.11.2. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA 47

1.1.11.3. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA ORDEM TRIBUTÁRIA 51

1.1.11.4. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 53

1.1.11.5. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE PROTEÇÃO AO RIO SÃO FRANCISCO E ÀS NASCENTES 55

1.1.11.6. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA 57

1.1.11.7. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO TERCEIRO SETOR 59

1.1.11.8. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO, PATRIMÔNIO SOCIAL E CULTURAL 61

1.1.11.9. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS À EDUCAÇÃO 65
1.1.11.10. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS À SAÚDE 70
1.1.11.11. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER 74
1.1.12. ÁREA ADMINISTRATIVA 77
1.2. RECURSOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL 79
1.2.1. RECURSOS HUMANOS 79
1.2.1.1. CONCURSO PÚBLICO - MEMBROS 80
1.2.1.2. 2º CONCURSO PÚBLICO – SERVIDOR 80
1.2.1.3. ALTERAÇÃO NO QUADRO DE PESSOAL 80
1.2.1.4. ADMISSÃO DE ESTAGIÁRIOS 80
1.2.1.5. CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO - ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO 81
1.2.2. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS 83
1.2.3. RECURSOS PATRIMONIAIS 88
1.2.4. RECURSOS TECNOLÓGICOS 90
1.3. ORGANOGRAMA 92
1.4. MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE MELHOR ESTRUTURADO PARA O CIDADÃO 95
1.4.1. PROMOÇÃO DE MELHORIAS NAS UNIDADES MINISTERIAIS 95
1.4.2. CRIAÇÃO DE NOVAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA NO INTERIOR DO ESTADO 95
1.4.3. INAUGURAÇÃO DA SALA DA OUVIDORIA 96
1.4.4. INAUGURAÇÃO DAS NOVAS INSTALAÇÕES DA DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 97
1.4.5. ENTREGA DE MOTOCICLETAS PARA AS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DO INTERIOR DO ESTADO 100
1.4.6. INAUGURAÇÃO DO "ESPAÇO DE EVENTOS GOVERNADOR MARCELO DÉDA" 102

2. DESTAQUES DO PERÍODO 105

2.1. PARCERIAS COM INSTITUIÇÕES PÚBLICO-PRIVADAS/ACORDOS DE COOPERAÇÃO 107
2.2. EVENTOS IMPORTANTES 108
2.2.1. INSPEÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO 108
2.3. DESTAQUES DA ÁREA FIM 110
2.3.1. PROJETOS SOCIAIS 110
2.3.1.1. CENSO EDUCACIONAL 110
2.3.1.2. PROJETO "BOM SAMARITANO" 112
2.3.1.3. PROJETO "MP ITINERANTE – ÔNIBUS DA CIDADANIA" 116
2.3.1.4. PROJETO "MP DE PORTAS ABERTAS" 120
2.3.1.5. PROJETO FLORESCER "CONSTRUINDO A LIBERDADE" – LIVRO OUTRAS VOZES 122
2.3.1.6. PROJETO "SENSIBILIZAR – O MINISTÉRIO PÚBLICO E O JOVEM" 122
2.3.1.7. PROJETO "REFORÇO CRIATIVO ESCOLAR – RECRIARTE" 123
2.3.1.8. PROJETO "CATADORES ORGANIZADOS, INCLUSÃO GARANTIDA" 126
2.3.2. DIREITOS DA MULHER 127

2.3.2.1. O MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE EM PARCERIA COM A REDE PRIVADA 127
2.3.3. DIREITOS HUMANOS 128
2.3.3.1. CAMPANHA PRATIQUE CIDADANIA 128
2.3.3.2. POLÍTICAS PÚBLICAS DIRECIONADAS À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO ESTADO DE SERGIPE .. 131
2.3.3.3. FISCALIZAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE ABRIGAMENTO DE PESSOAS IDOSAS DA CAPITAL E DO INTERIOR. 132
2.3.3.4. ABANDONO DE IDOSOS NO HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE – HUSE – FLUXO E ROTINAS – ACOMPANHAMENTOS 132
2.3.3.5. ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DOS CENTROS DIA E DAS RESIDÊNCIAS INCLUSIVAS 133
2.3.4. EDUCAÇÃO 133
2.3.4.1. PROGRAMA DE APOIO AO ESTUDO 133
2.3.4.2. CAMPANHA CONTE ATÉ DEZ NAS ESCOLAS DO ESTADO DE SERGIPE 136
2.3.4.3. ENCONTRO ESTADUAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC 138
2.3.4.4. I SEMINÁRIO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: LEGISLAÇÃO E FERRAMENTAS PARA EFETIVAÇÃO DA APRENDIZAGEM 138
2.3.5. INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA 138
2.3.5.1. PROJETO "TRANSFORMANDO PELA FÉ" 138
2.3.5.2. SISTEMA INFORMATIZADO DOS ABRIGOS – S.I.A. 139
2.3.5.3. PROJETO PATERNIDADE RESPONSÁVEL 139
2.3.5.4. SISTEMA DE AVISO LEGAL POR VIOLÊNCIA, MAUS TRATOS E EXPLORAÇÃO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES – SALVE 140
2.3.5.5. EIXO IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS 140
2.3.5.6. SEMINÁRIO SOBRE O DIA "18 DE MAIO – DIA NACIONAL DE COMBATE AO CRIME CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE" 141
2.3.6. MEIO AMBIENTE 142
2.3.6.1. ELABORAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO 142
2.3.6.2. POLÍTICA REVERSA DAS EMBALAGENS VAZIAS DE AGROTÓXICOS 143
2.3.6.3. IMPLEMENTAÇÃO DOS CONSÓRCIOS DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS E CRIAÇÃO DAS COOPERATIVAS DOS CATADORES DE MATERIAIS E REUTILIZÁVEIS 143
2.3.6.4. IMPLANTAÇÃO DE CONSELHOS E FUNDOS MUNICIPAIS DE MEIO AMBIENTE 143
2.3.6.5. PROJETO “O MP SALVANDO RIOS” 145
2.3.6.6. EVENTO "NASCENTES DO SÃO FRANCISCO – O MP SALVANDO RIOS" 145
2.3.7. SAÚDE 147
2.3.7.1. PROJETO MP SAÚDE: ESTRUTURAÇÃO DE HOSPITAIS, UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE 147
2.3.7.2. FOMENTO AO CONTROLE SOCIAL 147
2.3.8. SEGURANÇA PÚBLICA 148
2.3.8.1. VISITA ÀS DELEGACIAS CONSTATANDO A SUPERLOTAÇÃO NAS CARCERAGENS 148
2.3.9. TERCEIRO SETOR 149
2.3.9.1. PROJETO ONG TRANSPARENTE 149

2.3.9.2. SISTEMA DE CADASTRO DE PESSOA JURÍDICA 150
2.3.9.3. PROJETO ONG ATIVA 151
2.3.9.4. PROJETO ONG SUSTENTÁVEL 151
2.4. GRUPO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS 152
2.5. DOAÇÕES REALIZADAS NO EXERCÍCIO 155
2.6. AVANÇOS NA GESTÃO DE PESSOAS 156
2.6.1. ESTAGIÁRIOS 156
2.6.2. MEMBROS E SERVIDORES 156
2.6.2.1. GRATIFICAÇÃO DE INTERIORIZAÇÃO 157
2.6.2.2. AVANÇO HORIZONTAL POR TITULAÇÃO E POR TEMPO DE SERVIÇO 157
2.6.2.3. PROCESSOS DE LOTAÇÃO E RELOTAÇÃO DE SERVIDORES 157
2.7. VALORIZAÇÃO DO CAPITAL HUMANO 158
2.7.1. PROJETO "EVOLUÇÃO HUMANA" 158
2.7.2. PROJETO "CORAL VOZES DA CIDADANIA" 159
2.7.3. PROJETO MENSAGEM DO DIA 161
2.7.4. MEMBROS E SERVIDORES MAIS SAUDÁVEIS 162
2.7.4.1. ATENDIMENTOS MÉDICOS E PROCEDIMENTOS DE ENFERMAGEM 162
2.7.4.2. EXAMES MÉDICOS PERIÓDICOS/ANUAIS 162
2.7.5. PROJETO "CAFÉ, DIVERSÃO E ARTE" 163
2.8. EFICIÊNCIA NA GESTÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS 165
2.8.1. ECONOMIA COM LICITAÇÕES 165
2.9. INVESTINDO EM SEGURANÇA 166
2.9.1. VISITAS DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL 166
2.9.2. *SCANNER* DE BAGAGEM – NOVO EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA DO MPSE 166
2.9.3. CRIAÇÃO DA BRIGADA DE INCÊNDIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE 168
2.10. APRIMORAMENTO DOS PROCESSOS DE TRABALHO 168
2.10.1. PROFISSIONALIZAÇÃO DA CONFECÇÃO DOS TERMOS DE REFERÊNCIA E PROJETOS BÁSICOS . 168
2.10.2. APERFEIÇOAMENTO DO PROCESSO DE COMPRAS 169
2.10.3. IMPLEMENTAÇÃO DO ARQUIVO MÉDICO 169
2.11. PROMOÇÃO DA TRANSPARÊNCIA 169
2.11.1. PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO MPSE – 4º LUGAR GERAL NO RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO DO CNMP ... 169
2.12. DESTAQUES DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 170
2.12.1. SISTEMA DE GESTÃO DE EVENTOS 170
2.12.2. ARQUIMEDES – ADEQUAÇÕES À RESOLUÇÃO Nº 74 – CNMP 170
2.12.3. ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA GERENCIAMENTO DE BANCO DE DADOS 171
2.12.4. SOLUÇÃO DE *CAPTIVE* PORTAL E AUTENTICAÇÃO INTEGRADA 171
2.12.5. IMPLANTAÇÃO DE FERRAMENTA DE PESQUISA – *LIMESURVEY* *171*

2.12.6. IMPLANTAÇÃO DE AMBIENTE DE HOMOLOGAÇÃO PARA APLICATIVOS DA DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS E FOLHA DE PAGAMENTO 172
2.12.7. PROEJ – MELHORIAS NO SISTEMA 172
2.12.8. ELABORAÇÃO DA METODOLOGIA DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA SOLUÇÃO EPM 172
2.13. APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO 173
2.13.1. BIBLIOTECA 173
2.13.2. BIBLIOTECA DIGITAL FÓRUM DE DIREITO 173
2.13.3. DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL INTELECTUAL 174

3. APROXIMAÇÃO COM A SOCIEDADE 183
3.1. DA OUVIDORIA 185
3.2. DA TRIAGEM TÉCNICA NO EDIFÍCIO SEDE DO MPSE 187

4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 189
4.1. TRABALHO DE DESENVOLVIMENTO DA METODOLOGIA DE GESTÃO DE PROJETOS 191
4.2. AQUISIÇÃO DA PLATAFORMA *CHANNEL* *191*
4.3. INSTITUCIONALIZAÇÃO DO FÓRUM NACIONAL DE GESTÃO NO MPSE 192
4.4. REALIZAÇÃO DO 2º *WORKSHOP* CAOPS E PROMOTORIAS EXECUTANDO O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 192
4.5. DIAGNÓSTICO DO ESTADO DE SERGIPE QUANTO A TEMAS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO .. 194

5. INDICADORES DE GESTÃO NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 197
5.1. INDICADORES DE GESTÃO NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 199

6. DESTAQUES NORMATIVOS DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA 201

7. MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE NA MÍDIA 209

8. MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL 221

MINISTÉRIO PÚBLICO DE

1. PERFIL DA INSTITUIÇÃO

1.1. Estrutura

1.1.1. Procuradoria-Geral de Justiça

A Procuradoria-Geral de Justiça é o órgão executivo da Administração Superior do Ministério Público do Estado de Sergipe, tendo por titular o Procurador-Geral de Justiça - PGJ, que é nomeado pelo Governador do Estado para um mandato de dois anos, após integrar uma lista tríplice, composta pelos Membros mais votados, dentre os Procuradores e Promotores de Justiça com mais de 35 (trinta e cinco) anos de idade e 10 (dez) anos de carreira no quadro ativo da Instituição.

A tabela a seguir demonstra algumas das atribuições do Procurador-Geral de Justiça:

Área	Atribuições
Administração financeira, orçamentária, patrimonial e de pessoal	Despachar o expediente do Ministério Público com o Governador do Estado
	Integrar, como Membro nato, e presidir o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público e a Comissão de Concurso
	Submeter ao Colégio de Procuradores de Justiça as propostas de criação e extinção de cargos e serviços auxiliares e seus respectivos vencimentos, e a de orçamento anual
	Encaminhar ao Poder Legislativo Estadual os Projetos de Lei de iniciativa do Ministério Público
	Prover os cargos iniciais da carreira e dos serviços auxiliares, bem como os casos de promoção, remoção, convocação e demais formas de provimento derivado
	Editar atos de aposentadoria, exoneração, demissão e outros que importem em desprovimento de cargos da carreira ou dos serviços auxiliares
	Resolver os conflitos de atribuições entre os órgãos do Ministério Público
Processual	Velar pela observância, aplicação e execução da Constituição, das Leis e Decretos
	Representar ao Tribunal de Justiça por inconstitucionalidade de Leis ou Atos Normativos Estaduais ou Municipais, face à Constituição Estadual
	Promover a ação penal, nos casos de competência originária do Tribunal de Justiça
	Promover a ação penal em qualquer juízo, quando discordar do pedido de arquivamento proposto pelo Promotor de Justiça ou designar outro órgão do Ministério Público para fazê-lo
	Expedir notificações
	Requerer o arquivamento de representação, notícia de crime, peças de informação, conclusão das Comissões Parlamentares de Inquérito ou inquérito policial, quando a ação penal for de competência originária do Tribunal de Justiça
Outras	Representar, para fins de intervenção do Estado no Município, com o objetivo de assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual ou prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial
	Exercer as atribuições do art. 118 da Constituição do Estado, nos casos em que a autoridade reclamada possuir prerrogativa de função
	Delegar a Membro do Ministério Público suas funções de órgão de execução

Tabela 1 - Atribuições do Procurador-Geral de Justiça

Estão demonstrados, em seguida, os resultados alcançados, no período de 01 de janeiro a 16 de novembro de 2014, pelo Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, através de sua Assessoria-Técnica, que desempenha funções relacionadas às atividades meio e fim do Ministério Público, chefiadas por Promotores de Justiça Assessores:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DO GABINETE DA PGJ -2014

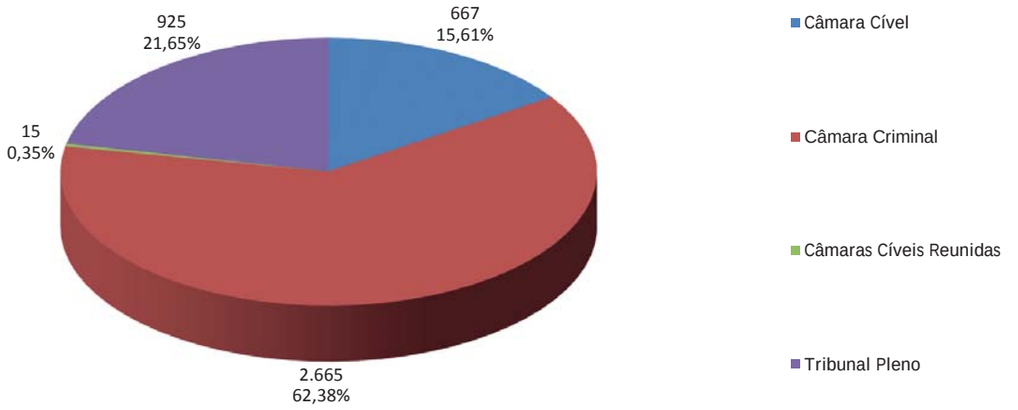


Gráfico 1 - Movimentação Processual do Gabinete da PGJ

MANIFESTAÇÕES DA PGJ NO TRIBUNAL PLENO -2014

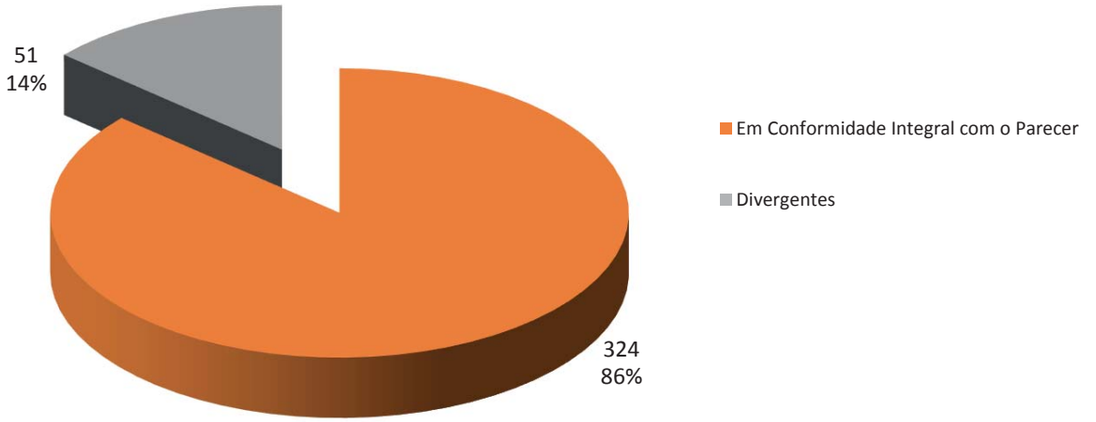


Gráfico 2 - Manifestações da PGJ no Tribunal Pleno

RECURSOS INTERPOSTOS PELA PGJ POR TRIBUNAL -2014

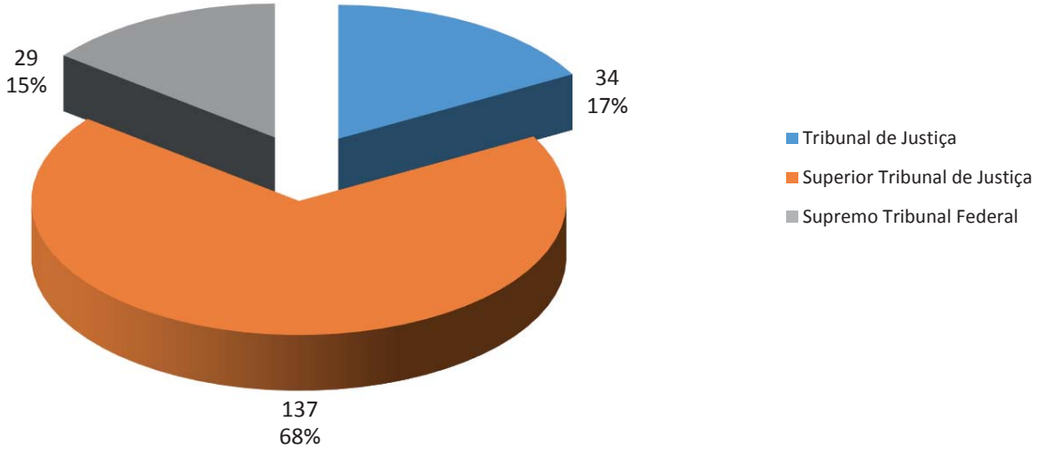


Gráfico 3 - Recursos Interpostos pela PGJ por Tribunal

1.1.2. COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

O Colégio de Procuradores de Justiça - CPJ, órgão opinativo e deliberativo da Administração Superior, é integrado por 14 (quatorze) Procuradores de Justiça e presidido pelo Procurador-Geral de Justiça, conforme apresentado na foto a seguir:

Colégio de Procuradores de Justiça

O Colegiado opina sobre matéria de estrito interesse institucional e reúne-se, ordinariamente, uma vez por semana e, extraordinariamente, por convocação do Procurador-Geral de Justiça ou por proposta de 1/3 (um terço) de seus membros.

Ao Colégio de Procuradores de Justiça compete, dentre outras atividades:

- opinar, por solicitação do Procurador-Geral de Justiça ou de 1/4 (um quarto) de seus integrantes, sobre matéria relativa à autonomia do Ministério Público e sobre outras de interesse institucional;
- propor ao Procurador-Geral de Justiça a criação de cargos e serviços auxiliares, modificações na Lei Orgânica e providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais;
- aprovar a proposta orçamentária anual do Ministério Público, elaborada pela Procuradoria-Geral de Justiça, bem como os projetos de criação de cargos e serviços auxiliares;
- eleger o Corregedor-Geral do Ministério Público;
- aprovar, previamente, a indicação e a destituição do Coordenador-Geral do Ministério Público;
- recomendar ao Corregedor-Geral do Ministério Público a instauração de procedimento administrativo disciplinar contra Membro do Ministério Público;
- rever, mediante requerimento de legítimo interessado, decisão de arquivamento de inquérito policial ou peças de informação determinada pelo Procurador-Geral de Justiça, nos casos de sua atribuição originária;
- dar posse ao Procurador-Geral de Justiça, aos membros do Conselho Superior e ao Corregedor-Geral;
- desempenhar outras atribuições que lhe forem conferidas por lei.

O Colégio de Procuradores de Justiça, no exercício do Poder Regulamentar, durante o período de 1º de janeiro a 16 de novembro de 2014, editou as seguintes Resoluções:

RESOLUÇÕES DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA - 2014		
N.º/Ano	**Data**	**Ementa**
001/2014	16/01/2014	Dispõe sobre a concessão de diárias aos Membros e Servidores do Ministério Público e dá outras providências. **Revogada a Resolução nº 005/2013 – CPJ**
002/2014	16/01/2014	Aprova Projeto de Lei que "modifica a Lei nº 7.722, de 08 de novembro de 2013, que institui o auxílio-alimentação, em pecúnia, aos servidores do Ministério Público do Estado de Sergipe, e dá providências correlatas". **Lei nº 7.827, de 04 de abril de 2014**
003/2014	16/01/2014	Acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Resolução nº 002/2013 – CPJ, de 10 de janeiro de 2013, que "dispõe sobre as Procuradorias de Justiça do Ministério Público do Estado de Sergipe, prevê regras de vinculação e dá outras providências"
004/2014	16/01/2014	Aprova Projeto de Lei que "dispõe sobre alterações no Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe, e dá outras providências correlatas". **Lei nº 7.847, de 12 de maio de 2014**
005/2014	10/03/2014	Dispõe sobre o Regimento Interno da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Sergipe
006/2014	24/04/2014	Dispõe sobre a alocação das Promotorias de Justiça da Curadoria da Fazenda Pública de Aracaju. **Revogada a Resolução nº 013/2013 – CPJ**
007/2014	24/04/2014	Aprova Projeto de Lei Complementar que "cria a 2ª Promotoria de Justiça Criminal da Cidade de São Cristóvão, e respectivo cargo de Promotor de Justiça, e dá providências correlatas". **Lei Complementar nº 241, de 18 de junho de 2014**
008/2014	05/05/2014	Aprova Projeto de Lei Complementar que "cria a 2ª Promotoria de Justiça Criminal da Cidade de Lagarto, a 2ª Promotoria de Justiça da Cidade de Barra dos Coqueiros, os respectivos cargos de Promotor de Justiça e dá providências correlatas". **Lei Complementar nº 242, de 18 de junho de 2014**
009/2014	05/05/2014	Aprova Projeto de Lei Complementar que "altera e acrescenta dispositivos na Lei Complementar nº 02, de 12 de novembro de 1990 e dá providências correlatas". (Cria a 2ª Promotoria de Justiça da Cidade de Itaporanga d'Ajuda, a 2ª Promotoria de Justiça da Cidade de Laranjeiras, a 2ª Promotoria de Justiça da Cidade de Simão Dias e as Promotorias de Justiça das Cidades de Indiaroba e Malhador, e eleva Itaporanga, Laranjeiras e Simão Dias). **Lei Complementar nº 243, de 18 de junho de 2014**
010/2014	15/05/2014	Regulamenta a eleição para formação da Lista Tríplice objetivando a escolha do Procurador-Geral de Justiça. **Revogada a Resolução nº 005/2012 – CPJ**
011/2014	15/05/2014	Institui Comissão Eleitoral. **Revogada a Resolução nº 006/2012 – CPJ.**
012/2014	18/06/2014	Aprova Projeto de Lei Complementar que "altera e acrescenta dispositivos na Lei Complementar n° 02, de 12 de novembro de 1990 e dá outras providências". **Lei Complementar nº 249, de 02 de julho de 2014**
013/2014	07/08/2014	Dispõe sobre a distribuição dos feitos nas 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Barra dos Coqueiros, nas 1ª e 2ª Promotorias de Justiça Criminais de Lagarto e nas 1ª e 2ª Promotorias de Justiça Criminais de São Cristóvão e dá outras providências
014/2014	14/08/2014	Acrescenta o art. 4º-A e §§, à Resolução nº 002/2013 – CPJ, de 10 de janeiro de 2013
015/2014	14/08/2014	Aprova a Proposta Orçamentária do Ministério Público de Sergipe para o Exercício 2015
016/2014	28/08/2014	Modifica, altera e consolida as atribuições das Promotorias de Justiça de Barra dos Coqueiros, Estância, Itabaiana, Itaporanga d'Ajuda, Lagarto, Laranjeiras, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora do Socorro, Propriá, São Cristóvão, Simão Dias e Tobias Barreto, relativamente à Defesa dos Direitos do Cidadão e uniformiza as atribuições do Ministério Público. **Revogada a Resolução nº 015/2013 – CPJ**
017/2014	28/08/2014	Altera o § 1º do art. 1º da Resolução nº 007/2011 – CPJ, de 21 de julho de 2011, com as alterações da Resolução nº 014/2013 – CPJ, de 05 de setembro de 2013
018/2014	09/10/2014	Aprova Projeto de Lei Complementar que "modifica o § 3º, do artigo 100, da Lei Complementar nº 02, de 12 de novembro de 1990, e dá providências correlatas". **Lei Complementar nº 252, de 28 de novembro de 2014**
019/2014	09/10/2014	Revoga a Resolução nº 002/2012 – CPJ, de 02 de fevereiro de 2012, e regulamenta a alínea "e", do inciso I, do artigo 100 da Lei Complementar nº 02, de 12 de novembro de 1990

Tabela 2 - Resoluções do Colégio de Procuradores de Justiça

1.1.3. CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Conselho Superior do Ministério Público, órgão deliberativo incumbido de fiscalizar e superintender a atuação do Ministério Público, além de velar pelos seus princípios institucionais, é integrado pelo Procurador-Geral de Justiça, seu Presidente, pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, membros natos, e por três (03) Procuradores de Justiça eleitos por integrantes do quadro ativo da carreira do Ministério Público, conforme apresentado na foto a seguir, que inclui o Secretário - Geral do MPSE, que também secretaria o Conselho.

Conselho

Suas reuniões são realizadas, ordinariamente, a cada mês, em dia previamente estabelecido e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente, ou por proposta de, pelo menos, 02 (dois) de seus membros. Das reuniões é lavrada ata circunstanciada, na forma regimental.

São atribuições do Conselho Superior do Ministério Público, dentre outras:

- elaborar a lista sêxtupla a que se refere o art. 109 da Constituição Estadual;
- indicar ao Procurador-Geral de Justiça, em lista tríplice, os candidatos a remoção ou promoção por merecimento;
- indicar o nome do mais antigo membro do Ministério Público para remoção ou promoção por antiguidade;
- indicar ao Procurador-Geral de Justiça Promotores de Justiça para substituição por convocação;
- aprovar os pedidos de remoção por permuta entre Membros do Ministério Público;
- decidir sobre vitaliciamento de Membros do Ministério Público;
- sugerir ao Procurador-Geral a edição de recomendações, sem caráter vinculativo, aos órgãos do Ministério Público, para o desempenho de suas funções, e a adoção de medidas convenientes ao aprimoramento dos serviços;
- autorizar o afastamento de Membro do Ministério Público para frequentar curso, congresso ou seminário de aperfeiçoamento no País ou no exterior;
- provocar a verificação da incapacidade física, mental ou moral dos candidatos a concurso de ingresso na carreira do Ministério Público e de membros da Instituição;
- apreciar a promoção de arquivamento de inquérito civil ou peças de informação, na forma da lei;
- exercer outras atribuições previstas em lei.

Estão relacionados, na tabela a seguir, o quantitativo das atividades do Conselho Superior, durante o período de 01 de janeiro a 16 de novembro de 2014:

Números do Conselho Superior - 2014	
Reuniões Ordinárias	10
Reuniões Extraordinárias	20
Processos de Remoção	30
Processos de Promoção	5
Pedidos de Arquivamentos	1.381
Procedimentos Homologados	1.133
Procedimentos Não Homologados	37
Conversão em Diligência	211
Ofícios Expedidos	1.410
Ofícios Circulares	109
Assentos Publicados	1
Atos de Vitaliciamento	5
Avisos de Distribuição	45
Avisos de Homologação	14
Avisos de Não Homologação	1
Convocações Expedidas	19
Pautas de Reuniões	29
Atos de Mobilidade Funcional	30

Tabela 3 - Números do Conselho Superior do MPSE

1.1.4. CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A Corregedoria-Geral do Ministério Público é o órgão da Administração Superior responsável por orientar e fiscalizar a atuação e conduta funcional dos Membros do Ministério Público.

Compete ao Corregedor-Geral do Ministério Público realizar correições e inspeções nas Promotorias de Justiça e inspeções nas Procuradorias de Justiça, relatando as conclusões de tais atos ao Colégio de Procuradores.

Ao Corregedor-Geral compete, ainda, elaborar e remeter ao Conselho Superior relatório circunstanciado sobre a atuação funcional e pessoal de Membro do Ministério Público, além de expedir recomendações, sem caráter vinculativo, a órgão de execução, visando à regularidade e aperfeiçoamento dos serviços do Ministério Público afetos à sua área de atuação, podendo instaurar, de ofício ou por provocação dos demais órgãos da Administração Superior do Ministério Público, processo disciplinar contra Membro da Instituição, presidindo-o e aplicando as sanções cabíveis, na forma da lei, ou encaminhá-lo ao Procurador-Geral de Justiça.

Ao Corregedor-Geral está acometida a atribuição de elaborar o regulamento do estágio probatório dos Promotores de Justiça em processo de vitaliciamento, acompanhando-os durante tal período, além de emitir relatório individual, para fins de vitaliciamento do Membro do Ministério Público em estágio probatório, para decisão do Conselho Superior.

A Corregedoria-Geral do MPSE, cumprindo seu dever institucional, desenvolveu diversas atividades, até o mês de novembro de 2014, conforme detalhado a seguir:

Atividade		Resultado
Correições Ordinárias		50
Inspeções		5
Procedimentos Administrativos Disciplinares	Reclamação Disciplinar	5
	Sindicâncias	1
	Processo Administrativo Disciplinar	1
Fiscalização das Atividades dos Membros do MP/SE	Visitas a Estabelecimentos Prisionais	• 108 Unidades Prisionais Visitadas e Relatórios encaminhados ao CNMP; • reconhetcimento do CNMP pelo Estado de Sergipe ser um dos dois únicos Estados do país a entregar 100% dos Relatórios de Visita a Estabelecimentos Prisionais.
	Controle Externo da Atividade Policial	479 visitas realizadas
	Fiscalização de Estabelecimentos de Internação de Adolescentes (Unidades Socioeducativas)	Relatórios enviados bimestralmente ao Conselho Nacional do Ministério Público analisados – 24 relatórios encaminhados em 2014
	Controle dos Lançamentos de Dados de Interceptações Telefônicas	Controle Realizado Mensalmente
	Acompanhamento de Visitas a Unidades de Abrigamento	Relatórios de Fiscalização dos Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes remetidos
	Lançamento de Dados Estatísticos das Atividades Funcionais dos Promotores de Justiça	Sistema CNMP-Ind sendo alimentado através da junção dos Relatórios gerados pelo Arquimedes com as planilhas preenchidas pelas Promotorias que ainda não usam o Sistema
	Acompanhamento do Vitaliciamento dos Promotores de Justiça em Estágio Probatório	• acompanhamento de 14 Promotores de Justiça em Estágio Probatório realizado; • elaboração de Relatório de Vitaliciamento dos Promotores de Justiça que estarão concluindo seu período de Estágio Probatório.
	Acúmulo do Exercício das Funções Ministeriais com o Exercício do Magistério	Acompanhamento dos 13 Promotores de Justiça no exercício do Magistério realizado

Tabela 4 - Atividades Executadas pela Corregedoria-Geral

1.1.5. COORDENADORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A Coordenadoria-Geral, na definição da Lei Orgânica Estadual, é órgão auxiliar do Ministério Público, com atribuição precípua de articular e supervisionar as ações promovidas pelas Promotorias de Justiça e Curadorias especializadas de Defesa do Cidadão atuantes em todo o Estado de Sergipe, em especial na defesa e tutela dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

No exercício de suas atividades, cabe, ainda, à Coordenadoria-Geral do Ministério Público a supervisão das atividades dos Centros de Apoio Operacional, criados pela Resolução n.º 007/2011 – CPJ.

As atribuições da Coordenadoria-Geral estão compreendidas na defesa e proteção judicial e extrajudicial das seguintes áreas de atuação:

- patrimônio público e previdência pública;
- entidades do terceiro setor e fundações;
- meio ambiente e urbanismo;
- consumidor;
- bens e direitos de valor social e cultural - artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico do Estado e serviços de relevância pública;
- dignidade da pessoa humana - criança e adolescente, mulher, idoso, pessoa com deficiência, pessoa atingida pelo crime e fiscalização das respectivas políticas públicas;
- controle externo da atividade policial, questões agrárias e sistema prisional;
- saúde;
- educação;
- outros interesses difusos e coletivos, além dos individuais homogêneos.

Para cumprir suas atribuições, a Coordenadoria pode expedir recomendações e orientações sem caráter vinculativo, visando à regularidade e aperfeiçoamento das atribuições do Ministério Público, nos limites de suas atribuições.

É dever da Coordenadoria elaborar o programa de trabalho a ser desenvolvido pelas Curadorias especializadas e seu Plano Estratégico Plurianual de Ação, realizar visitas de inspeção nas Promotorias de Justiça, para efeito de acompanhamento dos procedimentos judiciais e extrajudiciais vinculados às suas atribuições institucionais.

1.1.6. OUVIDORIA

A Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Sergipe é Órgão auxiliar do Ministério Público, criada em consonância com as disposições do art. 130-A, § 5º, da Constituição da República, com o objetivo de contribuir para elevar, continuamente, os padrões de transparência, presteza e segurança das atividades dos Membros ou órgãos e serviços auxiliares da Instituição.

Compete à Ouvidoria:

- receber, examinar, encaminhar representações, reclamações, críticas, apreciações, comentários, elogios, pedidos de informações e sugestões sobre as atividades desenvolvidas pelo Ministério Público;
- representar, à vista de graves indícios de ocorrência dos fatos noticiados, diretamente ao Conselho Nacional do Ministério Público, nas hipóteses de sua competência, ou, conforme o caso, aos órgãos da Administração Superior do Ministério Público, para adoção das providências cabíveis;
- divulgar, permanentemente, seu papel institucional à sociedade;
- elaborar e encaminhar ao Procurador-Geral de Justiça, ao Corregedor-Geral do Ministério Público e ao Colégio de Procuradores de Justiça, relatório trimestral consolidado das representações, reclamações, críticas, apreciações, comentários, elogios, pedidos de informações e sugestões recebidas, bem como os seus encaminhamentos e resultados;
- manter intercâmbio e celebrar convênio com entidade pública ou privada que exerça atividades similares, com vistas à consecução dos seus objetivos;
- fazer registrar os expedientes na Ouvidoria, mediante protocolo, informando ao interessado sobre as providências adotadas e os resultados obtidos excetuados os casos em que a lei assegurar o dever de sigilo;
- organizar e manter atualizado arquivo de documentação relativo às notícias de irregularidades, representações, reclamações, críticas, sugestões e elogios recebidos;
- dar conhecimento ao Procurador-Geral de Justiça, ao Corregedor-Geral do Ministério Público ou ao Conselho Nacional do Ministério Público, sempre que solicitado, das denúncias, reclamações e representações recebidas.

1.1.7. PROCURADORIAS DE JUSTIÇA

As Procuradorias de Justiça são órgãos da Administração Superior do Ministério Público, com cargos de Procurador de Justiça e serviços auxiliares necessários ao desenvolvimento das funções que lhes forem cometidas por lei.

São atribuições dos Procuradores de Justiça, entre outras:

- oficiar: perante as Câmaras Criminais e Cíveis do Tribunal de Justiça; e perante o Conselho Superior da Magistratura, quando as funções lhes forem delegadas pelo Procurador-Geral de Justiça;
- remeter à Corregedoria-Geral suas apreciações e quaisquer referências sobre a atuação do Promotor de Justiça;
- presidir ou integrar comissão de processo disciplinar;
- receber intimação pessoal nos processos em que oficiar o Ministério Público, podendo interpor recursos.

No que tange à atuação judicial dos Procuradores de Justiça que compõem o Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público de Sergipe, os dados estatísticos, referentes ao período de 1º de janeiro a 16 de novembro de 2014, estão demonstrados nas tabelas e no gráfico que se seguem:

Atuação Judicial dos Procuradores de Justiça – 2014	
Câmara Cível	
Tipos/Pareceres	**Total**
Ação Cautelar	665
Ação Cautelar Inominada	155
Agravo Regimental	63
Agravos de Instrumento	1.261
Apelações Cíveis	6.011
Assistência Jurídica	1
Correição Parcial	9
Embargos de Declaração	48
Embargos Infringentes	5
Exceção de Impedimento	1
Exceção de Suspeição	2
Habeas Corpus	16
Incidente de Falsidade	1
Inquéritos	1
Peças Informativas	15
Reexames Necessários	142
TOTAL	**8.396**

Tabela 5 - Atuação dos Procuradores de Justiça - Câmara Cível

Atuação Judicial dos Procuradores de Justiça – 2014	
Câmara Criminal	
Tipos/Pareceres	Total
Apelações Criminais	3.830
Ação Cautelar	247
Ação Cautelar Inominada	54
Ação Penal Originária	13
Agravo Criminal (Lei de Execução)	35
Agravo de Execução Penal	134
Agravo de Instrumento	7
Agravo de Instrumento (ECA)	18
Agravo Regimental	6
Correição Parcial	38
Embargos de Declaração	124
Exceção de Suspeição	22
Habeas Corpus	1.894
Inquéritos Policiais	448
Peças Inf. p/Fins de Denúncia	87
Petição	28
Reconstituição de Autos	1
Recurso de Ofício	25
Recurso em Sent. Estrito	235
Reexames Necessários	112
Representação Criminal	2
Revisão Criminal	16
Termo Circunstanciado	6
TOTAL	**7.382**

Tabela 6 - Atuação dos Procuradores de Justiça - Câmara Criminal

Atuação Judicial dos Procuradores de Justiça – 2014	
Câmaras Cíveis Reunidas	
Tipos/Pareceres	Total
Ação Cautelar Incidental	1
Ação Rescisória	53
Embargos Infringentes	48
Impugnação ao Valor da Causa	1
Impugnação Assistência Judiciária	1
Incidente de Uniformização de Jurisprudência	3
TOTAL	**107**

Tabela 7 - Atuação dos Procuradores de Justiça - Câmaras Cíveis Reunidas

Tribunal Pleno - 2014	
Tipos/Pareceres	**Total**
Ação Cautelar Inominada	1
Ação de Consignação em Pagamento	3
Ação de Inconstitucionalidade	1
Ação Declaratória	4
Ação Direta de Inconstitucionalidade	12
Ação Diversa	2
Ação Penal Procedimento Sumaríssimo	3
Agravo Regimental	6
Arguição de Inconstitucionalidade	4
Conflito de Atribuição	2
Conflito de Competência	71
Conflito de Jurisdição	125
Conflito Negativo de Competência	2
Conflito Negativo de Jurisdição	2
Cumprimento de Sentença	1
Declaratória de Constitucionalidade	11
Desaforamento	1
Desaforamento de Julgamento	6
Embargos a Execução	1
Embargos de Declaração	5
Embargos Infringentes	42
Execução de Decisão	3
Habeas Data	1
Incidente de Inconstitucionalidade	1
Incidente de Uniformização de Jurisprudência	5
Mandado de Injunção	13
Mandado de Segurança	433
Petição	4
Precatório	70
Procedimento Ordinário	7
Processo Administrativo Disciplinar	2
Recurso Administrativo	4
Revisão Criminal	72
Suspensão de Execução de Decisão	1
Suspensão de Liminar	3
Termo Circunstanciado	1
TOTAL	**925**

Tabela 8 - Atuação dos Procuradores de Justiça - Tribunal Pleno

ATUAÇÃO JUDICIAL DOS PROCURADORES DE JUSTIÇA -2014

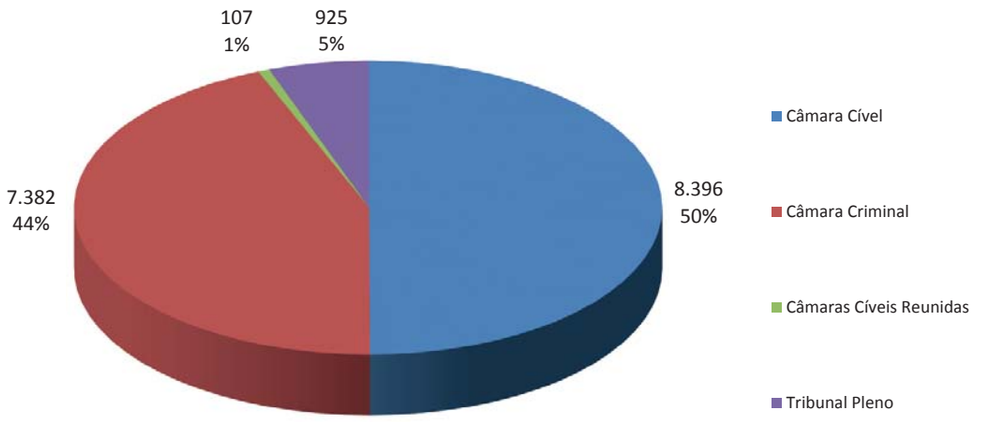


Gráfico 4 - Atuação Judicial dos Procuradores de Justiça por Tipo

1.1.8. PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

As Promotorias de Justiça são órgãos de administração do Ministério Público, compostos de pelo menos um cargo de Promotor de Justiça e serviços auxiliares necessários ao desempenho das funções que lhes forem cometidas por lei, podendo ser judiciais ou extrajudiciais, especializadas, gerais ou cumulativas.

As atribuições das Promotorias de Justiça e dos cargos dos Promotores de Justiça que a integram serão fixadas mediante proposta do Procurador-Geral de Justiça, aprovada pelo Colégio de Procuradores;

Compete aos Promotores de Justiça, entre outras atribuições conferidas em lei:

- as atribuições que lhes forem conferidas pela Constituição Federal e Estadual;
- as atribuições que lhes forem conferidas pela legislação penal, processual penal e de execuções penais, perante a Justiça comum;
- as atribuições das Promotorias da Fazenda Pública, da Infância e da Adolescência, da Família e das Sucessões, da Defesa do Consumidor, e das Curadorias de Massas Falidas, do Acidentado do Trabalho, dos Registros Públicos, das Fundações, do Patrimônio Público, dos Idosos, do Controle Externo da Atividade Policial, do Meio Ambiente, de outros direitos difusos, coletivos e individuais indisponíveis e homogêneos, bem assim das pessoas atingidas pelo crime;
- expedir notificações, através de seus serviços ou dos agentes de polícia civil e militar, sob pena de condução coercitiva, nos casos de não-comparecimento injustificado;
- requerer correição parcial;
- interpor recursos, impetrar habeas-corpus e mandado de segurança contra atos de autoridades administrativas ou judiciárias, praticados em sua área de atribuições funcionais;
- acompanhar atos investigatórios junto a organismos policiais civis e militares ou administrativos, quando assim considerarem convenientes à apuração de infrações penais, ou se designados pelo Procurador-Geral de Justiça;
- inspecionar, mensalmente, os estabelecimentos prisionais e visitar as Delegacias de Polícia, fiscalizando o andamento de inquéritos;
- assumir a direção de inquérito policial, quando designado pelo Procurador-Geral de Justiça;
- apresentar à Corregedoria-Geral e à Coordenadoria-Geral do Ministério Público, anualmente, até o sétimo dia útil do mês de janeiro, relatório de suas atividades funcionais;
- promover a execução da pena de multa ou de fianças criminais quebradas ou perdidas.

O Ministério Público Estadual conta, atualmente, com 109 (cento e nove) Promotorias distribuídas em sua Sede, Subsedes e Fóruns do Estado, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Promotorias	Quantidade
Sede	30
Fórum Olímpio Mendonça (Orlando Dantas)	02
Fórum Des. Luis Carlos Fontes de Alencar (CEASA)	02
Fórum Des. Fernando Ribeiro Franco (Santa Maria)	01
Fóruns Integrados I (Santos Dumont)	02
Fóruns Integrados II (18 Do Forte)	02
Fóruns Integrados III (DIA)	03
Subsedes do Interior	12
Fóruns do Interior	55
Total	109

Tabela 9 - Distribuição de Promotorias do MPSE

Ante a política de publicização de todas as atividades extrajudiciais do Órgão, no tocante à atuação das Promotorias, os dados extraídos do relatório estatístico do sistema de Procedimentos Extrajudiciais – PROEJ estão representados nos seguintes gráficos:

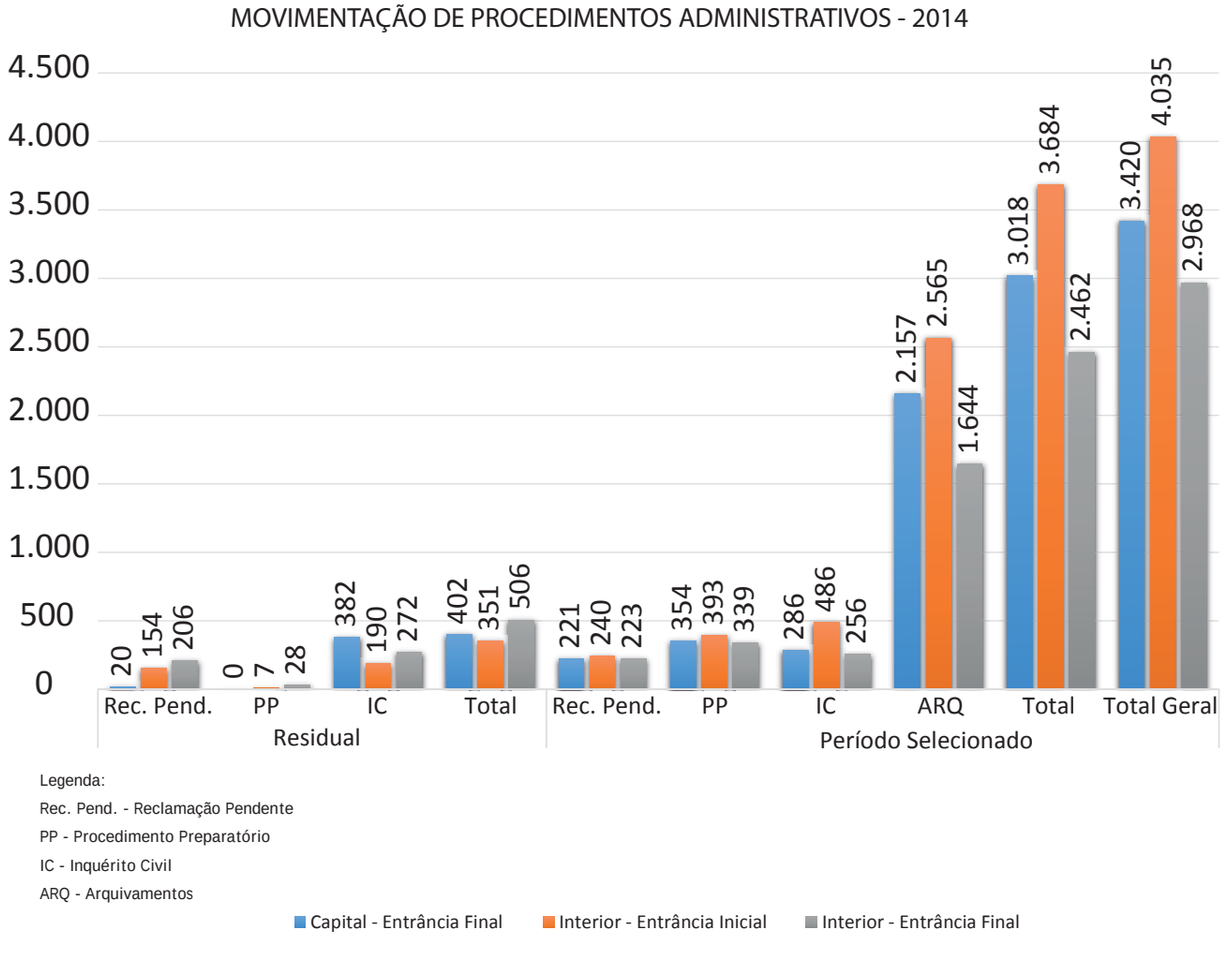


Gráfico 5 – Comparativo de Movimentações de Procedimentos Administrativos por Entrância

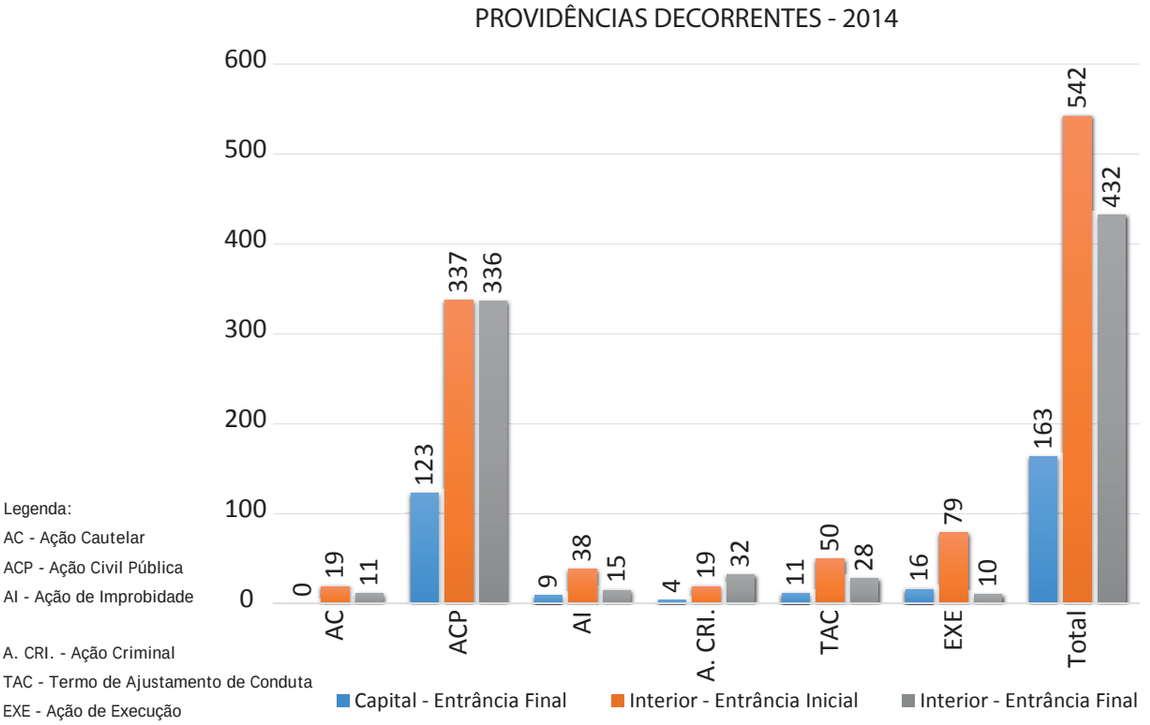


Gráfico 6 - Comparativo de Providências Decorrentes por Entrância

1.1.8.1. ATIVIDADE PROCESSUAL CRIMINAL

No decorrer do exercício, os Promotores de Justiça realizaram as seguintes atividades na **Atividade Processual Criminal:**

DADOS	QUANTIDADE
Processos Criminais – 1º Grau	
Recebido	35.919
Devolvidos	35.846
Manifestação	19.455
Denúncias Oferecidas no Mês	1.803
Termos Circunstanciados	
Recebidos	6.015
Devolvidos	5.775
Manifestação	2.918
Transações Penais	68
Arquivamentos	102
Denúncias Oferecidas	218
Inquéritos Policiais	
Recebidos	7.586
Devolvidos	7.514
Manifestações	3.478
Arquivamentos	121
Denúncias Oferecidas	1.965
Processos Criminais no 2º Grau	
Recebidos	4.120
Devolvidos	4.120

Tabela 11 – Atuação das Promotorias de Justiça - Criminal

1.1.8.2. ATIVIDADE PROCESSUAL – CÍVEL E INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Na **Atividade Processual – Cível e Infância e Adolescência**, foram tomadas as seguintes providências:

DADOS	QUANTIDADE
Processos Cíveis – 1º Grau	
Recebidos ou Instaurados pelo MP no Mês	110.988
Devolvidos	109.656
Manifestação	76.815
Ciências	7.584
Processos Cíveis – 2º Grau	
Recebidos	6.978
Devolvidos	6.937
Infância e Adolescência – Apuração de Ato Infracional	
Recebidos	6.523
Devolvidos	6.491
Representação	544
Ciências	129
Infância e Juventude – Área Cível	
Recebidos	12.046
Devolvidos	12.019
Manifestação	9.252
Ciências	427

Tabela 11 - Atuação das Promotorias de Justiça - Processual Cível e Infância e Adolescência

1.1.8.3. EXTRAJUDICIAL

Os dados contidos nas Tabelas Unificadas, relacionados à Área Extrajudicial, demonstram os resultados constantes da tabela a seguir:

DADOS	QUANTIDADE
Instauração	
Notícias de Fato	6.406
Procedimentos Preparatórios	2.207
Inquéritos Civis	1.302
Total de Instaurações	9.915
Arquivamentos	
Arquivamento Sumário	3.309
Arquivamento com Remessa ao CSMP	1.376
Total de Arquivamentos	5.704
Providências Decorrentes	
Ações Cautelares	27
Ações Civis Públicas	760
Ações de Improbidade	62
Ações Criminais	53
Termos de Ajustamento de Conduta	70
Ações de Execução	103
Total Providências Decorrentes	1.075

Tabela 12 - Atuação das Promotorias de Justiça - Extrajudicial

1.1.8.4. TRABALHO EM PARCERIA COM ÓRGÃOS DE APOIO

1.1.8.4.1. CENTRO MÉDICO

O Ministério Público de Sergipe possui em sua estrutura um Centro Médico, que realiza procedimentos de enfermagem e atendimento médico aos seus integrantes. Além desses serviços, o setor presta atendimento às Promotorias de Justiça que necessitam de seu apoio, a exemplo da IV Promotoria dos Direitos do Cidadão: especializada na defesa do acidentado do trabalho, do idoso, do deficiente, dos direitos humanos em geral, dentre outros.

Dessa forma, a enfermeira lotada no Centro Médico, além do exercício de suas atividades profissionais, interna corporis, acompanha a equipe da Divisão de Serviço Social, a fim de realizar visitas domiciliares, no intuito de observar o estado geral dos pacientes e avaliar a assistência prestada pelos órgãos responsáveis, além de acolher e ouvir os assistidos dos grupos vulneráveis, orientando-os, para garantir a confiabilidade desejada dentro das ações desenvolvidas pelo Ministério Público.

Em decorrência dessas visitas, são sugeridos, por meio de relatórios, subsídios para assegurar a melhoria na assistência e nos encaminhamentos.

No período em foco, foram realizadas 02 (duas) visitas domiciliares.

1.1.8.4.2. GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO – GAECO

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO é órgão vinculado à Procuradoria-Geral de Justiça, dirigido por Membro do Ministério Público, designado pelo Procurador-Geral de Justiça, com atribuição judicial e extrajudicial relacionada ao combate do crime organizado.

O GAECO do Ministério Público de Sergipe tem atuado junto às Promotorias de Justiça do Estado, visando evitar a pessoalização da ação penal no Promotor de Justiça que atua no caso, em razão da periculosidade dos réus.

1.1.8.4.3. GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL – GSI

O Gabinete de Segurança Institucional – GSI, órgão vinculado à Procuradoria-Geral de Justiça, é dirigido por Membro do Ministério Público, designado pelo Procurador-Geral de Justiça, com atribuição para adotar medidas de execução e de assessoramento dos Membros da Instituição nos assuntos relativos à segurança institucional.

Durante o ano de 2014, o GSI realizou diversas atividades, dentre as quais destacaram-se as seguintes:

- Visitas de Inspeção de Segurança Preventiva;
- Instrução de Serviço nº 001/14-GSI/MPSE, de 19 de maio de 2014 - Dispõe sobre as Atribuições e Funções dos Bombeiros Militares à disposição do Ministério Público de Sergipe;
- Instrução de Serviço nº 002/14-GSI/MPSE, de 20 de maio de 2014 - Dispõe, no âmbito do Gabinete de Segurança

Institucional, sobre as atribuições e funções dos funcionários da Multserv, porteiros, prestadores de serviços no edifício-sede do MPSE;

- Instrução de Serviço nº 003/14-GSI/MPSE, de 20 de maio de 2014 - Dispõe sobre a Atribuição dos Policiais Militares e Bombeiros Militares, à disposição do Ministério Público de Sergipe, na execução dos serviços de sinalização, com cones disciplinadores, na área externa do edifício-sede do Ministério Público de Sergipe e estabelece procedimento de ação laborativa aos Vigilantes da Multiseg;
- Instrução de Serviço nº 004/14-GSI/MPSE, de 28 de maio de 2014 - Dispõe sobre procedimentos para o uso do detector de metais pelos Agentes de Segurança que atuam nas recepções da Sede e Subsedes do Ministério Público de Sergipe;
- Portaria n° 4.099/2014, de 15 de outubro de 2014, que institui Manual de Procedimentos Gerais para Execução dos Serviços de Segurança Institucional no âmbito do Edifício-Sede do Ministério Público do Estado de Sergipe e dá outras providências;
- Portaria n° 4.100/2014, de 15 de outubro de 2014, que institui o porte de arma de fogo para uso dos Servidores ocupantes de cargo efetivo do Ministério Público de Sergipe em função de Agente de Segurança Institucional Orgânica no âmbito da Instituição, e dá outras providências;
- Portaria n° 4.101/2014, de 15 de outubro de 2014, que dispõe sobre o controle e registro da entrada e saída de bens das dependências do Edifício-Sede do Ministério Público de Sergipe e dá outras providências;
- Portaria n° 4.102/2014, de 15 de outubro de 2014, que dispõe sobre as normas, no âmbito do Ministério Público do Estado de Sergipe, para a aquisição, registro, transferência e porte de arma de fogo de uso restrito por Procuradores e Promotores de Justiça, além de aquisição de munição e acessórios.

1.1.8.4.4. DIVISÃO DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

A Divisão de Engenharia e Manutenção do Ministério Público de Sergipe, dentre outras atividades, presta serviços para diversas Promotorias de Justiça do Estado através da realização de inspeções, com o objetivo de verificar as condições da estrutura física desses ambientes, propor novos *layouts* e/ou identificar a necessidade de reformas e/ou ampliações.

O quantitativo de vistorias realizadas pela referida Divisão, no período de janeiro a 17 de novembro do ano em foco, consta do seguinte gráfico:

ENGENHARIA - TOTAIS DE VISTORIA EM INSTALAÇÕES PRÓPIAS - 2014

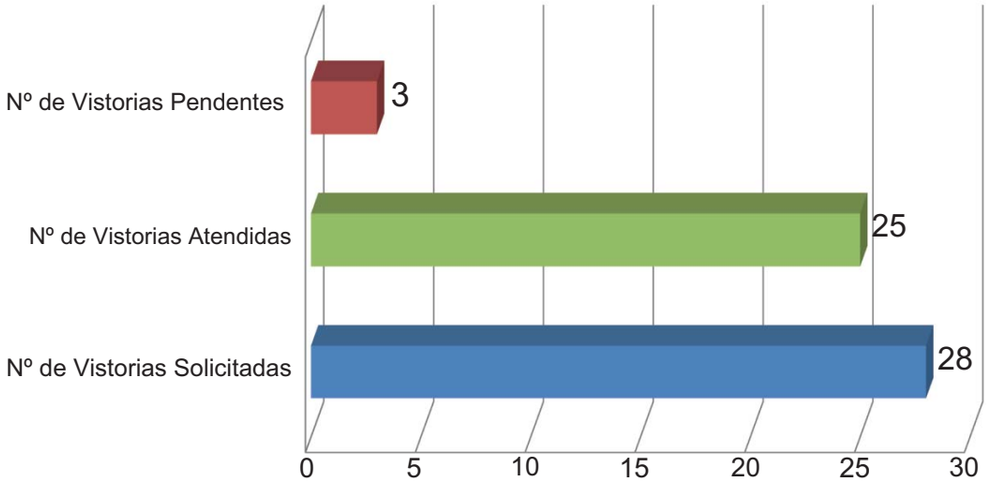


Gráfico 7 - Vistorias Realizadas pela Divisão de Engenharia

1.1.8.4.5. PERÍCIA TÉCNICA

A Divisão de Perícia Técnica do Ministério Público do Estado de Sergipe possui profissionais da área de ciências exatas, que desenvolvem as suas atividades auxiliando os Promotores de Justiça e Procuradores de Justiça nas atividades fins da Instituição, fornecendo suporte técnico e científico para a melhor execução dos seus trabalhos, zelando pela veracidade e integridade das informações geradas.

Durante o ano de 2014, a Divisão acompanhou as Promotorias de Justiça com atribuições de Curadoria da Infância e da Adolescência, em visitas às entidades de Acolhimento à crianças e adolescentes em situação de risco, a fim de verificar suas condições físicas e estruturais, em cumprimento à Portaria nº 3731/13, de 04 de dezembro de 2013, que instituiu Comissão Técnica para esse fim.

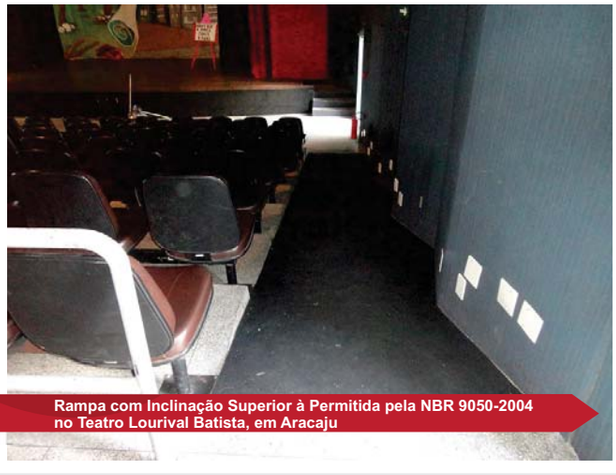
As vistorias realizadas visam garantir a integridade física dos internos, uma estrutura física de qualidade e um local salubre e seguro aos menores, conforme apresentado nas fotos a seguir:

Infiltração em dormitório do Abrigo Terezinha Rodrigues do Amor Divino no município de Umbaúba

Garagem transformada em quarto no Abrigo Anjos do Futuro no município de Boquim

A 4ª Promotoria do Cidadão Especializada na Defesa do Acidentado do Trabalho, Idoso, Pessoa com Deficiência Física e Direitos Humanos em Geral, o Centro de Apoio Operacional da Educação e a Promotoria de Justiça de Araruá/Distrito Pedrinhas também solicitaram vistorias em estabelecimentos, a fim de verificar se atendem às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 9050-2004. As imagens das vistorias são apresentadas a seguir:

Visão do piso tátil do Banco do Nordeste de acordo com a NBR 9050-2004, em Aracaju



Rampa com Inclinação Superior à Permitida pela NBR 9050-2004 no Teatro Lourival Batista, em Aracaju

Ainda em 2014, foram realizadas vistorias pela Divisão de Perícia Técnica, solicitadas pelo Centro de Apoio Operacional da Educação e Promotoria de Justiça dos Direitos à Educação, no intuito de verificar se a estrutura física das Escolas Públicas Estaduais e Municipais garantem ou não risco à comunidade escolar que ali transita, conforme demonstra-se nas fotos abaixo:

Visão da Rampa de Entrada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Laonte Gama da Silva, em Aracaju

Cobertura em Policarbonato Deteriorada na Creche da Escola Municipal de Ensino Fundamental Papa João Paulo II, em Aracaju.

Por fim, a mencionada Divisão também prestou apoio à Promotoria de Justiça de Riachuelo – Distrito Santa Rosa de Lima, que solicitou um novo exame pericial consubstanciado em a análise físico-química e bacteriológica para averiguar se o fornecimento de água nesse município é realizado de forma regular e contínua a toda comunidade.

Os gráficos a seguir, demostram de forma quantitativa, o trabalho realizado pela Divisão de Perícia Técnica no decorrer dos meses de janeiro a novembro de 2014:

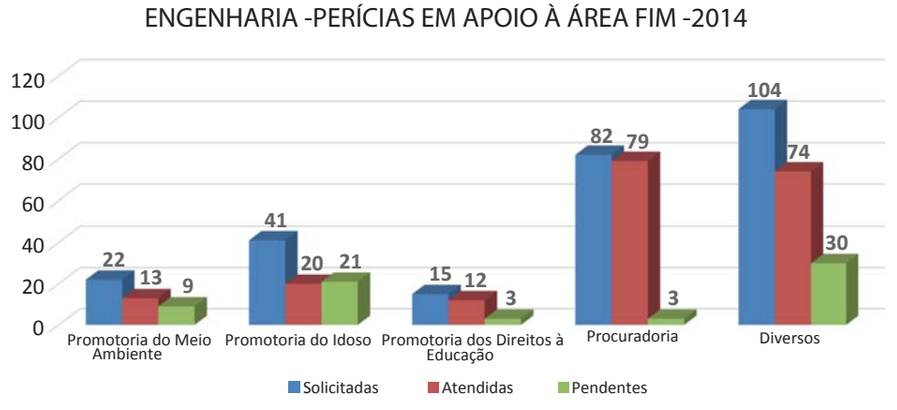


Gráfico 8 - Atuação da Perícia Técnica em Apoio à Área Fim

ENGENHARIA -TOTAIS DE PERÍCIAS EM APOIO À ÁREA FIM -2014

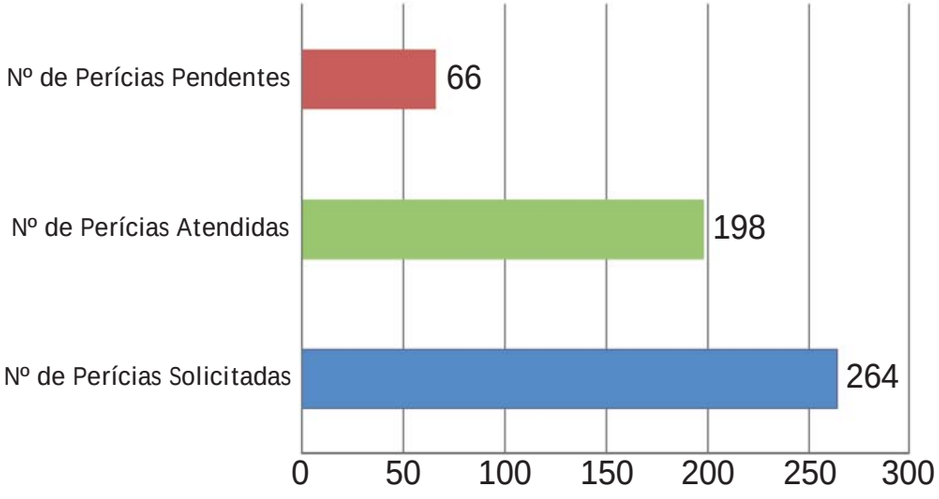


Gráfico 9 - Atuação da Perícia Técnica - Atendimento às Solicitações

1.1.8.4.6. DIVISÃO DE PERÍCIA CONTÁBIL

A Divisão de Perícia Contábil do Ministério Público de Sergipe realiza, no âmbito da Instituição, estudos técnicos e análises periciais na área contábil.

A atividade do setor auxilia as Promotorias de Justiça de todo o Estado, proporcionando embasamento técnico contábil às decisões proferidas.

Em termos gerais, as demandas foram realizadas conforme demonstra os gráficos adiante:

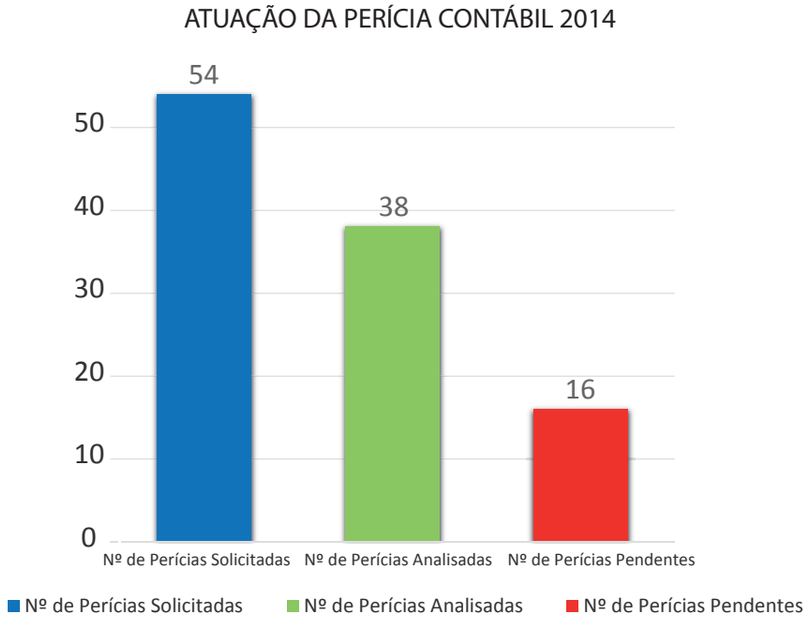


Gráfico 10 - Atuação da Perícia Contábil por Demandante

PERÍCIA CONTÁBIL POR DEMANDANTE - 2014

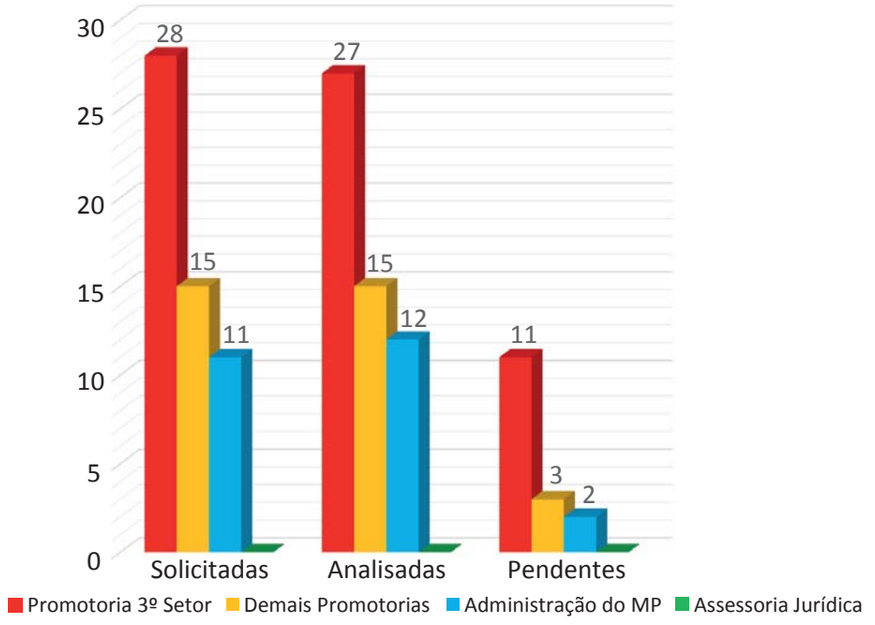


Gráfico 11 - Atuação da Perícia Contábil

Ressalte-se que, durante o exercício, a Divisão de Perícia Contábil analisou mais 16 (dezesseis) processos, remanescentes do ano de 2013, totalizando a análise de 54 (cinquenta e quatro) perícias no ano de 2014.

1.1.8.4.7. DIVISÃO DE SERVIÇO SOCIAL

A Divisão de Serviço Social – DIVSS do Ministério Público de Sergipe tem suas atividades regulamentadas pela Portaria nº 4.039/2013, de 17 de dezembro de 2013, destacando-se, dentre elas, as seguintes:

- assessorar as Promotorias de Justiça e os Centros de Apoio Operacional, em matéria de Serviço Social;
- analisar procedimentos para avaliar e identificar as violações de direitos fundamentais de segmentos sociais e grupos socialmente discriminados, oferecendo subsídios para as manifestações do Ministério Público;
- realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;
- assessorar Membro do Ministério Público em audiências públicas.

O quadro das atividades desenvolvidas pela DIVSS, no período de janeiro a novembro de 2014, refere-se às solicitações das demandas encaminhadas pelas Promotorias Especializadas, Centros de Apoio Operacional e pelos Projetos apoiados pelo Ministério Público ou desenvolvidos pela Coordenação de Evolução Humana, Ética, Espiritualidade e Fraternidade.

O gráfico abaixo demonstra, em termos quantitativos e percentuais, as atividades que mais demandaram atenção por parte do setor. Nesse sentido, observa-se as categorias Monitoramento/Execução de Projetos, Elaboração de Relatórios e Visita Institucional com os maiores percentuais, correspondendo a 76% das atividades executadas no período acima mencionado.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA DIVSS - 2014

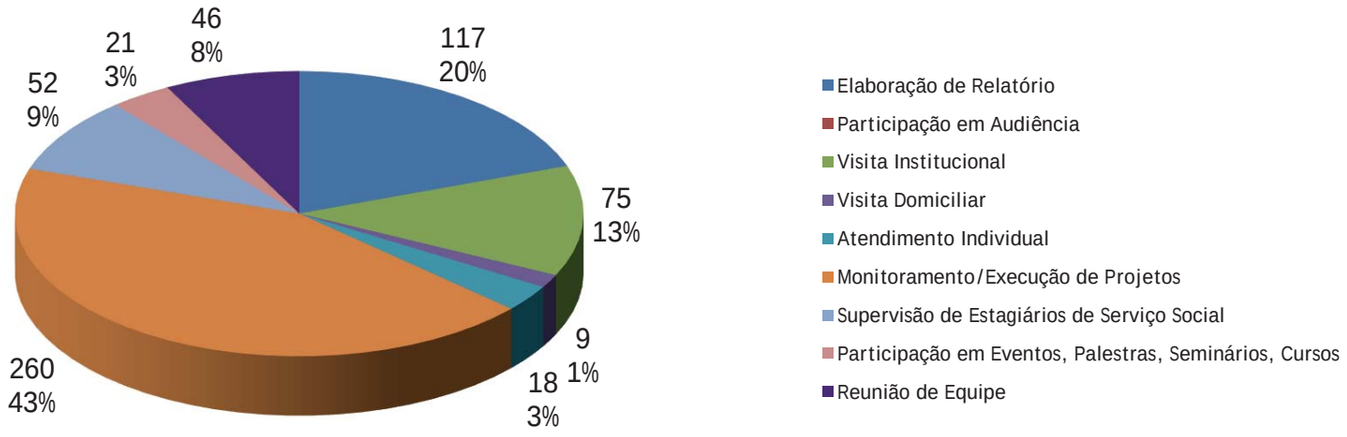


Gráfico 12 - Atividades da Divisão de Serviço Social

O Serviço Social no MPSE demarca o seu espaço de atuação no assessoramento às Promotorias do MPSE, mediante requerimento de serviço. No gráfico a seguir, observa-se que os requerimentos são oriundos das Promotorias Especializadas e dos Projetos promovidos ou apoiados por este Órgão. As Promotorias fizeram 313 (trezentas e treze) solicitações, alcançando o índice de 54% (cinquenta e quatro por cento) das atividades do setor no período de janeiro a novembro de 2014, contabilizando, desta forma, um percentual superior ao referente à atuação junto aos Projetos. A participação nos Projetos acompanhados pela Instituição totalizou 46% (quarenta e seis por cento) do serviço realizado, registrado em 271 (duzentas e setenta e uma) ações, sinalizando o empenho do MPSE e desta Divisão nas atividades propiciadoras da inclusão social.

ATUAÇÃO DA DIVISÃO DE SERVIÇO SOCIAL POR DEMANDANTE - 2014

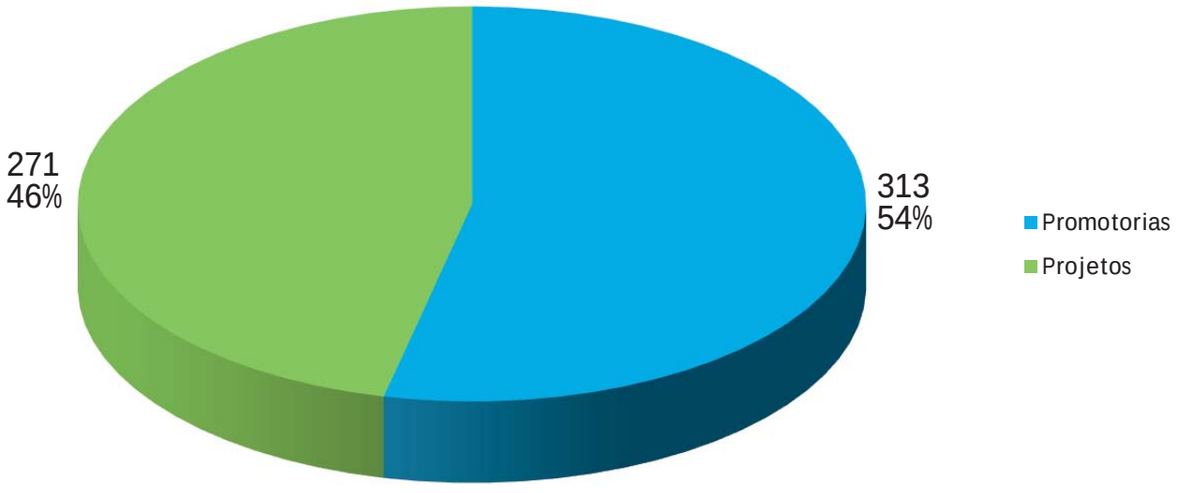


Gráfico 13 - Atuação da Divisão de Serviço Social por Demandante

Dentre essas Promotorias, duas áreas demandaram o trabalho técnico da Divisão de Serviço Social, a saber: Infância e Adolescência, responsável por 92% (noventa e dois por cento), e Idoso, com 8% (oito por cento) das solicitações, de acordo com o demonstrado no seguinte gráfico:

ATUAÇÃO DA DIVISÃO DE SERVIÇO SOCIAL POR ESPECIALIDADE - 2014

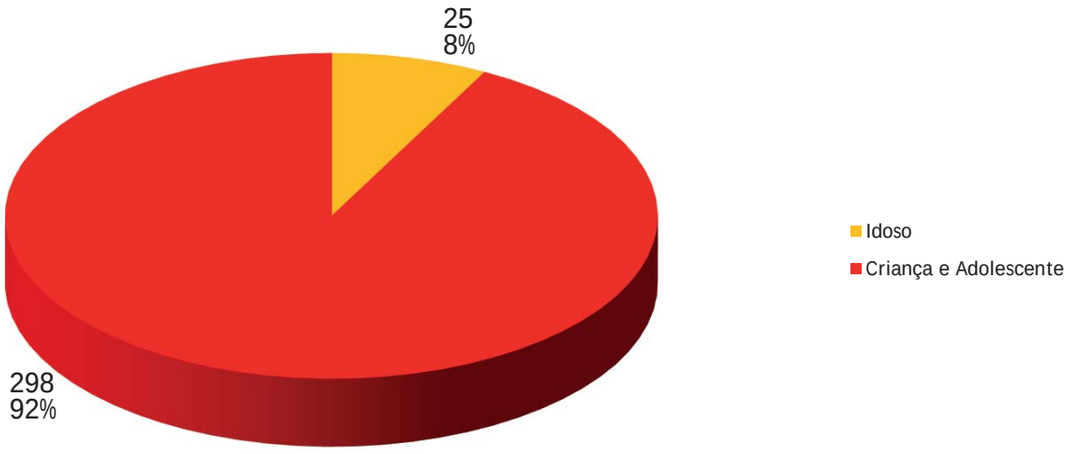


Gráfico 14 - Atuação da Divisão de Serviço Social por Especialidade

Por fim, cabe ressaltar que o resultado positivo do trabalho da equipe da DIVSS, enquanto integrante da Comissão Técnica, para assessorar as Promotorias de Justiça com atribuições de curadoria da Infância e Adolescência, da Capital e do Interior, nas visitas às Instituições de Acolhimento às Crianças e Adolescentes em situação de risco, culminou na elaboração do livro TECENDO MUDANÇAS: Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes em Sergipe "Relatos de Experiência". Esse projeto teve a participação de outros profissionais integrantes da Comissão.

1.1.9. SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A Secretaria-Geral do Ministério Público de Sergipe é exercida por Promotor de Justiça da entrância mais elevada, designado pelo Procurador-Geral de Justiça, cabendo-lhe a supervisão dos serviços administrativos da Instituição.

No exercício de 2014, destacaram-se as seguintes atividades na Secretaria-Geral:

- elaboração e divulgação da escala de férias com 06 (seis) meses de antecedência;
- regularização da escala de férias de todos os Promotores de Justiça, evitando a prescrição;
- divulgação da escala anual de plantões, com distribuição equitativa entre todos os Promotores de Justiça;
- divulgação da escala de plantão dos Promotores de Justiça, para os dias úteis, com antecedência de 01 (um) ano;
- organização de plantões de Recesso, Eleitorais, Mutirões, dentre outros;
- contatos semanais com todos os Promotores de Justiça plantonistas, a fim de lembrá-los do aludido compromisso;

- contatos semanais com todos os Promotores de Justiça aposentados;
- comunicação das designações eleitorais à Procuradoria Regional Eleitoral até o dia 05 de cada mês;
- confecção e organização, com no mínimo 06 (seis) meses de antecedência, do quadro de designações de substituição de Promotores de Justiça;
- contatos telefônicos e encaminhamentos, para os endereços eletrônicos funcionais das Promotorias e dos Promotores de Justiça, das correlatas Portarias de designação de substituições;
- confecção, organização e arquivamento de portarias de designação de substituição e outras, totalizando o importe de 3.922 (três mil, novecentas e vinte e duas) Portarias;
- confecção e encaminhamento de 185 (cento e oitenta e cinco) Ofícios-Circulares e 1.073 (mil e setenta e três) Ofícios expedidos;
- controle e otimização dos gastos com telefone limitados em R$ 110,00 (cento e dez reais) por unidade, com remessa mensal de relatório relativo a cada Promotoria de Justiça;
- auxílio na divulgação e operacionalização do plano corporativo de aparelhos celulares, chips e modens, com a pactuação de tarifas menores que as regularmente praticadas para os consumidores em geral, além da fixação de tarifa zero para conversação entre os Membros do Ministério Público que contratarem o referido plano;
- organização e envio/reenvio das correspondências encaminhadas à sede do Ministério Público (Edifício Governador Luiz Garcia) e dirigidas aos Promotores de Justiça;
- atualização e remessa mensal, via e-mail, para os endereços eletrônicos dos Promotores de Justiça, da Lista Telefônica contendo números dos aparelhos celulares e fixos dos Membros e alguns servidores da área administrativa;
- aprimoramento de rotinas administrativas entre a Secretaria-Geral e as Diretorias de Administração, de Tecnologia da Informação, de Recursos Humanos e de Finanças;
- implementação das atividades da Comissão de Controle Interno, através do monitoramento e acompanhamento dos gastos do almoxarifado e das copas do Ministério Público, além de despesas com combustível e peças de veículos;
- implementação do uso de e-mails oficiais por todas as unidades do Ministério Público, como forma de agilizar o trânsito das informações e de economizar quantias gastas com AR e SEDEX, as quais somente são autorizadas, em caráter de excepcionalidade;
- manutenção e melhoria de mecanismos rigorosos relativos ao Controle de Ponto dos Servidores dos Serviços Auxiliares do Ministério Público, bem como da permanência dos mesmos nos postos de trabalho;
- organização e realização do Sorteio de Férias dos Promotores de Justiça;
- participação do Secretário-Geral do Ministério Público do Estado de Sergipe em várias comissões que tratam de assuntos de interesse institucional, na maioria delas figurando na condição de Presidente).

1.1.10. ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ESMP

A Escola Superior do Ministério Público de Sergipe, centro de estudos e aperfeiçoamento funcional dos Membros e Servidores da Instituição, é órgão dotado de autonomia administrativa e financeira, voltado à execução de atividades de ensino e pesquisa.

São atribuições gerais da ESMP:

1. aprimorar a capacitação técnico-profissional dos Membros e Servidores do Ministério Público;
2. desenvolver projetos e programas de pesquisa na área jurídica;
3. promover cursos, simpósios e congressos, ciclos de estudo, palestras, conferências;
4. celebrar convênios, estabelecer intercâmbio cultural com instituições congêneres, visando ao aperfeiçoamento cultural e funcional dos integrantes do Ministério Público;
5. editar publicações científicas;
6. contribuir para o recrutamento e a formação de recursos humanos, preferencialmente para os quadros do serviço público da Administração direta ou indireta do Estado de Sergipe e dos municípios

A Escola Superior do Ministério Público do Estado de Sergipe dispõe de 4 (quatro) salas de aulas, com capacidade individual de cerca de 80 (oitenta) pessoas, e uma biblioteca, que é permanentemente atualizada com novos títulos, e acervo digitalizado para consultas ou empréstimos, além do sistema de pesquisa Biblioteca Digital Fórum de Direito, o qual disponibiliza conteúdo jurídico *online*.

Maiores detalhes a respeito das atividades da Escola Superior estão destacados em tópicos específicos no decorrer do Relatório.

CAOp

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL

1.1.11. CENTROS DE APOIO OPERACIONAL

Os Centros de Apoio Operacional do Ministério Público de Sergipe - CAOps, criados a partir da Resolução nº 007/2011 – CPJ, de 21 de julho de 2011, são órgãos auxiliares da atividade funcional da Instituição, coordenados e supervisionados pela Coordenadoria-Geral, com atribuições nas áreas a seguir:

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL

Atividades Cíveis e Criminais

1.1.11.1. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL ÀS ATIVIDADES CÍVEIS E CRIMINAIS

Ao Centro de Apoio Operacional às Atividades Cíveis e Criminais compete exercer suas atribuições nas áreas cível e criminal não inseridas nas atribuições específicas dos demais Centros de Apoio.

A tabela em seguida especifica as atividades realizadas por esse CAOp, até o dia 16 de novembro de 2014:

CAOp Atividades Cíveis e Criminais				
Participação do Órgão em Congressos, Palestras, Seminários, *Workshops* e Outros Eventos Externos				
Tipo do Evento	**Nome do Evento**	**Detalhamento do Evento**	**Período de Realização**	**Local**
Workshop	2º *Workshop* CAOps e Promotorias Executando o Planejamento Estratégico	O Workshop teve como objetivo apresentar os projetos desenvolvidos pelos Centros de Apoio Operacional, nas suas respectivas áreas de atuação	02/06/2014	Aracaju/SE
			09/06/2014	Aracaju/SE
Outros eventos externos	MP Itinerante	Promover a cidadania, oportunizando às comunidades residentes em locais de difícil acesso no interior do Estado o atendimento direto por parte da Instituição	21/03/2014	Capela/SE
			11/04/2014	Propriá/SE
			16/05/2014	Poço Redondo/SE
			06/06/2014	Povoado Triunfo, Simão Dias/SE
			18/07/2014	Lagarto/SE
			26/09/2014	Nossa Senhora das Dores/SE

Tabela 13 - Participação do CAOp Atividades Cíveis e Criminais em Eventos

Iniciativas - CAOp Atividades Cíveis e Criminais	
Encaminhamento de Material Informativo, Doutrinário e Jurisprudencial Boletins de Jurisprudência, Material Informativo, Notas Técnicas e Súmulas Vinculantes do STF	23
Ofícios Expedidos	36
Outras Atividades de Apoio • Encaminhamento de material de pesquisa (doutrinária, jurisprudencial e legislativa) solicitada por Membros • Apoio a demandas solicitadas por Comissões no âmbito do MPSE • Estudos sobre práticas que visem o aprimoramento institucional • Estudos sobre práticas que visem à otimização dos trabalhos institucionais • Apoio a demandas institucionais que objetivem a qualificação dos Membros e Servidores do MPSE • Apoio às consultas formuladas pelo Conselho Nacional do Ministério Público	06
Participações em Reuniões ou Encontros • Reunião na Associação Sergipana do Ministério Público - ASMP • Reunião do grupo de trabalho objetivando apresentar estudos acerca da padronização das Promotorias de Justiça • Reunião com a Escola Superior do Ministério Público - ESMP • Inspeção do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP • Seminário: "Drogas: Uma Problemática Multidisciplinar" • Palestra "Justiça Restaurativa" – Escolas de Perdão e Reconciliação • Palestra sobre Tabelas Unificadas • Curso de Controle Externo da Atividade Policial	08
Pesquisa Doutrinária ou Jurisprudencial • Delação anônima • Teoria do fato consumado • Aplicativo "*secret*" • Correição parcial • Desgravação de interceptações telefônicas	05

Tabela 14 - Atividades Desenvolvidas pelo CAOp Atividades Cíveis e Criminais

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL
Infância e Adolescência

1.1.11.2. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Ao Centro de Apoio Operacional da Infância e Adolescência compete, precipuamente, exercer suas atribuições na área da promoção, proteção e defesa da criança e do adolescente, prestando apoio técnico e operacional às Promotorias de Justiça com atribuição na área infantojuvenil.

Além disso, o CAOp – Infância e Adolescência desenvolve projetos de caráter educativo e preventivo nos temas relacionados à infância e adolescência, a exemplo de prevenção ao uso de drogas, reconhecimento formal de paternidade, enfrentamento ao abuso e exploração sexual, diagnóstico do acolhimento institucional e incentivo à cultura.

Outrossim, estimula a integração e o intercâmbio entre os órgãos que compõem o Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente, como Conselhos Tutelares, Conselhos de Direitos, além de Gestores Estadual e Municipais.

Nas tabelas a seguir, são demonstradas as principais ações desenvolvidas pelo Centro de Apoio durante os meses de janeiro a novembro de 2014:

CAOp dos Direitos da Infância e Adolescência		
Instrumentos de Acordo Firmados pelo Órgão (Termos de Cooperação/Convênio)		
Tipo do Instrumento de Acordo	**Número do Instrumento de Acordo**	**Objetivo do Instrumento de Acordo**
Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica	005/2013	Celebração do Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica nº 005/2013 com a Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social – SEIDES, com o objetivo concernente à alteração de prazo e de valor, para custear a realização de exames de DNA
Termo de Referência para Desenvolvimento de *Software*		Celebração do Termo de Referência para Desenvolvimento de *Software* com a Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social – SEIDES, com o objetivo concernente ao Desenvolvimento e Implantação de *Software* e Serviços para o Projeto SALVE Criança e Adolescente

Tabela 15 – Instrumentos de Cooperação Firmados pelo CAOp Infância e Adolescência em Eventos

CAOp dos Direitos da Infância e Adolescência				
Participação do Órgão em Congressos, Palestras, Seminários, *Workshops* e Outros Eventos Externos				
Tipo do Evento	**Nome do Evento**	**Detalhamento do Evento**	**Período de Realização**	**Local**
Seminário	Seminário de Disseminação para tratar acerca da municipalização do acolhimento e das medidas socioeducativas em meio aberto	Seminário de Disseminação com a participação de representantes da Coordenadoria da Infância e Juventude do TJSE, SEIDES, Promotor de Justiça e Juiz de Direito local, além de integrantes da rede de atendimento, para tratar acerca da municipalização do acolhimento e das medidas socioeducativas em meio aberto	21/02/2014	Barra dos Coqueiros/SE
Reunião	I Reunião Ordinária de 2014 do Grupo Nacional de Direitos Humanos - GNDH		11 a 13/03/2014	Florianópolis/SC
Palestra	Justiça Restaurativa		14/04/2014	Sede do MPSE
Evento	Capacitação de Socioeducadores	Evento sobre a capacitação de socioeducadores, realizado pela Fundação Renascer	23/04/2014	Hotel Real Classic

Continua...

CAOp dos Direitos da Infância e Adolescência				
Participação do Órgão em Congressos, Palestras, Seminários, *Workshops* e Outros Eventos Externos				
Tipo do Evento	**Nome do Evento**	**Detalhamento do Evento**	**Período de Realização**	**Local**
Reunião	SINASE	Reunião com o CNMP para tratar do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE	06 a 07/05/2014	Goiânia/GO
Reunião	II Reunião Ordinária de 2014 do Grupo Nacional de Direitos Humanos - GNDH		07 a 09/05/2014	Goiânia/GO
Fórum	1º Fórum de Combate à Violência	Evento realizado pelo Rotary Clube de Aracaju	13/05/2014	Tribunal de Contas de Sergipe
Encontro	15º Encontro do FONAJUV – Fórum Nacional da Justiça Juvenil	Evento sobre Justiça Restaurativa	22/05/2014	Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe
Evento	Evento inaugural/comissão intersetorial para elaboração do Plano Decenal Estadual	Evento promovido pelo Centro de Defesa da Criança e do Adolescente - CEDCA	26/05/2014	SEIDES
Workshop	2º *Workshop* CAOps e Promotorias executando o Planejamento Estratégico	Apresentação do tema "Realidade do Atendimento Socioeducativo no Estado de Sergipe" no 2º *Workshop* CAOps e Promotorias executando Planejamento Estratégico, realizado pelo MPSE	02 e 09/06/2014	MPSE
Palestra	Instalação do Comitê Intersetorial Decenal do Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo		03/06/2014	Aracaju/SE
Reunião	III Reunião Ordinária de 2014 do Grupo Nacional de Direitos Humanos - GNDH		21 a 23/07/2014	Manaus/AM
Reunião	Reunião do Conselho Nacional do Ministério Público	Educação Infantil	01 a 02/09/2014	Rio de Janeiro/ RJ
Reunião	IV Reunião Ordinária de 2014 do Grupo Nacional de Direitos Humanos - GNDH	Temas variados alusivos à criança e adolescentes	03 a 05/09/2014	Rio de Janeiro/ RJ
Congresso	Congresso Brasileiro de Pediatria	Violência contra adolescentes	25/09/2014	Hotel Prodigy – Aracaju/SE
Seminário	Seminário e Entrega do Selo Social Vira Vida	Seminário e Entrega do Selo Social Vira Vida aos parceiros e, inclusive, ao Centro de Apoio Operacional da Infância e Adolescência	29/10/2014	SESI – Aracaju/ SE

Tabela 16 - Participação do CAOp Infância e Adolescência em Eventos

CAOp dos Direitos da Infância e Adolescência				
Eventos Promovidos pelo Órgão				
Tipo do Evento	**Nome do Evento**	**Detalhamento do Evento**	**Período de Realização**	**Local**
Seminário	"A Política de Atendimento Socioeducativo no estado de Sergipe: o que fazer?"	Evento focado na reflexão das demandas do Sistema Socioeducativo em Sergipe, e encaminhamentos necessários à efetiva seguridade dos dispositivos legais, na perceptiva de seu funcionamento, e na garantia do respeito aos direitos e à cidadania do adolescente em conflito com a lei	10/03/2014	Auditório Promotor Valdir de Freitas Dantas - sede do MPSE
Seminário	1º Seminário "Conscientização para Prevenção"	Seminário do Projeto Transformando Pela Fé, parceria do Ministério Público com os segmentos religiosos, para o enfrentamento das drogas	24/04/14	Bairro Coroa do Meio/ Atalaia Aracaju/SE
Seminário	"Dia 18 de Maio – Dia Nacional de Combate ao Crime contra a Dignidade Sexual da Criança e do Adolescente"	Evento focado para rememorar, sensibilizar, mobilizar, convocar e exigir da família, comunidade, sociedade e do Poder Público a execução de ações de proteção e cuidado da criança e adolescente vítima e de responsabilização do agressor	19/05/2014	Auditório Promotor Valdir de Freitas Dantas - sede do MPSE
Seminário	2º Seminário "Conscientizando para Prevenção"	Seminário do Projeto Transformando Pela Fé, parceria do Ministério Público com os segmentos religiosos, para o enfrentamento das drogas	29/05/2014	Bairro Santa Maria Aracaju/SE
Seminário	3º Seminário "Conscientizando para Prevenção"	Seminário do Projeto Transformando Pela Fé, parceria do Ministério Público com os segmentos religiosos para o enfrentamento das drogas	09/07/2014	Bairro Augusto Franco Aracaju/SE
Seminário	4º Seminário "Conscientização para Prevenção"	Seminário do Projeto Transformando Pela Fé, parceria do Ministério Público com os segmentos religiosos, para o enfrentamento das drogas	24/09/2014	Bairro Santos Dumont – Aracaju/SE

Tabela 17 - Eventos Promovidos pelo CAOp Infância e Adolescência

Inciativas - CAOp dos Direitos da Infância e Adolescência	
Audiências públicas	80
Encaminhamento de Material Informativo, Doutrinário e Jurisprudencial • Material informativo sobre os eventos realizados pelo CAOp e para elaboração dos Planos Municipais Decenais • Carta-Circular nº 3667, do Banco Central, que atendeu a Recomendação nº 02/2014/PFDC sobre a elaboração de ato normativo que determinasse às entidades bancárias a autorização de abertura de contas bancárias titularizadas por crianças e adolescentes sob acolhimento institucional ou familiar	-
Ofícios Expedidos	242
Participações em Reuniões ou Encontros • Reuniões na Petrobrás, para tratar sobre a reativação do Projeto Esperançarte • Reuniões do Conselho Estadual de Entorpecentes – CONEM • Reunião da Comissão Intersetorial de Elaboração do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, promovida pelo CEDCA • Reunião para a mobilização dos 33 Municípios que possuem Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, na construção do Plano Decenal, realizada pela Secretaria de Estado de Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social – SEIDES • Reunião do Conselho Estadual de Entorpecentes – CONEM • Participação no 4º Curso de Capacitação em Tabelas Unificadas no Ministério Público do Estado de Sergipe • Participação nas audiências concentradas na 16ª Vara Cível • Reunião da CIB – Comissão Intergestora Bipartite, na SEIDES	20
Pesquisa Doutrinária ou Jurisprudencial Disponibilização no site do Ministério Público Sergipano, notadamente no campo Institucional/Centros de Apoio Operacional, de informativos do STF e do STJ e de Jurisprudências alusivas à temática da criança e adolescentes	-
Visitas Realizadas	35

Tabela 18 - Atividades Desenvolvidas pelo CAOp Infância e Adolescência

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL

Defesa do Patrimônio Público e da Ordem Tributária

1.1.11.3. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA ORDEM TRIBUTÁRIA

O Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Ordem Tributária exerce suas atribuições em todo Estado, priorizando o estabelecimento de condições técnicas e administrativas para o pronto atendimento das mais diversas demandas oriundas das Promotorias de Justiça com atuação na defesa do Patrimônio Público e da Ordem Tributária.

A tabela a seguir especifica as principais atividades realizadas por esse CAOp, até novembro de 2014:

CAOp de Defesa do Patrimônio Público e da Ordem Tributária				
Participação do Órgão em Congressos, Palestras, Seminários, *Workshops* e Outros Eventos Externos				
Tipo do Evento	**Nome do Evento**	**Detalhamento do Evento**	**Período de Realização**	**Local**
Evento Externo	Projeto "MP Itinerante"	Promover a cidadania, oportunizando às comunidades residentes em locais de difícil acesso no interior do Estado o atendimento direto por parte da Instituição	21/03/2014	Capela/SE
			11/04/2014	Propriá/SE
			06/06/2014	Povoado Triunfo Simão Dias/SE
			18/07/2014	Lagarto/SE
			22/08/2014	Itabaianinha/SE
Evento Externo	Reunião da ENASP	Reunião com o objetivo de debater e esclarecer o cumprimento da Meta 2 (dois) da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública - ENASP pelo MPSE	22/09/2014	Brasília/DF

Tabela 19 - Participação do CAOp de Defesa do Patrimônio Público e da Ordem Tributária em Eventos

Iniciativas - CAOp de Defesa do Patrimônio Público e da Ordem Tributária	
Encaminhamento de Material Informativo, Doutrinário e Jurisprudencial Pesquisa SISAP	85
Ofícios Expedidos	119
Outras Atividades de Apoio	02
Participações em Reuniões ou Encontros Encontro nacional de Procuradores- Gerais (CNPG)	02
Pesquisa Doutrinária ou Jurisprudencial Pesquisas a fim de enriquecer os arquivos internos do CAOp - Patrimônio Público	36

Tabela 20 - Atividades Desenvolvidas pelo CAOp de Defesa do Patrimônio Público e da Ordem Tributária

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL

Direitos Humanos

1.1.11.4. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

O Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos exerce suas atribuições na promoção, proteção e defesa dos direitos das pessoas com deficiência, idoso, vítimas de crimes, saúde do trabalhador e dos direitos constitucionais do cidadão. Além disso, atua ainda na defesa do consumidor e na área dos serviços de relevância pública.

O CAOp dos Direitos Humanos realizou, no período em tela, as seguintes atividades, dentre outras:

CAOp dos Direitos Humanos				
Participação do Órgão em Congressos, Palestras, Seminários, *Workshops* e Outros Eventos Externos				
Tipo do Evento	**Nome do Evento**	**Detalhamento do Evento**	**Período de Realização**	**Local**
Reunião	I Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos	-	12 a 14/03/2014	Florianópolis/SC
Campanha	Campanha "Essa vaga não é sua nem por um minuto"	Campanha promovida pelo Vereador Lucas Aribé, em parceria com o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, nos shoppings da Capital	11/04/2014	Aracaju/SE
Roda de Conversa	Ação Global	-	26/04/2014	Aracaju/SE
Seminário	XV Encontro da Terceira Idade	-	16/07/2014	Aracaju/SE
Workshop	*Workshop* Nacional - "Todos juntos por um Brasil mais Acessível"	-	28 e 29/08/2014	Salvador/BA
Fórum	Fórum Sergipano Permanente sobre Temáticas voltadas para o Envelhecimento	Evento realizado pelo Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa	11/09/2014	Auditório do SENAI Aracaju/SE

Tabela 21 - Participação do CAOp dos Direitos Humanos em Eventos

CAOp dos Direitos Humanos				
Eventos Promovidos pelo Órgão				
Tipo do Evento	**Nome do Evento**	**Detalhamento do Evento**	**Período de Realização**	**Local**
Workshop	2° *Workshop* – CAOps e Promotorias executando o planejamento estratégico	-	09/06/2014	Auditório do Ministério Público de Sergipe
	Projeto "MP Itinerante"	-	14/03/2014	Lagarto/SE
			21/03/2014	Capela/SE
			11/04/2014	Propriá/SE
			25/04/2014	Simão dias/SE
			16/05/2014	Poço Redondo/SE
			06/06/2014	Simão Dias/SE
Encontro	I Encontro de Ensino Inclusivo do Estado de Sergipe	-	27/08/2014	Sede do MPSE
Seminário	I Seminário de Ensino Inclusivo do Estado de Sergipe	Evento realizado em parceria pelos CAOp dos Direitos Humanos e CAOp dos Direitos à Educação	17/10/2014	Sede do MPSE

Tabela 22 - Eventos Promovidos pelo CAOp dos Direitos Humanos

Iniciativas - CAOp dos Direitos Humanos	
Audiências públicas	44
Encaminhamento de Material Informativo, Doutrinário e Jurisprudencial	26
Inspeções Realizadas	5
Ofícios Expedidos	366
Participações em Reuniões ou Encontros	7
Pesquisa Doutrinária ou Jurisprudencial	30
Visitas Realizadas	2

Tabela 23 - Atividades Desenvolvidas pelo CAOp dos Direitos Humanos

CAOp

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL

Proteção ao Rio São Francisco e Nascentes

1.1.11.5. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE PROTEÇÃO AO RIO SÃO FRANCISCO E ÀS NASCENTES

A Resolução nº 002/2002 – CPJ, do Colégio de Procuradores de Justiça, criou o Núcleo de Apoio Operacional às Promotorias do Rio São Francisco com o objetivo de proteger e revitalizar o Rio São Francisco, tendo sido seu objeto de atuação ampliado pela Resolução nº 007/2011 – CPJ, que incluiu a curatela a todas as nascentes do Estado de Sergipe e modificou seu nome para Centro de Apoio Operacional às Promotorias do Rio São Francisco e Nascentes, reconfigurando suas atribuições para dar apoio operacional às Promotorias de Justiça na curatela dos recursos hídricos do Estado.

O CAOp tem participado de diversas atividades referentes à gestão florestal e de recursos hídricos no Estado de Sergipe, destacadas nas tabelas seguintes:

CAOp de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes Participação do Órgão em Congressos, Palestras, Seminários, *Workshops* e Outros Eventos Externos				
Tipo do Evento	**Nome do Evento**	**Detalhamento do Evento**	**Período de Realização**	**Local**
Congresso	VII Encontro de Recursos Hídricos de Sergipe	Evento sobre a gestão integrada e sustentável dos Recursos Hídricos de Sergipe	18 a 21/03/2014	Centro de Convenções de Sergipe
Outros Eventos Externos	Projeto MP Itinerante	Disponibilização dos serviços de atendimento do Centro de Apoio ao Rio São Francisco e Nascentes à Comunidade do Município de Capela	21/03/2014	Capela/SE
			11/04/2014	Propriá/SE
			16/05/14	Poço Redondo/SE
			06/06/2014	Simão Dias/SE
			18/07/2014	Lagarto/SE
			22/08/2014	Itabaianinha/SE
			26/09/2014	Nossa Senhora das Dores/SE
Outros Eventos Externos	Oficina de Avaliação da Matriz Lógica do ``Projeto de Manejo de uso Sustentável de Terras no Semiárido do Nordeste brasileiro- Sergipe	O Evento contou com a participação de técnicos e consultores do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD/GEF e do Ministério do Meio Ambiente/ Departamento de Combate à Desertificação, visando definir estratégias para a coparticipação no referido Projeto das Instituições parceiras no combate à seca do semiárido, abrangendo cidades do sertão de Sergipe, como Canindé	02/06/2014	Auditório da Secretaria de estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural-SEAGRI
Outros Eventos Externos	I Simpósio "Cidade Sustentável"	Evento em que foram abordados temas importantes para o Meio Ambiente, como: "Cidades e Soluções", "Importância da Arborização Urbana", "Mobilidade Urbana" e "Cenários e Caminhos para os Resíduos Sólidos em Sergipe - Conduta Consciente"	02 a 06/06/2014	Aracaju/SE
Workshop	2° *Workshop* CAOps e Promotorias- Executando o Planejamento Estratégico	Apresentação do Projeto "Implantando uma Rede de Meio Ambiente Ativa nos Municípios do Baixo São Francisco" para Membros e Servidores do Ministério Público de Sergipe	09/06/2014	Ministério Público de Sergipe
Encontro	A atuação do MP brasileiro no Combate ao Uso Indiscriminado de Agrotóxicos	O Conselho Nacional do Ministério Público, com o apoio do Ministério Público da Bahia, realizou um Encontro Nacional para tratar do uso indiscriminado de agrotóxicos no Brasil	27 e 28/08/2014	Salvador/BA
Oficina		A Agência Nacional de Águas apresentou o Programa Produtor de Águas, de autoria da referida Agência, que foi criado em 2001, tendo como foco o estímulo à política do pagamento por serviços ambientais, voltada à proteção hídrica no Brasil	01/09/2014	Brasília/DF
Reunião	Reunião da Câmara Consultiva Regional do Baixo São Francisco	Reunião para discutir assuntos relevantes para a Bacia do São Francisco. Na oportunidade, a Promotora de Justiça, Dra. Allana Rachel Monteiro Batista Soares Costa, Diretora do CAOp de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes foi convidada para apresentar o Projeto "Nascentes do São Francisco - O MP Salvando Rios"	13/11/2014	Sede da Companhia de Saneamento de Sergipe - DESO
Plenária	XXVI Plenária Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco	A XXVI Plenária Ordinária realizada pelo Comitê da bacia do rio São Francisco com tema "Agonia do São Francisco: escassez de governança"	20 a 21/11/2014	Maceió/AL

Tabela 24 - Participação do CAOp de Proteção ao Rio São Francisco e Nascentes em Eventos

CAOp de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes Eventos Promovidos pelo Órgão				
Tipo do Evento	**Nome do Evento**	**Detalhamento do Evento**	**Período de Realização**	**Local**
Palestra	Nascentes do São Francisco - O MP Salvando Rios	Início da recomposição da mata ciliar degradada situada às margens do Rio Curituba - principal afluente do Rio São Francisco na Cidade de Canindé, visando o combate à desertificação e à melhoria da água na região. Realização de trabalho de educação ambiental com a comunidade ribeirinha, assentados, suas famílias e estudantes de escolas municipais	05/06/2014	Canindé do São Francisco
Reunião	Assinatura de Termos de Cooperação	Reunião com o Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público de Sergipe e com os Presidentes da SERGIPETEC, EMDAGRO, INCRA e CODEVASF e com o Prefeito Municipal de Canindé do São Francisco para colher as assinaturas dos mesmos nos Termos de Cooperação Técnica	08/09/2014	Procuradoria-Geral de Justiça do MPSE
Reunião	Assinatura de Parcerias	Reunião com os parceiros UFS, SEMARH e CHESF para a colheita de assinaturas de parcerias para o desenvolvimento do Projeto "Nascentes do São Francisco - O MP Salvando Rios"	Outubro/2014	Centro de Apoio Operacional às Promotorias do Rio São Francisco e Nascentes

Tabela 25 – Eventos Promovidos pelo CAOp de Proteção ao Rio São Francisco e Nascentes

Iniciativas – CAOp de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes	
Audiências públicas • Audiências Públicas realizadas em conjunto com diversas Promotoria de Justiça de municípios sergipanos visando a criação do Conselho Municipal e do Fundo Municipal de Meio Ambiente • Audiência com a Superintendência de Qualidade Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental da SEMARH, visando a realização do Curso de Capacitação dos Membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente	14
Inspeções Realizadas Inspeção realizada nas áreas degradadas e nascentes que são objeto de recuperação do Projeto "Nascentes do São Francisco- O MP Salvando Rios"	01
Ofícios Expedidos	477
Outras Atividades de Apoio Apoio institucional ao Projeto "Águas do São Francisco" da Universidade Federal de Sergipe	03
Participações em Reuniões ou Encontros	31
Pesquisa Doutrinária ou Jurisprudencial • Pesquisa realizada no Supremo Tribunal Federal, Conselho Nacional do Ministério Público, Direito Constitucional Ambiental • Levantamento de todos os Municípios que compõem o Alto São Francisco que engloba os Estados de Goiás e Minas Gerais, além do DF, o Submédio São Francisco, que é composto pelos Estados da Bahia e Pernambuco, o Médio São Francisco, composto pelo Estado da Bahia e o Baixo São Francisco, composto pelos Estados de Alagoas e Sergipe	04
Visitas Realizadas Visita à Associação do Povoado Curituba, no Assentamento Mandacaru-I em Canindé do São Francisco para apresentação e plantio de mudas do Projeto "Nascentes do São Francisco- O MP Salvando Rios"	01

Tabela 26 - Atividades Desenvolvidas pelo CAOp de Proteção ao Rio São Francisco e Nascentes

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL
Segurança Pública

1.1.11.6. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Ao Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública compete exercer suas atribuições em questões agrárias, no controle externo da atividade policial e no sistema prisional.

A seguir, as principais ações desenvolvidas pelo CAOp no ano em foco:

CAOp de Segurança Pública				
Participação do Órgão em Congressos, Palestras, Seminários, Workshops e Outros Eventos Externos				
Tipo do Evento	**Nome do Evento**	**Detalhamento do Evento**	**Período de Realização**	**Local**
Workshop	2º *Workshop* CAOps e Promotorias Executando o Planejamento Estratégico	2º *Workshop* CAOps e Promotorias Executando o Planejamento Estratégico	02 e 09/06/2014	Sede do Ministério Público de Sergipe

Tabela 27 - Participação do CAOp de Segurança Pública em Eventos

Iniciativas - CAOp de Segurança Pública	
Audiências públicas Segurança nas unidades hospitalares, inspeção do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, Segurança no Carnaval, com o Pelotão Ambiental e Combate à poluição sonora em Itabaiana/SE	11
Inspeções Realizadas Assessoramento às Promotorias da capital e do interior, além dos Centro de Apoio, no sentido de localizar endereços de pessoas do interesse do MPSE e verificar as atuações de empresas ativas ou inativas a fim de instruir procedimentos e/ou ações já judicializadas	800
Ofícios Expedidos Respostas às investigações solicitadas pelas Promotorias e Centros de Apoio Operacional do MPSE, bem assim como comunicados e requisições para órgãos da Administração Direta, Indireta ou particulares	395
Outras Atividades de Apoio Participação no Projeto "MP Itinerante"	07
Participações em Reuniões ou Encontros Programa Especial de Proteção à vítimas e testemunhas ameaçada (realização pela Escola Superior do MPSE)	09
Visitas Realizadas Visitas às Delegacias	120

Tabela 28 - Atividades Desenvolvidas pelo CAOp de Segurança Pública

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL

Terceiro Setor

1.1.11.7. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO TERCEIRO SETOR

O artigo 14 da Resolução nº 007/2011-CPJ, publicada em de 21 de julho de 2011, define como atribuição do órgão o controle e a fiscalização de entidades do Terceiro Setor no âmbito estatal.

Os trabalhos realizados por esse CAOp, até o mês de novembro, estão destacados nas seguintes tabelas:

CAOp do Terceiro Setor		
Instrumentos de Acordo Firmados pelo Órgão (Termos de Cooperação/Convênio)		
Tipo do Instrumento de Acordo	**Número do Instrumento de Acordo**	**Objetivo do Instrumento de Acordo**
Convênio entre Ministério Público do Estado de Sergipe e o Conselho Regional de Contabilidade		Convênio firmado entre o Ministério Público do Estado de Sergipe, através do Centro de Apoio Operacional do Terceiro Setor, e o Conselho Regional de Contabilidade para elaboração de cartilha e a promoção de treinamentos relativos à prestação de contas de entidades do Terceiro Setor

Tabela 29 - Instrumentos de Cooperação Firmados pelo CAOp do Terceiro Setor

CAOp do Terceiro Setor				
Participação do Órgão em Congressos, Palestras, Seminários, *Workshops* e Outros Eventos Externos				
Tipo do Evento	**Nome do Evento**	**Detalhamento de Evento relacionado à iniciativa**	**Período de Realização**	**Local**
Encontro	10º Encontro Nacional do Terceiro Setor	O 10º Encontro Nacional do Terceiro Setor viabilizou a cooperação intersetorial entre o poder público e o setor privado, representados pelo Centro de Apoio Operacional do Terceiro Setor de Minas Gerais, o Centro Mineiro de Alianças Intersetoriais e a Federação Mineira de Fundações e Associações de Direito Privado	02 a 03/06/2014	Belo Horizonte/ MG
Fórum	I Fórum das Entidades do Terceiro Setor e Voluntariado da Classe Contábil	O Fórum teve como tema "Demonstrações Contábeis para o Terceiro Setor". O evento contou com a palestra do contador e coordenador do Programa Nacional do Voluntariado da Classe Contábil, Marcelo Roberto Monello, que abordou as questões formais da contabilidade, os cuidados básicos, a contabilidade vista como objeto de gestão e a transparência	09/04/2014	Auditório da Universidade Tiradentes
Seminário	Seminário Comemorativo ao Cinquentenário da Lei Nº 4. 320/64	Seminário de 50 anos da Lei 4.320/64, que estatui normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal	10 a 12/09/2014	Auditório do TCE – Aracaju/SE

Tabela 30 - Participação do CAOp do Terceiro Setor em Eventos

Iniciativas – CAOp do Terceiro Setor	
Encaminhamento de Material Informativo, Doutrinário e Jurisprudencial Envio de cópia da leis, acórdãos e artigos às diversas Promotorias do MPSE	14
Ofícios Expedidos Ofícios expedidos aos Promotores de Justiça do interior com escopo de informá-los acerca de convênios firmados entre entidades do Terceiro Setor e Secretarias de Estado	114
Participações em Reuniões ou Encontros • Reuniões com a Diretoria de Tecnologia da informação com escopo de implementar o Sistema de Cadastro de Organizações Não-Governamentais - ONG´s • Reuniões com o Conselho Regional de Contabilidade, com objetivo de fomentar o Projeto ONG Transparente • Reunião com representantes do Conselho Municipal da Criança e Adolescente • Reunião com o Procurador do Trabalho e as entidades no terceiro setor: Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos - APADA e Centro Integrado Raio do Sol - CIRAS, com escopo de implementar o Projeto ONG Sustentável • Reunião com a presidente do Conselho Regional de Contabilidade para dar continuidade à execução das atividades do projeto ONG Transparente	20
Pesquisa Doutrinária ou Jurisprudencial Acórdãos do Tribunal de Contas da União, Acórdãos do Superior Tribunal de Justiça, Acórdãos do Supremo Tribunal Federal, leis e artigos	10
Visitas Realizadas • Fundação de apoio a Centros Federais de Educação Tecnológica – FUNCEFET • Lar Infantil Cristo Redentor	2

Tabela 31 - Atividades Desenvolvidas pelo CAOp do Terceiro Setor

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL
Meio Ambiente, Urbanismo,
Patrimônio Social e Cultural

1.1.11.8. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO, PATRIMÔNIO SOCIAL E CULTURAL

Ao Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, Urbanismo, Patrimônio Social e Cultural, compete exercer suas atribuições na área de defesa do meio ambiente, urbanismo, patrimônio histórico e cultural, bens de valor turístico, estético e paisagístico, de acordo com a Resolução nº 007/2011-CPJ, de 21 de julho de 2011.

Assim, primordialmente, incumbe-lhe orientar, auxiliar e facilitar a atuação dos Promotores de Justiça na defesa do ambiente ecologicamente equilibrado, na preservação da ordem urbanística e do patrimônio social e cultural.

As atividades desse CAOp que mais se destacaram durante o exercício em foco são apresentadas na tabela a seguir:

CAOp do Meio Ambiente e Urbanismo				
Participação do Órgão em Congressos, Palestras, Seminários, *Workshops* e Outros Eventos Externos				
Tipo do Evento	**Nome do Evento**	**Detalhamento do Evento**	**Período de Realização**	**Local**
Reunião	I Reunião Ordinária do Grupo Nacional dos Direitos Humanos – GNDH.	Reunião ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH) com o objetivo de discutir meios de promover, proteger e defender os direitos fundamentais dos cidadãos. Com atuação em âmbito nacional, o grupo tem por finalidade a efetivação dos direitos humanos a partir da interlocução com a sociedade civil, da articulação entre os MPs, da promoção de convênios e de outros meios de atuação	12/03/2014 a 14/03/2014	Florianópolis/ SC
Encontro	Encontro da Ação Nacional em Defesa dos Direitos Fundamentais: Inclusão social e produtiva dos catadores de materiais recicláveis	Evento, promovido pelo CNMP, com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da atuação do MP, do Governo Federal e da sociedade civil organizada direcionada à inclusão social e produtiva dos catadores de materiais recicláveis, buscando a efetivação da Lei 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos	29/04/2014 e 30/04/2014	Brasília/DF
Reunião	II Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos - GNDH	Reunião ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH) com o objetivo de discutir meios de promover, proteger e defender os direitos fundamentais dos cidadãos. Com atuação em âmbito nacional, o grupo tem por finalidade a efetivação dos direitos humanos a partir da interlocução com a sociedade civil, da articulação entre os MPs, da promoção de convênios e de outros meios de atuação	06/05/2014 a 09/05/2014	Goiânia/GO
Workshop	2º *Workshop* do MPSE	Apresentação dos temas: "Esgotamento Sanitário" e "Termo de Cooperação com a Administração Estadual do Meio Ambiente – ADEMA"	09/06/2014	Aracaju/SE
Reunião	Reunião da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais, do CNMP.	Encontro consistiu em discutir a integração de agendas entre as Comissões Permanentes do GNDH/CNPG e a Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais- CDDF/CNMP. Tal unificação possibilitará a troca de informações e potencializará as iniciativas desenvolvidas no âmbito do Ministério Público	10/06/2014	Brasília/DF
Reunião	III Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos - GNDH	Reunião ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH) com o objetivo de discutir meios de promover, proteger e defender os direitos fundamentais dos cidadãos. Com atuação em âmbito nacional, o grupo tem por finalidade a efetivação dos direitos humanos a partir da interlocução com a sociedade civil, da articulação entre os MPs, da promoção de convênios e de outros meios de atuação	21/07/2014 a 23/07/2014	Manaus/AM

Continua...

CAOp do Meio Ambiente e Urbanismo Participação do Órgão em Congressos, Palestras, Seminários, *Workshops* e Outros Eventos Externos				
Tipo do Evento	**Nome do Evento**	**Detalhamento do Evento**	**Período de Realização**	**Local**
Seminário	Seminário "Encerramento dos lixões e a inclusão social e produtiva das Catadoras e dos Catadores de materiais recicláveis"	O Seminário foi promovido pela Comissão de Defesa de Direitos Fundamentais do CNMP, no qual o Estado apresenta a sua política de inclusão e alguns Municípios apresentam suas experiências exitosas. Os catadores narram suas experiências e dificuldades e, ao final, confecciona-se um documento de encerramento do evento que contemplem propostas a serem executadas no futuro sobre o tema	12 e 13/08/2014	Aracaju/SE
Reunião	IV Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos - GNDH	Reunião ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH) com o objetivo de discutir meios de promover, proteger e defender os direitos fundamentais dos cidadãos. Com atuação em âmbito nacional, o grupo tem por finalidade a efetivação dos direitos humanos a partir da interlocução com a sociedade civil, da articulação entre os MPs, da promoção de convênios e de outros meios de atuação	03/09/2014 a 05/09/2014	Rio de Janeiro/ RJ
Congresso	5º Congresso Brasileiro de Gestão do MP - 2014, cerimônia de premiação do Prêmio CNMP 2014.	O Congresso foi promovido pelo Conselho Nacional do Ministério Público-CNMP, o qual reuniu Membros e Servidores do MP Brasileiro para debaterem e trocar experiências nas áreas de comunicação social, gestão administrativa, gestão de pessoas, orçamento, tecnologia da informação, segurança institucional e controle interno	21 e 22/10/2014	Brasília/SE
Seminário	O Ministério Público e o Saneamento: Aspectos relevantes da prestação dos serviços e dificuldades impostas ao setor	O Seminário teve como objetivo, ampliar os diálogos e fortalecer a relação estabelecida entre os Ministérios Públicos Estaduais e Federal e as Empresas Estaduais de Saneamento	31/10//2014	Aracaju/SE
Conferência	II Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil	Conferência realizada pelo Ministério da Integração Nacional com o objetivo de escolher as 40 propostas para aprimoramento da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. O evento foi presidido pelo ministro da Integração Nacional, Francisco Teixeira, e marcou a conclusão do processo conferencial iniciado em novembro de 2013	04 a 07/11/2014	Brasília/DF
Outros Eventos Externos	II Encontro Nacional do Ministério Público e Movimentos Sociais do CNMP	Evento promovido pelo Conselho Nacional do Ministério Público com o objetivo de fomentar o debate sobre os desafios à efetivação dos direitos fundamentais no País, bem como intensificar a interação entre o Ministério Público e os movimentos sociais	05 e 06/11/2014	Brasília/DF

Tabela 32 - Participação do CAOp do Meio Ambiente Urbanismo em Eventos

Iniciativas – CAOp do Meio Ambiente e Urbanismo	
Audiências públicas • Audiência em conjunto com o Promotor de Justiça Dr. Kelfrenn Teixeira, para tratar do saneamento básico do Município de Itabaiana • Audiência em conjunto com o representante do Programa de Defesa Comunitária do MPSE, para tratar do projeto de coleta seletiva da Energisa e a inclusão dos catadores	07

Continua...

Iniciativas – CAOp do Meio Ambiente e Urbanismo	
Encaminhamento de Material Informativo, Doutrinário e Jurisprudencial • Disponibilização de modelos de peças – Ação Civil Pública, Termo de Ajustamento de Conduta e Ofícios, referentes a posto de lavagem, panificação e implantação de aterro sanitário para destinação regular dos resíduos sólidos, demolição de construções irregulares em Área de Preservação Permanente, implantação de sistema de esgotamento sanitário, restauração e conservação de bens tombados regularização de Loteamentos Clandestinos e Irregulares; modelos de Ação Civil Pública e Recomendação que verse sobre regularização de ocupação precária de espaço público por estabelecimentos, interdição de lixão clandestino, interdição de shows artísticos, regularização de cemitérios clandestinos ou irregulares dentre outros • Disponibilização dos Termos de Cooperação Técnica entre o MPSE e a ADEMA e entre o MPSE e o Conselho de Arquitetura ao CAOp do Rio São Francisco e Nascentes • Disponibilização de cópia do Termo de Cooperação firmado entre o Ministério Público de Sergipe e o CREA para a Promotoria de Defesa dos Direitos da Saúde	21
Inspeções Realizadas Inspeções em diversos municípios do Estado com o objetivo de participar do projeto de regularização do trabalho desenvolvido pelos catadores de materiais recicláveis, a fim de diagnosticar a situação da atividade nas localidades inspecionadas e repassando as informações coletadas para o Promotor de Justiça atuante no local	11
Ofícios Expedidos Ofícios expedidos na consecução da atividade-fim do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente e Urbanismo	511
Outras Atividades de Apoio Encaminhamento de denúncias, notificações, notificações de arquivamento, pareceres, procedimentos administrativos, denúncias, dentre outros, à diversas Promotorias e Órgãos estaduais	111
Participações em Reuniões ou Encontros • Reunião com o Promotor de Justiça Curador do Meio Ambiente da Comarca de Estância a fim de tratar de orientações acerca do desfecho de procedimento administrativos versando sobre: a) pesca predatória do sururu; b) loteamentos clandestinos; c) colocação de postes em área de preservação permanente – APP e d) monitoramento da proliferação de caramujos na Lagoa Abaís • Reunião com representantes da Administração Estadual do Meio Ambiente - ADEMA e a Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe – EMDAGRO, para tratar de questões atinentes ao descarte regular das embalagens de agrotóxicos • Reunião com objetivo de tratar do andamento da implementação dos Consórcios de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, bem como da criação das Cooperativas dos catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis • Reunião promovida pelo CAOp de Defesa dos Direitos à Saúde para tratar da situação das bases descentralizadas do SAMU no interior do Estado • Reunião na Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano – SEDURB, para tratar da aprovação dos Planos Municipais de Saneamento Básico das Microrregiões nºs 04 e 06 • Reunião na SEDURB com a participação de representantes da referida Secretaria Estadual, da ADEMA, da SEAGRI, do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente e Urbanismo, e da Curadoria dos Direitos à Saúde nesta Capital, para tratar de questões atinentes à regionalização dos matadouros, drenagem, e esgotamento sanitário	15
Pesquisa Doutrinária ou Jurisprudencial • Pesquisa junto aos Centros de Apoio Operacional do Meio Ambiente dos demais Estados acerca da existência de modelo de ação civil pública versando sobre a execução de projetos de macrodrenagem • Pesquisa junto às Promotorias de Justiça do Estado de Sergipe acerca da existência de modelo de Termo de Ajuste de Conduta versando sobre a febre aftosa	02
Visitas Realizadas	04

Tabela 33 - Atividades Desenvolvidas pelo CAOp do Meio Ambiente Urbanismo

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL

Direitos à Educação

1.1.11.9. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS À EDUCAÇÃO

O Centro de Apoio Operacional dos Direitos da Educação é um órgão auxiliar da Promotoria de Justiça dos Direitos à Educação e das demais Promotorias de Justiça do Estado de Sergipe, com atribuição de promoção, proteção e defesa dos direitos à educação.

São contribuições deste Centro de Apoio Operacional, dentre outras:

- estímulo à integração e ao intercâmbio entre as Promotorias que atuam na área da educação;
- remessa de informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos órgãos ligados à educação;
- intercâmbio permanente com entidades, órgãos públicos ou privados que atuem na educação, com o escopo de obter elementos técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções;
- realização do Censo Educacional;
- desenvolvimento de programas que auxiliem a educação em todo o Estado.

Na tabela a seguir, encontram-se as principais atividades desempenhadas por esse Centro de Apoio, no decorrer dos meses de janeiro a novembro de 2014:

CAOp dos Direitos à Educação		
Instrumentos de Acordo Firmados pelo Órgão (Termos de Cooperação/Convênio)		
Tipo do Instrumento de Acordo	**Número do Instrumento de Acordo**	**Objetivo do Instrumento de Acordo**
Termo de Cooperação	-	Adesão da Mardisa Veículos ao Programa de Apoio ao Estudo – PAE
Termo de Cooperação	-	Adesão da Val Motos ao Programa de Apoio ao Estudo – PAE

Tabela 34 – Instrumentos de Cooperação Firmados pelo CAOp dos Direitos à Educação em Eventos

CAOp dos Direitos à Educação				
Participação do Órgão em Congressos, Palestras, Seminários, *Workshops* e Outros Eventos Externos				
Tipo do Evento	**Nome do Evento**	**Detalhamento do Evento**	**Período de Realização**	**Local**
Reunião	Primeira Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH/ CNPG- COPEDUC	Nesta reunião foram discutidas estratégias de promoção e defesa dos direitos humanos, com o fito de contribuir e aprimorar os caminhos de atuação dos Ministérios Públicos na referida seara	12 a 14/03/2014	Florianópolis/SC
Reunião	Segunda Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH/ CNPG- COPEDUC	Nesta reunião foi renovado o termo de cooperação técnica entre MEC/FNDE/CNPG, sendo priorizados os encontros estaduais e também outras estratégias de integração	07 a 09/05/2014	Goiânia/GO
Reunião	Terceira Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH/ CNPG- COPEDUC	Nesta reunião foram informados os Encontros Estaduais do MEC - MP já realizados no ano de 2014, em Rondônia e no Maranhão e ressaltadas a previsão de ocorrência de Encontros Estaduais do MEC em 2014. Nesta reunião foram discutidos os enunciados 02, 03, 04, 05 e 06/2014	21 a 23/07/2014	Manaus/AM
Outros Eventos	IV Encontro Nacional do MEC	O evento foi fruto da parceria do Ministério da Educação com o Ministério Público, tendo sido realizado com fulcro no IV Acordo de Cooperação Técnica que celebrou a União e o Conselho Nacional de Procuradores Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União	20 a 22/08/2014	Brasília/DF

Continua...

CAOp dos Direitos à Educação				
Participação do Órgão em Congressos, Palestras, Seminários, *Workshops* e Outros Eventos Externos				
Tipo do Evento	**Nome do Evento**	**Detalhamento do Evento**	**Período de Realização**	**Local**
Workshop	Todos Juntos por um Brasil mais Acessível – 4ª Região	O Conselho Nacional do Ministério Público, através do Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade (NEACE) e da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF) realizou este evento que teve como tema principal a promoção da acessibilidade, com ênfase na participação e na colaboração de todos	28 a 29/08/2014	Salvador/BA
Outros Eventos	Lançamento do Plano de Ação Nacional do Ministério Público Pela Educação Infantil.	Houve reunião com Promotores da Infância e da Educação do país, com o objetivo de traçar metas para Ação Nacional na Educação Infantil	02/09/2014	Rio de Janeiro/RJ
Reunião	Quarta Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH/ CNPG- COPEDUC	Neste evento, foram apresentadas experiências exitosas na área de educação pelos Ministérios Públicos do Estado de Sergipe - Programa de Apoio ao Estudo - PAE, apresentado por Dr. Etélio de Carvalho Prado Júnior, Promotor de Justiça do MPSE e do projeto PROCEVE- Promotoria de Justiça Contra a Evasão e a Violência Escolar, apresentado pelo Dr. Sérgio Harfouche, Promotor de Justiça do Ministério Público do Mato Grosso do Sul	03 a 05/09/2014	Rio de Janeiro/RJ

Tabela 35 - Participação do CAOp dos Direitos à Educação em Eventos

CAOp dos Direitos à Educação				
Eventos Promovidos pelo Órgão				
Tipo do Evento	**Nome do Evento**	**Detalhamento do Evento**	**Período de Realização**	**Local**
Outros eventos	Pós-Censo Educacional do Município de Gararu.	Em tal solenidade são realizadas matrículas, encaminhamento das pessoas sem Certidão de Nascimento para o Cartório de Registro de Pessoas Naturais, cadastramento para atendimento das pessoas portadoras de necessidades especiais identificadas no Censo, entrega de Certificados aos participantes do Censo Educacional.	27/01/14	Colégio Estadual Prof. José Augusto da Rocha Lima.
Outros eventos	Participação na execução do projeto "MP Itinerante"	O MP Itinerante é um Projeto que proporciona ao Ministério Público do Estado de Sergipe consolidar sua missão constitucional de defender os interesses mais caros da sociedade, possibilitando o atendimento direto aos cidadãos carentes de todo o Estado de Sergipe, notadamente aqueles residentes nos Municípios e Povoados mais longínquos do Estado	21/03/14	Capela/SE
			11/04/14	Propriá/SE
			16/05/14	Poço Redondo/SE
			06/06/14	Povoado Triunfo, Município de Simão Dias/SE
			18/07/14	Povoado Colônia 13, no Município de Lagarto/SE
			22/08/14	Itabaianinha/ SE
			26/09/14	Nossa Senhora das Dores/SE

Continua...

CAOp dos Direitos à Educação				
Eventos Promovidos pelo Órgão				
Tipo do Evento	**Nome do Evento**	**Detalhamento do Evento**	**Período de Realização**	**Local**
Outros eventos	Censo Educacional de Boquim	Onde os recenseadores visitaram os domicílios de Boquim, a fim de verificar quais crianças e adolescentes estavam fora da sala de aula	25/04/14	Colégio Estadual de Educação Profissional Maria Fontes de Faria, em Boquim/SE
Workshop	2º *Workshop* dos CAOps e promotorias executando o planejamento estratégico	Neste *Workshop* o CAOp – Educação apresentou o Programa de Apoio Ao Estudo- PAE	02/06/14	Escola Superior do Ministério Público - ESMP
Outros eventos	Censo Educacional de Santa Rosa de Lima	Onde os recenseadores visitaram os domicílios de Santa Rosa de Lima, a fim de verificar quais crianças e adolescentes estavam fora da sala de aula	09/06/14	Escola Estadual Edelzio Vieira de Melo
Outros eventos	Encontro Estadual do Ministério da Educação - MEC e Lançamento da Cartilha Conte Até 10	Evento em que foram proferidas diversas palestras e foi Lançada a Cartilha Conte Até 10 nas Escolas da Rede Pública de ensino do Estado de Sergipe	18 a 19/08/2014	Auditório do Ministério Público de Sergipe
Outros eventos	Pós- Censo Educacional de Boquim	Em tal solenidade são realizadas matrículas, encaminhamento das pessoas sem Certidão de Nascimento para o Cartório de Registro de Pessoas Naturais, cadastramento para atendimento das pessoas portadoras de necessidades especiais identificadas no Censo, entrega de Certificados aos participantes do Censo Educacional	12/09/14	Colégio Estadual de Educação Profissional Maria Fontes de Faria, em Boquim/SE
Seminário	I Seminário de Educação Inclusiva - Legislação e Ferramentas para a Efetivação da Aprendizagem	Evento realizado pelo Centro de Apoio Operacional dos Direitos à Educação, Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos, Promotoria de Justiça dos Direitos à Educação e Escola Superior do Ministério Público de Sergipe	17/10/14	No auditório Valdir Freitas na Sede do Ministério Público de Sergipe.
Outros eventos	Pós- Censo Educacional de Santa Rosa de Lima	Em tal solenidade são realizadas matrículas, encaminhamento das pessoas sem Certidão de Nascimento para o Cartório de Registro de Pessoas Naturais, cadastramento para atendimento das pessoas portadoras de necessidades especiais identificadas no Censo, entrega de Certificados aos participantes do Censo Educacional	14/11/14	Colégio Estadual Dr. Edelzio Vieira de Melo.

Tabela 36 - Eventos Promovidos pelo CAOp dos Direitos à Educação

Iniciativas - CAOp dos Direitos à Educação	
Audiências públicas	22
Encaminhamento de Material Informativo, Doutrinário e Jurisprudencial **1. Destinados à Promotoria de Justiça dos Direitos à Educação da Comarca de Aracaju:** Material que versa sobre merenda e transporte escolar, acumulação irregular de cargos públicos, contratação temporária de professores e servidores na área de educação, atos autorizativos dos estabelecimentos de ensino, normas e procedimentos relativos a concursos públicos, procedimentos licitatórios, aplicação e fiscalização dos recursos do FUNDEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica, improbidade administrativa na aplicação das verbas destinadas à educação, sistemas de combate e prevenção de incêndio e pânico nas Unidades de Ensino, pesquisa doutrinária, formulação e peça jurídica (réplica), na instrução da ação civil pública, modelos de Ação Civil Pública e Recomendações **2. Destinados às Promotorias do Interior:** Material que versa sobre sistemas de combate e prevenção de incêndio e pânico, modelos de Ação Civil Pública sobre reforma nas escolas para adequação das irregularidades detectadas pela Vigilância Sanitária, encaminhamento de documentos relativos à Escolas que estão em funcionamento sem a expedição dos atos autorizativos pelo Conselho Estadual de Educação, material sobre merenda e transporte Escolar e modelo de ação civil pública visando a ampliação da oferta de vagas em creches **3. Destinados às Promotorias de Outros Estados:** Material informativo, instruções e disponibilização de contato para palestras sobre o Censo Educacional ao Ministério Público dos Estados do **Rio de Janeiro, Amapá e Paraná**	-
Inspeções Realizadas • Inspeção nas Escolas Públicas do Município de Boquim e Santa Rosa de Lima a fim de verificar a unidade escolar apta a sediar o Censo Educacional localizado no referido Município; • Inspeção na EMEF Prof. João Teles, Colégio Estadual Olavo Bilac, EMEI Prof. Maria Givalda da Silva Santos, EMEF Prof. José Antônio da Costa Melo e Escola Estadual José Augusto Ferraz – parceria com a Promotoria de Justiça dos Direitos à Educação de Aracaju.	6
Ofícios Expedidos	607
Outras Atividades de Apoio • Levantamento dos últimos casos de violência nas Escolas em Sergipe para exposição no evento de lançamento da cartilha Conte até 10 nas Escolas e do Encontro Estadual do MEC em Sergipe • Atividades de apoio à Promotoria de Justiça dos Direitos à Educação de Aracaju	
Participações em Reuniões ou Encontros • Reuniões com a Escola Superior do Ministério Público – ESMP para a formalização de parceria de eventos, lançamento da programação de 2014 • Reuniões com a Coordenadora do Censo Educacional para tratar da organização dos Censo Educacionais • Reuniões para planejar o lançamento da campanha "Conte até 10 nas Escolas"; • reunião com o Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes • Reuniões para tratar da exposição do Projeto Sensibilizar, bem como para solicitar a participação de unidades educacionais no Projeto	36
Pesquisa Doutrinária ou Jurisprudencial Pesquisas diversas sobre merenda e transporte escolar, acumulação irregular de cargos públicos, contratação temporária de professores e servidores na área de educação, atos autorizativos dos estabelecimentos de ensino, normas e procedimentos relativos a concursos públicos, procedimentos licitatórios, aplicação e fiscalização dos recursos do FUNDEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica, improbidade administrativa na aplicação das verbas destinadas à educação, sistemas de combate e prevenção de incêndio e pânico nas Unidades de Ensino, pesquisa doutrinária e formulação e peça jurídica (réplica) na instrução da ação civil pública, instauração e instrução dos procedimentos preparatórios e instauração, instrução e digitalização dos procedimentos preparatórios e inquéritos civis	-

Tabela 37 - Atividades Desenvolvidas pelo CAOp dos Direitos à Educação

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL

Direitos à Saúde

1.1.11.10. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS À SAÚDE

O Centro de Apoio Operacional dos Direitos à Saúde foi criado através da Resolução N° 007/2011 – CPJ, com atribuições relativas à promoção, proteção e defesa dos direitos à saúde.

Os principais trabalhos realizados por esse CAOp, no período, foram os seguintes:

CAOp dos Direitos à Saúde			
Instrumentos de Acordo Firmados pelo Órgão (Termos de Cooperação/Convênio)			
Tipo do Instrumento de Acordo	**Número do Instrumento de Acordo**	**Objetivo do Instrumento de Acordo**	**Id. da Iniciativa à qual está relacionado**
Termo de Cooperação celebrado com o Conselho Regional de Nutricionistas da 5ª Região	-	Estabelecer um mecanismo de ação conjunta e eficiente de fiscalização, visando assegurar o cumprimento das normas que regem a atividade sujeita ao CRN-5, com vistas a uma melhor implementação das atribuições legais que lhes são confluentes e, em especial, para promoção de assessoramento científico ao MP/SE em atos que demandem assunção de responsabilidade técnica em prol da instrução de procedimentos judiciais ou investigativos patrocinados ou presididos por seus Membros	

Tabela 38 – Instrumentos de Cooperação Firmados pelo CAOp dos Direitos à Saúde em Eventos

CAOp dos Direitos à Saúde				
Participação do Órgão em Congressos, Palestras, Seminários, *Workshops* e Outros Eventos Externos				
Tipo do Evento	**Nome do Evento**	**Detalhamento do Evento**	**Período de Realização**	**Local**
Outros eventos externos	I Reunião Ordinária de 2014 do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH/CNPG), pela Comissão Permanente de Defesa da Saúde (COPEDS).	Aprofundar o estudo e a discussão sobre a atuação do Ministério Público na efetivação do direito fundamental da saúde, individual e coletivo, propondo e desenvolvendo ações uniformes ou articuladas do *Parquet* no âmbito nacional	12 a 14/03/2014	Florianópolis/ SC
Outros Eventos externos	II Reunião Ordinária de 2014 do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH/CNPG), pela Comissão Permanente de Defesa da Saúde (COPEDS).	Aprofundar o estudo e a discussão sobre a atuação do Ministério Público na efetivação do direito fundamental da saúde, individual e coletivo, propondo e desenvolvendo ações uniformes ou articuladas do *Parquet* no âmbito nacional	07 a 09/05/2014	Goiânia/GO
Outros Eventos Externos	I Jornada de Direito da Saúde	Aprovar Enunciados através da plenária da I Jornada de Direito da Saúde do Conselho Nacional de Justiça	14 a 16/05/2014	São Paulo/SP
Outros Eventos Externos	Semana de Enfermagem de Sergipe "Avanços e Desafios para a Enfermagem Contemporânea".	Promover a união dos profissionais de enfermagem na superação dos desafios enfrentados e realçar a importância de oferecer aos profissionais e estudantes das áreas da enfermagem condições de reconhecimento e conhecimento	19/05/2014	Aracaju/SE
Outros Eventos Externos	II Fórum Municipal de Saúde Mental, com o tema "Família, o tratamento começa em casa"	Fomentar e fortalecer a Saúde Mental, favorecendo a sua integração com a família e com a sociedade	22/05/2014	Tobias Barreto/ SE
Outros Eventos Externos	Encontro Nacional Atuação do MP Brasileiro em Defesa da Atenção Básica em Saúde	Promover a unidade e integração do Ministério Público brasileiro, dando efetividade aos objetivos definidos para a terceira fase do Planejamento Estratégico Nacional	27 e 28/05/2014	São Luís/MA

Continua...

CAOp dos Direitos à Saúde				
Participação do Órgão em Congressos, Palestras, Seminários, *Workshops* e Outros Eventos Externos				
Tipo do Evento	**Nome do Evento**	**Detalhamento do Evento**	**Período de Realização**	**Local**
Outros eventos externos	III Reunião Ordinária de 2014 do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH/CNPG), pela Comissão Permanente de Defesa da Saúde (COPEDS)	Dar sequência ao acompanhamento dos trabalhos ora desenvolvidos pela Comissão Permanente de Defesa da Saúde (COPEDS), e apresentar as conclusões do projeto da Subcomissão de atribuições das Promotorias da Saúde	21 a 23/07/2014	Manaus/AM
Seminário	O Ministério Público e o Controle Social na Saúde, promovido pelo Centro de Apoio Operacional dos Direitos à Saúde, em parceria com a Escola Superior do Ministério Público do Estado de Sergipe	Discutir sobre a relevância e os desafios do Controle Social no âmbito do SUS e fomentar a sua articulação e estruturação pelo Ministério Público	12/05/2014	Aracaju/SE
Outros Eventos Externos	IV Reunião Ordinária de 2014 do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH/CNPG), pela Comissão Permanente de Defesa da Saúde (COPEDS)	Aprofundar o estudo e a discussão sobre a atuação do Ministério Público na efetivação do direito fundamental da saúde, individual e coletivo, propondo e desenvolvendo ações uniformes ou articuladas do *Parquet* no âmbito nacional	03 a 05/09/2014	Rio de Janeiro/RJ
Outros Eventos Externos	VI Congresso de Secretarias Municipais de Saúde do Estado de Sergipe	Participação, como ministrante, no VI Congresso de Secretarias Municipais de Saúde do Estado de Sergipe, que teve como principal tema o "Desenvolvimento Regional e Fortalecimento da Gestão Municipal da Saúde". O objetivo do evento foi o fortalecimento da gestão Municipal da Saúde em Sergipe, através de orientações sobre as principais políticas públicas de saúde e novos dispositivos do SUS	11 e 12/09/2014	Barra dos Coqueiros/SE
Outros eventos externos	Projeto "MP Itinerante"		21/03/2014	Capela/SE
			11/04/2014	Propriá/SE
			16/05/2014	Poço Redondo/SE
			06/06/2014	Simão Dias/SE
			18/07/2014	Lagarto/SE
			22/08/2014	Itabaianinha/SE

Tabela 39 - Atividades Desenvolvidas pelo CAOp dos Direitos à Saúde

Iniciativas - CAOp dos Direitos à Saúde	
Audiências públicas	14
Encaminhamento de Material Informativo, Doutrinário e Jurisprudencial Encaminhamento de modelos de Ações Civis Públicas - ACP's, relação das Unidades Básicas de Saúde do Município de Aracaju, termos de audiências extrajudicial, modelos de Recomendações, documentos referentes a procedimentos administrativos e modelos de peças sobre Matadouros e auditorias realizadas nas bases descentralizadas do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Ofício Circular a diversas Promotorias, Portarias do Ministério da Saúde, dentre outros	27
Inspeções Realizadas • Inspeção, em 28/03/2014, no Hospital Regional de Estância, e de audiência extrajudicial para discutir as condições de funcionamento daquele nosocômio • Inspeção, em 10/04/2014, na Unidade Básica de Saúde Lauro Dantas Hora, a fim de averiguar a falta e a regularização de medicamentos	2
Ofícios Expedidos	123

Continua...

Iniciativas - CAOp dos Direitos à Saúde	
Outras Atividades de Apoio Notificação Pessoal através de Cartas Precatórias oriundas da Promotoria Especial Cível e Criminal da Comarca de Lagarto/SE, dirigidos à Presidente do CREMESE, para comparecimento a audiências públicas	6
Participações em Reuniões ou Encontros • Reunião, em 10/01/2014, com o Promotor de Justiça da Promotoria Especial de Estância, para análise de procedimentos administrativos de interesse da Curadoria dos Direitos à Saúde, daquela promotoria • Reunião, em 13/01/2014, com a participação do Promotor de Justiça e Diretor do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública, da Presidente e do Procurador do COREN/SE, com o objetivo de discutir a temática da segurança no interior das unidades hospitalares no Estado de Sergipe • Reunião, em 27/01/2014, com a participação do Diretor de Atenção à Saúde da SES, do Assessor Jurídico da SES, e da Coordenadora Técnica da SES para Saúde da População Carcerária, para discutir a temática da assistência à saúde da população carcerária • Reunião, em 03/02/2014, na Escola Superior do Ministério Público de Sergipe, para discutir sobre o Seminário "Drogas: uma problemática multidisciplinar", a ser realizado em 17/02/2014, tendo como temáticas "Justiça Terapêutica" e "Análise Criminal", com a presença de especialistas nas respectivas áreas • Reunião, em 10/02/2014, na Escola Superior do Ministério Público de Sergipe, para discutir o calendário de eventos do ano de 2014 • Participação em reunião, em 17/02/2014, como assistente, no Seminário "Drogas, uma problemática multidisciplinar", realizado pela Escola Superior do Ministério Público do Estado de Sergipe, tendo como temáticas "Justiça Terapêutica" e "Análise Criminal", com a presença de especialistas nas respectivas áreas; • Reunião, em 10/03/2014, na sede da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano (SEDURB), para discutir o Projeto dos Frigoríficos Regionais • Reunião, em 21/03/2014, com o Deputado Estadual Gilson Andrade, para discutir questões relativas ao leilão do Hospital Amparo de Maria, no Município de Estância • Reunião, em 08/04/2014, com a participação do Governador do Estado de Sergipe Jackson Barreto, do Procurador-Geral de Justiça, Dr. Orlando Rochadel Moreira, do Procurador de Justiça Dr. Paulo Lima de Santana e dos Promotores de Justiça Dr. Alex Maia Esmeraldo de Oliveira, Dr. Eduardo Barreto d'Ávila Fontes e Dr. Fábio Viegas Mendonça de Araújo, para tratar de assuntos institucionais e de questões de interesse da área da saúde • Reunião com o Coordenador de Vigilância Sanitária Estadual, em 16/06/2014, a fim de estreitar relações institucionais com o referido órgão • Reunião, em 30/06/2014, com a Assessora Jurídica e a Diretora de Atenção à Saúde da Secretaria Municipal de Saúde, para fazer ajustes na minuta do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), estabelecendo Plano Transitório de Assistência à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade	11

Tabela 40 - Atividades Desenvolvidas pelo CAOp dos Direitos à Saúde

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL

Direitos da Mulher

1.1.11.11. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER

O Centro de Apoio Operacional dos Direitos da Mulher atua no acompanhamento da implementação de políticas públicas de promoção da igualdade, especificamente na conscientização sobre os efeitos pessoais e sociais negativos da violência contra a mulher e no reconhecimento dos seus direitos e garantias.

Dentre as principais atividades realizadas nos meses em tela, destacam-se as seguintes:

CAOp dos Direitos da Mulher		
Instrumentos de Acordo Firmados pelo Órgão (Termos de Cooperação/Convênio)		
Tipo do Instrumento de Acordo	**Número do Instrumento de Acordo**	**Objetivo do Instrumento de Acordo**
Termo de Cooperação	-	Divulgação do Disque 180 - Central de Atendimento à Mulher com o intuito conscientizar a população e incentivar à denúncia de situações de violência contra as mulheres

Tabela 41 – Instrumentos de Cooperação Firmados pelo CAOp dos Direitos da Mulher em Eventos

CAOp dos Direitos da Mulher				
Eventos Promovidos pelo CAOp				
Tipo do Evento	**Nome do Evento**	**Detalhamento do Evento**	**Período de Realização**	**Local**
Reunião	Reunião sobre Projeto Concretizando Direitos na Comarca de Arauá	Encaminhamentos a serem adotados para a realização do referido projeto	28/08/20142014	CAOp dos Direitos da Mulher
Reunião	Alinhamento de metodologia a ser aplicada na Roda de Conversa a ser realizada no dia 01 de outubro no município de Arauá.	Diagnosticar o funcionamento e o modo de atuação dos órgãos e equipamentos integrantes da rede de atendimento à mulher, visando aferir também se existe de fato integração e articulação entre eles	08 de setembro de 2014	CAOp dos Direitos da Mulher

Tabela 42 - Eventos Promovidos pelo CAOp dos Direitos da Mulher

CAOp dos Direitos da Mulher				
Participação do Órgão em Congressos, Palestras, Seminários, *Workshops* e Outros Eventos Externos				
Tipo do Evento	**Nome do Evento**	**Detalhamento do Evento**	**Período de Realização**	**Local**
Reunião	I Reunião Ordinária da COPEVID (Comissão Permanente de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher)	A COPEVID escolheu em março sua coordenação e elencou metas para os Ministérios Públicos estaduais no biênio 2014/2015. Entre elas, o grupo pretende fomentar a produção de estatísticas sobre a violência contra as mulheres nos diferentes Estados brasileiros, conformando as informações em uma plataforma comum que possa ser acessada por todos	12 e 13/03/2014	Florianópolis/ SC
Reunião	II Reunião Ordinária da COPEVID (Comissão Permanente de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher	Foram discutidas as dificuldades encontradas pelas vítimas de violência doméstica em razão da ausência de plantões 24 horas nas delegacias da mulher brasileiras, tendo em vista que a maioria dos casos de violência doméstica acontece em finais de semana e feriados, obrigando as vítimas a procurar delegacias plantonistas, que quase sempre não possuem profissionais especializados para tratar da violência de gênero	07 a 09/05/2014	Goiânia/GO

Continua...

CAOp dos Direitos da Mulher Participação do Órgão em Congressos, Palestras, Seminários, *Workshops* e Outros Eventos Externos				
Tipo do Evento	**Nome do Evento**	**Detalhamento do Evento**	**Período de Realização**	**Local**
Reunião	III Reunião Ordinária da COPEVID (Comissão Permanente de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher)	Sob a coordenação da promotora de justiça Márcia Teixeira, do Ministério Público da Bahia, a comissão decidiu criar uma página no *Facebook* denominada "Ministério Público contra a Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher", destinada a divulgação do trabalho dos representantes do Ministério Público que atuam nesta área no Brasil Foi também elaborada uma revista eletrônica retratando os principais trabalhos da Comissão, desde a sua criação, que em breve será lançada	21 a 23/07/2014	Manaus/AM
Congresso	IBDFAM: Família, Gênero e Concretização dos Direitos Fundamentais	A proposta do congresso foi discutir graves problemas que afetam a família, tais como violência de gênero, exploração infanto-juvenil e outras violações, refletindo sobre o desafio da efetivação de direitos já reconhecidos nas normativas nacional e internacional, em busca de caminhos e soluções	03 a 05/09/2014	Centro de Convenções de Aracaju
Reunião	Reunião com a Secretária da Secretaria de Políticas para Mulheres	O objetivo da reunião buscar atendimento de Reeducação aos Agressores de Violência Doméstica	01/09/2014	Secretaria de Política para Mulheres

Tabela 43 - Participação do CAOp dos Direitos da Mulher em Eventos

Iniciativas - CAOp dos Direitos da Mulher	
Audiências públicas	1
Encaminhamento de Material Informativo, Doutrinário e Jurisprudencial Temas: • Lei Maria da Penha • Prevenção do câncer de mama • Prevenção do câncer do colo do útero • Rede de Atendimento às Mulheres • Lei Maria da Penha Coíbe Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher • Ligue 180; • Cartilha de Orientação para a criação e implementação de Conselhos municipais dos Direitos da Mulher • Modelo de Decreto sobre criação de Conselho Municipal da Mulher • Modelo de Regimento Interno do Conselho Municipal da Mulher • Modelo de projeto de lei sobre a criação do Conselho da Mulher nos municípios	300
Ofícios Expedidos	292
Participações em Reuniões ou Encontros	9

Tabela 44 - Atividades Desenvolvidas pelo CAOp dos Direitos da Mulher

ÁREA ADMINISTRATIVA

1.1.12. ÁREA ADMINISTRATIVA

A Área Administrativa do Ministério Público de Sergipe corresponde à área meio da Instituição, auxiliando na realização de suas atividades finalísticas.

É composta por Diretorias, Divisões e outros diversos setores organizados, conforme demonstrado nas tabelas em seguida:

Área Administrativa do Ministério Público de Sergipe	
Órgão	**Descrição**
Assessoria Jurídica	Setor responsável por assessorar juridicamente o Procurador-Geral de Justiça e o Secretário-Geral do Ministério Público no exercício de suas funções administrativas. É composta por 02(duas) Assessorias: · Assessoria de Consultoria de Licitação e Contratos · Assessoria de Consultoria de Processos Administrativos
Centro Médico	Órgão responsável pela realização de atendimentos médicos e procedimentos de enfermagem a Membros, Servidores e seus dependentes
Coordenação de Evolução Humana, Ética, Espiritualidade e Fraternidade	Órgão cujo objetivo principal visa a promoção do desenvolvimento de princípios éticos, morais, sociais e espirituais entre os Membros e Servidores do Ministério Público de Sergipe
Diretoria Administrativa	Responsável pela direção, supervisão e acompanhamento das atividades de suporte administrativo. É composta por 5 (cinco) Divisões:
	· Divisão de Patrimônio
	· Divisão de Perícia Técnica
	· Divisão de Material
	· Divisão de Apoio Administrativo
	· Divisão de Engenharia e Manutenção
	· Cartório do 1º Grau
Diretoria de Recursos Humanos	Setor responsável pela gerência dos Recursos Humanos do Ministério Público de Sergipe. Compreende 4 (quatro) Divisões:
	· Divisão de Gestão de Pessoas – Área Institucional
	· Divisão de Gestão de Pessoas, Admissão, Avaliação e Movimentação de Servidores
	· Divisão de Pagamentos e Centro de Custos
	· Divisão de Controle e Gestão de Estagiários
Diretoria Financeira	Compreende a gerência das finanças do MPSE, tendo como órgão de apoio a Divisão Financeira
Diretoria de Tecnologia da Informação	Compreende a gerência dos recursos tecnológicos do Ministério Público Estadual, sendo constituída de 5 (cinco) Divisões:
	· Divisão de Infraestrutura
	· Divisão de Projetos e Bancos de Dados
	· Divisão de Produção de *Software*
	· Divisão de Suporte
	· Divisão de *Help Desk*

Tabela 45 - Órgãos Administrativos Vinculados à Secretaria-Geral

Área Administrativa vinculada diretamente à Procuradoria-Geral de Justiça	
Órgão	**Descrição**
Diretoria de Planejamento, Orçamento e Perícia Contábil	Setor responsável por auxiliar nas questões relacionadas ao Planejamento, Orçamento e Perícia Contábil. Compõe-se de 3 (três) Divisões:
	· Divisão de Planejamento Estratégico e Projetos
	·Divisão de Acompanhamento Orçamentário e Estatístico;
	· Divisão de Perícia Contábil
Divisão de Comunicação, Cerimonial e Eventos	Área responsável pelas atividades de comunicação interna e externa, eventos e cerimonial da Procuradoria-Geral de Justiça
Divisão de Controle Interno	Tem por finalidade a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Ministério Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de dotações e recursos próprios e renúncias de receitas
Gabinete de Segurança Institucional - GSI	Órgão com atribuição para adotar medidas de execução e de assessoramento dos Membros do Ministério Público nos assuntos relativos à segurança institucional. É composto pela Coordenação do Gabinete de Segurança Institucional

Tabela 46 - Órgãos Administrativos Vinculados à PGJ

RECURSOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

1.2. RECURSOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

1.2.1. RECURSOS HUMANOS

Os Recursos Humanos do Ministério Público de Sergipe são compostos pelos Membros (Procuradores e Promotores de Justiça), Servidores (efetivos, requisitados, comissionados e conveniados), estagiários (nível médio e superior) e terceirizados que trabalham na Instituição, prestando atendimento direto à população, atuando na área fim ou exercendo funções administrativas.

O MPSE vem procurando, a cada ano, preencher o seu quadro de pessoal, tendo alcançado significativa evolução, conforme demonstrado na tabela em seguida:

Cargos de Provimento Efetivo	Preenchidos			
	2011	2012	2013	2014
Analista do MP – Administração	1	0	2	2
Analista do MP – Biblioteconomia	0	0	0	0
Analista do MP – Ciências Contábeis	3	3	4	4
Analista do MP – Comunicação Social	0	0	0	0
Analista do MP – *Design*/Habilitação *Design* Gráfico	0	0	0	0
Analista do MP – Direito	116	129	133	138
Analista do MP – Economia	0	0	0	0
Analista do MP – Enfermagem	0	0	0	0
Analista do MP – Engenharia Civil	1	1	1	1
Analista do MP – Informática **	8	10	10	17
Analista do MP – Informática – Gestão e Análise de Projeto de Infraestrutura	X			5
Analista do MP – Informática – Gestão e Análise de Projeto de Sistema				12
Analista do MP – Medicina	0	0	0	0
Analista do MP – Medicina – Medicina do Trabalho	X			0
Analista do MP – Medicina – Perícia Médica				0
Analista do MP – Medicina – Cardiologia				0
Analista do MP – Medicina – Ginecologia				0
Analista do MP – Psicologia	0	0	0	0
Analista do MP – Fisioterapia	X			0
Analista do MP – Odontologia				0
Analista do MP – Serviço Social	2	2	3	3
Cargos de Provimento Efetivo de Nível Básico em Extinção *	11	11	11	10
Cargos de Provimento Efetivo de Nível Médio em Extinção *	34	32	31	27
Cargos de Provimento Efetivo de Nível Superior em Extinção *	7	6	6	4
Técnico do MP – Área Administrativa	103	110	118	162
Técnico do MP – Especialidade Manutenção e Suporte de Equipamentos de Informática e Softwares	3	6	4	7
Técnico do MP – Especialidade Técnico em Enfermagem	X			0
Técnico do MP – Especialidade Técnico em Higiene Dental				0
TOTAL	**289**	**310**	**323**	**375**

x – Cargos criados a partir da vigência da Lei nº 7.847, de 12 de maio de 2014, a partir de maio/2014.

** - Conforme a Lei nº 7.847, de 12 de maio de 2014, art. 3º, foram definidas as especialidades do cargo de Analista do Ministério Público – Informática, em "Gestão e Análise de Projeto de Infraestrutura" e "Gestão e Análise de Projeto de Sistema", a partir de maio/2014.

*** - Conforme a Lei nº 7.847, de 12 de maio de 2014, art. 4º, foram definidas as especialidades do cargo de Analista do Ministério Público – Medicina, em "Medicina do Trabalho" e "Perícia Médica", a partir de maio/2014.

Tabela 47 - Ocupação do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo

1.2.1.1. CONCURSO PÚBLICO - MEMBROS

Com o termo final de validade, no mês de novembro de 2014, o Concurso Público para ingresso na Carreira do Ministério Público (Edital nº 01/2010-PGJ) atingiu a marca de 46 (quarenta e seis) convocados. Somente no exercício de 2014 foram empossados 10 (dez) novos Promotores de Justiça Substitutos.

A convocação e posse de novos Promotores de Justiça visa propiciar uma melhor resposta à sociedade no que tange à garantia dos seus direitos fundamentais, uma vez que permite o preenchimento de carências existentes em diversas Promotorias, especialmente no interior do Estado, sinalizando para o fortalecimento da Instituição.

1.2.1.2. 2º CONCURSO PÚBLICO – SERVIDOR

Antes mesmo do prazo de validade do certame expirar, previsto para outubro de 2014, após prorrogação, foram convocados todos os candidatos aprovados no concurso público realizado em 2010 (Edital nº 01/2010), além de todos os candidatos reclassificados para o final da lista, mediante prévia solicitação, totalizando 112 (cento e doze) candidatos convocados para o preenchimento de vagas no cargo de Analista do Ministério Público, nas áreas ofertadas.

Tendo em vista que a seleção foi destinada principalmente à formação de cadastro de reserva, o número de convocados superou às expectativas dos candidatos, demonstrando o empenho da administração em suprir o quadro funcional com servidores concursados.

1.2.1.3. ALTERAÇÃO NO QUADRO DE PESSOAL

Em 2014, foram criados 60 (sessenta) cargos de provimento efetivo de Analista do Ministério Público e 50 (cinquenta) cargos de provimento efetivo de Técnico do Ministério Público, através da publicação da Lei nº 7.847/14.

A iniciativa teve como escopo o aumento na qualidade de prestação dos serviços do Ministério Público à população do Estado de Sergipe.

1.2.1.4. ADMISSÃO DE ESTAGIÁRIOS

Através de Portaria nº 2.553/2014, de 15 de julho de 2014, da lavra da Procuradoria-Geral de Justiça, foram atualizados os Quadros de Estagiários de Nível Superior (Direito e Outros Cursos) e de Nível Médio (Ensino Médio e

Fundamental) dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe, totalizando 190 (cento e noventa) vagas nas seguintes áreas:

136 – Direito;

16 – Outros Cursos;

38 – Nível Médio.

Ressalte-se que, durante o período abordado por este Relatório de Gestão, foram admitidos 153 (cento e cinquenta e três) estagiários, distribuídos nos quadros de Nível Superior (Direito e outros Cursos) e Nível Médio (Ensino Médio e Fundamental), que ingressaram na Instituição através dos processos seletivos demonstrados abaixo:

Processos Seletivos de Estagiários em 2014		
Edital	**Nível**	**Local de vagas**
001/2014	Médio	Aracaju
001/2014	Superior (Direito)	Promotorias do Interior
004/2014	Superior (Design Gráfico)	Aracaju
004/2014	Superior (Comunicação)	Aracaju

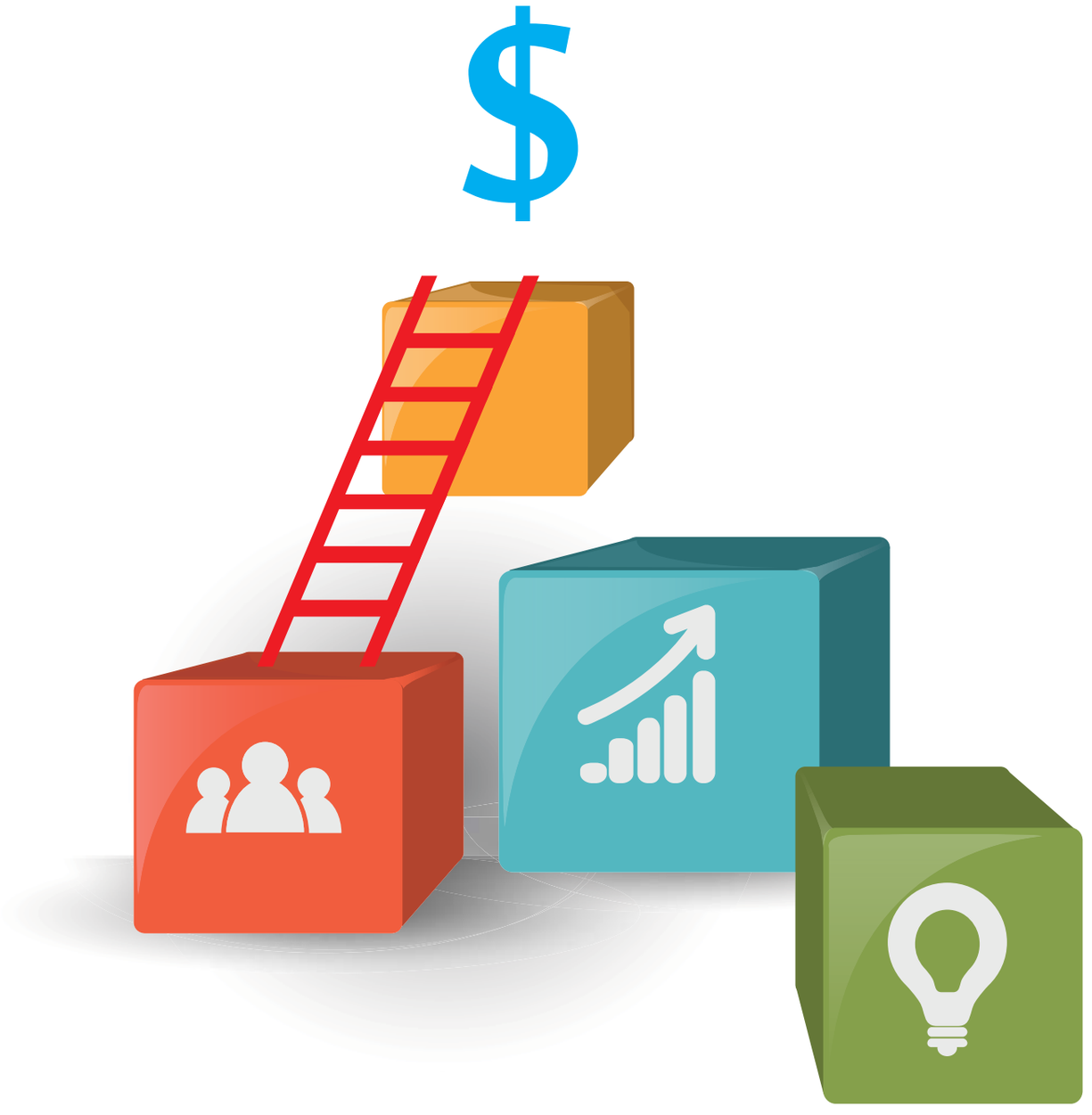
Tabela 48 - Processos Seletivos de Estagiários em 2014

1.2.1.5. CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO - ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

Em 2014, celebraram-se os seguintes Acordos de Cooperação, com a finalidade de oferecer estágio não obrigatório:

Acordos de Cooperação – Estágio Não Obrigatório - 2014			
Concedente	**Data**	**Objetivo**	**Prazo**
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe.	10/02/2014	Proporcionar estágio aos alunos regularmente matriculados na instituição de ensino, visando a complementação de ensino e da aprendizagem social, profissional e cultural	4 (quatro) anos.
Associação Objetivo de Ensino Superior – ASSOBES (Faculdade de Aracaju – FACAR)	04/08/2014	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados na instituição de ensino a realização de estágio não obrigatório, a ser desenvolvido nas dependências da concedente	5 (cinco) anos.
Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado – ASSUPERO (Faculdade Sergipana – FASER).	04/08/2014	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados na instituição de ensino a realização de estágio não obrigatório, a ser desenvolvido nas dependências da concedente	5 (cinco) anos.

Tabela 49 - Acordos de Cooperação – Estágio Não Obrigatório



RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

1.2.2. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

O Ministério Público de Sergipe, pautando-se nas novas diretrizes para o Orçamento Público, elaborou sua Proposta Orçamentária em conformidade com os Planos Estratégicos e Plurianual, distribuindo os recursos aprovados pela Lei Orçamentária Anual - LOA nº 7.800, de 03 de Janeiro de 2014, em 12 (doze) Ações, agrupadas nos 03 (três) Programas a seguir:

- Programa de Defesa da Ordem Jurídica e Social, cujo objetivo é dar provimento às ações necessárias ao cumprimento de sua Missão Institucional de "Defender a Ordem Jurídica, o Regime Democrático, os Interesses Sociais e Individuais Indisponíveis";
- Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público, instituído para atender às demandas necessárias à Gestão Administrativa do Órgão;
- Programa Encargos de Natureza Especial – destinados às despesas com amortizações, encargos e pagamento de indenizações.

As tabelas a seguir demonstram as finalidades, os objetivos estratégicos e as iniciativas as quais cada ação orçamentária está diretamente vinculada:

Programa: 04 - Defesa da Ordem Jurídica e Social			
Ação Orçamentária	**Finalidade**	**Objetivo Estratégico**	**Iniciativa**
Ampliação do Parque Tecnológico do Ministério Público	Dar celeridade ao processo de tramitação de dados, maximizando as atividades desenvolvidas pelo Órgão, com o objetivo de ampliar sua atuação	Garantir sistemas de tecnologia de informação que suportem o crescimento	Investir em tecnologia de informação através de convênios ou de recursos próprios
Construção de Unidades para o Ministério Público	Ampliar a atuação dos órgãos e das Promotorias, proporcionando melhoria das instalações, maior aproximação com a sociedade e viabilizando atendimento mais digno e célere à população	Aperfeiçoar a estrutura física das Promotorias	Ampliar o número de Subsedes do MPSE
Reforma e Reestruturação de Unidades do MP	Melhorar as instalações físicas das Promotorias e adequá-las para melhor atender aos Membros e Servidores à população	Aperfeiçoar a estrutura física das Promotorias	Reformar e adequar a estrutura física das Promotorias
Ressocialização de Presos e Egressos do Sistema Prisional de Sergipe	Oportunizar o fortalecimento da cidadania aos presos e egressos do sistema prisional de Sergipe, através do estímulo à informação e à inserção no mercado de trabalho	Aprimorar os relacionamentos e parcerias entre as Instituições	Articular, conjuntamente com órgãos e secretarias, a reinserção de presos e egressos na sociedade
Comunicação e Interação Social	Estabelecer elo com a sociedade e demais instituições envolvidas nas atividades realizadas pelo Ministério Público, visando divulgar suas ações e projetos; Conscientizar a população, através de campanhas, das medidas tomadas pelo Ministério Público Estadual, necessárias à proteção social	Desenvolver comunicação ágil e eficaz	Aprimorar a comunicação do Ministério Público junto à Sociedade
Capacitação de Membros e Servidores do Ministério Público	Qualificar Membros e Servidores do Órgão, de forma a possibilitar o exercício das funções que lhes são afetas, promovendo sua capacitação e treinamento contínuos	Recrutar recursos humanos e desenvolver competências	Capacitar de maneira continuada Membros e Servidores do MPSE

Continua...

Programa: 04 - Defesa da Ordem Jurídica e Social			
Ação Orçamentária	**Finalidade**	**Objetivo Estratégico**	**Iniciativa**
Projetos Sociais e Institucionais do MPSE	Promover e oportunizar o fortalecimento da cidadania, defender os interesses sociais, individuais e indisponíveis da população. Proporcionar a integração entre Membros e Servidores do MPSE, bem como promover seu bem-estar físico e mental, além da melhoria da qualidade de vida no trabalho	Cumprir a destinação constitucional	Elaborar programas de ação nas áreas de cidadania, proteção do patrimônio público, artístico, cultural, defesa do meio ambiente, proteção ao idoso, à pessoa com deficiência, à criança/adolescente, segurança pública, controle externo da atividade policial, fiscalização do sistema prisional e das entidades do Terceiro Setor, educação, saúde, urbanismo, consumidor, questões agrárias, de gênero e direitos humanos em geral

Tabela 51 - Ações Orçamentárias do MPSE - 04 - Defesa da Ordem Jurídica e Social

Programa: 31 – Gestão e Manutenção do Ministério Público		
Título da Ação	**Descrição**	**Finalidade**
Operacionalização das Atividades do Ministério Público	Aquisição de materiais diversos (consumo e equipamentos) e contratação de serviços	Prover o Órgão Ministerial das condições básicas de sustentabilidade na esfera administrativa e operacional
Operacionalização do Fundo Especial do Ministério Público	Aquisição de materiais, equipamentos e serviços com recursos arrecadados diretamente pelo Fundo Especial do Ministério Público de Sergipe. Realizar diagnóstico através do levantamento das necessidades de materiais, serviços e equipamentos a serem adquiridos através de procedimentos licitatórios e registro de preços	Complementar a Manutenção das Atividades do Ministério Público através do Fundo Especial
Recomposição da Frota de Veículos do Ministério Público	Adquirir veículos novos, recompondo a frota, propiciando o deslocamento de Membros e Servidores e o transporte de equipamentos e materiais às comunidades de cada jurisdição	Transportar pessoas e bens entre as unidades do MP e as comunidades de jurisdição sergipana, de forma a proporcionar a fiscalização através da presença real das Promotorias
Pagamento de Pessoal Ativo	Pagamento de pessoal e encargos sociais dos Membros e Servidores ativos da Instituição	Promover o pagamento de pessoal ativo do Ministério Público e dos seus respectivos encargos sociais
Aperfeiçoamento das Atividades da ESMP - Escola Superior do Ministério Público	Aquisição de material diversificado, equipamentos e contratação de serviços que se fizerem necessários à promoção do aperfeiçoamento das Atividades ESMP	Prover a ESMP de material, equipamentos e serviços necessários ao aperfeiçoamento de suas atividades operacionais

Tabela 52 - Ações Orçamentárias do MPSE - 31 – Gestão e Manutenção do Ministério Público

Programa: 54 – Encargos de Natureza Especial		
Título da Ação	**Descrição**	**Finalidade**
Parcela Autônoma de Equivalência	Promover o pagamento de verbas salariais atrasadas aos Membros ativos e inativos, provenientes de decisões do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ	Restituir aos Membros ativos e inativos do MP verbas salariais atrasadas

Tabela 53 - Ações Orçamentárias do MPSE - 54 – Encargos de Natureza Especial

Demonstramos, também, a seguir, a dotação orçamentária disponibilizada, por ação, a fim alcançar os objetivos e metas previamente estabelecidos no Plano Plurianual 2012-2015, distribuída para atender às despesas do Ministério Público em 2014, após o estabelecimento da cota orçamentária proposta pelo Executivo:

Ação		Total R$
21	Ampliação do Parque Tecnológico do Ministério Público	4.000.000,00
23	Construção de Unidades para o Ministério Público	250.000,00
25	Reforma e Reestruturação de Unidades do MP	600.000,00
34	Operacionalização das Atividades do Ministério Público	22.698.340,00
36	Operacionalização do Fundo Especial do Ministério Público	323.780,00
39	Ressocialização de Presos e Egressos do Sistema Prisional de SE	49.100,00
40	Comunicação e Interação Social	120.000,00
42	Capacitação de Membros e Servidores do Ministério Público	150.000,00
45	Pagamento de Pessoal Ativo	105.000.000,00
44	Recomposição da Frota de Veículos do Ministério Público	400.000,00
1471	Aperfeiçoamento das Atividades da ESMP – Escola Superior do Ministério Público	135.000,00
1727	Projetos Sociais e Institucionais do MPSE	160.000,00
426	Parcela Autônoma de Equivalência - PAE	18.396.000,00
TOTAL		**152.282.220,00**

Tabela 54 - Dotação Orçamentária por Ação

Destaca-se, ainda, que a participação do Órgão no Orçamento do Estado, considerando a natureza de suas ações, apresenta-se insuficiente para atender a crescente demanda da população sergipana. Diante disso, o gráfico a seguir demonstra os percentuais dos orçamentos dos Órgãos e Poderes Autônomos em relação ao orçamento total do Estado.

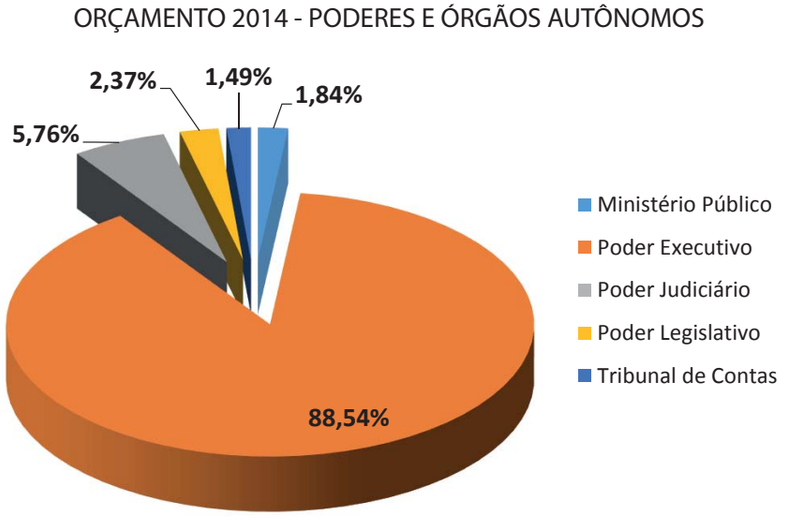


Gráfico 15 - Orçamento 2014 - Poderes e Órgãos Autônomos

Objetivando demonstrar melhor a aplicação dos recursos destinados ao Órgão, apresentamos os gráficos que refletem a destinação dos recursos orçamentários por Grupo de Despesa (pessoal, custeio e investimentos), devidamente atualizado até o dia 16.11.2014, conforme seguem:

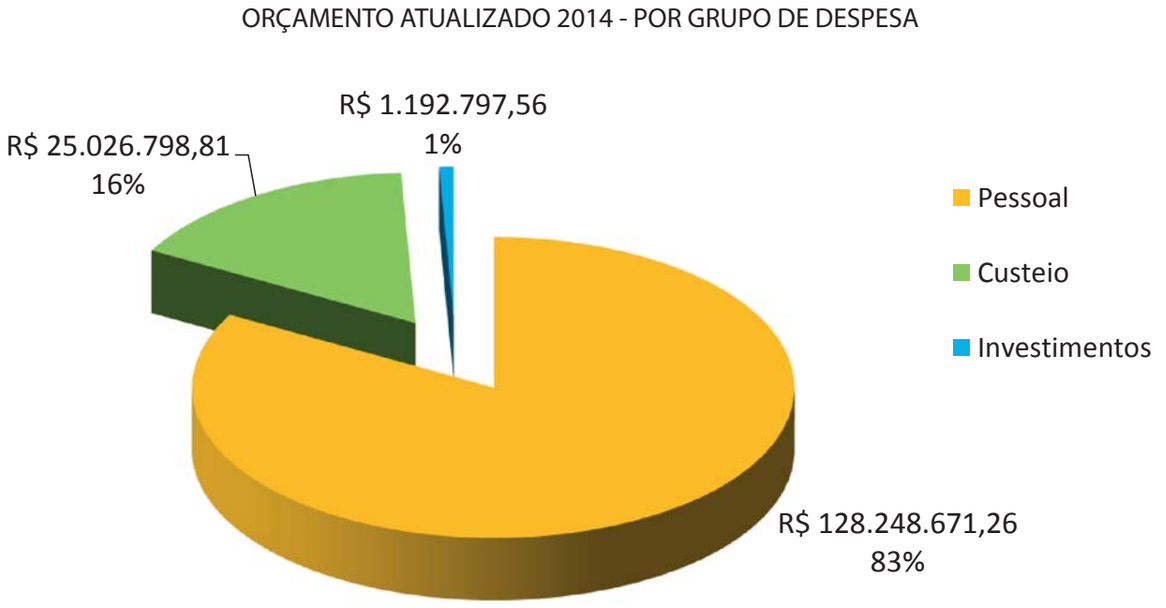
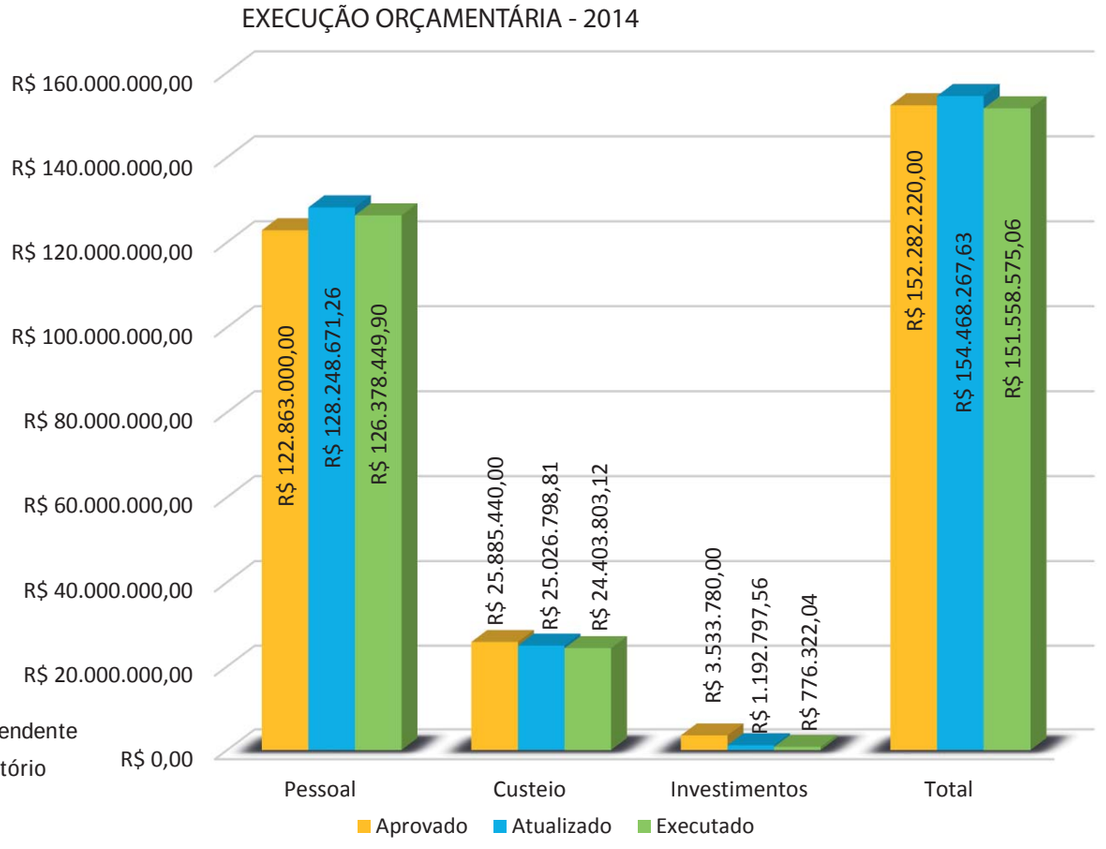
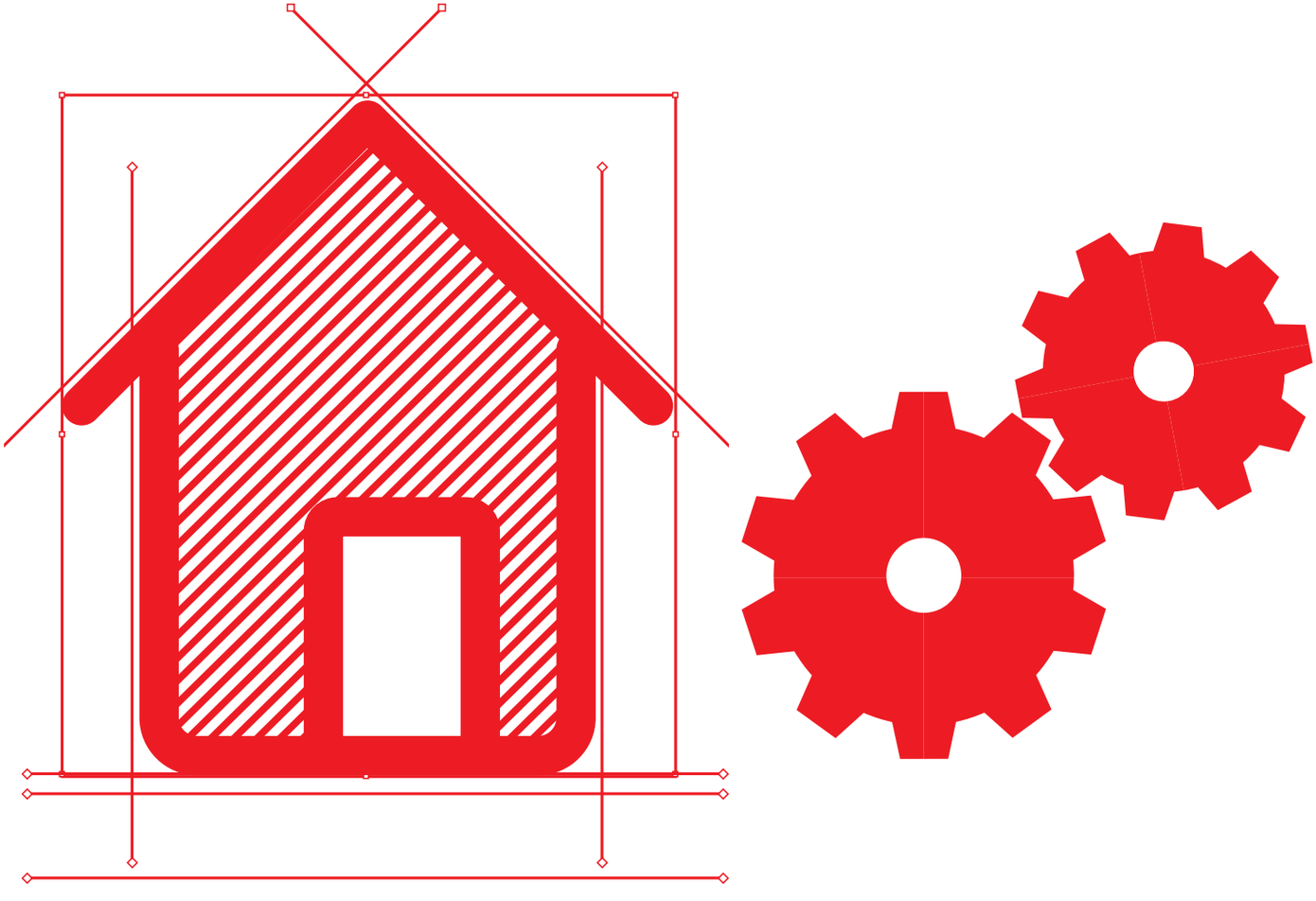


Gráfico 16 - Distribuição Orçamentária do MPSE por Grupo de Despesa



Legenda:
Rec. Pend. - Reclamação Pendente
PP - Procedimento Preparatório
IC - Inquérito Civil
ARQ - Arquivamentos

Gráfico 17 - Execução Orçamentária



RECURSOS PATRIMONIAIS

1.2.3. RECURSOS PATRIMONIAIS

A Divisão de Patrimônio do Ministério Público de Sergipe efetua o controle dos Bens Móveis e Equipamentos de Informática do Órgão, através do Sistema THEMA, possibilitando os seguintes registros:

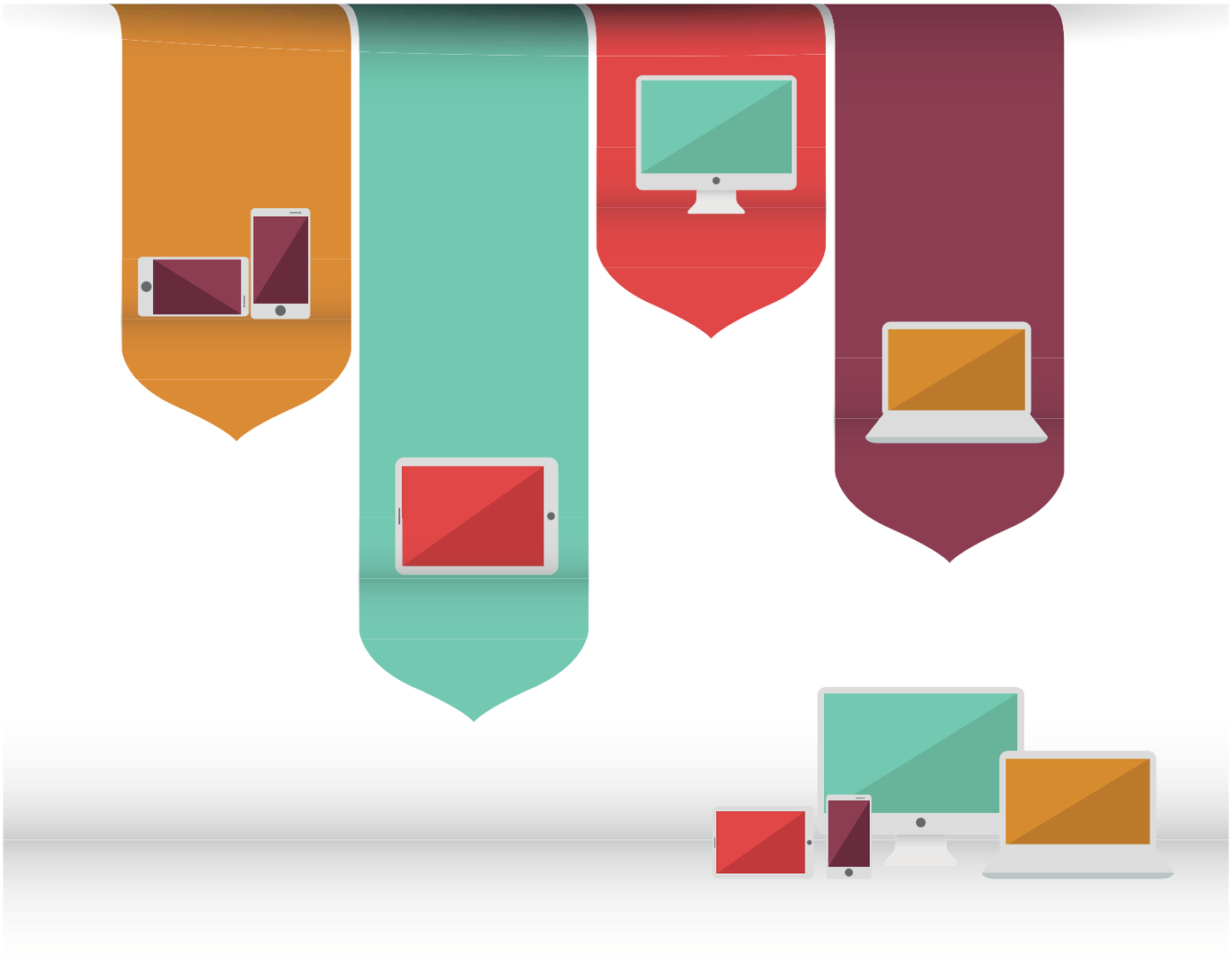
- **cadastro/tomada de contas:** Bens Móveis – Simples; Demonstrativo de Bens Adquiridos no Exercício; e Demonstrativo Patrimonial Móvel;
- **relatórios/consulta**: Inventário de Bens Móveis; Transferência de Bens Selecionados – Simples; Controle Patrimonial e Consulta (Órgãos e Unidades); Termo de Baixa; e Histórico de Movimentação do Bem;
- **controle patrimonial/consultas:** Histórico de Bens Móveis; Transferência de Bens – Simples; Demonstrativos de Bens Alienados no Exercício e Interno; Estatísticas de Bens por Subgrupos e por Unidade/Setor; Doação; e Leilão.

Dessa forma, são controlados e contabilizados pela Divisão de Patrimônio, subordinada à Diretoria Administrativa, todos os bens móveis e imóveis da Instituição, adquiridos, cedidos e doados.

No período compreendido entre janeiro a novembro de 2014 foi registrada a aquisição de 1.191 (mil e cento e noventa e um) bens, correspondente ao total de R$ 2.150.707,51 (dois milhões, cento e cinquenta mil, setecentos e sete reais e cinquenta e um centavos). Em sua grande maioria, os bens adquiridos são destinados à manutenção dos setores do Ministério Público do Estado de Sergipe, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Lista de Equipamentos Adquiridos – 2014			
Item	**Equipamentos**	**Quant.**	**Valor (R$)**
1	**Equipamentos de Informática**	925	1.692.687,86
2	**Coletânea de Livros**	2	3.109,00
3	**Mobília em Geral e Utensílios**	231	277.721,40
4	**Veículos**	33	177.189,25
TOTAL		**1.191**	**2.150.707,51**

Tabela 55 - Equipamentos Adquiridos em 2014



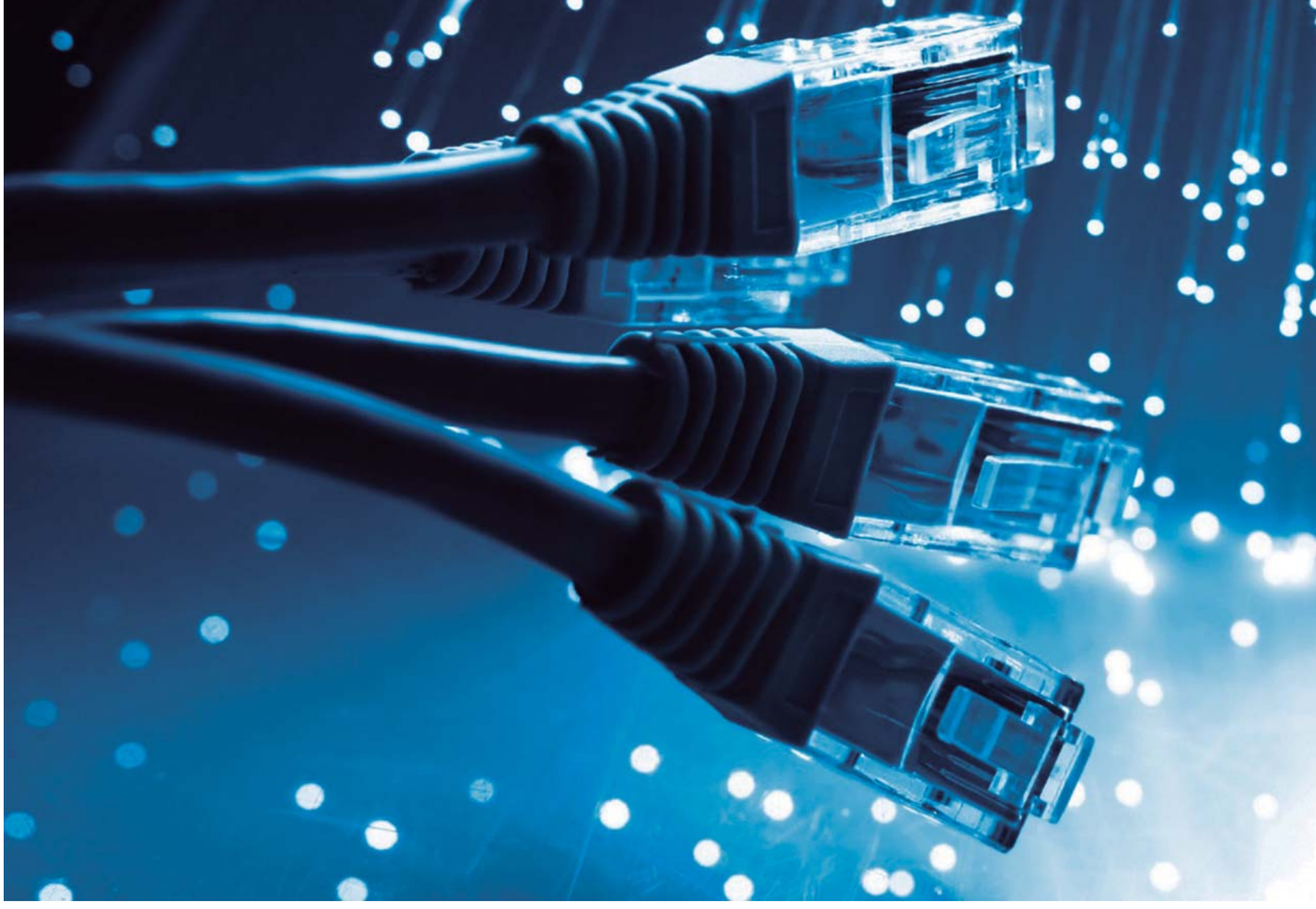
RECURSOS TECNOLÓGICOS

1.2.4. RECURSOS TECNOLÓGICOS

Durante o ano de 2014, a exemplo de outros exercícios, as demandas por investimentos em equipamentos e sistemas necessários ao desenvolvimento tecnológico dos trabalhos da Instituição não pararam de crescer. Diversos produtos e serviços foram adquiridos, conforme elencado na tabela a seguir:

Investimento em Tecnologia da Informação - TI no ano de 2014	
Descritivo Geral	**Valor Total (R$)**
Adesão Ata da Amgesp - elaboração da MGP da TI e implantação da solução EPM	129.567,85
Aquisição de 10 licenças de *sofware* de Gestão *Channel*	41.000,00
Aquisição de sistema (SecGer-Promoção e Remoção) - PP 03/2014	80.500,00
Certificado Digital de Pessoa Jurídica	263,70
Certificado Digital Padrão SSL para *Website*	2.560,00
Certificados Digitais de Pessoa Física	3.654,00
Corel Draw Graphics Suite	3.999,00
Impressora de cartão PVC	39.160,00
Impressora Laser Colorida A3	21.040,00
Impressora Laser Colorida A4	24.416,00
Nobreaks para estação de trabalho	143.500,00
Office Professional	24.390,60
Serviços de Implementação - AD / *Exchange*	34.294,90
Sharepoint Server	17.971,61
Solução segurança *Wifi/Proxy - Fortiauthenticator*	37.350,00
SQL *Server Standard Core* 2Lic *CoreLic*	47.392,75
Suprimento 1 de impressora colorida A3	1.380,00
Suprimento 1 de impressora colorida A4	1.848,00
Suprimentos 2 a 4 de impressora colorida A3	5.820,00
Suprimentos 2 a 4 de impressora colorida A4	10.290,00
Suprimentos de TI (*kit* manutenção de impressoras)	6.800,00
Suprimentos de TI (memória, disco, *pendrive* e outras peças)	74.176,50
Token para certificados digitais (Pessoa física e jurídica)	2.100,00
Windows Server Standard	11.663,95
Contrato de *Internet* Sede - Contrato com a Empresa OI	50.634,96
Contrato do Sistema da Thema	53.247,84
Contrato - Manutenção da central telefônica	8.000,00
TOTAL	**877.021,66**

Tabela 56 - Investimentos em Equipamentos, Serviços e Licenças

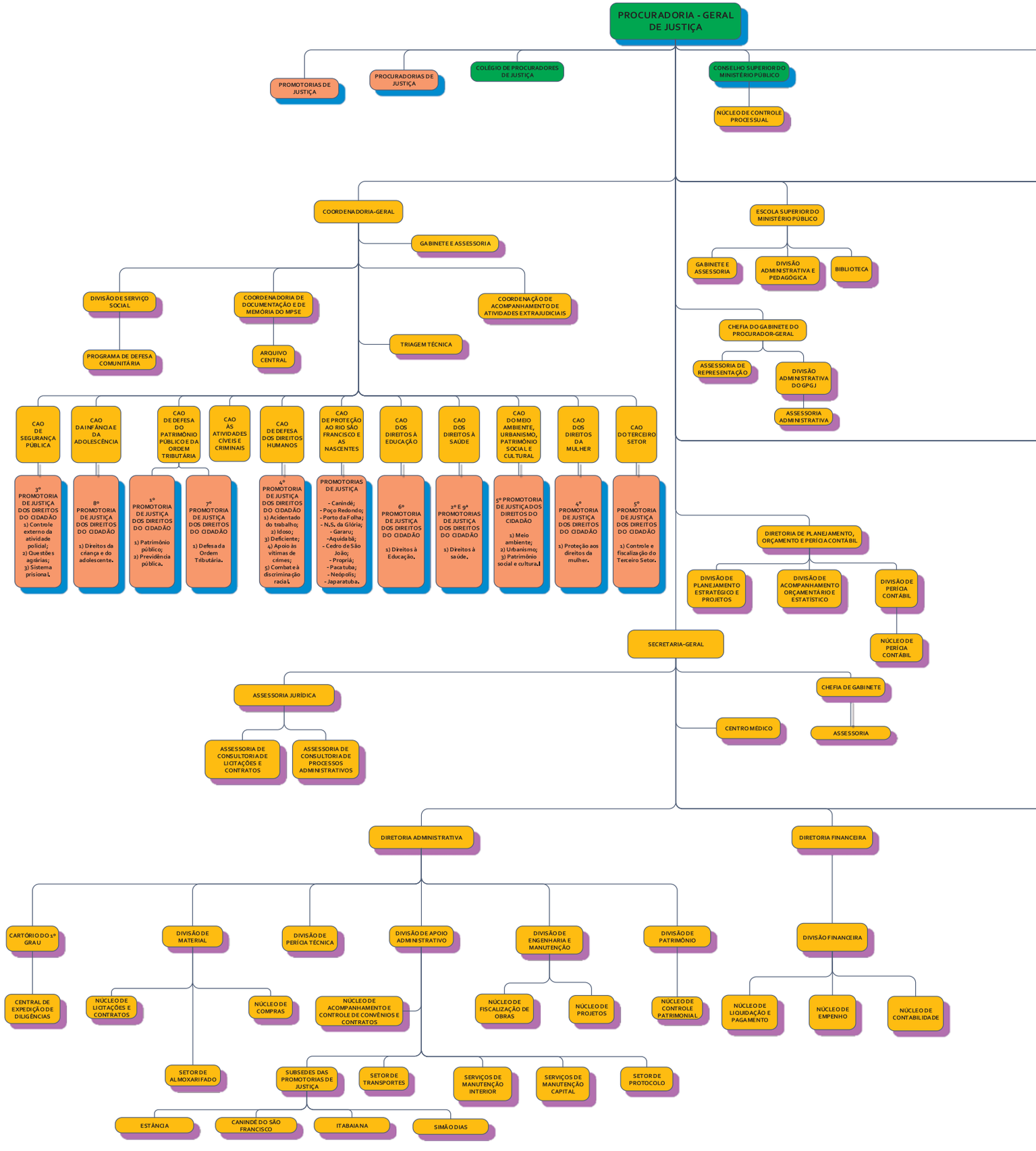


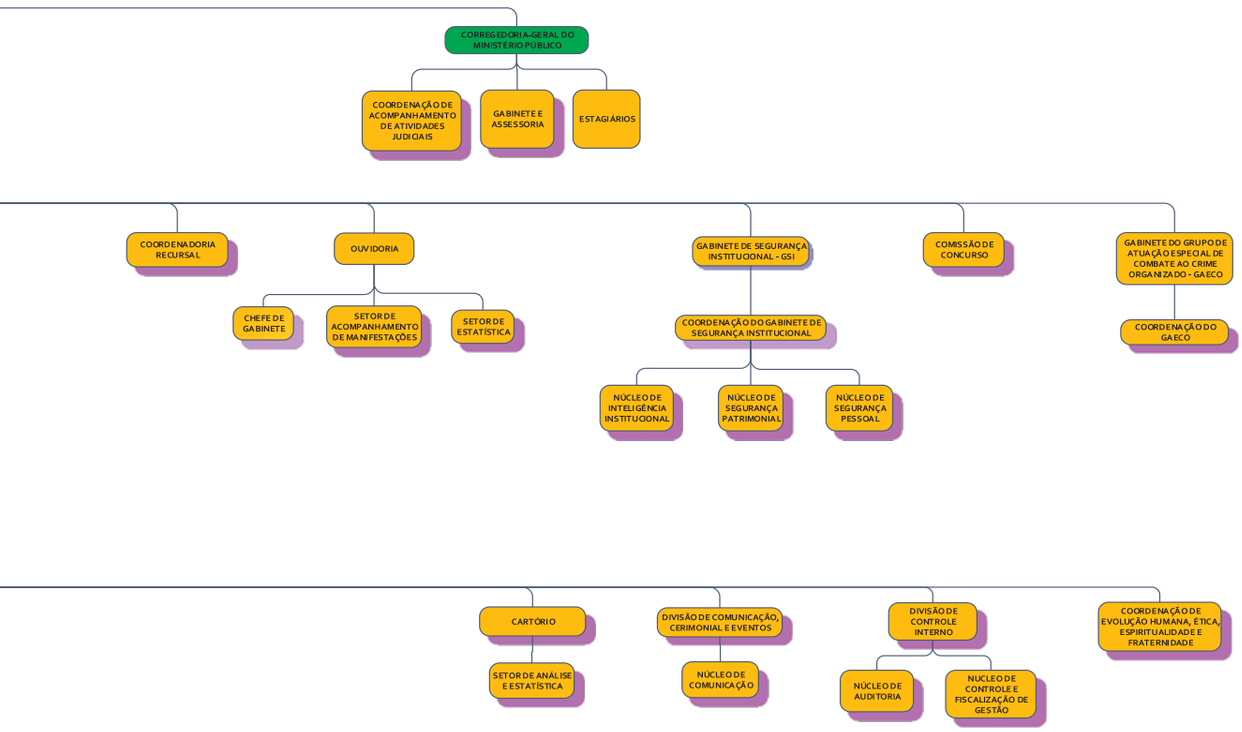
Também foram realizados investimentos referentes à expansão de equipamentos para o *Datacenter*, necessários ao armazenamento de informações de bancos de dados, imagens, arquivos, entre outros recursos, assim demonstrado na tabela seguinte:

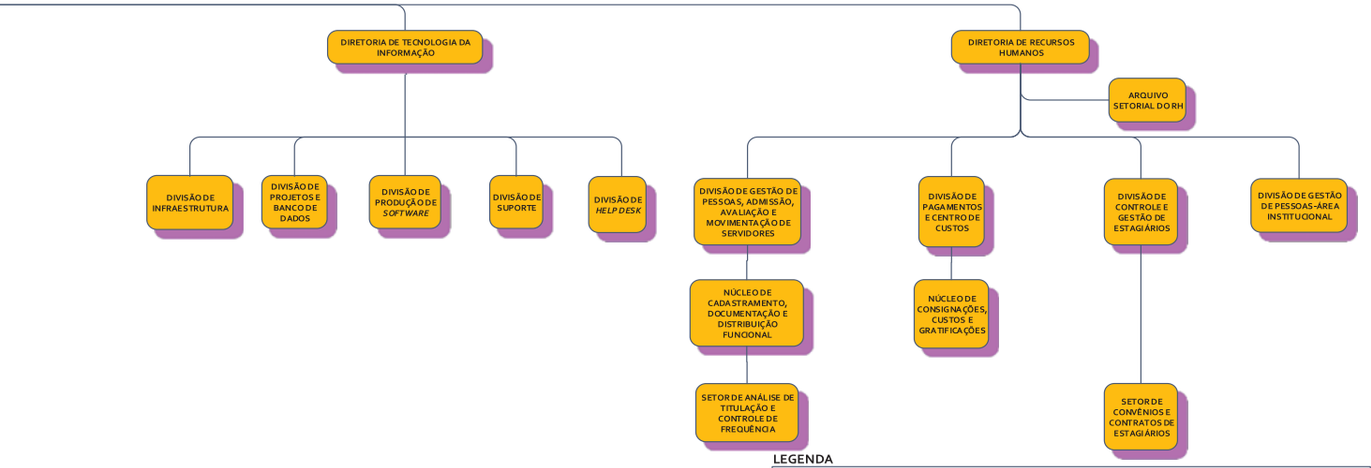
Investimentos no *Datacenter* em 2014	
Descrição	**Valor Total (R$)**
Adaptador com duas portas *Ethernet* para servidor lâmina	3.818,00
Adaptador com duas portas FC para servidor lâmina	3.440,00
Pente de memória RAM para servidor	51.040,00
Serviços de Instalação	12.675,00
Servidor Lâmina	44.740,00
TOTAL	**115.713,00**

Tabela 57 - Investimentos no *Datacenter*

1.3. ORGANOGRAMA







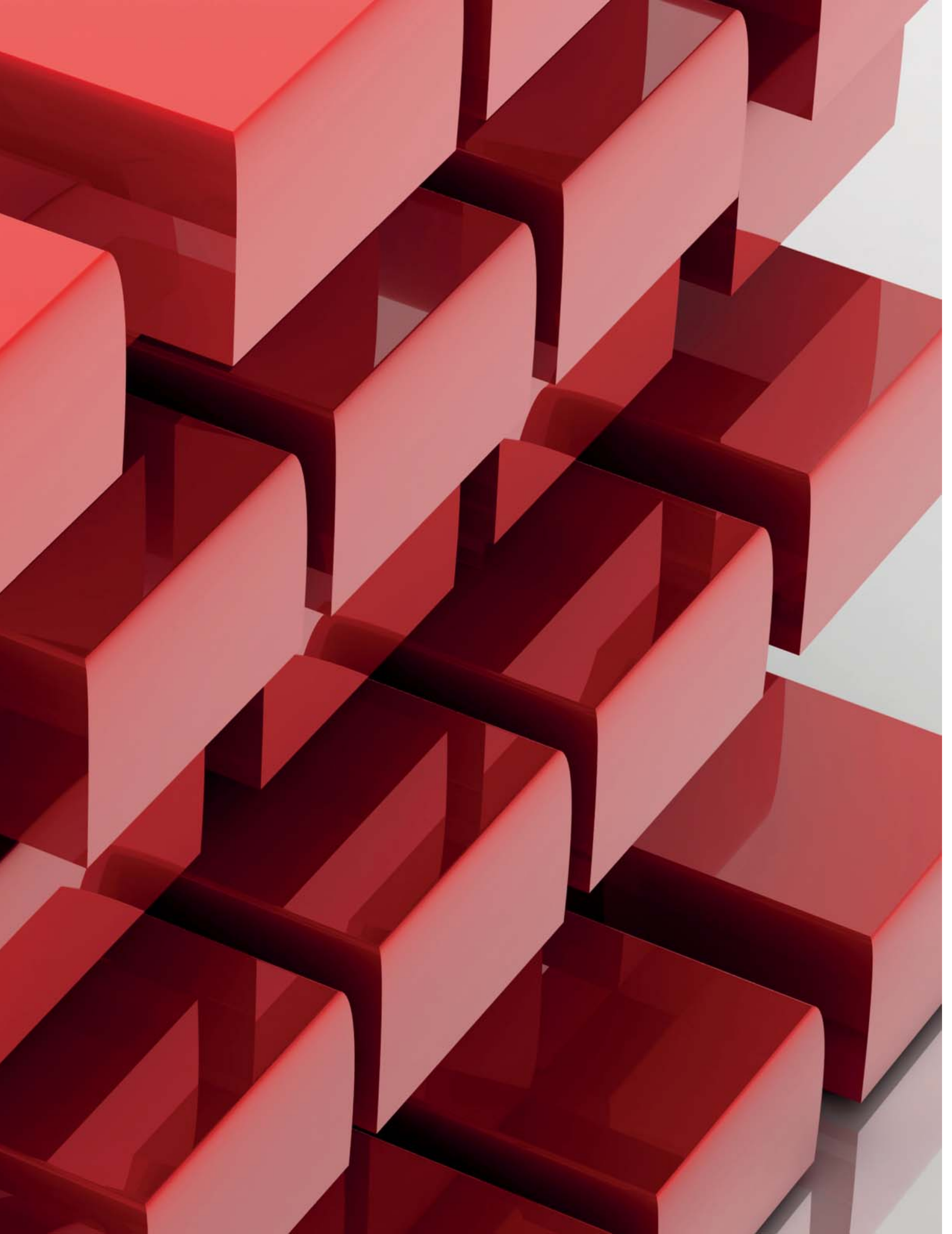
LEGENDA

Órgão da Administração Superior	Órgão da Administração	Órgão de Execução	Órgão Auxiliar	Órgão de Apoio Administrativo

O sombreamento representa o acúmulo de atribuições do Órgão.

FONTE: Lei 7.232, de 21/10/2011, Lei 7.649, de 31/05/2013, e Portaria 422/14, de 30/01/2014

DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:31/01/2014



1.4. MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE MELHOR ESTRUTURADO PARA O CIDADÃO

1.4.1. PROMOÇÃO DE MELHORIAS NAS UNIDADES MINISTERIAIS

Como resultado das necessidades identificadas pela Divisão de Engenharia do Ministério Público de Sergipe, por meio de vistorias realizadas nas Unidades do Órgão Ministerial, foram geradas as seguintes iniciativas:

- expansão do Setor de Almoxarifado: ampliação da área disponível para o depósito de materiais na Sede do MP;
- reforma da Promotoria de Justiça de Aquidabã: instalação de divisória e porta promovendo a separação entre o Gabinete do Promotor e da Assessoria;
- reforma e adequação da acessibilidade na Subsede do Ministério Público no município de Estância: contemplou melhorias na cobertura, pintura, instalação de esquadrias, grades de segurança e nas instalações elétricas, além da adequação do edifício a algumas exigências da norma de acessibilidade – NBR 9050/2004, proporcionando melhor atendimento aos usuários;
- convênio firmado entre o Ministério Público de Sergipe e o Tribunal de Justiça, para reforma e ampliação das Promotorias de Justiça localizadas nos prédios do Poder Judiciário Estadual, mediante apoio financeiro.

1.4.2. CRIAÇÃO DE NOVAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA NO INTERIOR DO ESTADO

No ano de 2014, o egrégio Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público de Sergipe editou as Resoluções nº 007/2014 - CPJ, de 24 de Abril de 2014, nº 008/2014 – CPJ, de 05 de maio de 2014 e 009/2014 – CPJ, de 05 de maio de 2014, que aprovaram Projetos de Lei Complementar para alterar e acrescentar dispositivos na Lei nº 02/1990, criando as seguintes Promotorias de Justiça e respectivos cargos de Promotor de Justiça:

1. **2ª Promotoria de Justiça Criminal da Cidade de São Cristóvão** – Entrância final;
2. **2ª Promotoria de Justiça Criminal da Cidade de Lagarto –** Entrância Final**;**
3. **2ª Promotoria de Justiça da Cidade de Barra dos Coqueiros –** Entrância Inicial**;**
4. **Promotoria de Justiça da Cidade de Indiaroba –** Entrância Inicial;
5. **Promotoria de Justiça da Cidade de Malhador –** Entrância Inicial;
6. **2ª Promotoria de Justiça da Cidade de Itaporanga d'Ajuda –** Entrância Final;
7. **2ª Promotoria de Justiça da Cidade de Laranjeiras** – Entrância Final;
8. **2ª Promotoria de Justiça da Cidade de Simão Dias** – Entrância Final.

1.4.3. INAUGURAÇÃO DA SALA DA OUVIDORIA

A sala da Ouvidoria do MPSE, localizada no andar térreo do Edifício-Sede da Instituição (sala 5), foi inaugurada na manhã do dia 05 de maio de 2014, com a expectativa de que o espaço venha a contribuir para o bem comum e seja um canal aberto de transparência dentro dos princípios éticos e compromissos de conduta do Órgão.

Vários Membros e Servidores do Ministério Público prestigiaram a solenidade de inauguração e receberam a bênção do Frei Gleizer, conforme demonstram as fotos a seguir:

Benção do Padre na Inauguração da Ouvidoria do MPSE

Descerramento da Placa de Inauguração da Ouvidoria do MPSE

Placa de Inauguração da Ouvidoria do MPSE

1.4.4. INAUGURAÇÃO DAS NOVAS INSTALAÇÕES DA DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O Procurador-Geral de Justiça do MPSE reuniu-se com Procuradores e Promotores de Justiça, além de Diretores e Servidores da Casa, na manhã do dia 29 de setembro de 2014, para inaugurar as novas instalações da Diretoria de Tecnologia da Informação do Órgão Ministerial.

Além de profissionais com múltiplas habilidades, formação ampla e em constante atualização, o setor ganhou mais conforto, amplitude e comodidade, características essenciais que fazem o diferencial no trabalho realizado pelo MP sergipano.

Depois dos agradecimentos e da manifestação de alegria dos presentes à inauguração, as novas instalações receberam a bênção do Frei Gleizer, momento de congratulação registrado nas fotos em seguida:

Solenidade de Entrega das Novas Instalações da Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI

Bênção das Novas Instalações da DTI

Bênção das Novas Instalações da Sala de Suporte Técnico da DTI

Bênção da Sala de Treinamento da DTI

Servidores da DTI na Solenidade de Entrega das Novas Instalações da Sala de Treinamento

1.4.5. ENTREGA DE MOTOCICLETAS PARA AS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DO INTERIOR DO ESTADO

As Promotorias de Justiça da Capital e do interior do Estado receberam, na manhã do dia 03 de outubro de 2014, no estacionamento externo do Ministério Público de Sergipe, 26 (vinte e seis) motocicletas adquiridas pela Procuradoria-Geral de Justiça.

A compra dos veículos faz parte do Projeto para Ampliação dos Serviços de Entrega de documentos entre as Unidades do MP de Sergipe, no tocante à tramitação de procedimentos administrativos, tais quais: procedimentos preparatórios, inquéritos civis e reclamações.

Com a aquisição das motos, as requisições, notificações e demais atos de intercâmbio procedimental poderão ser realizados em tempo hábil, oferecendo, futuramente, mais recursos aos Promotores de Justiça, posto que agilizará a prestação de serviço à coletividade sergipana.

Até então, o Ministério Público possuía uma frota de apenas 10 (dez) motos. Em virtude das atribuições inerentes aos Servidores da Casa, além do fluxo de tramitação de documentos para outros órgãos da Administração do Estado de Sergipe, houve a necessidade de ampliar os serviços de Motoboys.

As motocicletas YS FAZER 150 ED da YAMAHA, equipadas com baú e antena, atenderão às Promotorias de Justiça dos Municípios de: Aquidabã, Arauá, Aracaju, Campo do Brito, Canindé do São Francisco, Capela, Carira, Carmópolis, Cedro de São João, Cristinápolis, Frei Paulo, Gararu, Itabaianinha, Itaporanga D´ajuda, Japaratuba, Laranjeiras, Maruim, Neópolis, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora da Glória, Pacatuba, Poço Redondo, Poço Verde, Porto da Folha, Riachuelo, Ribeirópolis, São Cristóvão, Simão Dias, Tobias Barreto e Umbaúba.

Motos Adquiridas pelo MPSE

Solenidade de Entrega das Motocicletas

Membros e Servidores na Solenidade de Entrega das Motocicletas

1.4.6. INAUGURAÇÃO DO "ESPAÇO DE EVENTOS GOVERNADOR MARCELO DÉDA"

Membros do Ministério Público, da Família Déda, do Poder Judiciário, diversas autoridades e representantes da sociedade sergipana participaram, no dia 15 de maio de 2014, da solenidade de inauguração do "Espaço de Eventos Governador Marcelo Déda", localizado no quinto andar da sede do Órgão Ministerial.

A decisão de homenagear o Governador Marcelo Déda (in memoriam) partiu do Colégio de Procuradores, em reconhecimento ao papel histórico que teve no fortalecimento do Ministério Público, sempre pensando na oferta de um melhor serviço à população.

"Este prédio em que estamos hoje contou com a extrema colaboração do nosso saudoso Marcelo Déda", relembrou o Procurador-Geral de Justiça, Dr. Orlando Rochadel Moreira, ao enumerar aspectos de sua admiração pelo governador, cidadão, pai, político, orador e intelectual Marcelo Déda.

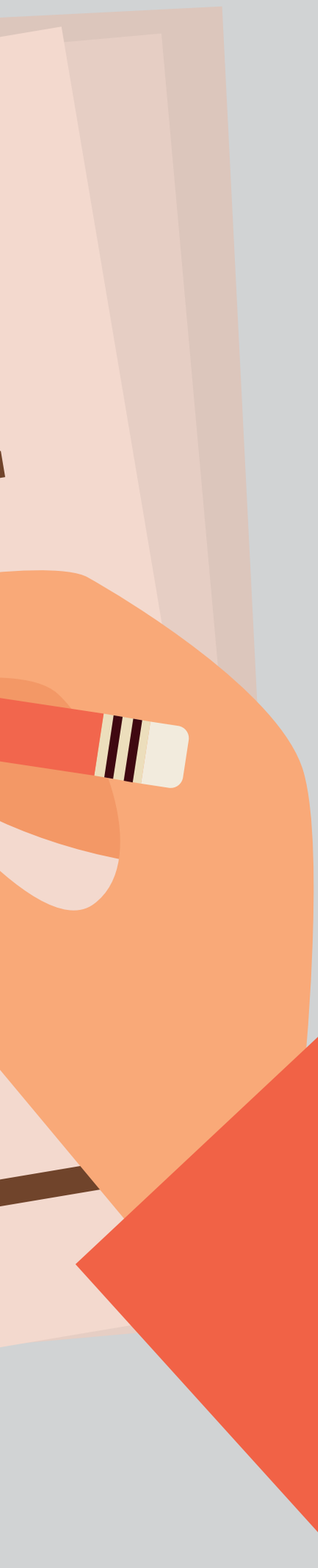
Discursos emocionados, proferidos por diversas autoridades, marcaram a solenidade. Os presentes foram premiados com a apresentação de um vídeo que retratou momentos ímpares de Marcelo Déda no Ministério Público sergipano. A homenagem foi finalizada com uma apresentação artística, realizada pelo Grupo Musical que faz parte do Coral "Vozes da Cidadania", do MPSE, com músicas do saudoso músico baiano Dorival Caymmi.

Alguns momentos do evento podem ser visualizados nas fotos em seguida:

Descerramento da Placa de Inauguração do Espaço de Eventos Governador Marcelo Déda Chagas pelo Procurador-Geral de Justiça, Dr. Orlando Rochadel Moreira e Dra. Eliane Aquino, Viúva do Homenageado

Autoridades, Parentes e Amigos Prestigiam Inauguração do Espaço de Eventos Governador Marcelo Déda Chagas

Apresentação do Coral Vozes da Cidadania do MPSE na inauguração do Espaço de Eventos



2. DESTAQUES DO PERÍODO

2.1. PARCERIAS COM INSTITUIÇÕES PÚBLICO-PRIVADAS/ ACORDOS DE COOPERAÇÃO

No período em foco, foram firmadas as seguintes parcerias entre o Ministério Público e outras Instituições:

PARCERIAS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONVÊNIOS - 2014		
Tipo e Número	**Partes**	**Objetivo**
Termo de Cooperação	Ministério Público de Sergipe e Mardisa Veículos	Adesão da Mardisa Veículos ao Programa de Apoio ao Estudo – PAE
Termo de Cooperação	Ministério Público de Sergipe e Val Motos	Adesão da Val Motos ao Programa de Apoio ao Estudo – PAE
Termo de Cooperação	-	Divulgação do Disque 180 - Central de Atendimento à Mulher com o intuito conscientizar a população e incentivar à denúncia de situações de violência contra as mulheres
Termo de Cooperação celebrado com o Conselho Regional de Nutricionistas da 5ª Região	Ministério Público de Sergipe e Conselho Regional de Nutricionistas	Estabelecer um mecanismo de ação conjunta e eficiente de fiscalização, visando assegurar o cumprimento das normas que regem a atividade sujeita ao CRN-5, com vistas a uma melhor implementação das atribuições legais que lhes são confluentes e, em especial, para promoção de assessoramento científico ao MP/SE em atos que demandem assunção de responsabilidade técnica em prol da instrução de procedimentos judiciais ou investigativos patrocinados ou presididos por seus Membros
Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica	Ministério Público de Sergipe e Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social - SEIDES	Alteração de prazo e de valor, para custear a realização de exames de DNA
Termo de Referência para Desenvolvimento de *Software*	Ministério Público de Sergipe e Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social - SEIDES	Desenvolvimento e Implantação de *Software* e Serviços para o Projeto SALVE Criança e Adolescente
Termo de Cooperação CODEVASF/ Município de Canindé do São Francisco	Ministério Público de Sergipe e CODEVASF	Promover, articuladamente, ações conjuntas destinadas a desenvolver o Projeto "Nascentes do São Francisco - O MP Salvando Rios"
Termo de Cooperação EMDAGRO/ Município de Canindé do São Francisco	Ministério Público de Sergipe e EMDAGRO	Promover, articuladamente, ações conjuntas destinadas a desenvolver o Projeto "Nascentes do São Francisco - O MP Salvando Rios"
Termo de Cooperação INCRA/ Município de Canindé do São Francisco	Ministério Público de Sergipe e INCRA	Promover, articuladamente, ações conjuntas destinadas a desenvolver o Projeto "Nascentes do São Francisco - O MP Salvando Rios"
Termo de Cooperação SERGIPETEC/ Município de Canindé do São Francisco	Ministério Público de Sergipe e SERGIPETEC	Promover, articuladamente, ações conjuntas destinadas a desenvolver o Projeto "Nascentes do São Francisco - O MP Salvando Rios"
Termo de Cooperação SEMARH/ Município de Canindé do São Francisco	Ministério Público de Sergipe e SEMARH	Promover, articuladamente, ações conjuntas destinadas a desenvolver o Projeto "Nascentes do São Francisco - O MP Salvando Rios"
Parceria entre UFS/Município de Canindé do São Francisco	Ministério Público de Sergipe e Município de Canindé do São Francisco	Promover, articuladamente, ações conjuntas destinadas a desenvolver o Projeto "Nascentes do São Francisco - O MP Salvando Rios"
Parceria entre CHESF/Município de Canindé do São Francisco	Ministério Público de Sergipe e Município de Canindé do São Francisco	Promover, articuladamente, ações conjuntas destinadas a desenvolver o Projeto "Nascentes do São Francisco - O MP Salvando Rios"
Convênio entre Ministério Público do Estado de Sergipe e o Conselho Regional de Contabilidade Ministério	Público de Sergipe e Conselho Regional de Contabilidade	Elaboração de cartilha e a promoção de treinamentos relativos à prestação de contas de entidades do terceiro setor

Tabela 58 – Parcerias Firmadas

2.2. EVENTOS IMPORTANTES

2.2.1. INSPEÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

No período de 10 a 14 de fevereiro de 2014, o Ministério Público de Sergipe recebeu a visita de equipe composta por Conselheiros, Membros auxiliares e Servidores do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, a fim de verificar, *in loco*, o funcionamento dos serviços prestados pelo MP sergipano.

A Resolução nº 92, de 13 de março de 2013, do CNMP, instituiu a obrigatoriedade de realização periódica de correições em todos os Ministérios Públicos dos Estados e da União e, desta feita, o Corregedor Nacional, Dr. Alessandro Tramujas Assad, indicou, na 15ª sessão ordinária do Conselho, o MP de Sergipe como Unidade a ser inspecionada.

A inspeção é uma nova frente de atuação do CNMP e tem como objetivo detectar eventuais inadequações de ordens disciplinares ou administrativas. Além disso, a ação pretende orientar e buscar o aprimoramento das atividades ministeriais, além de conhecer projetos inovadores que possam ser futuramente aplicados em outras unidades do Ministério Público.

A abertura solene do encontro realizou-se no dia 10 de fevereiro, às 16h30m, no Auditório Valdir de Freitas Dantas, localizado no andar térreo do Edifício-Sede do MPSE. Além da equipe ministerial, participaram da abertura os Ministérios Públicos Federal e do Trabalho, cujas unidades também foram inspecionadas.

Discurso do Procurador-Geral de Justiça na Solenidade de Abertura da Inspeção do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP

Durante a inspeção, foram verificados 22 (vinte e dois) Órgãos do Ministério Público do Trabalho e do Ministério Público Federal, além dos Órgãos da Administração Superior do Ministério Público Estadual, as Procuradorias e as Promotorias de Justiça localizadas na Capital e em mais 12 (doze) municípios de Sergipe, a exemplo de Lagarto, Estância e Nossa Senhora do Socorro.

No total, foram cerca de 133 (cento e trinta e três) Órgãos inspecionados pela equipe do CNMP. O atendimento ao público prestou orientações à população e colheu denúncias e sugestões, que foram verificadas pela Corregedoria Nacional. Também foram visitadas autoridades do Sistema de Justiça do Estado com o intuito de verificar o relacionamento dos respectivos Órgãos com o Ministério Público no Estado de Sergipe.

Após uma semana inspecionando todas as unidades do Ministério Público em Sergipe, incluindo o Ministério Público Estadual, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público Federal, a equipe da Corregedoria Nacional retornou ao Conselho Nacional do Ministério Público

As imagens a seguir apresentam alguns momentos da Inspeção:

Membros e Servidores do CNMP e do MPSE em Momento de Reflexão no Espaço Evolução Humana, Ética, Espiritualidade e Fraternidade

Reunião de Encerramento da Inspeção do CNMP

2.3. DESTAQUES DA ÁREA FIM

2.3.1. PROJETOS SOCIAIS

2.3.1.1. CENSO EDUCACIONAL

O **Censo Educacional,** programa existente deste 2000, possui como meta principal a visitação de todos os domicílios de determinado Bairro/Município, a fim de verificar quais crianças e adolescentes estão fora da sala de aula, os motivos da evasão e outras informações relevantes.

Nesse sentido, em atuação conjunta com a Secretaria Estadual de Educação e Secretarias Municipais de Educação, o Ministério Público de Sergipe, através do Centro de Apoio Operacional dos Direitos à Educação, vem realizando, periodicamente, Censo Educacional nos Bairros de Aracaju, além dos Municípios de Sergipe.

Acrescente-se que, durante a realização do Censo Educacional também são identificadas crianças e adolescentes sem registro civil e envidadas ações para obtenção de seus registros. Além disso, busca-se detectar crianças e adolescentes que precisam de cuidados educacionais especiais, visando atender tais necessidades e garantir-lhe o acesso à educação.

Em janeiro de 2014, realizou-se o **Pós-Censo Educacional de Gararu**, no Colégio Estadual Prof. José Augusto da Rocha Lima, ocasião em que foram identificados 569 (quinhentos e sessenta e nove) adolescentes e crianças fora da escola, na faixa etária de 0 a 18 anos, sendo que 59 (cinquenta e nove) já se encontram matriculadas e 16 (dezesseis) encaminhadas para as escolas da rede municipal e estadual de ensino daquelas áreas, além de 200 (duzentas) crianças classificadas na faixa etária de creche.

Nesse mesmo evento, identificou-se 33 (trinta e três) crianças e adolescentes de 0 a 18 anos com necessidade educacional especial, 17 (dezessete) pessoas sem certidão de nascimento, além de 1609 (mil, seiscentos e nove) analfabetos.

Em 25 de abril de 2014, foi realizado o **Censo Educacional de Boquim.** Nesse evento, os recenseadores visitaram um total de 2.857 (dois mil, oitocentos e cinquenta e sete) domicílios situados na área urbana e 1.926 (mil, novecentos e vinte e seis) domicílios situados na área rural, obtendo os seguintes resultados:

- 379 (trezentos e setenta e nove) crianças e adolescentes (na faixa etária de 0 a 18 anos) e 1829 (mil, oitocentos e vinte e nove) adultos (acima de 18 anos) sem frequentar a escola;
- 17 (dezessete) crianças e adolescentes com necessidades especiais na área urbana e 09 (nove) crianças e adolescentes com necessidades especiais na área rural sem frequentar a escola;
- 488 (quatrocentos e oitenta e oito) adolescentes e adultos analfabetos na área urbana e 702 (setecentos e dois) adolescentes e adultos analfabetos na área rural não frequentando a escola a partir de 15 anos;
- 24 (vinte e quatro) crianças, adolescentes e adultos sem certidão de nascimento na área urbana e 24 (vinte e quatro) crianças, adolescentes e adultos, sem certidão de nascimento, na área rural;
- O Pós-Censo de Gararu foi realizado em 12 de setembro de 2014.

Em 09 de junho de 2014, foi realizado o **Censo Educacional de Santa Rosa de Lima**. Os recenseadores visitaram um total de 393 (trezentos e noventa e três) domicílios situados na área urbana e 337 (trezentos e trinta e sete) domicílios situados na área rural. Os resultados seguem abaixo:

- 90 (noventa) crianças e adolescentes (na faixa etária de 0 a 18 anos) e 188 (cento e oitenta e oito) adultos (acima de 18 anos) não frequentando a escola; 05 (cinco) crianças e adolescentes com necessidades especiais, na área urbana e 01(uma) criança não frequentando a escola na área rural;
- 69 (sessenta e nove) adolescentes e adultos analfabetos na área urbana e 62 (sessenta e dois) adolescentes e adultos analfabetos na área rural não frequentando a escola a partir de 15 anos;
- 02 (duas) crianças, adolescentes e adultos na área urbana e 07 (sete) crianças, adolescentes e adultos na área rural sem certidão de nascimento;
- o Pós-Censo de Santa Rosa de Lima foi realizado em 14 de novembro de 2014.

Vale registrar que o Censo Educacional do Ministério Público, ao longo dos 14 (quatorze) anos de sua existência, já contemplou **46 (quarenta e seis)** etapas realizadas em Bairros da Capital e Municípios do Interior do Estado de Sergipe, sendo identificados, nesse período, **222.594 (duzentos e vinte e dois mil, quinhentos e noventa e quatro)** crianças e adolescentes frequentando a escola de 0 a 18 anos e um total de **32.759 (trinta e dois mil setecentos e cinquenta e nove)** crianças e adolescentes não frequentando a escola.

Convém salientar que as informações coletadas no Censo Educacional são encaminhadas para a Promotoria de Justiça com atribuição de execução. Esta, através do respectivo Membro Ministerial, respeitada a sua independência funcional, diante dos dados obtidos, poderá promover ações, realizar audiências públicas, entre outras medidas judiciais ou extrajudiciais, com o fito de assegurar o acesso à Educação e de solucionar eventuais irregularidades, detectadas quando da realização do evento.

Cabe ao Centro de Apoio dos Direitos à Educação realizar o diagnóstico, através do Censo Educacional, e à Promotoria de Justiça competente adotar as providências cabíveis, com o suporte do CAOp, caso solicite.

A seguir, são apresentadas fotos dos eventos realizados no ano de 2014:

Censo Educacional de Boquim

População de Gararu participa da solenidade de abertura do Censo Educacional

Promotor de Justiça, Dr. Alexandro Sampaio, Profere Palestra no Censo Educacional de Gararu

2.3.1.2. PROJETO "BOM SAMARITANO"

Bom Samaritano
O Ministério Público Incentivando a Solidariedade

O **Projeto "BOM SAMARITANO"** promove a realização de visitas previamente agendadas a Instituições de Acolhimento de crianças, adolescentes, idosos(as), Alas de hospitais e Creches, incentivando doações, por Membros e Servidores do MPSE, de mantimentos, remédios, agasalhos e outros itens, necessários à continuidade dos serviços de tais entidades.

Tal iniciativa objetiva estabelecer uma cultura de interação social entre o Ministério Público de Sergipe e entidades que prestam serviços a pessoas em situação de carência afetiva e material.

Em março de 2014, Membros e Servidores voluntários deste Órgão Ministerial, fizeram a alegria dos 120 (cento e vinte) acolhidos pelo Projeto "RECRIARTE", que atende crianças e adolescentes com idade entre 7 (sete) e 14 (quatorze) anos e desenvolve atividades socioeducativas e culturais.

Para as crianças do "RECRIARTE" foi uma tarde festiva e de confraternização. Embalados pela música contagiante do Coral do MP "VOZES DA CIDADANIA", os pequenos desfrutaram de momentos de lazer que, segundo eles, fizeram a diferença nas suas vidas, conforme demonstrado nas imagens em seguida:

Apresentação do Coral Vozes da Cidadania no RECRIARTE

Apresentação do Coral de Crianças Atendidas pelo Projeto Recriarte

Procuradora de Justiça, Dra. Maria Creuza Brito de Figueiredo, e Servidores do MPSE em Momento Lúdico com Crianças do Projeto RECRIARTE

Projeto Bom Samaritano - Entrega de Donativos às Representantes do RECRIARTE

No mês de novembro do ano em foco, a equipe do **Projeto "BOM SAMARITANO"** esteve na Creche Ação Solidária Almir do Picolé, localizada no Município de Nossa Senhora do Socorro, entidade que acolhe 89 (oitenta e nove) crianças, com idade entre 03 (três) meses e 05 (cinco) anos, fornecendo 04 (quatro) refeições diárias e alfabetização, tudo de forma gratuita.

Membros e Servidores do Ministério Público de Sergipe, numa demonstração de solidariedade, fizeram doações voluntárias que atingiram a marca de 478 (quatrocentos e setenta e oito) itens, contemplando alimentos, produtos de limpeza e higiene pessoal, material de informática, bebedouro (doado pela Associação dos Servidores do MP) e até um freezer vertical 239 litros, doado por um servidor que optou pelo anonimato.

Mais uma vez, o Coral do MP prestigiou o evento, propiciando uma tarde de muita diversão para todos os presentes, com foco especial nas crianças da Creche.

MINISTÉRIO PÚBLICO

Itinerante

MINISTÉRIO PÚBLICO

2.3.1.3. PROJETO "MP ITINERANTE – ÔNIBUS DA CIDADANIA"

O **Projeto** "**MP ITINERANTE – ÔNIBUS DA CIDADANIA"** leva às comunidades carentes, que residem em locais de difícil acesso no interior do Estado, o atendimento direto dos Promotores de Justiça, através do "Ônibus da Cidadania", além de divulgar a Instituição, suas funções e formas de acesso.

O "Ônibus da Cidadania" possui seis gabinetes internos e um externo, sendo este último destinado ao atendimento de pessoas com necessidades especiais. Através da unidade móvel, as Promotorias prestam atendimento nas áreas de: Educação, Saúde, Direitos Humanos em geral, Pessoas com deficiência e Idosos, Infância e Adolescência, Paternidade Responsável, Direito da Mulher, Consumidor, Meio Ambiente e Urbanismo, Entidades de Interesse Social, Patrimônio Público, Atividades Cíveis e Criminais e Segurança Pública.

Em 2014, o Projeto atuou em diversos municípios de Sergipe, conforme detalhado na tabela abaixo:

PROJETO MP INTINERANTE – 2014	
Município	**Data**
Capela	Março / 2014
Propriá	Abril / 2014
Poço Redondo	Maio / 2014
Simão Dias	Junho / 2014
Lagarto	Julho / 2014
Itabaianinha	Agosto / 2014
Nossa Senhora das Dores	Setembro / 2014

Tabela 59 – Dados do Projeto MP Itinerante

Durante a realização do 5º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público, realizado pelo CNMP, em Brasília/DF, nos dias 21 a 23 de outubro deste ano, o **Projeto** "**MP ITINERANTE – Ônibus da Cidadania"** obteve o **5º Lugar na categoria Transformação Social da Premiação CNMP/2014**.

Alguns momentos do **"MP ITINERANTE"** no ano de 2014, podem ser visualizados nas fotos seguintes:

Servidores do MPSE Realizam Atendimentos à População do Município de Propriá durante o Projeto MP Intinerante

Projeto MP Itinerante - Atendimentos à População do Município de Poço Redondo

Membros e Servidores do Ministério Público de Sergipe

PROJETO
MP
MINISTÉRIO PÚBLICO
DE PORTAS ABERTAS

2.3.1.4. PROJETO "MP DE PORTAS ABERTAS"

O **Projeto "MP DE PORTAS ABERTAS"** é uma iniciativa da Escola Superior do Ministério Público de Sergipe - ESMP, com o objetivo de apresentar as atividades do Órgão a estudantes do ensino médio e superior, através de visitas realizadas pelo público externo, prevendo também a possibilidade de deslocamento de Membros e Servidores da Instituição às escolas públicas e particulares e organizações da sociedade civil, a fim de ministrarem palestras previamente agendadas.

No período abordado neste Relatório, o **"MP DE PORTAS ABERTAS"** realizou as seguintes etapas:

Instituição Participante	Local	Data
Colégio Imaculada Conceição	Capela	Março / 2014
Colégio Estadual Ministro Petrônio Portela	Ministério Público de Sergipe (Aracaju)	Abril / 2014
Escola Estadual Coronel João Fernandes de Britto	Propriá	Abril / 2014
Faculdade Estácio de Sá - FASE	Ministério Público de Sergipe (Aracaju)	Abril / 2014
Escola Municipal Menino Deus	Poço Redondo	Maio / 2014
Colégio Estadual Francisco Rosa	Ministério Público de Sergipe (Aracaju)	Maio / 2014
Colégio Estadual Senador Lourival Batista	Simão Dias	Junho / 2014
Escola Municipal Monsenhor João Batista de Carvalho Dautro	Lagarto	Julho / 2014
Escola Municipal Professor Pedro Alves de Macedo	Itabaianinha	Agosto / 2014
Escola Estadual Professor Fernando Azevedo	Nossa Senhora das Dores	Setembro / 2014

Tabela 60 – Dados do Projeto MP de Portas Abertas

A seguir, são apresentadas imagens de eventos realizados ao longo do ano de 2014:

Estudantes do Município de Propriá Participam do Projeto MP de Portas Abertas

Promotor de Justiça, Dr. Henrique Cardoso Ribeiro, em Palestra durante Projeto MP de Portas Abertas no Município de Lagarto

Estudantes do Município de Poço Redondo participam do Projeto MP de Portas Abertas

2.3.1.5. PROJETO FLORESCER "CONSTRUINDO A LIBERDADE" – LIVRO OUTRAS VOZES

Iniciativa do Ministério Público de Sergipe, em parceria com a Secretaria de Estado da Justiça – SEJUC, para oportunizar o fortalecimento da cidadania às mulheres em situação de prisão no Presídio Feminino – PREFEM, o **Projeto "Florescer"** teve continuidade no decorrer de 2014, através do trabalho da Divisão de Serviço Social da Instituição.

Neste contexto, o mencionado setor participa de reuniões objetivando o planejamento anual das ações; efetua o repasse de novos exemplares de revistas à Biblioteca do PREFEM; monitora a efetivação das atividades nas oficinas de artesanato; além de efetuar solicitações à Coordenadoria-Geral, tendo em vista a liberação de verba do Fundo Penitenciário - FUPEN para a execução do Projeto.

O **"FLORESCER – Construindo a Liberdade"** proporciona às assistidas o estímulo à informação e ao conhecimento mediante a ampliação continuada do acervo da Biblioteca do PREFEM, curso de artesanato e a inserção das mulheres egressas na Associação de Mulheres Trabalhadoras em Reciclagem - MATER, sendo oportunizado local adequado para a continuidade dos cursos oferecidos na Unidade Prisional, possibilitando geração de renda e integração social, com o propósito de evitar a reincidência criminal.

2.3.1.6. PROJETO "SENSIBILIZAR – O MINISTÉRIO PÚBLICO E O JOVEM"

Esse Projeto tem por finalidade permitir que estudantes de escolas públicas e adolescentes que residam em abrigos possam acompanhar a jornada de trabalho de um Membro do Ministério Público, Promotor ou Procurador de Justiça, no intuito de ajudá-los na sua formação vocacional.

O Diretor do Centro de Apoio Operacional dos Direitos à Educação faz parte da equipe responsável pelo Projeto, coordenando e acompanhando as visitas às Escolas Públicas.

A execução do **"SENSIBILIZAR"** é feita por etapas, selecionando, incialmente, uma entidade onde será apresentado o Projeto. Em seguida, o Membro do MPSE visita a instituição, por um dia ou um turno, a depender da carga horária dos alunos, oportunidade em que fará uma breve exposição acerca do Ministério Público, explicando as suas funções, objetivos, composição, trabalhos já realizados e experiências de vida.

Após a visita do Membro do Ministério Público, o adolescente selecionado terá a oportunidade de vivenciar a rotina de um Procurador ou Promotor de Justiça, acompanhando-o em todos os seus compromissos diários.

No dia 27 de junho de 2014 ocorreu a 1ª etapa do Projeto no ano, oportunidade em que 02 (dois) jovens acolhidos pelo "Lar Meninos de Santo Antônio" conheceram o MPSE e puderam acompanhar de perto a rotina do Promotor de Justiça Dr. Alexandro Sampaio Santana.

No início de julho do exercício em foco, foi selecionado o Centro Educacional Vitória de Santa Maria, para dar início ao **Projeto "SENSIBILIZAR"** nas Escolas Públicas. No dia 15 de agosto, 02 (dois) adolescentes daquela Escola conheceram a sede deste Órgão Ministerial e acompanharam, de perto, a rotina da Promotoria de Justiça dos Direitos à Educação.

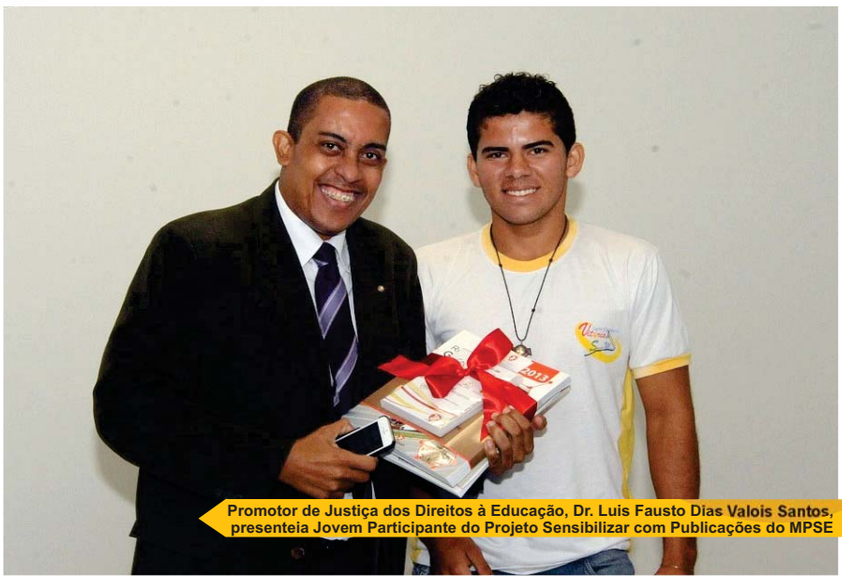
Depois de visitarem o Espaço de "Evolução Humana, Ética, Espiritualidade e Fraternidade", localizado no 3º andar do Edifício-Sede, se reuniram na Procuradoria-Geral de Justiça, onde ouviram histórias de experiências de vidas contadas por vários Membros do MP presentes no encontro, relatando as dificuldades, os sonhos de cada um e as batalhas enfrentadas para conseguirem estudar e alcançar o patamar almejado de Promotores e Procuradores de Justiça. Todos foram unânimes em destacar o estudo como ferramenta fundamental para o crescimento profissional.

Alguns depoimentos dos alunos contemplados pelo Projeto, atestam o sucesso da iniciativa:

"Se os Senhores conseguiram, nós também podemos." Igor Santos

"Sou um guerreiro e, se for a vontade de Deus, vou continuar estudando para ter uma profissão digna." Joelito Ferreira

Jovens Contemplados pelo Projeto Sensibilizar no Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça do MPSE



Promotor de Justiça dos Direitos à Educação, Dr. Luis Fausto Dias Valois Santos, presenteia Jovem Participante do Projeto Sensibilizar com Publicações do MPSE

2.3.1.7. PROJETO "REFORÇO CRIATIVO ESCOLAR – RECRIARTE"

O Ministério Público de Sergipe disponibiliza sua equipe da Divisão de Serviço Social (coordenação, assistentes sociais, pedagoga, técnicos administrativos e estagiários de Serviço Social) para o monitoramento do **Projeto "REFORÇO CRIATIVO ESCOLAR – RECRIARTE"**, que visa reduzir a incidência do trabalho infantil e promover a inclusão social de crianças e adolescentes, mediante o desenvolvimento de ações socioeducativas e culturais.

A equipe da DIVSS realiza reuniões com os técnicos do RECRIARTE e supervisiona os trabalhos desenvolvidos pelos estagiários de Pedagogia nas atividades em sala de aula. A Divisão promove, ainda, o treinamento de novos estagiários de Pedagogia colocados à disposição pelo MPSE, objetivando o conhecimento e ambientação ao Projeto, como forma de preparação para as atividades a serem desenvolvidas.

A inciativa proporcionou o recebimento do **Prêmio de 1º Lugar do Projeto "RECRIARTE" na Olimpíada Ambiental**, promovida pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Sergipe - SEMARH, na categoria poesia com o tema **"Amanheceu no Santa Maria"**.

CATADORES ORGANIZADOS

INCLUSÃO GARANTIDA

HZS 7919

2.3.1.8. PROJETO "CATADORES ORGANIZADOS, INCLUSÃO GARANTIDA"

O Ministério Público do Estado de Sergipe, consciente de seu papel institucional na defesa social, percebeu a necessidade da inserção socioeconômica de 310 (trezentas e dez) famílias que viviam em situação de vulnerabilidade social no antigo Lixão da Terra Dura, dentre as quais 43 (quarenta e três) se alimentavam e moravam naquele lugar, insalubre e indigno.

Era necessário oferecer condições dignas de vida a essas pessoas, razão que motivou a busca de parcerias, visando à criação de uma unidade produtiva, fazendo surgir, em março de 2000, a Cooperativa dos Agentes Autônimos de Reciclagem de Aracaju – CARE.

A criação da CARE, além de oferecer emprego e renda em condições dignas, significou o resgate da dignidade humana, devolvendo a cidadania e contribuindo para a melhoria da Cidade através do trabalho de educação ambiental.

O Projeto foi cadastrado no Banco Nacional de Projetos do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, sendo classificado entre os 41 (quarenta e um) finalistas, de um universo de 690 (seiscentas e noventa) inscrições.

Durante a realização do 5º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público, realizado pelo CNMP, em Brasília/DF, nos dias 21 a 23 de outubro deste ano, o **Projeto "CATADORES ORGANIZADOS, INCLUSÃO GARANTIDA"** obteve o **1º Lugar na categoria Transformação Social** da **Premiação CNMP/2014**.

Registramos, em seguida, algumas fotos do Projeto:

Casas de Catadores Construídas com o Projeto Catadores Organizados, Inclusão Garantida

Cooperados do Projeto Catadores Organizados

Participação de Cooperadas no V Encontro Nacional de Mulheres Catadoras

2.3.2. DIREITOS DA MULHER

2.3.2.1. O MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE EM PARCERIA COM A REDE PRIVADA

Em 2014, o MPSE participou de campanha, em parceria com a rede de Supermercados G. Barbosa (Grupo CENCONSUD), com o objetivo de conscientizar a população e incentivar a denúncia de situações de violência contra as mulheres, através dos Promotores de Justiça e do número 180, da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

A Campanha **"Violência Contra a Mulher é Crime"** foi feita em toda a região Nordeste, por meio de panfletos de promoções de produtos da referida rede de supermercado, nas redes sociais, nos instrumentos de comunicação internos dos supermercados e de propaganda nos programas de rádio da imprensa sergipana.

No início do ano, foi também celebrado Termo de Cooperação para a Divulgação do Disque 180 - Central de Atendimento à Mulher, com o intuito de atingir os objetivos da Campanha.

2.3.3. DIREITOS HUMANOS

2.3.3.1. CAMPANHA PRATIQUE CIDADANIA

A Campanha **"PRATIQUE CIDADANIA"** tem como finalidade a conscientização da população acerca dos direitos dos idosos e das pessoas com deficiência.

A campanha educativa iniciou-se em 2013, em parceria com o Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Município de Aracaju - SETRANSP, a Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito – SMTT, e a empresa de publicidade Superlux.

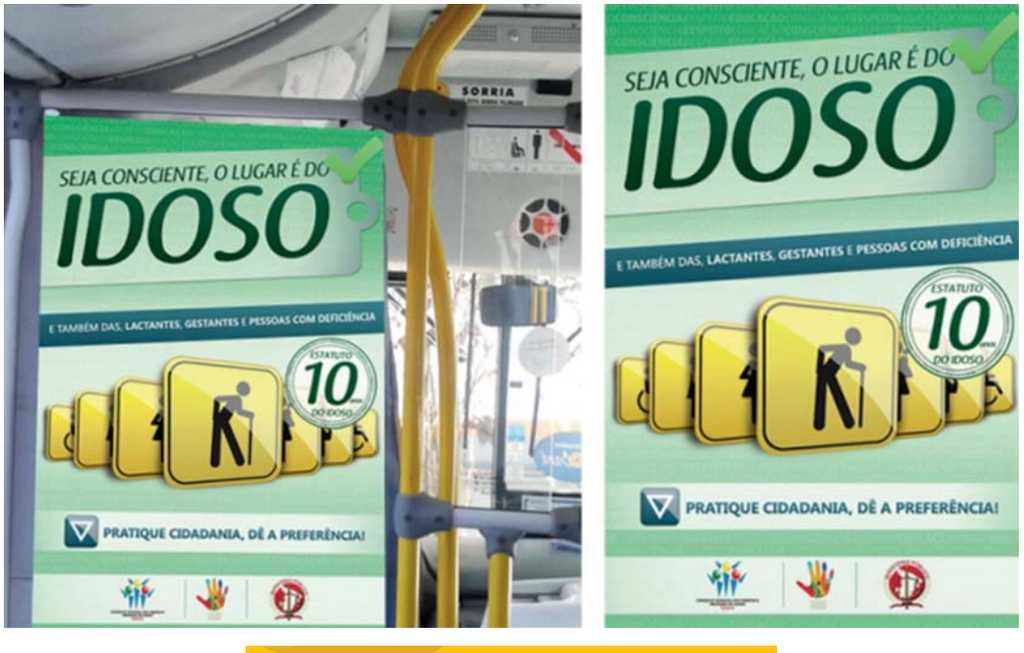
Foram instalados 06 (seis) *outdoors* que tratam do tema da reserva de vagas para pessoas idosas no interior dos veículos de transporte público, sendo transmitidos vídeos de 15 (quinze) segundos em locais de veiculação interna, circulação esta que foi mantida até final de janeiro de 2014.

A empresa Publicidade Superlux veiculou mensagens em painel de LED da Avenida Beira Mar, próximo à Universidade Tiradentes - UNIT, também pelo período do mês de janeiro de 2014.

A SETRANSP, por sua vez, produziu 5000 (cinco mil) adesivos de poltronas, os quais foram afixados no interior dos ônibus que circulam na Capital. Confeccionou, ainda, 10.000 (dez mil) *flyers* e 600 (seiscentos) cartazes, veiculados a partir do começo de janeiro de 2014, por meio de distribuição junto à população e afixação no interior dos veículos. O material veiculado durante a campanha pode ser conferido a seguir:

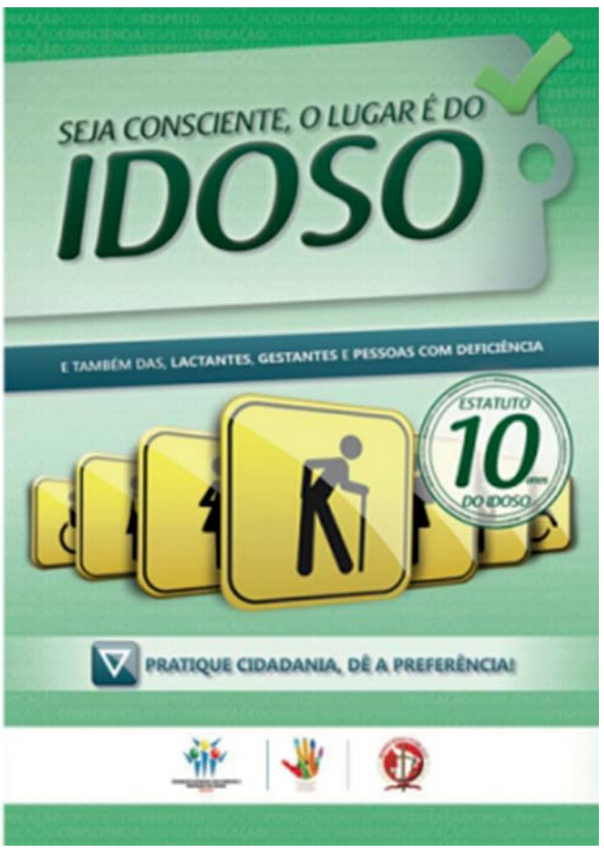
Adesivo validador usado na Campanha Pratique Cidadania

Busdoor **usado na Campanha Pratique Cidadania**



Cartaz usado na Campanha Pratique Cidadania

Cartaz usado na Campanha Pratique Cidadania



*Flay*er usado na Campanha Pratique Cidadania

Outdoor **usado na Campanha Pratique Cidadania**

2.3.3.2. POLÍTICAS PÚBLICAS DIRECIONADAS À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO ESTADO DE SERGIPE

Projeto iniciado com o intuito de intensificar as políticas públicas destinadas à população em situação de rua no Estado de Sergipe, a fim de reduzir os índices de violência contra ela praticada e buscando alcançar a garantia do exercício de seus direitos constitucionais.

Estabeleceu-se uma articulação entre diversos Órgãos públicos, a exemplo da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania - SEDHUC, Secretaria Municipal da Família e Assistência - SEMFAS, Secretaria de Estado da Saúde – SES, Secretaria Municipal de Saúde - SMS, Prefeitura Municipal de Aracaju - PMA, Empresa Municipal de Obras e Urbanização - EMURB, Empresa Municipal de Serviços Urbanos - EMSURB e Secretaria de Segurança Pública – SSP, com vistas a desenvolver, nos espaços onde se concentram pessoas em situação de rua, no Município de Aracaju, um projeto que contemple atividades lúdicas, de orientação e assistência, saúde e promoção humana.

No dia 13 de junho de 2014, realizou-se o primeiro encontro, no mercado da Capital sergipana.

2.3.3.3. FISCALIZAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE ABRIGAMENTO DE PESSOAS IDOSAS DA CAPITAL E DO INTERIOR

O Projeto em tela tem como finalidade subsidiar a atuação dos Promotores de Justiça na avaliação do funcionamento de Instituições de Longa Permanência em todo o Estado de Sergipe.

Em 2014, foram fiscalizadas as entidades SAME e Rio Branco, situadas em Aracaju. As providências cabíveis, ante os dados apurados, são adotadas pela 4ª Promotoria de Justiça Especializada.

Foi requerido ao Conselho Estadual de Assistência Social lista atualizada das instituições existentes no Estado de Sergipe, através do Ofício n° 237/2014. O referido expediente já foi respondido.

Foram encaminhados, ainda, pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos Humanos, Ofícios aos Promotores de Justiça em atividade nos Municípios onde se encontram Instituições de Abrigamento em funcionamento, fornecendo-lhes modelo de auto de fiscalização e o auxílio que se fizer necessário na fiscalização destas instituições.

2.3.3.4. ABANDONO DE IDOSOS NO HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE – HUSE – FLUXO E ROTINAS – ACOMPANHAMENTOS

Trabalho iniciado a fim de estabelecer fluxo de medidas a serem adotadas pelos Órgãos e Secretarias, quando do abandono de idosos pelos familiares no HUSE.

Após diversas reuniões e tratativas, estabeleceu-se o seguinte fluxo de rotinas:

IDOSOS EM CONDIÇÃO DE ALTA HOSPITALAR E SEM VÍNCULO FAMILIAR

- **Quanto a idosos residentes em Aracaju:** registrando-se o abandono, haverá contato com o Serviço de Proteção Especial da Secretaria Municipal da Família e Assistência – SEMFAS, para, dentro das características do idoso, serem efetuadas as ações necessárias e pertinentes;
- **Quanto a idosos residentes em outros Municípios:** será efetuado contato com o Serviço de Proteção Especial da Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social – SEIDES, para que sejam efetuadas as providências necessárias para o abrigamento.

IDOSOS SEM DOCUMENTAÇÃO E SEM BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

- A equipe social do Hospital de Urgência de Sergipe - HUSE dará início à providência da documentação junto à Secretaria de Identificação e, caso extrapole o prazo da alta, encaminhar-se-á o idoso para assistência pela Proteção Especial do Município, comunicando à autoridade competente o novo local onde ele se encontra.

Estabeleceu-se, ainda, que, verificado o abandono de idoso ou de pessoa com deficiência, a Delegacia Especial de Atendimento a Grupos Vulneráveis deverá ser imediatamente comunicada para a adoção das providências cabíveis.

2.3.3.5. ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DOS CENTROS DIA E DAS RESIDÊNCIAS INCLUSIVAS

O **Projeto de "Implantação dos Centros Dia e das Residências Inclusivas"** foi iniciado em virtude da escassez de serviços de acolhimento destinados à jovens e adultos com deficiência, sem condição de autossustentabilidade e sem vínculos familiares no Estado de Sergipe.

Durante o ano em foco, foi implantada uma unidade do Centro Dia no Município de Aracaju, conforme foto visualizada a seguir:

Centro DIA Josevaldo Bezerra de Andrade

2.3.4. EDUCAÇÃO

2.3.4.1. PROGRAMA DE APOIO AO ESTUDO

O **"Programa de Apoio ao Estudo – PAE"** foi instituído por meio de um Termo de Cooperação Técnica, firmado entre o Ministério Público Estadual e o Governo de Sergipe, através da Secretaria de Estado da Educação - SEED e da Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social - SEIDES, com o objetivo de estimular os alunos da rede pública de ensino a aprimorar os seus conhecimentos acadêmicos, tendo em vista que poderão ser selecionados para o exercício de atividade de estágio ou profissional junto às entidades públicas e privadas.

Em 2014, o MPSE deu continuidade ao Programa e, através do Centro de Apoio Operacional dos Direitos à Educação, realizou audiência pública, em 28 de abril de 2014, com empresários do setor de oficinas mecânicas e elétricas de automóveis, a fim de firmar novas parcerias. A solenidade contou, também, com representantes da SEED, SEIDES, e da Diretoria de Recursos Humanos deste Órgão Ministerial.

Já constam assinados 22 (vinte e dois) Termos de Adesão ao Programa de Apoio ao Estudo, pelas seguintes entidades públicas e privadas:

1. NORCON - Sociedade Nordestina de Construções S/A;
2. Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado de Sergipe;
3. Associação dos Lojistas do Shopping Riomar;
4. Huteba Mercantil Ltda.;
5. M.M Material de Construção Ltda.;
6. COSIL - Construções e Incorporações S/A;
7. Energisa Sergipe- Distribuidora de Energia S.A;
8. Morar Bem Imobiliária Ltda.;
9. FASOUTO - Faria Souto Comércio Ltda.;
10. Construnorte Ltda;
11. Instituto Luciano Barreto Júnior;
12. Gira - Estoque Comercial de Produtos Ltda.;
13. Apart Hotel Residence Ltda.;
14. Hotel da Costa (Davos Empreendimentos Jurídicos Ltda.);
15. Hotel Pousada do Sol (Álvaro Santana e Cia Ltda.);
16. Casa da Cópia Ltda.;
17. GN Participações Ltda. (Central OI);
18. FCS Comércio de Alimentos Ltda. (Franquia BOB's Aracaju);
19. Casa do Cartucho Ltda.;
20. Loja Cana Express (Mario Machado de Menezes- ME);
21. ACOMAC - Associação dos Comerciantes do Material de Construções;
22. Mardisa Veículos.

No início de setembro de 2014, o Programa foi apresentado pelo Diretor do Centro de Apoio Operacional dos Direitos à Educação na IV Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH, realizada na Sede do Ministério Público do Rio de Janeiro, abrindo a possibilidade de que outros Ministérios Públicos promovam a iniciativa em seus Estados.

Dentre os benefícios gerados pelo PAE destacam-se:

- melhoria da frequência escolar e do desempenho das notas dos alunos beneficiados;
- formação pessoal e profissional;
- preparação e inserção no mercado de trabalho;
- disponibilização de um vasto banco de dados e mão de obra qualificada para as empresas envolvidas;
- melhoria das condições financeiras das famílias dos alunos participantes do Programa.

Abaixo, podem ser visualizados alguns momentos do PAE em 2014:

Promotor de Justiça e Diretor do Centro de Apoio Operacional da Educação, Dr. Etélio de Carvalho Prado Júnior, realiza Audiência Pública com Empresários Sergipanos para apresentar o Programa Apoio ao Estudo - PAE

Promotor de Justiça Dr. Etélio de Carvalho Prado Júnior, Servidores do MPSE e Empresários Sergipanos durante Audiência Pública do PAE

Promotor de Justiça Dr. Etélio de Carvalho Prado Júnior, o Diretor de Recursos Humanos do MPSE Dr. Sávio Augusto Sobral Garcez com Estagiários do MPSE provenientes do PAE

2.3.4.2. CAMPANHA CONTE ATÉ DEZ NAS ESCOLAS DO ESTADO DE SERGIPE

A campanha **"CONTE ATÉ 10 NAS ESCOLAS"**, oriunda da campanha "Conte até 10. Paz. Essa é a atitude", concebida como uma ação da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública - ENASP, foi lançada, nacionalmente, em novembro de 2012.

A referida campanha ultrapassou os limites institucionais dos Órgãos que a compõem - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, Conselho Nacional de Justiça - CNJ e Ministério de Justiça - e ganhou os espaços sociais mais diversos, com uma mensagem de paciência, tolerância e reflexão que evite a prática de atos de violência, especialmente homicídios, cujas consequências são individual e socialmente desastrosas.

No ano de 2014, com o propósito de reduzir os crescentes casos de violência nas escolas do Estado de Sergipe, o Centro de Apoio Operacional dos Direitos à Educação iniciou os trabalhos para a implantação da campanha **"CONTE ATÉ 10 NAS ESCOLAS"**.

Essa iniciativa destina-se à educação do adolescente e do jovem para uma cultura de paz, reafirmando a função do Ministério Público de Sergipe, de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis.

Em Sergipe, as ações foram desenvolvidas nas escolas públicas de todo o Estado.

No dia 23 de abril de 2014, o CAOp da Educação firmou Termo de Cooperação com a Escola Superior do Ministério Público de Sergipe no intuito de realizar o evento de Lançamento da Cartilha **"Conte até 10 nas Escolas"**, que ocorreu na data de **18 de agosto** deste ano, com a participação de Promotores de Justiça, Servidores, Secretários Municipais e Estaduais de Educação, Diretores de Escolas, Coordenadores Pedagógicos, dentre outros.

Realizou-se, em 19 de agosto de 2014, oficina para diretores de escolas estaduais de Aracaju e Itabaiana.

A regionalização das atividades de implantação da Campanha se deu a partir da divisão por Diretorias Regionais de Educação, alcançando mais de 65.000 (sessenta e cinco mil) alunos de 160 (cento e sessenta) escolas da rede estadual de ensino, visando reduzir a violência nas escolas, prevenindo atos delitivos cometidos por motivos banais e decorrentes de ações impulsivas.

Fotos do evento podem ser visualizadas em seguida:

Reunião Referente a Campanha Conte Até
10 com Diretores de Escola de Aracaju e Itabaiana

Solenidade de Lançamento da Campanha conte Até 10

Cartaz da Campanha Conte Até 10

2.3.4.3. ENCONTRO ESTADUAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC

No dia 18 de agosto de 2014, o Centro de Apoio Operacional dos Direitos à Educação, em parceria com a Escola Superior do Ministério Público de Sergipe, promoveu o Encontro Estadual do MEC, onde foram proferidas diversas palestras.

Nesse evento foram explanados temas fundamentais para as Promotorias de Justiça com atribuição em Educação, ocorrendo Troca de Experiências e Conhecimentos.

Na oportunidade, sugeriu-se a realização de outros encontros e trocas de informações com Conselhos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB e Conselhos Escolares para auxiliar os Promotores de Justiça com atribuição na área de Educação na resolução dos conflitos referentes ao tema.

2.3.4.4. I SEMINÁRIO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: LEGISLAÇÃO E FERRAMENTAS PARA EFETIVAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Em razão dos inúmeros casos de dificuldade de inserção de alunos portadores de deficiência na rede privada, o Centro de Apoio Operacional dos Direitos à Educação e o CAOp dos Direitos Humanos, em parceria com a Escola Superior do MPSE, a Secretaria de Estado da Educação, a Federação dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Estado de Sergipe – FENEN-SE e a Secretaria Municipal de Educação de Aracaju realizaram, no dia 17 de outubro de 2014, o I Seminário da Educação Inclusiva: Legislação e Ferramentas para efetivação da aprendizagem.

O referido evento teve como público alvo os proprietários de estabelecimentos particulares de ensino, além de profissionais da educação em geral e contou com a presença de cerca de 400 (quatrocentos) participantes, oportunidade em que foram discutidos diversos métodos de inserção de alunos com deficiência na rede regular de ensino.

Esse Seminário possibilitou a conscientização dos profissionais da área educacional, permitindo a discussão dos casos mais complexos e a reflexão da importância da educação inclusiva.

Também foram expostos diversos recursos e ferramentas utilizados para a inclusão dos alunos, possibilitando a garantia do acesso à educação para todos.

2.3.5. INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

2.3.5.1. PROJETO "TRANSFORMANDO PELA FÉ"

O **Projeto "TRANSFORMANDO PELA FÉ"** foi elaborado pelo Ministério Público de Sergipe em 2010, através do Centro de Apoio Operacional da Infância e Adolescência, tendo como proposta a intervenção nas comunidades dos Bairros de Aracaju e outros Municípios sergipanos, com o objetivo de, em parceria com representantes dos diversos segmentos religiosos, trabalhar a prevenção e o combate às drogas, sobretudo entre a população infantojuvenil, resgatando valores éticos e morais, com vistas à consecução do exercício da cidadania e vida plena.

Dentre os benefícios alcançados pelo Projeto, destacam-se:

1. sensibilização, por parte do Ministério Público, para o conhecimento mais aprofundado da realidade referente às drogas nos bairros de Aracaju;

2. divulgação, mobilização e interação da rede de atendimento aos usuários de drogas com as lideranças religiosas locais para efetivação de trabalhos nos Bairros;
3. intensificação do cooperativismo entre os diversos segmentos engajados no combate às drogas.

Em 2014, no período compreendido entre o mês de janeiro até o dia 16 de novembro, foram realizadas 09 (nove) audiências relativas ao Projeto, sob a condução da Diretoria do CAOp da Infância e Adolescência e 04 (quatro) Seminários com o tema "Conscientizando para Prevenção", nos Bairros Coroa do Meio/Atalaia, Santa Maria, Augusto Franco e Santos Dumont.

2.3.5.2. SISTEMA INFORMATIZADO DOS ABRIGOS – S.I.A.

O **Sistema Informatizado dos Abrigos – SIA** foi implementado em 2006, com o objetivo de instrumentalizar os operadores do Sistema de Justiça dos Direitos da Criança e Adolescente acerca da situação de acolhidos e da existência de entidades de acolhimento, com consequente promoção das medidas preventivas e judiciais.

O Sistema tem como escopo a proteção integral de crianças e adolescentes em desenvolvimento, conforme dispõem os artigos 1º e 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, e o direito à convivência familiar e comunitária, artigos 4º e 19 do mesmo Estatuto, tornando efetiva a provisoriedade e excepcionalidade da medida de acolhimento, nos termos do art. 101, parágrafo único, do ECA, conforme parâmetros do Plano Nacional de Promoção, Proteção de Defesa do Direito da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária.

A iniciativa proporciona visibilidade aos acolhimentos institucionais, possibilitando alterações e inovações nas suas práticas, adequando-as ao ordenamento jurídico vigente. O conhecimento da realidade dessas entidades tem contribuído para a busca de um reordenamento do acolhimento, até então concentrado na Capital e na Grande Aracaju.

Durante o ano, foram requeridas algumas modificações e inclusões no S.I.A., em campos distintos, a fim de atualizá-lo e adequá-lo aos parâmetros do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Ainda em 2014, no período compreendido entre os meses de janeiro e novembro, foram realizadas 07 (sete) audiências relativas ao Sistema, sob a condução da Diretoria do CAOp da Infância e Adolescência, e diversas capacitações referentes à alimentação do sistema.

2.3.5.3. PROJETO PATERNIDADE RESPONSÁVEL

Implantado pelo MPSE em 2004, o **Projeto "PATERNIDADE RESPONSÁVEL"**, visa, precipuamente, viabilizar o reconhecimento formal da paternidade, mediante a inclusão dos dados do genitor no Registro de Nascimento de crianças, adolescentes e, eventualmente, adultos carentes, resguardando direitos daí decorrentes, mormente no que tange à celebração de acordo de alimentos, quando se tratar de beneficiário menor, para suprimento de suas necessidades básicas.

O aludido Projeto, que vem sendo coordenado pelo Centro de Apoio Operacional da Infância e Adolescência, em conjunto com a 8ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão, conta com a parceria da Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social – SEIDES, a qual, desde o ano de 2007, passou a celebrar, com o MPSE, Termo de Cooperação Técnica e Financeira, a fim de custear as despesas necessárias e suficientes para a disponibilização de exame de DNA gratuito a todas as pessoas atendidas pela iniciativa.

Em 2014, foi celebrado o Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica nº 005/2013, com o objetivo de promover alteração de prazo e de valor.

Com uma média de 40 (quarenta) atendimentos semanais, o **Projeto "PATERNIDADE RESPONSÁVEL"**, desde a sua implantação, já viabilizou a realização de, aproximadamente, 1.334 (mil, trezentos e trinta e quatro) reconhecimentos de paternidade.

Durante os meses de janeiro a novembro, foram realizados **319 (trezentos e dezenove)** atendimentos, sendo 229 (duzentos e vinte e nove) presenciais e 90 (noventa) via telefone, culminando em 10 (dez) reconhecimentos, com 10 (dez) acordos de alimentos, além da expedição de 67 (sessenta e sete) notificações e 20 (vinte) arquivamentos.

Impende ressaltar que se tratam de dados relativos apenas ao município de Aracaju. No tocante ao Interior, não há como precisar um número, pois os reconhecimentos são realizados na Promotoria de Justiça de cada Município, e não na sede do **Projeto "Paternidade Responsável"**.

2.3.5.4. SISTEMA DE AVISO LEGAL POR VIOLÊNCIA, MAUS TRATOS E EXPLORAÇÃO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES – SALVE

O Sistema **"SALVE"** é um conjunto de mecanismos, próprio do MPSE, destinado a estabelecer processo de comunicação para os casos de violência, maus tratos ou exploração sexual contra criança ou adolescente, com vistas a possibilitar o procedimento de apuração, responsabilização e, sobretudo, de proteção às vítimas.

Por meio desse Sistema, os profissionais que atuam na área de saúde e educação, obrigatoriamente, devem comunicar os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente ao Conselho Tutelar, através de um formulário próprio, da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.

A iniciativa tem sido aprimorada e, no ano de 2014, foram realizadas audiências com integrantes da rede de proteção à criança e ao adolescente, sob a coordenação do Centro de Apoio Operacional da Infância e Adolescência, para consolidação de fluxos de atendimento e protocolos do **"SALVE"** e implementação de um programa informatizado, a ser gerenciado pelo Ministério Público, em parceria com a Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social - SEIDES.

Frise-se, por oportuno, que o aludido Sistema está em fase de construção, com o apoio da Diretoria de Tecnologia da Informação do MPSE.

Dentre os benefícios gerados pela implementação do **"SALVE"** na Instituição, destacam-se os seguintes:

- utilização da ferramenta pelos integrantes do sistema de garantia de direitos: funciona como um canal de comunicação entre os profissionais que atuam na área de saúde e educação, mediante notificação compulsória e a rede de proteção à infância e adolescência, com vistas a possibilitar o conhecimento, por parte destes, dos casos de violência, maus tratos e exploração sexual praticados contra crianças e adolescentes e adoção das medidas protetivas e de responsabilização do agressor;
- monitoramento e levantamento de dados, pelo CAOp - Infância e Adolescência, para balizar a solicitação de políticas públicas.

2.3.5.5. EIXO IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

O Centro de Apoio Operacional da Infância e Adolescência realizou, no dia 10 de março de 2014, no Auditório Promotor de Justiça Valdir de Freitas Dantas, do Edifício-Sede do MPSE, o Seminário sobre **"A Política de Atendimento**

Socioeducativo no Estado de Sergipe: o que fazer?", tendo como público-alvo Operadores do Sistema de Garantia e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Sistema Socioeducativo.

Trata-se de um evento focado na reflexão das demandas do Sistema Socioeducativo em Sergipe e encaminhamentos necessários à efetiva seguridade dos dispositivos legais, na perceptiva de seu funcionamento e na garantia do respeito aos direitos e à cidadania do adolescente em conflito com a lei.

A iniciativa visa fortalecer o Sistema Socioeducativo, contribuir para a estruturação de uma política de atendimento, além de fomentar a apropriação de um conhecimento que permita o monitoramento desse Sistema.

Em 2014, no período compreendido entre os meses de janeiro a novembro, foram realizadas 04 (quatro) audiências para tratar sobre o Seminário de início citado e para organizar um plano de ação, a partir dos encaminhamentos das oficinas realizadas naquele evento. Também foram realizadas 06 (seis) audiências para tratar sobre o Seminário **"Apresentação da versão preliminar dos Planos Decenais de Atendimento Socioeducativo, Estadual e Municipal"** e 03 (três) reuniões para tratar sobre os seus resultados e planejamento de ações para o ano de 2015.

Nesse diapasão, em 09 de junho deste ano, durante a realização do **2º *Workshop* CAOps e Promotorias executando Planejamento Estratégico**, foi feita a apresentação do tema "Realidade do Atendimento Socioeducativo no Estado de Sergipe", visando prestar maiores esclarecimentos sobre a matéria.

2.3.5.6. SEMINÁRIO SOBRE O DIA "18 DE MAIO – DIA NACIONAL DE COMBATE AO CRIME CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE"

O Ministério Público de Sergipe, através do Centro de Apoio Operacional da Infância e da Adolescência e da Escola Superior (ESMP), em parceria com a Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social - SEIDES e a Fundação Renascer, realizou, no dia 19 de maio de 2014, o Seminário **"18 de Maio, Dia Nacional de Combate ao Crime contra a Dignidade Sexual da Criança e do Adolescente"**, com palestras, mesas redondas, debates e oficinas, para reflexão sobre o tema.

O evento foi dividido em duas partes: uma informativa (no turno da manhã) e a outra propositiva (no turno da tarde), quando foram elaborados alguns encaminhamentos. Ao longo do dia, discutiu-se sobre os três eixos fundamentais das políticas de enfrentamento: atendimento, prevenção e responsabilização.

Na primeira fase do Seminário, a informativa, aconteceu a palestra da Promotora de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Dra. Denise Casanova Villela, que possui mestrado pela *Samford University* e uma experiência de 17 (dezessete) anos na área. Abordando o eixo atendimento, ela falou sobre a experiência gaúcha com a implantação do Centro de Referência de Atendimento Integrado – CRAI. O órgão agrega vários setores num só serviço, garantindo um atendimento mais célere e mais qualificado, o que ajuda a evitar a revitimização.

No que se refere ao eixo prevenção, agentes da rede de proteção compartilharam suas experiências, sobretudo as do interior do Estado de Sergipe.

Quanto ao eixo responsabilização, houve uma mesa redonda presidida pelo Promotor de Justiça Dr. João Rodrigues Neto e composta pelo Promotor de Justiça Dr. Elias Pinho, pela Juíza de Direito Dra. Iraci Mangueira e pela Delegada de Polícia Dra. Mariana Franco.

Já na segunda fase, a Professora Josevanda Franco, da Coordenadoria da Infância e da Adolescência do Tribunal de Justiça de Sergipe, falou sobre o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual, expondo todos os eixos.

Em seguida, em oficinas temáticas, distribuídas conforme as regiões do Estado, os participantes reuniram-se para discutir encaminhamentos que servirão de base para um plano de execução. O conteúdo do Seminário servirá de parâmetro para avaliação dos avanços relativos à efetivação do Plano Nacional e do Plano Estadual, em 2015.

A seguir são apresentadas algumas imagens do evento:

Palestra Proferida pela Dra. Miriam Teresa Cardoso Machado, Diretora do CAOp da Infância e Juventude, durante o Seminário.

Diretor da ESMP, Dr. Newton Silveira Dias Júnior profere palestra no Seminário do Dia Nacional de Combate ao Crime Contra a Dignidade Sexual da Criança e do Adolescente

2.3.6. MEIO AMBIENTE

2.3.6.1. ELABORAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO

Durante o ano de 2014, foram promovidas reuniões na Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano – SEDURB, com o envolvimento do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente e Urbanismo, da Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO, e de Municípios, a fim de implementar a Política Nacional de Saneamento Básico, no que atine às vertentes água, esgoto e drenagem urbana.

A iniciativa promoveu a celebração de Convênios entre vários Municípios e o Estado de Sergipe, autorizando este a elaborar os Planos Municipais de Saneamento Básico, os quais, após o estudo dos diagnósticos, encontram-se na fase de realização de audiências públicas para sua aprovação definitiva. Os referidos Planos Municipais proporcionarão agilidade à universalização dos serviços públicos de água, esgoto e drenagem urbana, em atenção à Política Nacional de Saneamento Básico.

2.3.6.2. POLÍTICA REVERSA DAS EMBALAGENS VAZIAS DE AGROTÓXICOS

No ano em foco, foram promovidas reuniões no Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente e Urbanismo, com a participação de representantes da Administração Estadual do Meio Ambiente - ADEMA e a Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe – EMDAGRO, para tratar de questões atinentes ao descarte regular das embalagens de agrotóxicos.

A iniciativa fomentou a adoção, por parte dos órgãos fiscalizadores, de medidas mais eficazes de controle e fiscalização da política reversa das embalagens vazias dos agrotóxicos utilizados no Estado de Sergipe, impedindo a contaminação do meio ambiente e dos trabalhadores rurais.

2.3.6.3. IMPLEMENTAÇÃO DOS CONSÓRCIOS DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS E CRIAÇÃO DAS COOPERATIVAS DOS CATADORES DE MATERIAIS E REUTILIZÁVEIS

No decorrer deste ano, foram realizadas reuniões entre o Centro de Apoio Operacional do Meio ambiente e Urbanismo, representantes do setor de Defesa Comunitária deste Ministério Público; da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – SEMARH; e dos Consórcios Públicos, a fim de tratar do andamento da implementação dos Consórcios de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e da criação das Cooperativas dos catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis.

A iniciativa promoveu a regularização de pendências ainda existentes em alguns Municípios que impediam o andamento da implementação dos Consórcios Públicos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos no Estado de Sergipe, além de ter fomentado a identificação e o cadastramento dos catadores de materiais recicláveis em todos os Municípios, a fim de promover sua inclusão social e produtiva, através da criação das Cooperativas.

2.3.6.4. IMPLANTAÇÃO DE CONSELHOS E FUNDOS MUNICIPAIS DE MEIO AMBIENTE

Com o objetivo de colaborar com a formulação da Política Pública Municipal de proteção ao Meio Ambiente e assegurar recursos financeiros necessários à efetivação do direito fundamental ao Meio Ambiente equilibrado, o Centro de Apoio Operacional de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes, promoveu, ao longo do ano de 2014, uma série de Audiências Públicas, em diversos Municípios Sergipanos, a exemplo de São Francisco, Japoatã, Pacatuba, Ilha das Flores, Brejo Grande, Porto da Folha, Propriá e Nossa Senhora da Glória.

A iniciativa resultou na celebração de Termos de Ajuste de Conduta, no qual ficou estabelecido que os Municípios participantes se comprometem a apresentar à Câmara de Vereadores Projetos de Lei de criação e implantação de seus Conselhos e Fundos Municipais de Meio Ambiente.

2.3.6.5. PROJETO "O MP SALVANDO RIOS"

O **Projeto "O MP SALVANDO RIOS"** tem o objetivo de recuperar e preservar o patrimônio hídrico do Estado de Sergipe.

Em 2014, o Centro de Apoio Operacional de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes realizou diversas ações no sentido de dar continuidade ao Projeto, a exemplo do estabelecimento de parcerias por meio dos Termos de Cooperação Técnica elencados a seguir:

- Município de Canindé do São Francisco e a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF;
- Município de Canindé do São Francisco e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA;
- Município de Canindé do São Francisco e o Sergipe Parque Tecnológico – SergipeTec;
- Município de Canindé do São Francisco e a Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe – Emdagro;
- Município de Canindé do São Francisco e a Universidade Federal de Sergipe - UFS;
- Município de Canindé do São Francisco e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – SEMARH;
- Município de Canindé do São Francisco e a Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF.

As parcerias marcam o início da recomposição da mata ciliar degradada situada às margens do Rio Curituba - principal afluente do Rio São Francisco na Cidade de Canindé, visando o combate à desertificação e à melhoria da água na região.

Houve, ainda, a realização de trabalho de educação ambiental com a comunidade ribeirinha, assentados, suas famílias e estudantes de escolas municipais.

2.3.6.6. EVENTO "NASCENTES DO SÃO FRANCISCO – O MP SALVANDO RIOS"

O Ministério Público de Sergipe, por intermédio do Centro de Apoio Operacional de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes promoveu, no dia 05 de Junho de 2014, o Evento ``Nascentes do São Francisco - O MP Salvando Rios``, no Município de Canindé do São Francisco, para comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente.

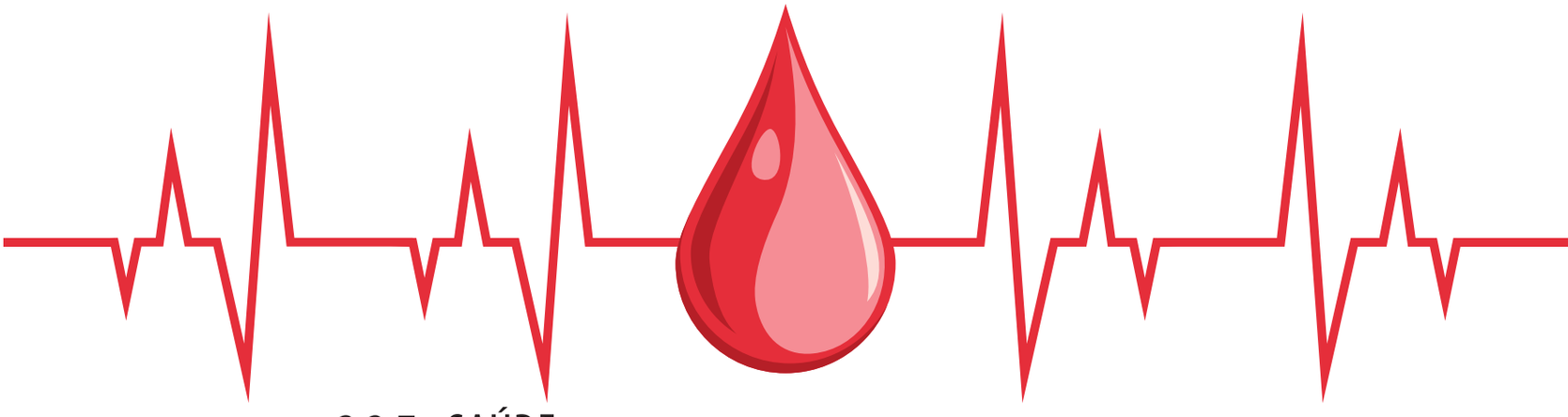
O evento deu início à parte prática do Projeto "MP Salvando Rios" em Canindé, oportunidade em que ocorreu um Plantio Público de vegetação nativa, na área degradada, realizado por Autoridades, assentados, comunidade ribeirinha e alunos de escolas municipais para marcar a abertura dessa nova fase.

A seguir são apresentadas imagens do evento:

Solenidade de Apresentação do Projeto Nascente do São Francisco a Comunidade Ribeirinha

Solenidade de Apresentação do Projeto do Projeto Nascente do São Francisco à Comunidade Ribeirinha

Atividade de Reflorestamento nas Margens do Rio São Francisco



2.3.7. SAÚDE

2.3.7.1. PROJETO MP SAÚDE: ESTRUTURAÇÃO DE HOSPITAIS, UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE

O **Projeto "MP SAÚDE"** promove a elaboração de material de apoio, o fomento e a coordenação de ações articuladas com os órgãos de execução do Ministério Público de Sergipe, além de outros órgãos interessados, a exemplo do Conselho Regional de Medicina do Estado de Sergipe - CREMESE, Conselho Regional de Enfermagem - COREN e Vigilância Sanitária, visando à estruturação de hospitais, Unidades de Pronto Atendimento - UPAs e Unidades Básicas de Saúde - UBSs.

O Projeto tem como escopo garantir o direito à saúde, mediante a adequação da estrutura e do funcionamento dessas unidades, no Sistema Único de Saúde - SUS.

Dentre os principais resultados do **"MP SAÚDE"**, ressaltam-se: a disponibilização de material de apoio aos Promotores de Justiça Curadores dos Direitos à Saúde e a realização de inspeções e apoio em audiências extrajudiciais referentes aos Hospitais Regionais de Lagarto, Nossa Senhora do Socorro e Estância e realização de *Workshop* para apresentação do Projeto.

2.3.7.2. FOMENTO AO CONTROLE SOCIAL

A iniciativa em tela visa induzir a atuação Ministerial, voltando-se ao fomento do Controle Social da Saúde, notadamente dos Conselhos de Saúde.

Através desse projeto são levantados dados situacionais dos Conselhos Municipais de Saúde, permitindo-se conhecer a realidade do componente essencial de controle social na saúde pública.

As ações objetivam fomentar e subsidiar a atuação das Promotorias, visando à melhoria na estrutura e no funcionamento dos Conselhos de Saúde nos Municípios e contribuindo para a efetivação da diretriz da participação da comunidade no SUS.

No ano de 2014, alcançou-se os seguintes resultados:

- conclusão do levantamento de dados situacionais, com adesão de quase 75% (setenta e cinco por cento) dos Conselhos de Saúde pesquisados;
- realização, em parceria com a Escola Superior do Ministério Público, do Seminário "Ministério Público e Controle Social na Saúde".

SEGURANÇA PÚBLICA

2.3.8. SEGURANÇA PÚBLICA

2.3.8.1. VISITA ÀS DELEGACIAS CONSTATANDO A SUPERLOTAÇÃO NAS CARCERAGENS

O Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública realizou visitas às Delegacias de Polícia, constatando as superlotações das Carceragens e resultando no ajuizamento da Ação Civil Pública nº 201210301575, distribuída em outubro de 2012.

Por conseguinte, foi proferida Sentença, no dia 13.03.2014, condenando o Estado de Sergipe, no prazo de 6 (seis) meses, a proceder às adequações de várias Delegacias, conforme as determinações da Lei de Execuções Penais.

Atualmente, essa Ação foi remetida ao egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, tendo em vista que a parte ré recorreu da decisão.

2.3.9. TERCEIRO SETOR

2.3.9.1. PROJETO ONG TRANSPARENTE

O **Projeto "ONG TRANSPARENTE"** foi elaborado no sentido de viabilizar o controle social e o controle por resultados, divulgando as entidades do Terceiro Setor que são idôneas e cumprem a *accountability* (prestação de contas). Pretende-se, também, com a iniciativa, analisar a utilização de mecanismos administrativos e jurídicos em favor dessas entidades, viabilizando seu fomento.

A par disso, o Projeto busca alcançar resultados positivos, através da transparência na prestação de contas e execução de serviços sociais para o efetivo controle popular das entidades não governamentais.

Nos dias 07 e 08 de maio de 2014, foi realizado o Curso de Prestação de Contas para entidades do Terceiro Setor, em parceria com a Escola Superior do Ministério Público de Sergipe - ESMP, a Controladoria-Geral do Estado - CGE/SE, a Procuradoria-Geral do Estado - PGE/SE, a Controladoria-Geral do Município - CGM, além do Conselho Regional de Contabilidade - CRC/SE.

O evento teve por objetivo integrar os órgãos de controle, interno e externo, além de entidades do Terceiro Setor, para que, posteriormente, seja produzida uma cartilha com os principais pontos relativos à prestação de contas e convênios nestas entidades.

Durante o curso, foram abordadas questões pertinentes ao Terceiro Setor e convênios, a exemplo dos conceitos, finalidades, bem assim as formas de habilitação e execução desses instrumentos, conforme disposto na Instrução Normativa (IN) nº 003, da CGE/SE.

SCPJ

SISTEMA DE CADASTRO DE PESSOA JURÍDICA

SEM FINS LUCRATIVOS

2.3.9.2. SISTEMA DE CADASTRO DE PESSOA JURÍDICA

O **Projeto "SISTEMA DE CADASTRO DE ONGs"** foi criado no intuito de se estabelecer um mecanismo automatizado para padronização, controle e consolidação das informações do Cadastro das Organizações Não Governamentais – ONGs, possibilitando a busca eficiente e a geração de relatórios e gráficos.

O mecanismo disponibiliza a atualização constante das informações referentes a essas entidades, contendo dados como endereço, nome e CPF do responsável, situação atual do cadastro da entidade na Receita Federal, recebimento de verba pública, qualificação OS/OSCIP (Estadual, Federal e Municipal) e Títulos de Utilidade Pública (Estadual, Federal e Municipal).

No ano em foco, com autorização da Procuradoria-Geral de Justiça, foram realizadas reuniões no sentido de definir as modificações a serem implantadas no Sistema, com o escopo de otimizar o registro das ONGs nessa ferramenta de trabalho.

2.3.9.3. PROJETO ONG ATIVA

O **Projeto "ONG ATIVA"** tem por objetivo identificar e dissolver as entidades não governamentais ilícitas ou que se encontram inoperantes, apesar da existência legal, embora sem qualquer trabalho social, inclusive sem administração por abandono ou omissão continuada de seus órgãos diretores.

A iniciativa visa combater a utilização de entes sociais para fins criminosos como o delito de lavagem de dinheiro, tipificado na Lei nº 9.613/98, apropriação indébita, sonegação fiscal, estelionato e outros.

2.3.9.4. PROJETO ONG SUSTENTÁVEL

O presente Projeto tem por objetivo fomentar o Centro de Integração Raio do Sol – CIRAS e a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos de Sergipe – APADA, mediante transferência de recursos financeiros provenientes de multas pecuniárias aplicadas pelo Ministério Público do Trabalho, no Processo de nº 0000443-05.2013.5.20.0004, haja vista o relevante papel social dessas instituições.

O Lançamento do Projeto ocorreu no dia 17 de setembro de 2014, assinado pelo Ministério Público do Trabalho, representado pelo Procurador do Trabalho, Dr. Emerson Albuquerque Resende, e pelo Ministério Público do Estado de Sergipe, através do Centro de Apoio Operacional do Terceiro Setor, representado pela Promotora de Justiça do Terceiro Setor, Dra. Ana Paula Machado Costa Meneses.

GRUPO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Promotor de Justiça Rossini Alves Couto

2.4. GRUPO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

O Grupo Nacional de Direitos Humanos - GNDH, Promotor de Justiça Rossini Alves Couto, é Órgão do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União – CNPG, composto por representantes dos Ministérios Públicos dos Estados, do Ministério Público Federal, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, do Ministério Público Militar e do Ministério Público do Trabalho, criado por meio de deliberação do CNPG, conforme Reunião Ordinária realizada em 28/02/2005, na Cidade do Recife, Estado de Pernambuco.

Em 2014, sob a presidência do Doutor Orlando Rochadel Moreira, o Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH/CNPG submeteu à apreciação e aprovação do Colendo Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União – CNPG os seguintes Projetos Nacionais:

- 2014/01: Projeto Direitos Humanos nas Manifestações Populares;
- 2014/02: Projeto Combate à Violência Doméstica.

Referidos projetos propiciaram a discussão, aprofundamento e aprimoramento dos temas acima mencionados, no âmbito de cada Ministério Público e das Comissões Permanentes do GNDH, por meio da mobilização dos Membros, da realização de audiências públicas e da aprovação de encaminhamentos, enunciados e moções, objetivando a proteção dos direitos envolvidos.

Em março de 2014, foi celebrado Convênio entre o GNDH/CNPG e o Ministério da Saúde visando à instituição do Curso de Aperfeiçoamento em Direito Sanitário. Trata-se de importante iniciativa encapada pela Presidência do GNDH, por recomendação da Comissão Permanente de Defesa da Saúde – COPEDS, sob a responsabilidade técnica e científica do Ministério da Saúde e da Fundação Osvaldo Cruz, que quando implantada, beneficiará 200 (duzentos) Membros e Servidores do Ministério Público brasileiro, com investimentos de, aproximadamente, R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), integralmente custeados pela União, através do Ministério da Saúde.

Tendo por objetivo a atuação conjunta e nacional do Ministério Público brasileiro, foi estabelecida, ainda, em junho de 2014, a integração entre o GNDH/CNPG e a Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP através das seguintes ações:

- criação de grupo de discussão entre os Membros das Comissões do CNMP e do GNDH/CNPG;
- integração de agendas e calendários das Comissões do CNMP e do GNDH/CNPG;
- realização de reuniões de integração entre o GNDH e a CDDF durante as Reuniões Ordinárias do GNDH;
- participação dos Coordenadores dos Grupos de Trabalho da CDDF/CNMP e de Membros Auxiliares das demais Comissões do CNMP nas Reuniões Ordinárias das Comissões do GNDH;
- criação, na seção da Ação Nacional em Defesa dos Direitos Fundamentais, no site do CNMP, de página para divulgação das atividades relacionadas à integração CDDF/GNDH;
- criação no site do GNDH, de página para divulgação das atividades relacionadas à integração CDDF/GNDH;
- criação de calendário de Reuniões conjuntas CDDF/GNDH - 2014/2015.

As imagens da 1ª Reunião de Integração entre os Órgãos mencionados podem ser visualizadas a seguir:

I Reunião de integração GNDH/CNPG e CDDF/CNMP - Brasília - DF

I Reunião de integração GNDH/CNPG e CDDF/CNMP - Brasília - DF

Ressalte-se que, durante o exercício de 2014, buscou-se aproximar o GNDH dos demais organismos estatais e não estatais de proteção aos direitos humanos, sendo exemplos desta iniciativa a integração com o Conselho Nacional do Ministério Público, a celebração de convênios e termos de cooperação técnica com os Ministérios da Educação e da Saúde, bem assim com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, por intermédio do CNPG e através de iniciativas apresentadas pelas Comissões Permanentes e Presidência do Grupo.

Por fim, cabe frisar que, no período em foco, foram realizadas 04 (quatro) Reuniões Ordinárias do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH, a saber:

- I Reunião Ordinária 2014 Florianópolis/SC – 12, 13 e 14/03/2014;
- II Reunião Ordinária 2014 Goiânia/GO – 07, 08 e 09/05/2014;

- III Reunião Ordinária 2014 Manaus/AM – 21, 22 e 23/07/2014;
- IV Reunião Ordinária 2014 Rio de Janeiro/RJ – 03, 04 e 05/09/2014.

Referidas reuniões contaram com a participação média de 162 (cento e sessenta e dois) Procuradores e Promotores de Justiça de todo o país, em cada evento. Nas fotos em seguida encontram-se registrados alguns momentos das reuniões ocorridas durante o ano:

Solenidade de abertura da I Reunião Ordinária do GNDH 2014 - Florianópolis - SC

I Reunião de integração GNDH/CNPG e CDDF/CNMP - Brasília - DF

Solenidade de abertura da II Reunião Ordinária de 2014 Goiânia/GO

Solenidade de abertura da IV Reunião Ordinária de 2014 - Rio de Janeiro - RJ

Reunião Prévia durante a IV Reunião Ordinária de 2014 - Rio de Janeiro – RJ

Reunião de trabalho da Comissão Permanente de Educação durante a II Reunião Ordinária de 2014 - Goiânia – GO

Solenidade de abertura da III Reunião Ordinária de 2014 - Manaus – AM

Reunião Prévia durante a III Reunião Ordinária de 2014 - Manaus - AM

2.5. DOAÇÕES REALIZADAS NO EXERCÍCIO

O Ministério Público do Estado de Sergipe, através da Procuradoria-Geral de Justiça efetuou 03 (três) doações em favor de entes, conforme detalhamento a seguir:

Termo de Doação	Órgão	Quantidade de Itens Doados	Valor
001 / 2014	Associação Comunitária de Mulheres Trabalhadoras em Reciclagem - MATER	45	R$ 16.567,83
003 / 2014	Paróquia de Santa Rosa de Lima	48	R$ 5.716,53
TOTAL		93	R$ 22.284,36

Tabela 61 – Termos de Doação de Bens a Órgãos Públicos

2.6. AVANÇOS NA GESTÃO DE PESSOAS

2.6.1. ESTAGIÁRIOS

Durante o ano de 2014, foram concedidos os seguintes incentivos aos estagiários, visando sua motivação:

- Reajuste da Bolsa de Complementação Educacional, a partir de 1º de janeiro de 2014, através de Portaria nº 003/2014, de 06 de janeiro de 2014;
- Cursos de Ambientação e Capacitação para Estagiários de Nível Médio.

2.6.2. MEMBROS E SERVIDORES

Diversos benefícios foram concedidos aos Membros e Servidores do MPSE, durante o exercício de 2014, visando reter e atrair talentos para a Instituição, conforme elencado a seguir:

- atualização de subsídio dos Membros, com base no teto constitucional e legislações correlatas;
- atualização dos valores financeiros do auxílio-saúde dos Membros e Servidores, conforme disposto na Portaria nº. 84/14, de 10 de janeiro de 2014;
- reajuste de vencimentos de Servidores no percentual de 6,27% (seis inteiros e vinte e sete centésimos por cento), a partir de janeiro de 2014, por força da Lei Estadual n.º 7.748/13, de 27 de dezembro de 2013;
- concessão da Gratificação Especial Operacional – GEO II, no período de 22/04/14, a 30/06/14, e de 24/07/2014 a 20/10/2014, aos Servidores da 1ª Promotoria de Justiça das Execuções Criminais, no percentual de 70% (setenta por cento), tendo em vista o desenvolvimento de atividades, especialmente extraordinárias, e de urgência (mutirão carcerário);
- reajuste do valor do auxílio alimentação dos Servidores, a partir de janeiro de 2014, instituído pela Lei nº 7.722, de 08 de novembro de 2013 e regulamentado pela Resolução nº 017/2013 – CPJ, de 14 de novembro de 2013, do Colégio de Procuradores de Justiça;
- atualização do valor da Gratificação Especial Operacional – GEO de servidores municipais à disposição do Ministério Público do Estado de Sergipe;
- concessão de Gratificação de Interiorização, avanço horizontal por titulação e Tempo de Serviço e processos de lotação e relotação de Servidores, detalhados nos próximos tópicos.

2.6.2.1. GRATIFICAÇÃO DE INTERIORIZAÇÃO

A Gratificação de Interiorização – GI é regulamentada, atualmente, pela Portaria 019/11, de 10 de janeiro de 2011, da lavra da Procuradoria-Geral de Justiça, e é concedida aos Analistas e Técnicos do Ministério Público de Sergipe que desempenham suas funções nas Promotorias de Justiça do Interior do Estado, considerando a distância geográfica da Capital, acesso, condições de transporte e habitação.

Vale ressaltar que essa gratificação é incidente sobre o vencimento base do respectivo Servidor da Instituição, conforme Tabela de vencimentos dos cargos de provimento efetivo dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe.

No decorrer de janeiro a 16 de novembro de 2014, foram publicadas cerca de 189 (cento e oitenta e nove) Portarias que concedem a Gratificação de Interiorização.

2.6.2.2. AVANÇO HORIZONTAL POR TITULAÇÃO E POR TEMPO DE SERVIÇO

O Avanço Horizontal por Titulação é regido, atualmente, pela Lei nº 7.274/11, que alterou e acrescentou o texto originário da Lei nº 6.450/08.

Os avanços são originários de análises por participação em eventos, publicação de trabalhos científicos, graduação em curso de nível superior, conclusão de curso de pós-graduação lato sensu e conclusão de curso de Mestrado ou Doutorado.

O Avanço Horizontal por Titulação motiva o Servidor a se qualificar, progredir e, consequentemente, seguir na carreira do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado de Sergipe, fato que se comprova pelo número cada vez mais crescente de beneficiados com a Titulação.

O Avanço Horizontal por Tempo de Serviço, por sua vez, é regulamentado pela Lei nº 6.450/08, e se dá, automaticamente, de um nível para o seguinte, a cada interstício de cinco anos.

Foram enquadrados na carreira, em razão dos Avanços por Titulação e por Tempo de Serviço, de janeiro a novembro do corrente ano, 318 (trezentos e dezoito) Servidores. Esses Avanços propiciam a melhoria imediata da remuneração dos Servidores, pois, a cada referência obtida, acrescenta-se 6% (seis por cento) no vencimento base.

2.6.2.3. PROCESSOS DE LOTAÇÃO E RELOTAÇÃO DE SERVIDORES

O processo de relotação possibilita que os Servidores da Instituição possam se deslocar para onde desejar, desde que haja disponibilidade de vaga no Aviso de Relotação, semanalmente publicado no sítio do MPSE.

O Processo de lotação, por outro lado, tem como finalidade suprir as vagas de Servidores após a concretização do processo de relotação.

No período em tela, ocorreram 121 (cento e vinte e uma) lotações de Servidores, entre Técnicos do Ministério Público – Área Administrativa e Analista do Ministério Público – Especialidade Direito e Informática, gerando uma movimentação de 361 (trezentos e sessenta e um) processos, entre designações, relotações, antecipações e prorrogações de relotações.

Há, ainda, o processo de designação, que supre as ausências de Servidores por motivo de afastamentos legais, através de uma equipe de Técnicos e Analistas que formam o Grupo de Apoio Operacional – Secretaria Geral e o Grupo de Apoio Operacional – Colégio de Procuradores.

2.7. VALORIZAÇÃO DO CAPITAL HUMANO

2.7.1. PROJETO "EVOLUÇÃO HUMANA"

O **Projeto "EVOLUÇÃO HUMANA"** visa garantir que os Membros e Servidores da Instituição possam apreciar momentos de reflexão e palestras, com o intuito de desenvolver competências que alimentem o universo pessoal e profissional de cada um deles.

A iniciativa em foco mostra-se hábil a estabelecer uma cultura de desenvolvimento humano contínuo, com o fito de melhorar a qualidade de vida individual e coletiva.

Os encontros do Projeto Evolução Humana são realizados mensalmente, nas últimas segundas-feiras de cada mês. Durante os meses de janeiro a novembro de 2014, nesses encontros, foram ministradas as seguintes palestras:

ENCONTROS DO PROJETO EVOLUÇÃO HUMANA			
Data	**Palestra**	**Palestrante**	**N.º de Participantes**
27 / 01 / 2014	"Viver Bem"	Daniel Carneiro Duarte	262
24 / 02 / 2014	Práticas Espirituais Perenes	Luciana Duarte Sobral	250
31 / 03 / 2014	Programação Neurolinguística e Evolução Pessoal	Jocenildo Cavalcante de Carvalho	211
28 / 04 / 2014	O outro que habita em você: reflexão sobre a compaixão	Maria Helena Sanches Lisboa Vinhas	195
26 / 05 / 2014	A ação como ferramenta para a Evolução Humana	José Renato Lima Sampaio	244
30 / 06 / 2014	Gentileza para vivermos melhor	Davi Lima Valente Calazans	259
28 / 07 / 2014	Saúde Emocional e o Mundo do Trabalho	Milena Batista Mendonça	239
25 / 08 / 2014	"Humanismo integral de Jacques Maritain"	João Cláudio da Conceição	213
29 / 09 / 2014	"A política de meio ambiente no Município de Aracaju"	Eduardo Lima de Matos	203
03 / 11 / 2014	"Saúde Emocional"	Talita Siqueira Silva	195

Tabela 62 – Encontros do Projeto Evolução Humana

2.7.2. PROJETO "CORAL VOZES DA CIDADANIA"

O **"CORAL VOZES DA CIDADANIA"** tem proporcionado aos Membros e Servidores do Ministério Público de Sergipe o exercício de uma atividade diferente da sua rotina e dos seus afazeres cotidianos, propiciando-lhes a oportunidade de integração, descontração e um desafio a cada apresentação realizada.

No período focado por este Relatório de Gestão, foram realizadas apresentações internas e externas, com destaque para a participação no lançamento do Livro do ex-Governador Marcelo Déda, no Museu da Gente Sergipana, em julho de 2014.

Ressalte-se, ainda, que o "VOZES DA CIDADANIA" possui um Grupo Musical formado por integrantes do Coral, cujo destaque, em 2014, foi a apresentação no Teatro Lourival Batista, nesta Capital, do espetáculo "Ministério Público de Sergipe celebra Dorival Caymmi", em homenagem ao centenário do compositor baiano.

Num cenário decorado com redes, coqueiros, colchas de crochê e cantores caracterizados, o evento mostrou o talento de cada integrante desse Grupo e destacou a importância que o MPSE dá à cultura e ao seu Servidor.

Esses e outros momentos do Coral Vozes da Cidadania em 2014 estão apresentados a seguir:

Apresentação do Coral Vozes da Cidadania no Teatro Lourival Batista em Homenagem aos 100 anos do Cantor e Compositor Dorival Caymmi

Apresentação do Coral Vozes da Cidadania no Teatro Lourival Batista em Homenagem aos 100 anos do Cantor e Compositor Dorival Caymmi

Apresentação do Coral Vozes da Cidadania no Teatro Lourival Batista em Homenagem aos 100 anos do Cantor e Compositor Dorival Caymmi

2.7.3. PROJETO MENSAGEM DO DIA

O **Projeto "MENSAGEM DO DIA"** consiste na divulgação de frases diárias de incentivo à reflexão, no *site* da Instituição.

A publicação diária de mensagens, através de frases e textos, serve como instrumento de meditação que inspira boas práticas cotidianas.

"A persistência é o caminho do êxito."

Charles Chaplin

O referido Projeto justifica-se pela necessidade de inserir no âmbito corporativo da Instituição o hábito diário de reflexão, gerando inúmeros benefícios por meio da ativação dos sentimentos do indivíduo, conforme destacados em seguida:

"Não faça da tua vida um rascunho. Poderás não ter tempo de passá-la a limpo."

Mario Quintana

- estimular nos Membros e Servidores a prática diária da reflexão sobre princípios relativos à Evolução Humana, Ética, Espiritualidade e Fraternidade;
- incentivar a compreensão dos sentimentos de respeito, solidariedade, amor, perdão, amizade e fraternidade entre os integrantes da Instituição;
- demonstrar a importância da prática diária de tais valores;
- promover um ambiente de trabalho salutar e humano.

Exemplo de uma mensagem publicada no do *site* do MPSE:

"Pessoas, muito mais do que coisas, devem ser restauradas, revividas, resgatadas e redimidas: jamais jogue alguém fora."

Audrey Hepburn

2.7.4. MEMBROS E SERVIDORES MAIS SAUDÁVEIS

2.7.4.1. ATENDIMENTOS MÉDICOS E PROCEDIMENTOS DE ENFERMAGEM

O Centro Médico do Ministério Público de Sergipe atende toda a Instituição, através de consultas médicas e procedimentos de enfermagem.

As consultas médicas têm o escopo de atender, prevenir, esclarecer e encaminhar os pacientes, conforme a indicação diagnóstica. No período compreendido entre janeiro e novembro de 2014, foram realizados 1.652 (mil seiscentos e cinquenta e dois) atendimentos médicos.

Com relação aos procedimentos de enfermagem, são realizadas atividades de controle de peso, pressão arterial, glicemia capilar, orientação alimentar, administração de medicamentos, curativos e aerosol, terapia, e repouso supervisionado na enfermaria.

Dentre os benefícios proporcionados pela disponibilidade dos serviços médicos aos Membros e Servidores da Instituição estão o monitoramento de comorbidades e mudança de hábito de vida, proporcionando equilíbrio nos níveis pressóricos, nas taxas de glicemia e de lipídios, a fim de evitar patologias crônicas, a exemplo de Síndrome Plurimetabólica, Hipertensão Arterial e Diabetes.

Foram realizados 1254 (mil duzentos e cinquenta e quatro) procedimentos no período em questão.

2.7.4.2. EXAMES MÉDICOS PERIÓDICOS/ANUAIS

Em 2014, o Ministério Público do Estado de Sergipe, deu continuidade ao **Projeto "EXAMES MÉDICOS PERIÓDICOS"**, criado com o objeto de prevenir as doenças ocupacionais e promover o bem-estar de todos.

Os exames periódicos consistem em um conjunto de testes e diagnósticos que avaliam o estado de saúde do paciente, oportunizando a descoberta antecipada de males físicos que possam comprometer o bem-estar e vida do ser humano.

A Coordenação de Evolução Humana, Ética, Espiritualidade e Fraternidade e o Centro Médico do Ministério Público de Sergipe, promovem a conscientização, acerca da necessidade da realização dos exames médicos, utilizando-se de palestras, *banners* informativos, matérias no site do MP, dentre outros.

Diariamente, a equipe do Centro Médico comunica-se com os Membros e Servidores da Instituição, a fim de lembrá-los do compromisso com a entrega de todos os exames na data agendada para a consulta.

Essa rotina foi implementada em agosto de 2014, com resultados bastante positivos, visto que no segundo semestre registrou-se significativo aumento no número de atendimentos no Centro Médico para a finalidade.

Durante o período de 1º de janeiro a 31 de julho de 2014, foram prestados 131 (cento e trinta e um) atendimentos para entrega de resultado de exames periódicos, enquanto, apenas nos outros quatro meses seguintes, foram recebidos e avaliados 100 (cem) Membros e Servidores para o mesmo fim, fato que denota maior preocupação dos participantes com seu estado de saúde.

2.7.5. PROJETO "CAFÉ, DIVERSÃO E ARTE"

A Escola Superior do Ministério Público – ESMP realizou no mês de março, no Espaço de Eventos do MPSE, a primeira edição de 2014 do **"CAFÉ, DIVERSÃO E ARTE"**. O Projeto tem o objetivo de oferecer aos integrantes deste Órgão Ministerial momentos de caráter cultural, lúdico e de confraternização, por meio de encontros após o expediente, recebendo sempre a visita de um artista para expor seu trabalho, na área da música, literatura, pintura, entre outros.

Durante o projeto também ocorreu o lançamento de número da revista do MPSE.

O Projeto acontece uma vez por mês, a partir das 17 h, no agora nominado "Espaço de Eventos Governador Marcelo Déda Chagas", localizado no 5º andar da sede do MP, tendo realizado, durante o período destacado neste Relatório, os seguintes encontros:

Mês	Artista	Área
Março / 2014	Isaac Borges	Música
Abril / 2014	Isaac Borges Jupank Dorregaray Siqueira Passo	Música Artesanato
Maio / 2014	Luís Arnaldo Fabiano Belarmino	Música Pintura
Junho / 2014	Quadrilha Junina "Século XX"	Música
Setembro / 2014	Carlinhos Rasek	Música
Outubro / 2014	Associação de Costureiras do Município de Pedra Branca Grupo Instrumental do MPSE	Artesanato Música

Tabela 63 – Dados do Projeto Café, Diversão e Arte

A seguir, fotos do evento durante o ano:

Exposição de Quadros do Jovem Artista Fabiano Belarmino

Membros e Servidores do MPSE durante o Projeto Café, Diversão e Arte

Apresentação de Músicos Locais durante do Projeto Café, Diversão e Arte

Lançamento da Revista do Ministério Público durante o Projeto Café, Diversão e Arte

2.8. EFICIÊNCIA NA GESTÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

2.8.1. ECONOMIA COM LICITAÇÕES

A Divisão de Material, setor responsável pela realização de compras no Ministério Público de Sergipe, atuou, durante todo o ano de 2014, pugnando pela prática de preços mais vantajosos em suas licitações, sem se descuidar da qualidade dos bens e serviços adquiridos.

As licitações são realizadas através de Pregão Presencial ou eletrônico, com ou sem registro de preços, modalidade que apresenta vantagens insuperáveis em relação a preço e celeridade para a Administração Pública no Brasil, garantindo a observância do princípio constitucional da isonomia, através da seleção da proposta mais vantajosa, de maneira a assegurar oportunidade igual a todos os interessados e possibilitar o comparecimento ao certame do maior número possível de concorrentes.

Vale ressaltar que, no período em foco, contabilizou-se uma considerável economia em licitações, em relação aos preços estimados, de acordo com o demonstrado na Tabela abaixo, fato que comprova a preocupação do setor em contribuir para os avanços e conquistas da Instituição.

ECONOMIA COM LICITAÇÕES – 2014				
Modalidade	**Valor Estimado (R$)**	**Valor Licitado (R$)**	**Economia (R$)**	**% Economia**
Tomada de Preço	24.000,00	23.732,68	267,32	1%
Pregão Presencial	1.641.781,11	1.222.228,98	419.552,13	26%
Registros de Preços	1.061.614,50	833.531,35	228.083,15	21%
Totais	2.727.395,61	2.079.493,01	647.902,60	24%

Tabela 64 – Resultado da Economia do MPSE em Licitações

2.9. INVESTINDO EM SEGURANÇA

2.9.1. VISITAS DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

O Gabinete de Segurança Institucional visitou, no período, as Promotorias de Justiça das Comarcas de Canindé de São Francisco, Carira, Gararu, Campo do Brito e Frei Paulo, com o objetivo de identificar pontos geradores de insegurança para os Promotores de Justiça e Servidores do MPSE.

Nos Fóruns visitados foram identificados diversos pontos a serem melhorados, para que sejam realizadas intervenções junto ao Tribunal de Justiça do Estado com o objetivo de solucionar os problemas enfrentados e/ou medidas protetivas, a exemplo de: manutenção das cercas elétricas, instalação de grades nas janelas dos Gabinetes, aquisição de detectores de metal, instalação de Sistema de Monitoramento por Câmeras, Triagem prévia (com identificação e direcionamento correto) das pessoas que procuram as Promotorias de Justiça.

2.9.2. *SCANNER* DE BAGAGEM – NOVO EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA DO MPSE

Mais uma importante ferramenta foi implantada para reforçar a segurança nas instalações do Ministério Público de Sergipe. Trata-se do Sistema de Inspeção de Bagagens por Raios X.

O aparelho, capaz de detectar, precisamente, o porte de armas, foi inaugurado no dia 05 de maio de 2014, pelo Procurador-Geral de Justiça acompanhado do Diretor do Gabinete de Segurança Institucional – GSI, demais autoridades e servidores da Instituição.

O investimento na aquisição do *scanner* tem como finalidade, não apenas resguardar os Membros do MPSE, que lutam destemida e diariamente pela concretização dos direitos fundamentais, no combate à criminalidade e pelo fortalecimento da cidadania, mas, também, o bem-estar e a segurança de todos os que acessam o Edifício-Sede deste Órgão Ministerial, evitando o constrangimento da revista pessoal .

A solenidade de inauguração do equipamento contou com a bênção do Frei Gleizer, conforme demonstram as imagens a seguir:

Solenidade de Inauguração do *Scanner* de Bagagem no MPSE

Demonstração do Funcionamento do *Scanner* de Bagagem Instalada na Entrada do MPSE

O *Scanner* de Bagagem em Funcionamento na Entrada de Acesso ao MPSE

2.9.3. CRIAÇÃO DA BRIGADA DE INCÊNDIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE

O Ministério Público de Sergipe criou, no início de 2014, sua Brigada de Prevenção e Combate a Sinistros. A medida faz parte da execução do Plano de Emergência Contra Incêndio e Pânico e abrange o Edifício-Sede e todas as Subsedes da Instituição.

As Brigadas são formadas por servidores e terceirizados, com certificação através de Curso de Capacitação de Brigada de Prevenção e Combate a Sinistros ministrado por um Oficial do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe.

O Curso de Capacitação foi iniciado em setembro de 2014, treinando servidores do Ministério Público para atuar como brigadistas, com uma carga horária de 16 (dezesseis) horas, sendo 06 (seis) horas práticas.

Durante o treinamento, os servidores voluntários receberam orientações sobre as ações de prevenção e emergência, foram instruídos acerca da dinâmica do princípio de incêndio e utilização dos extintores, além de noções básicas de primeiros socorros e logística de evacuação de pessoas em locais de incêndio.

São atribuições da Brigada de Prevenção e Combate a Sinistros:

- inspeção geral dos equipamentos de prevenção, a cada três meses;
- elaboração de relatório das irregularidades encontradas;
- orientação ao público interno e externo, sempre que necessário;
- simulação de exercícios e cursos de atualização;
- identificação de situações de incêndio, acionamento de alarmes e o Corpo de Bombeiros, corte de energia, entre outros.

2.10. APRIMORAMENTO DOS PROCESSOS DE TRABALHO

2.10.1. PROFISSIONALIZAÇÃO DA CONFECÇÃO DOS TERMOS DE REFERÊNCIA E PROJETOS BÁSICOS

Os Termos de Referência - TRs e Projetos Básicos – PBs para contratação de serviços e compra de materiais e equipamentos contemplam todas as dimensões do objeto que se pretende contratar.

Por vezes, o insucesso de uma disputa licitatória não está na licitação propriamente dita, mas em suas fases antecedentes, especificamente, na fase de construção do TR e PB.

Dada a importância desses dois instrumentos para o sucesso das licitações, a Divisão de Controle Interno propôs às Diretorias envolvidas e à Administração Superior a criação de uma Comissão para esse fim, a qual foi instituída pela **Portaria 2.259/2014**, da lavra da Procuradoria-Geral de Justiça, de 11 de junho de 2014.

Dessa forma, os Termos de Referência e Projetos Básicos do MPSE passaram a ser elaborados por um grupo de servidores capacitados para desempenhar tal atividade, possibilitando que a Comissão de Licitação e o Pregoeiro do Órgão se preocupem estritamente com as especificações editalícias da disputa.

2.10.2. APERFEIÇOAMENTO DO PROCESSO DE COMPRAS

Em 05 de maio de 2014, a Procuradoria-Geral de Justiça instituiu a Portaria nº 1.718/2014 designando Comissão para auxiliar a Diretoria Administrativa do MPSE com relação às estimativas de aquisições no âmbito da Instituição.

A importância da iniciativa tem origem na necessidade de se efetuar um planejamento adequado das compras, com a participação efetiva da Diretoria de Planejamento, Orçamento e Perícia Contábil do Órgão, setor responsável pela elaboração da Proposta Orçamentária Anual do Ministério Público, possibilitando a realização de uma programação eficaz, no que diz respeito aos procedimentos licitatórios, em conformidade com a disponibilidade de créditos orçamentários e recursos financeiros.

Dessa forma, evita-se a realização de vários certames para aquisição de objetos iguais em curto espaço de tempo ou sucessivas contratações de serviço e aquisições de pequeno valor, de igual natureza, semelhança ou afinidade, realizadas por dispensa de licitação, fundamentada no inciso II do art. 24, da Lei nº 8.666/93.

2.10.3. IMPLEMENTAÇÃO DO ARQUIVO MÉDICO

O Centro Médico do MPSE realizou levantamento dos prontuários dos Membros e Servidores para alimentar o sistema de dados. No período, foram criadas 50 (cinquenta) pastas para fazer parte do arquivo inativo de Membros e Servidores desligados da Instituição (exoneração, óbito, etc.).

A iniciativa permite que o Órgão tenha real conhecimento da quantidade de seus integrantes que utilizam os serviços do Centro Médico. A partir de então, os prontuários são mantidos com informações atualizadas, fato que contribui para a agilidade dos trabalhos da Equipe Médica.

2.11. PROMOÇÃO DA TRANSPARÊNCIA

2.11.1. PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO MPSE – 4º LUGAR GERAL NO RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO DO CNMP

Conforme divulgado pela Comissão de Controle Administrativo e Financeiro - CCAF do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, o Portal da Transparência do Ministério Público de Sergipe foi considerado o 4º melhor do Brasil.

Tramita na referida Comissão o "Procedimento Interno de Comissão – PIC", que acompanha, por todos os ramos e unidades do Ministério Público, o cumprimento da Resolução CNMP nº 86/2013, que regulamenta o Portal da Transparência.

A CCAF, no exercício de sua função institucional, realiza, bimestralmente, uma pesquisa nos *sites* das Unidades Ministeriais, no intuito de verificar o fiel cumprimento da citada Resolução. Como resultado desse trabalho, chegou-se à classificação dos MPs quanto ao percentual de itens atendidos ou não atendidos. O MP de Sergipe, que, em 2013, ocupava o quinto lugar, subiu mais um degrau em sua colocação no *ranking* do MP brasileiro.

De acordo com o Coordenador da Divisão do Controle Interno, gestor do Portal da Transparência do MPSE, essa ferramenta oportuniza aos usuários todo o detalhamento de suas ações financeiras, tendo como principais características a amostragem dos valores pagos em salários e benefícios para Membros e Servidores da Instituição, além de colocar à disposição da sociedade todo o trâmite de processos licitatórios desenvolvidos pelo Órgão.

2.12. DESTAQUES DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

2.12.1. SISTEMA DE GESTÃO DE EVENTOS

SGE
SISTEMA DE GESTÃO DE EVENTOS

O Sistema de Gestão de Eventos foi implantado, em sua primeira etapa, no ano de 2013, visando à criação de um sistema automatizado para cadastramento e gerenciamento das informações relativas aos eventos realizados pela Escola Superior do Ministério Público de Sergipe.

Em 2014, o Sistema continuou a evoluir, possuindo 03 (três) etapas de entrega, proporcionando melhorias significativas na gestão dos eventos, conforme elenca-se a seguir:

- possibilidade de cadastro e consulta de informações mais específicas;
- relatórios estatísticos de inscritos em eventos, frequência, cursos e custos associados;
- controle de frequência e presença nos eventos por Biometria;
- cadastro, consulta e emissão de certificados.

2.12.2. ARQUIMEDES – ADEQUAÇÕES À RESOLUÇÃO Nº 74 – CNMP

ARQUIMEDES
SISTEMA DE GESTÃO DE AUTOS

O Sistema Arquimedes é um dos principais sistemas em produção no MPSE, passando por diversas etapas de melhorias e atualizações necessárias ao seu amplo *portfólio* de tarefas.

O Arquimedes possui melhorias constantes nos modelos de apresentação de relatórios, informações gerenciais e estatísticas. A Corregedoria-Geral recebe críticas e sugestões das Promotorias de Justiça e mantém contato direto com a Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI, solicitando as mudanças necessárias, após triagem das informações recebidas, ou em suas inspeções e correições realizadas no decorrer do ano.

A Resolução nº 74 do CNMP é referência para os relatórios gerenciais que são incorporados no Arquimedes e, com as instruções da Corregedoria-Geral, os dados são trabalhados de forma a corroborar a prestação de informações cruciais ao cumprimento dessa Resolução.

Dentre as diversas atualizações realizadas no referido Sistema, em 2014, destaca-se a inclusão da nova tabela taxonômica, agregando o padrão nacional à plataforma do MPSE.

2.12.3. ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA GERENCIAMENTO DE BANCO DE DADOS

Atualmente, o principal sistema de banco de dados do MPSE é o SQL Server, responsável por armazenar todas as informações do Órgão, com exceção do Arquimedes e ERP Administrativo.

A cada dia, a massa de dados cresce significativamente, sendo necessário um serviço de distribuição e reorganização das informações pela equipe da TI.

Em 2014, foi efetuada a atualização de versão do sistema para a plataforma mais atual disponível, permitindo aos desenvolvedores e gestores das áreas de banco de dados fazer uso de novos recursos para desenvolvimento dos sistemas.

A virtualização do sistema de banco de dados possibilita aumentar a alta disponibilidade dos recursos físicos que processam as máquinas com o serviço de banco de dados instalado.

Essa nova arquitetura de sistema de banco de dados permite que o crescimento da massa de dados e informações no MPSE seja contínuo, de forma que não impeça o desempenho dos serviços. Apesar de se tratar de um projeto totalmente técnico, é de grande importância o seu impacto positivo nos objetos e demais projetos da Instituição.

2.12.4. SOLUÇÃO DE *CAPTIVE* PORTAL E AUTENTICAÇÃO INTEGRADA

Em 2014, foi realizada a aquisição de ferramenta de autenticação integrada, capaz de realizar controle de acesso e auditoria dentro de normas de segurança, conforme regulamentações da Lei nº 12.965, conhecida como o Marco Civil da *Internet*.

Com a ferramenta, disponibilizou-se acesso à rede sem fio, na Sede Administrativa, por meio de um *Captive Portal* – recurso através do qual o usuário faz o auto cadastro e é feita validação do cadastro por *e-mail* ou SMS, a depender da disponibilidade desses serviços.

Essa é uma das principais exigências do Marco Civil, pois o MPSE, ao conceder acesso à *Internet*, passa a ser o responsável pelo tráfego realizado pelo usuário. A melhor forma de controle é o conhecimento a respeito de quem fez o acesso, concedendo outros benefícios, a exemplo de perfis de acesso diversificados, autenticação integrada para Membros e Servidores, entre diversos outros recursos específicos da ferramenta.

O processo de contratação e aquisição da ferramenta foi realizado no Pregão Presencial nº 37/2014.

2.12.5. IMPLANTAÇÃO DE FERRAMENTA DE PESQUISA – *LIMESURVEY*

Com base em demandas de pesquisas realizadas pela Diretoria de Planejamento, Orçamento e Perícia Contábil – DIPLAN, junto aos Centros de Apoio Operacional – CAOps e Promotorias de Justiça, foi definido, em reunião do Comitê Gestor do Planejamento Estratégico – CGPE, que seria estudada e avaliada uma solução de ferramenta de tecnologia capaz de realizar e controlar pesquisas, de forma a atender a essas demandas.

A ferramenta passou por diversos testes e a DIPLAN, juntamente com a Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI, chegaram aos parâmetros ideais da ferramenta. Atualmente, a solução baseada em *software* livre – *Limesurvey* – encontra-se em produção e uso pelos dois órgãos, para realização de pesquisas com escopos diversos na Instituição.

2.12.6. IMPLANTAÇÃO DE AMBIENTE DE HOMOLOGAÇÃO PARA APLICATIVOS DA DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS E FOLHA DE PAGAMENTO

A iniciativa em tela visa à configuração de ambiente para homologação, testes e validação de atualizações do *Enterprise Resource Planning – ERP* do setor de pessoal e folha de pagamento, buscando garantir a integridade dos dados e maior segurança na manutenção dos sistemas fornecidos por meio de contrato ao MPSE.

Foram fornecidas máquinas virtuais pela Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI, e, em conjunto com a Diretoria de Recursos Humanos – DRH, realizado o monitoramento e acompanhamento da instalação desse ambiente, visando também à criação de um Plano de "Recuperação de Desastres", para simulação de uma possível falha ou pane nos sistemas existentes na Instituição.

Atualmente, esse ambiente encontra-se instalado e garante à DRH a correta aplicação de *patches* de atualização, fornecidos pela empresa que realiza os serviços de manutenção dos sistemas em uso nessa Diretoria.

Assim, a DTI e a DRH conseguem realizar operações diversas antes que elas sejam postas em prática, mantendo toda integridade das informações cadastradas em sistemas tão críticos a este Órgão Ministerial.

2.12.7. PROEJ – MELHORIAS NO SISTEMA

O PROEJ é um dos principais sistemas desenvolvidos no MPSE, com reconhecimento Nacional no Ministério Público brasileiro. Por ser a ferramenta de controle de Procedimentos Extrajudiciais, dentre outros recursos, é o sistema que demanda o maior esforço em ajustes e desenvolvimento. No ano de 2014, foram entregues sete novas versões do sistema, em atendimento a demandas diversas.

Entre os principais benefícios gerados por essas atualizações destacam-se os seguintes:

- possibilidade de implantação da triagem nas Promotorias de Justiça das Subsedes do Ministério Público do Estado de Sergipe localizadas no interior do Estado;
- disponibilidade de relatórios estatísticos dos procedimentos existentes no Gabinete do Procurador/ Conselheiro do Conselho Superior do MPSE;
- disponibilidade de relatório de Processos Extrajudiciais;
- adequação à Taxonomia, equivalente ao já existente no Arquimedes.

2.12.8. ELABORAÇÃO DA METODOLOGIA DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA SOLUÇÃO EPM

Em 2014, foi definida a Metodologia de Gestão de Projetos para a Diretoria de Tecnologia da Informação, que proporcionará a Instituição os seguintes benefícios:

- gestão centralizada de projetos, recursos e tarefas da DTI;
- gestão centralizada dos documentos dos projetos em uma ferramenta *web*, disponibilizada de forma segura para os envolvidos no projeto;
- relatórios gerenciais para os projetos, recursos e tarefas da DTI;

- análise do nível de maturidade em gestão de projetos e novos objetivos a serem alcançados;
- implantação da solução de gerenciamento de projetos e portfólios *Microsoft Enterprise Project Management – EPM.*

2.13. APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO

2.13.1. BIBLIOTECA

A **Biblioteca Gonçalo Rollemberg Leite** integra a Escola Superior do Ministério Público - ESMP e tem como objetivo contribuir para o exercício das atividades dos Membros e Servidores deste Órgão Ministerial, proporcionando aos seus usuários acesso a ampla fonte de pesquisas, com destaque para a área jurídica.

A Biblioteca conta com um acervo de **3.414 (três mil, quatrocentos e quatorze) títulos de livros** das diversas áreas do direito, **2.984 (dois mil, novecentos e oitenta e quatro) títulos de periódicos**, que se sobressaem pelo conteúdo atualizado e dinâmico, adquiridos ou doados por diversos órgãos do País e destacadas editoras, a exemplo da Revista dos Tribunais, Fórum e Fiúza, além de **257 (duzentos e cinquenta e sete)** CDs e **67 (sessenta e sete)** DVDs.

O usuário pode pesquisar o acervo acessando o *site* da ESMP ou comparecendo ao órgão. Os empréstimos são realizados somente aos usuários internos, cadastrados de acordo com o regulamento, mas a Biblioteca atende, também, ao público externo, no tocante a consultas e pesquisas.

A estatística mensal de empréstimos realizados no período em foco encontra-se demonstrada em seguida:

Empréstimo	Membros	Servidores	Total
Janeiro	6	179	185
Fevereiro	11	270	281
Março	14	246	260
Abril	16	306	322
Maio	12	297	309
Junho	21	171	192
Julho	18	192	210
Agosto	36	202	238
Setembro	15	271	286
Outubro	46	223	269
Novembro	4	170	174
TOTAL	199	2527	2726

2.13.2. BIBLIOTECA DIGITAL FÓRUM DE DIREITO

A **Biblioteca Digital Fórum de Direito – BID**, do Ministério Público de Sergipe, foi implantada com o intuito de auxiliar o trabalho de Membros e Servidores da Instituição, utilizando-se de ferramentas *on-line*, que disponibilizam matérias de alta qualidade, por meio de consulta rápida e inteligente.

Seu acervo contém 34 (trinta e quatro) periódicos *on-line* e mais de 1.300 (mil e trezentas) edições de renomados autores da área do direito, com temas atualizados.

A **BID** proporciona a atualização e aperfeiçoamento funcional dos Membros e Servidores, permite o acesso ao seu conteúdo didático à distância, através da *internet* e *intranet*; contribui para a otimização da pesquisa jurídica, por oportunizar seleção diferenciada de jurisprudência e inovações legislativas, promovidas por autores renomados e das diversas áreas do direito, contribuindo significativamente para o bom desempenho das atividades realizadas pela Instituição.

2.13.3. DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL INTELECTUAL

No período de janeiro a novembro de 2014, tendo como premissa aprimorar o conhecimento, qualificar e treinar continuamente os seus Membros, Servidores:

Mês	Eventos (Cursos, Encontros, Palestras, Simpósios, Seminários, *Workshop*)	Tema	Palestrante	Carga Horária	Nº Participantes			
					Membros	Servidores	Público Externo	Total
Fevereiro	Abertura Da Programação 2014 - Seminário "Drogas: Uma problemática multidisciplinar" e entrega dos Prêmios melhor Arrazoado Jurídico e Forense	Análise Criminal e o Tráfico de Drogas, Justiça Terapêutica e o Projeto de Lei nº 37 da Câmara dos Deputados	Dr.Guaracy Mingardi - Cientista Político, Dr.Flávio Augusto Fontes de Lima – Juiz de Direito em Pernambuco e o Senador Antônio Carlos Valadares	04h	39	58	289	386
Março	Seminário: "A Política de Atendimento Socioeducativo no Estado de Sergipe: O que fazer?"	Debater sobre o Plano Nacional Socioeducativo e "O plano decenal e os desafios para a estruturação do SINASE", que emanam da Lei Federal 12594/12 (Lei do SINASE)	Dr. Cláudio Augusto Vieira da Silva – Coordenador do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e Padre Agnaldo Soares Lima – Coordenador da Rede Salesiana	04h	15	42	356	413
	Palestra "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes	Dr. Henrique Ribeiro Cardoso - Promotor de Justiça – Coordenador de Ensino da ESMP-SE	01h	—	—	80	80
	Palestra "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes	Dr. Newton Silveira Dias Junior - Promotor de Justiça – Diretor-Geral da ESMP-SE	01h	—	—	120	120

Continua...

Mês	Eventos (Cursos, Encontros, Palestras, Simpósios, Seminários, *Workshop*)	Tema	Palestrante	Carga Horária	Nº Participantes			
					Membros	Servidores	Público Externo	Total
Abril	"Justiça Restaurativa – Escolas de Perdão e Reconciliação"	Apresentar os fundamentos culturais, sociais e ideológicos da Justiça Restaurativa, conceituada como processo colaborativo que envolve aqueles afetados mais diretamente por um crime, para determinar qual a melhor forma de reparar o dano causado pela transgressão	Dra. Petronella Maria Boonen – Doutora e Mestre em Sociologia pela USP/SP	04h	10	39	126	175
	Curso de Libras	Oportunizar aos Membros e Servidores do Ministério Público o conhecimento acerca da Língua Brasileira de Sinais	Edicarlos Santos Conceição e Laís Helena Bispo	24h	1	14	—	15
	Palestra "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes	Dr. Newton Silveira Dias Junior - Promotor de Justiça – Diretor-Geral da ESMP-SE	01h	—	—	120	120
	Palestra "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes	Dr. Henrique Ribeiro Cardoso - Promotor de Justiça – Coordenador de Ensino da ESMP-SE	01h	—	—	80	80
Maio	Curso de Prestação de Contas para o Terceiro Setor	Orientar entidades e demais instituições do Terceiro Setor	Adinelson Alves – Secretário-Chefe da CGE/SE, Eduardo Cabral Melo, Fernando Madruga, Ângela Dantas e Ana Lacerda	08h	—	—	47	47
	Palestra "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes	Dr. Henrique Ribeiro Cardoso - Promotor de Justiça – Coordenador de Ensino da ESMP-SE	01h	—	—	80	80
	Palestra: "O Ministério Público e o Controle Social na Saúde"	Favorecer a aproximação e articulação entre Ministério Público e o Controle Social, visando à consolidação e o fortalecimento do SUS	Dr. Marcelo Henrique dos Santos – Promotor de Justiça em Goiás e Maria do Socorro de Souza – Presidente do Conselho Nacional da Saúde	04h	15	29	196	240

Continua...

Mês	Eventos (Cursos, Encontros, Palestras, Simpósios, Seminários, *Workshop*)	Tema	Palestrante	Carga Horária	Nº Participantes			
					Membros	Servidores	Público Externo	Total
Maio	Palestra "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes	Dr. Newton Silveira Dias Junior - Promotor de Justiça – Diretor-Geral da ESMP	01h	—	—	120	120
	Seminário: "18 de Maio – Dia Nacional de Combate ao Crime contra a Dignidade Sexual da Criança e do adolescente"	Refletir sobre os eixos do atendimento e responsabilização, como também construir com a rede de proteção de cada um dos municípios sergipanos ações alusivas a estes e aos demais eixos constantes do plano de enfrentamento à violência sexual da criança e adolescente	Dra. Denise Casanova Villela – Promotora de Justiça do Rio Grande do Sul	04h	8	30	266	304
Junho	2º *Workshop* CAOps e Promotorias Executando o Planejamento Estratégico	Apresentação dos projetos desenvolvidos pelos CAOps nas suas respectivas áreas de atuação	Erick Silva Andrade – Técnica do TJSE; Dr. Alexandre Albagli Oliveira – Promotor e Justiça; Alexandro Sampaio Santana - Promotor e Justiça; Adson Alberto Cardoso de Carvalho - Promotor e Justiça	04h 30mim	16	54	—	70
	Palestra "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes	Dr. Henrique Ribeiro Cardoso - Promotor de Justiça – Coordenador de Ensino da ESMP	01h	—	—	80	80
	2º *Workshop* CAOps e Promotorias Executando o Planejamento Estratégico	Apresentação dos projetos desenvolvidos pelos CAOps nas suas respectivas áreas de atuação	Dra. Miriam Teresa Cardoso - Promotora de Justiça; Dra. Berenice Andrade de Melo - Promotora de Justiça; Dr. Carlos Henrique Siqueira Ribeiro - Promotor de Justiça; Caio Henrique de Lima; Dra. Allana Rachel Monteiro Batista Soares - Promotora de Justiça; Dr. Nilzir Soares Vieira Júnior - Promotor de Justiça; Dra. Ana Paula Machado Costa Menezes - Promotora de Justiça	04h 30mim	18	45	—	63

Continua...

Mês	Eventos (Cursos, Encontros, Palestras, Simpósios, Seminários, *Workshop*)	Tema	Palestrante	Carga Horária	Nº Participantes			
					Membros	Servidores	Público Externo	Total
Junho	Palestra "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes	Dr. Newton Silveira Dias Junior - Promotor de Justiça – Diretor-Geral da ESMP-SE	01h	—	—	80	80
Julho	Palestra "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes	Dr. Henrique Ribeiro Cardoso - Promotor de Justiça – Coordenador de Ensino da ESMP	—	—	—	120	120
Agosto	Palestra: "A Derrotabilidade nas Relações de Família"	A palestra apresentou os novos modelos de família, as novas formas de convivência humana e, que as vezes, a vida transcende o Direito	Dr. Cristiano Chaves de Farias – Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia.	03h	38	79	178	295
	Palestra "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes	Dr. Newton Silveira Dias Junior - Promotor de Justiça – Diretor-Geral da ESMP-SE	—	—	—	80	80
	Encontro Estadual do MEC e lançamento da cartilha conte até 10	"Cartilha Conte até 10", destinada à educação do adolescente e do jovem para uma cultura de paz. A cartilha tem como objetivo fomentar e estimular as discussões e debates sobre prevenção à violência	Dra. Lara Maia Teixeira Morais, Promotora de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Norte, Sr. Sílvio Alves Portilho, Coordenador de Apoio ao Transporte Escolar – COATE do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Dra. Bianca Mota Moraes, Promotora de Justiça do Ministério Público do Rio de Janeiro, Dr. Antônio Carlos Ozório Nunes, Promotor de Justiça do Ministério Público de São Paulo, e Sr. Francisco da Chagas Fernandes, Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Educação e Cultura (MEC).	08h	14	12	230	256
	Palestra "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes	Dr. Newton Silveira Dias Junior - Promotor de Justiça – Diretor-Geral da ESMP-SE	01h	—	—	120	120

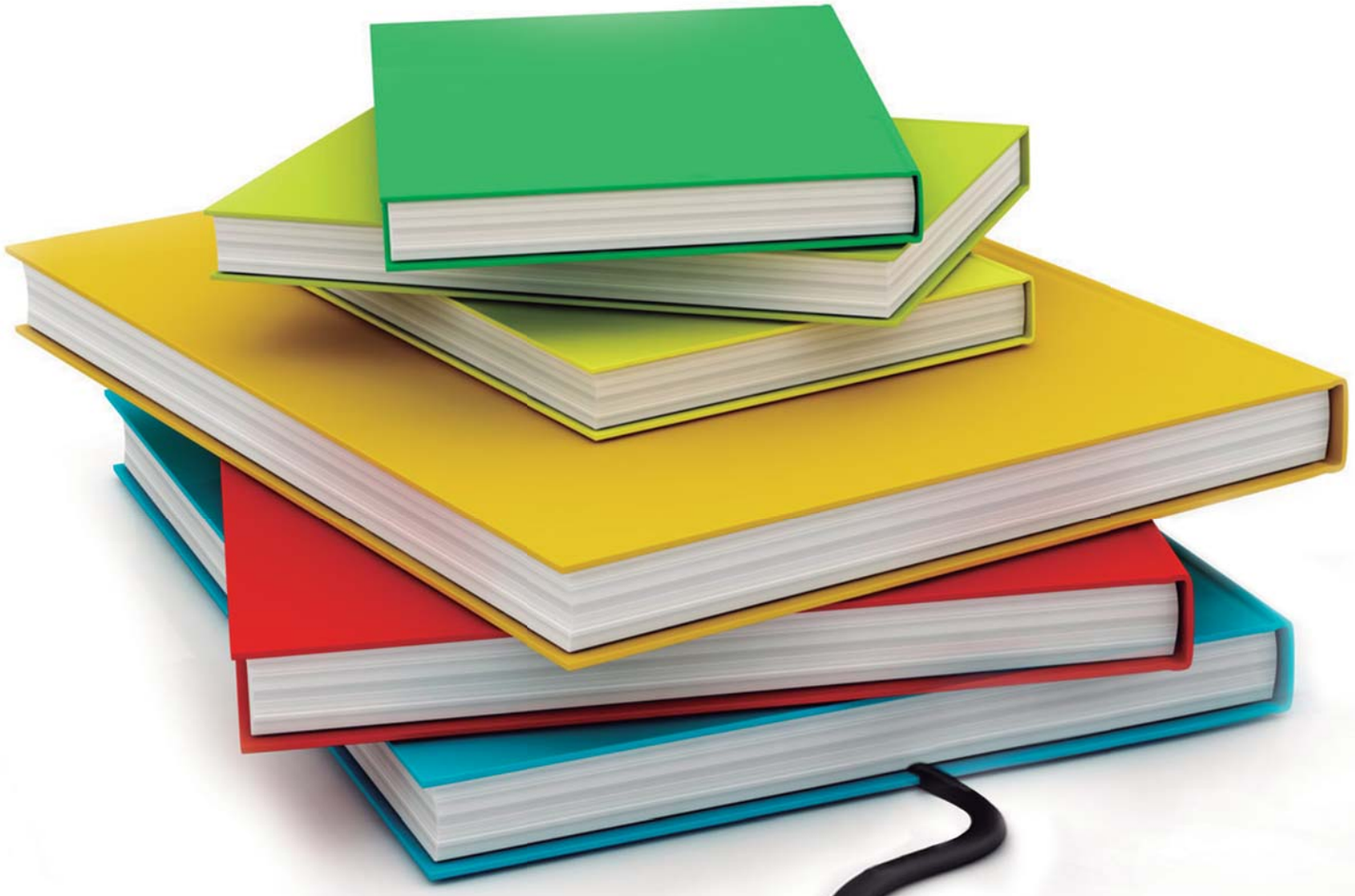
Continua...

Mês	Eventos (Cursos, Encontros, Palestras, Simpósios, Seminários, *Workshop*)	Tema	Palestrante	Carga Horária	Nº Participantes			
					Membros	Servidores	Público Externo	Total
Agosto	I Encontro de Ensino Inclusivo do Estado de Sergipe	Promover a conscientização e capacitação acerta do tema Educação Inclusiva nas escolas de rede pública e privada do Estado de Sergipe, possibilitando a sua efetiva implantação	Rejane Maia, Pedagoga com habilitação em Supervisão Educacional e Administração Escolar no Estado de Pernambuco, Dra. Rebecca Monte Nunes Bezerra, Promotora de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Norte, Dra. Eliana Curátolo, Médica especialista em Psiquiatria da Infância e Adolescência no Estado de São Paulo	05h	2	20	406	428
	Palestra "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes	Dr. Henrique Ribeiro Cardoso - Promotor de Justiça – Coordenador de Ensino da ESMP-SE	01h	—	—	60	60
	Curso de Direito Eleitoral	O evento teve como objetivo estimular discussões acerca da legislação eleitoral brasileira e desenvolver uma visão crítica sobre o processo eleitoral	Procurador da República e Procurador Regional Eleitoral, José Rômulo Silva Almeida e o Servidor do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, Marcos Vinícius Linhares	05h	13	38		51
Setembro	Palestra "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes	Dr. Henrique Ribeiro Cardoso - Promotor de Justiça – Coordenador de Ensino da ESMP-SE	01h	—	—	48	48
	Palestra "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes	Dr. Newton Silveira Dias Junior - Promotor de Justiça – Diretor-Geral da ESMP-SE	01h	—	—	60	60
	Curso de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas	Aperfeiçoar os Membros e Servidores em Relação ao Programa de proteção à Vítimas e Testemunhas Ameaçadas	Dra Lívia Nascimento Tinôco	03h	19	41	—	60
	Palestra "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes	Dr. Newton Silveira Dias Junior - Promotor de Justiça – Diretor-Geral da ESMP-SE	01h	—	—	60	60
Outubro	Palestra "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes	Dr. Newton Silveira Dias Junior - Promotor de Justiça – Diretor-Geral da ESMP-SE	01h	—	—	60	60

Continua...

Mês	Eventos (Cursos, Encontros, Palestras, Simpósios, Seminários, *Workshop*)	Tema	Palestrante	Carga Horária	Nº Participantes			
					Membros	Servidores	Público Externo	Total
Outubro	4º Curso de Capacitação em Tabelas Unificadas do CNMP	Proporcionar o aprimoramento da atuação do Ministério Público por meio da padronização da terminologia utilizada por todos os Ministérios Públicos do Brasil	Dr. Cláudio Henrique Gonçalves Portela, Dr. Luis Gustavo Maia Lima, Dr. Fábio Barros de Matos, Sr. William Sérgio Azevêdo Guimarães.	10h	—	24	—	24
	Curso Controle Externo da Atividade Policial	Buscar a excelência na atuação funcional dos órgãos de execução do Ministério Público com atribuições para o controle da atividade policial	Cláudio Henrique Portela do Rego, Luis Gustavo Maia Lima, Marcelo da Silva Oliveira, Thiago André Pierobom de Ávila	16h	39	2	17	58
	Curso de Criação da Brigada de Prevenção e Combate a Sinistros	Capacitar servidores do Ministério Público de Sergipe acerca das estratégias de combate a incêndios	Sergio da Fonseca Santos, Allan Adson dos Santos, Márcio dos Santos Souza	16h	—	99	—	99
	Seminário "Apresentação dos Planos Estadual e Municipal Decenal de Atendimento Socioeducativo (projetos)	Proporcionar apresentação da versão preliminar dos Planos Decenais de Atendimento Socioeducativo, Estadual e Municipal	Carine Nunes da Rocha Barsosa, Emily Regina Martins Freire Nordelti, Josefa Neilde dos Santos, Josevanda Mendonça Franco, Rita de Cassia Ferreira Silva	05h	1	7	227	235
	I Seminário de Educação Inclusiva: Legislação e Ferramentas para a Efetivação da Aprendizagem	Apresentar aos diretores e a coordenação pedagógica das escolas particulares os diversos aspectos legais, pedagógicos e tecnológicos necessários à inclusão educacional da pessoa com deficiência, evidenciando-se o direito à educação como prerrogativa constitucional deferida a todos os cidadãos	Jailma Rezende da Costa Santos, Maria Eugênia Melo Bahia, Clotilde Vasconcelos Pereira, Robyson de Santana Guidice, Alda Valéria Santos de Melo, Leila Cardoso, Kátia Regina Lopes Costa, Camila Araújo Teles e Denise Emilia Almeida Santos	05h	7	17	329	—
	Palestra "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes	Dr. Newton Silveira Dias Junior - Promotor de Justiça – Diretor-Geral da ESMP-SE	01h	—	—	80	80
Novembro	II Curso de Técnicas de Segurança Pessoal	Aprimorar as condutas de segurança preventivas e ministrar técnicas de proteção com armas de fogo	Cel. Luiz de Azevedo Costa Neto	32h	20	—	—	20
	Palestra "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes	Dr. Henrique Ribeiro Cardoso - Promotor de Justiça – Coordenador de Ensino da ESMP-SE	01h	—	—	65	65
	I Curso Avançado de Técnicas de Segurança Pessoal	Aprimorar as condutas de segurança preventivas e ministrar técnicas de proteção com armas de fogo	Cel. Luiz de Azevedo Costa Neto	32h	20	—	—	20

Tabela 65 – Cursos e Outros Eventos de Capacitação Promovidos pelo MPSE



Na área de Tecnologia da Informação, a Procuradoria-Geral de Justiça promoveu, no período, os seguintes cursos voltados para a capacitação de Servidores:

CURSOS DE TI – 2014		
Curso / Módulo	**Carga Horária**	**Nº de Participantes**
Treinamento *Hands-on* sobre *Microsoft EPM*	40h	17
Treinamento *Hands-on* sobre a administração do *Project Server*	8h	6
MVC .NET	40h	15

Tabela 66 – Cursos na área de Tecnologia e Informação

Sabedor de que a aprendizagem está no centro do processo estratégico e motivado a continuar galgando o aprimoramento da gestão, tendo como principal instrumento seu Planejamento Estratégico, o MPSE propiciou, ainda, a participação de Servidores em cursos relacionados ao tema, conforme pode ser visualizado a seguir:

Cursos de Capacitação em Gestão Estratégica
Executando a Estratégia com o *Balanced Scorecard – BSC*
Formação de Multiplicadores na Metodologia de Gestão de Processos
Balanced Scorecard – BSC na Plataforma *Channel*

Tabela 67 – Cursos na área da Diretoria de Planejamento

3. APROXIMAÇÃO COM A SOCIEDADE

A comunicação com o público externo é de grande relevância para os Órgão da Administração Pública que têm por escopo buscar a melhoria dos serviços oferecidos à população.

Nesse sentindo, o Ministério Público de Sergipe, dentro da observância do Princípio da Publicidade, disponibiliza em sua estrutura mecanismos de aproximação entre o Órgão e o cidadão, conforme detalhado a seguir:

3.1. DA OUVIDORIA

A Ouvidoria do Ministério Público de Sergipe é um canal de permanente de comunicação direta entre a Instituição e os cidadãos, entidades representativas da sociedade civil e demais organizações públicas.

Consiste em um instrumento de gestão cada vez mais valioso, representando um termômetro da atuação organizacional. O número de manifestações acerca do desempenho deste Órgão Ministerial pode indicar tanto a qualidade da performance de sua área de abrangência, quanto o grau de consciência da população sobre os serviços prestados.

Os gráficos a seguir, apresentam os diversos tipos de manifestações recebidas pela Ouvidoria do MPSE e a avaliação da população com relação aos serviços prestados pelo setor, no período de janeiro a novembro de 2014:

Estatísticas da Ouvidoria - Manifestação por Tipo - 2014

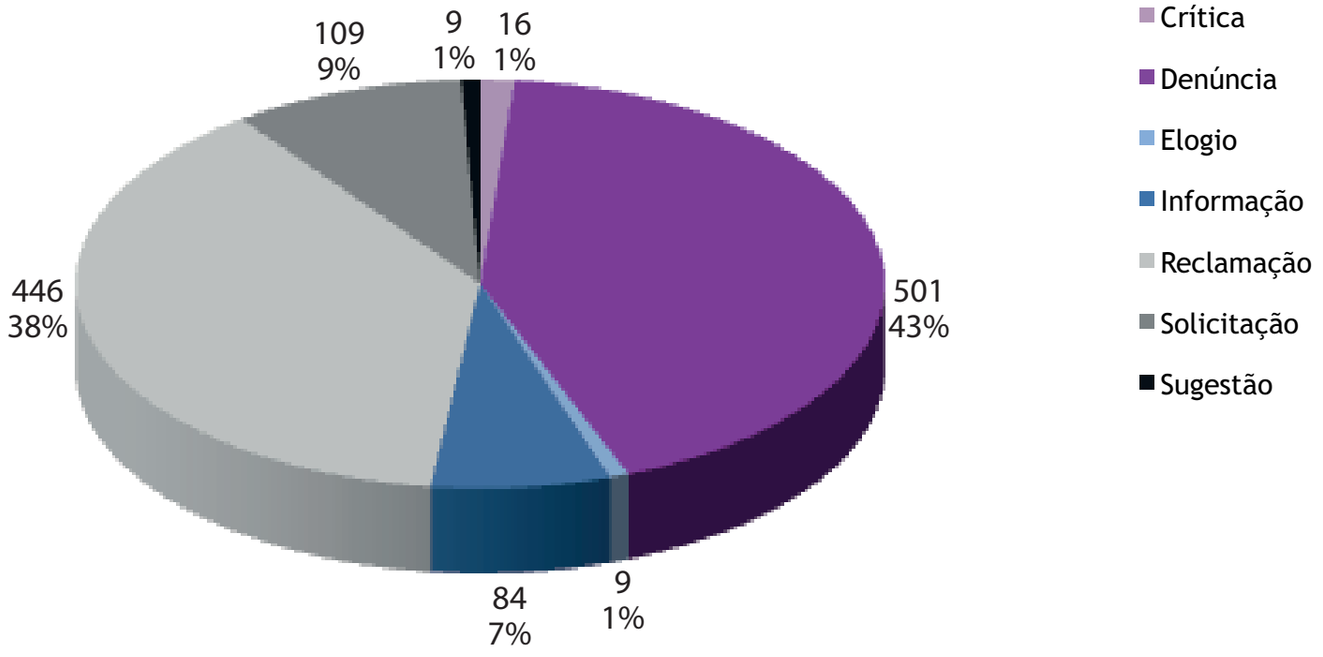


Gráfico 18 - Estatísticas da Ouvidoria - Manifestação por Tipo

Estatística da Ouvidoria - Manifestação por Avaliação - 2014

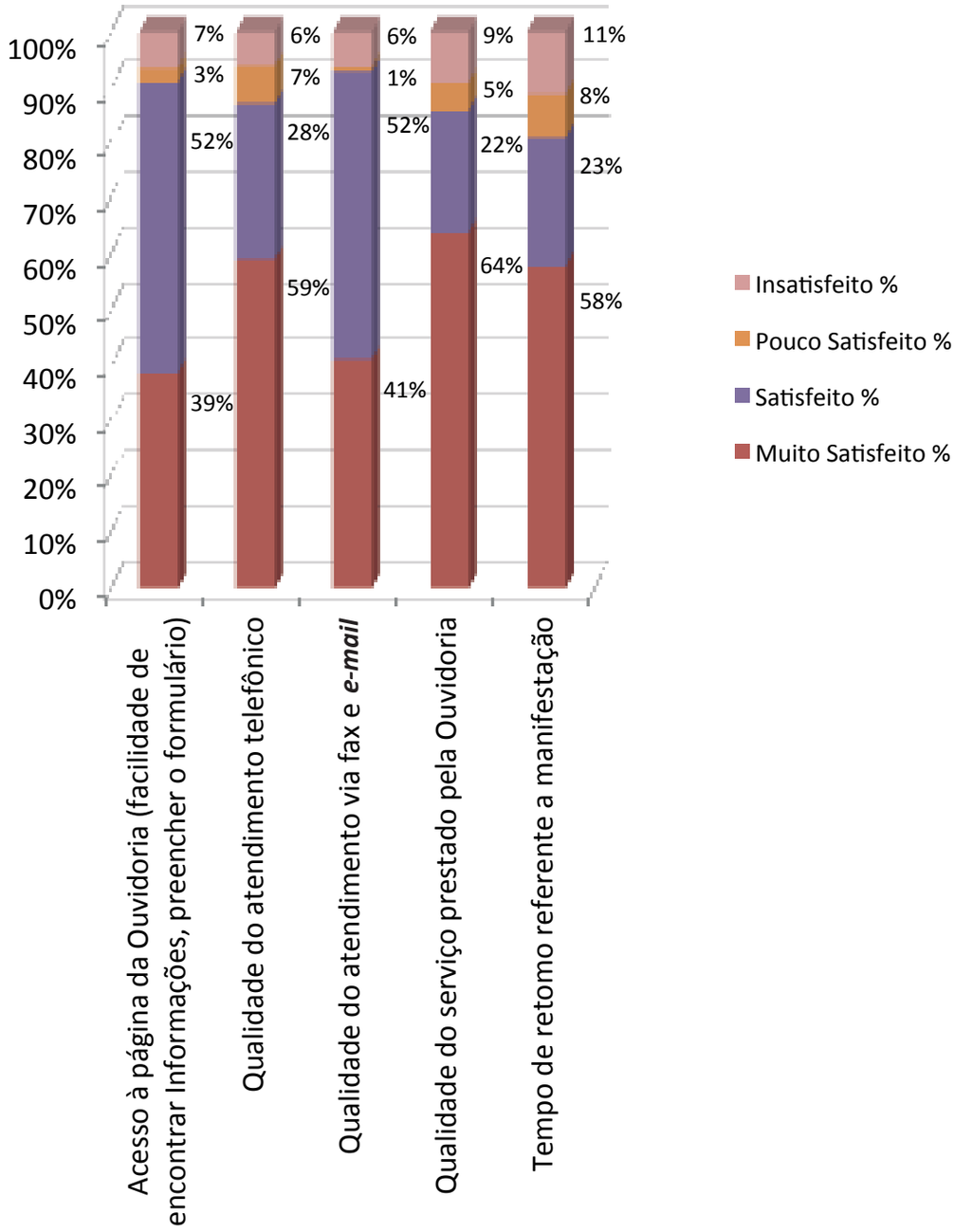


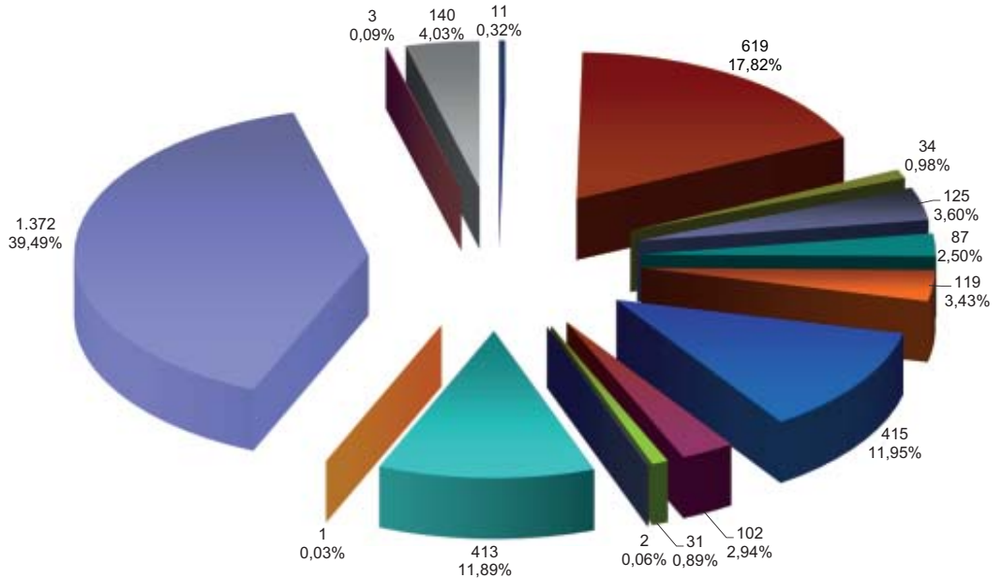
Gráfico 24 - Estatística da Ouvidoria - Manifestação por Avaliação

3.2. DA TRIAGEM TÉCNICA NO EDIFÍCIO SEDE DO MPSE

A Triagem Técnica, também, é um ponto de atendimento direto à população, disponibilizado pelo MPSE, setor responsável por receber e direcionar as demandas que chegam à Sede da Instituição, conduzindo o cidadão até a Promotoria pertinente, da Capital ou do Interior, e, inclusive, para órgãos externos.

No período que corresponde aos meses de janeiro a novembro de 2014, a Triagem realizou 3.477 (três mil, quatrocentos e setenta e sete) atendimentos, com média de, aproximadamente, 290 (duzentos e noventa) por mês.

Através do Gráfico em seguida, podem ser visualizados os principais assuntos dos atendimentos realizados na temporada pela Triagem Técnica:



4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

4.1. TRABALHO DE DESENVOLVIMENTO DA METODOLOGIA DE GESTÃO DE PROJETOS

Com o objetivo de elaborar a Metodologia de Gerenciamento de Projetos para o MPSE e Implantar a solução para gestão estratégica e gestão de portfólio, capacitando os colaboradores para uso das ferramentas, a Procuradoria-Geral de Justiça autorizou, em 2014, a contratação de consultoria com empresa sergipana que presta serviços especializados na área de Tecnologia da Informação e Gestão, mais especificamente em projetos, planejamento estratégico e mapeamento de processos.

Os trabalhos encontram-se em fase de finalização e proporcionarão ao Órgão muitos benefícios, a exemplo dos destacados abaixo:

- diagnóstico do nível de maturidade em gestão de projetos do MPSE;
- implantação e parametrização da Plataforma *Channel*;
- configuração do Mapa Estratégico;
- servidores treinados e capacitados para utilização do *Channel*;
- metodologia de Gerenciamento de Projetos definida para a Instituição.

4.2. AQUISIÇÃO DA PLATAFORMA *CHANNEL*

No intuito de aprimorar a execução do Plano Estratégico Plurianual de Ação do Ministério Público de Sergipe, em vigor desde o ano de 2011, foi autorizada a aquisição de ferramenta para gestão estratégica, gestão de projetos, portfólios e processos, denominada Plataforma *Channel*.

A Plataforma *Channel* é um s*oftware* corporativo que promove o alinhamento das operações e projetos de uma instituição ao seu Planejamento Estratégico, proporcionando um ambiente completo e unificado de apoio à gestão.

O uso da ferramenta trará muitos benefícios para a área de Planejamento Estratégico, dentre os quais se destacam:

- promoção, de uma forma simples e prática, do alinhamento das ações cotidianas às diretrizes do Planejamento Estratégico;
- criação de um meio fértil à criação de uma cultura orientada à estratégia e à cultura de gerenciamento de projetos na Instituição;
- desenvolvimento de boas práticas de forma flexível, adequada à maturidade e ao estágio de desenvolvimento da organização.

Para a Administração Superior, a aquisição da ferramenta representa um salto gerencial, uma vez que o software aprimora e dá maior segurança ao processo de tomada de decisão, na medida em que:

- possibilita reunir todas as informações importantes sobre os empreendimentos e ações do Órgão Ministerial em um único local, compartilhando dados de forma segura e controlada entre os gestores, colaboradores e parceiros;
- apoia a Governança, estabelecendo de forma flexível papéis, responsabilidades e funções em torno dos processos em todos os níveis da gestão;

- presta apoio de forma estruturada ao processo decisório do portfólio de projetos, garantindo o gerenciamento e a seleção de projetos alinhados à estratégia, desde poucos empreendimentos até carteiras complexas;
- permite a gestão dos empreendimentos e projetos da organização baseada nas melhores práticas do gerenciamento de projetos e uso de ferramentas completas e colaborativas – aderentes às mais modernas práticas disponíveis no mercado;
- incentiva a colaboração, fazendo com que todos os participantes da cadeia de gestão se envolvam no processo.

4.3. INSTITUCIONALIZAÇÃO DO FÓRUM NACIONAL DE GESTÃO NO MPSE

Considerando a necessidade de dar efetividade aos trabalhos que são realizados no Fórum Nacional de Gestão – FNG do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, a Procuradoria-Geral de Justiça instituiu, através da Portaria nº 3252/14, de 10 de setembro de 2014, Comissão de Trabalho para avaliar e propor procedimentos, no âmbito do Ministério Público de Sergipe, com base nas ações que vem sendo desenvolvidas pelo mencionado Fórum.

A Comissão tem suas ações pautadas nas deliberações provenientes das Reuniões Ordinárias do FNG, inclusive, da realizada em conjunto com o Congresso Nacional de Gestão, no tocante a cada um dos Comitês instituídos pelo Regimento Interno do Fórum, sugerindo-se à Superior Administração, de forma proativa, as medidas passíveis de implantação imediata no MPSE.

A referida Comissão é composta, atualmente, por um Promotor de Justiça e pelos servidores representantes da Instituição junto aos Comitês do Fórum Nacional de Gestão, cabendo a cada um, sem prejuízo de outras responsabilidades, as seguintes atribuições:

I. atuar de forma a alcançar os objetivos a que alude o art. 2º do Regimento Interno do FNG-MP;
II. promover a integração entre o FNG-MP e a Administração Superior do Ministério Público de Sergipe;
III. participar das reuniões do FNG-MP e apresentar propostas e sugestões;
IV. auxiliar os demais membros do Fórum e do MPSE no esclarecimento de dúvidas;
V. conceder informações a respeito do que foi trabalhado nas reuniões do Fórum Nacional;
VI. de Gestão, referentes ao respectivo Comitê;
VII. observar o exposto nos demais artigos do Regimento Interno do FNG-MP.

4.4. REALIZAÇÃO DO 2º *WORKSHOP* CAOPS E PROMOTORIAS EXECUTANDO O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Nos dias 02 e 09 de junho de 2014, os Diretores dos Centros de Apoio Operacional do Ministério Público compartilharam, com Membros e Servidores do MPSE, projetos e experiências desenvolvidos em suas respectivas áreas de atuação, durante a realização do 2º *WORKSHOP* CAOPS E PROMOTORIAS EXECUTANDO O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.

O *Workshop* foi executado em parceria entre a Escola Superior do Ministério Público – ESMP e o Comitê Gestor de Planejamento Estratégico do Órgão Ministerial – CGPE, com o suporte técnico das Diretorias de Planejamento e de Tecnologia da Informação.

De acordo com o CGPE, o evento, realizado pela segunda vez, constitui-se numa oportunidade para sensibilizar os Promotores de Justiça a atuar, em suas respectivas localidades, nos eixos do Planejamento Estratégico, para que o MPSE alcance os objetivos e metas traçados no Plano Institucional.

No primeiro evento, em 2013, foi apresentado o Portal *Web* no *site* do Ministério Público, com o intuito de disponibilizar, de maneira ágil e centralizada, todo o material desenvolvido pelos Centros de Apoio, tendo como base inicial o que foi produzido por cada Comissão instituída para execução de Projetos. Em 2014, com o *site* já montado e em funcionamento, os Diretores dos CAOps apresentaram novo material, focando nos projetos realizados no período.

Importante ressaltar que as atividades dos CAOps visam criar mecanismos e otimizar o trabalho dos Promotores de Justiça, principalmente, as localizadas no interior do Estado. Atualmente são disponibilizados no site da Instituição modelos de peças, artigos, legislações, Ações Civis Públicas, Termos de Ajustamento de Conduta, manuais, roteiros de atuação, entre outros.

As figuras a seguir apresentam a programação do evento:

2º *Workshop* CAOps e Promotorias Executando o Planejamento Estratégico
02/06/2014 (Segunda-Feira)

08:00	**Credenciamento**
08:30	**Momento de Reflexão** ✓ Dr. José Carlos de Oliveira Filho (Procurador de Justiça, Ouvidor do MPSE, Presidente do Comitê Gestor do Planejamento Estratégico)
08:40	**Abertura** ✓ Dr. Orlando Rochadel Moreira (Procurador-Geral de Justiça)
09:00	**Planejamento Estratégico - A Experiência do Tribunal de Justiça de Sergipe** ✓ Sr. Erick Silva de Andrade (Técnico Judiciário e ex-Diretor de Planejamento do Tribunal de Justiça de Sergipe - TJSE)
10:00	**Manual de Gestão de Gabinete do MPSE** ✓ Dr. Alexandre Albagli Oliveira (Promotor de Justiça, Diretor do CAOp Atividades Cíveis e Criminais)
10:30	*Coffee break*
11:00	**Programa de Apoio ao Estudo - PAE** ✓ Dr. Alexandro Sampaio Santana (Promotor de Justiça)
11:30	**Medidas de Combate à Poluição Sonora em Aracaju** ✓ Dr. Adson Alberto Cardoso de Carvalho (Promotor de Justiça, Diretor do CAOp dos Direitos à Segurança Pública)
12:00	**Encerramento - 1º Dia**

Figura 10 - Programação do 1º dia do 2º *Workshop* CAOps e Promotorias Executando o Planejamento Estratégico

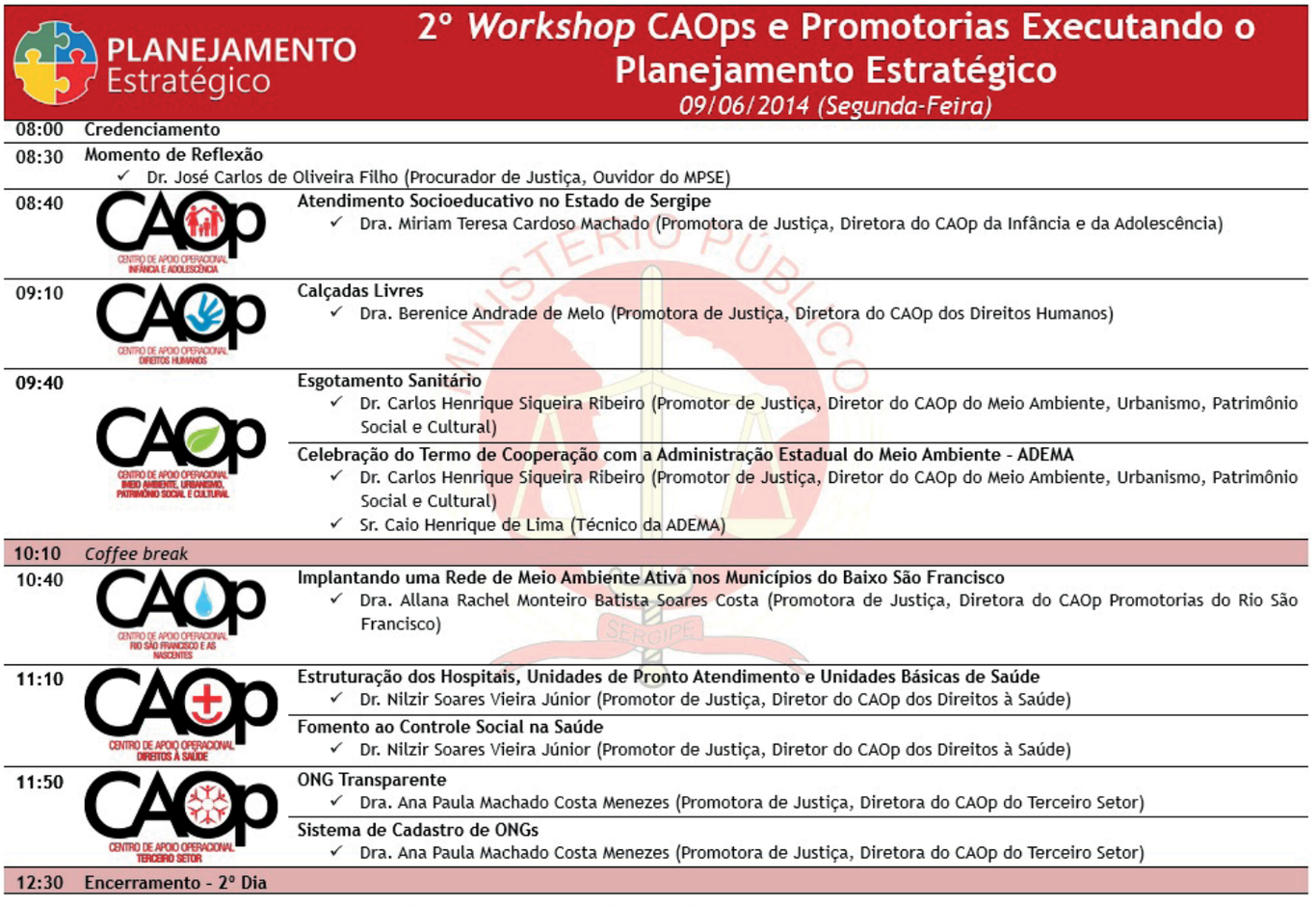


Figura 11 - Programação do 2º dia do 2º *Workshop* CAOps e Promotorias Executando o Planejamento Estratégico

4.5. DIAGNÓSTICO DO ESTADO DE SERGIPE QUANTO A TEMAS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Dando continuidade ao trabalho iniciado em 2012, com a criação de Comissões para execução de projetos previstos no Plano Estratégico Plurianual de Ação do Ministério Público de Sergipe, que teve como resultados, entre outros, a criação do Portal *Web* dos Centros de Apoio Operacional – CAOps e a realização do 1º *Workshop* CAOps e Promotorias Executando o Planejamento Estratégico, foi realizada, em 2014, pesquisa com vistas a subsidiar a definição de prioridades para execução, pelos Promotores de Justiça, em suas respectivas localidades, de ações relacionadas aos eixos tratados pelas Comissões, contribuindo para o alcance de metas e objetivos traçados no Plano Institucional.

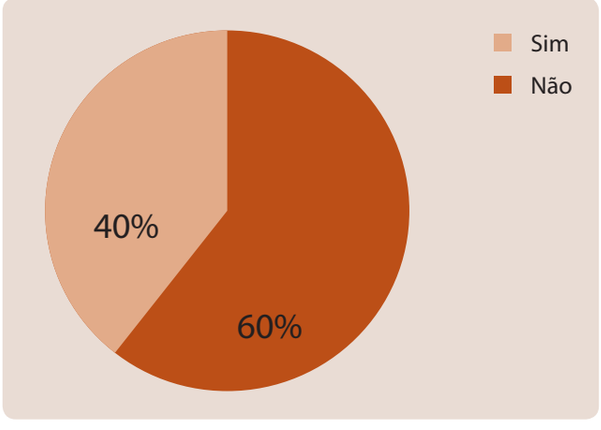
A pesquisa foi capitaneada pelos diversos Centros de Apoio Operacional – CAOps, junto às Promotorias de Justiça com atribuições nos temas a seguir elencados:

- incrementação da Perícia Forense;
- fiscalização da Gestão Florestal e da Gestão de Recursos Hídricos;
- promoção da Acessibilidade;

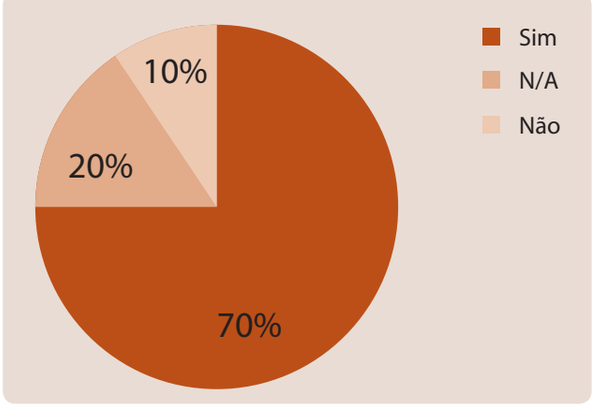
- fiscalização da Adequação da Prestação dos Serviços Públicos de Esgotamento Sanitário;
- implementação do Programa de Adequação Física e Estrutural das Escolas Públicas Estaduais e Municipais (manutenção, conscientização de alunos e aquisição de equipamentos de informática);
- enfrentamento da Violência contra a Mulher;
- fomento da Implantação de Programas concernentes ao Acolhimento Institucional;
- reestruturação Física de Hospitais, Unidades Básicas de Saúde e Unidades de Pronto Atendimento (UPA);
- acompanhamento de Licitações e Contratações de Bens, Serviços e Obras Públicas.

A Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI disponibilizou a consolidação das respostas das Promotorias de Justiça do Estado e a Diretoria de Planejamento, Orçamento e Perícia Contábil – DIPLAN construiu gráficos analíticos para as perguntas objetivas, ficando a critério de cada CAOp a construção de gráfico para as perguntas subjetivas, conforme exemplificado a seguir:

Questão 1 - A Secretaria Municipal de Obras fiscaliza o cumprimento da legislação quanto aos itens de acessibilidade, quando da concessão de alvará de funcionamento ou sua renovação para qualquer atividade, bem como emissão ou renovação do HABITE-SE?



Questão 5 - Exixtem ações civis públicas, em adamento, que possuem como objeto a adequação da estrutura física das Escolas da Rede Pública?



5. INDICADORES DE GESTÃO NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. INDICADORES DE GESTÃO NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O Indicador de Gestão é o instrumento responsável por medir o alcance das metas de desempenho e das ações concretas, necessárias ao atingimento de objetivos do Órgão, que alicerça a avaliação e mensuração do desempenho institucional.

Nesse contexto, utilizamos como ferramenta de medição a execução do orçamento através do processo de liquidação, o que permite avaliar se as atividades e projetos foram efetivamente realizados, mensurando o desempenho da organização de acordo com índices previamente estabelecidos.

Assim, de forma a demonstrar a posição do orçamento até o dia 16.11.2014, o gráfico a seguir evidencia os montantes liquidados, apresentando o resultado da execução financeira-orçamentária por ação.

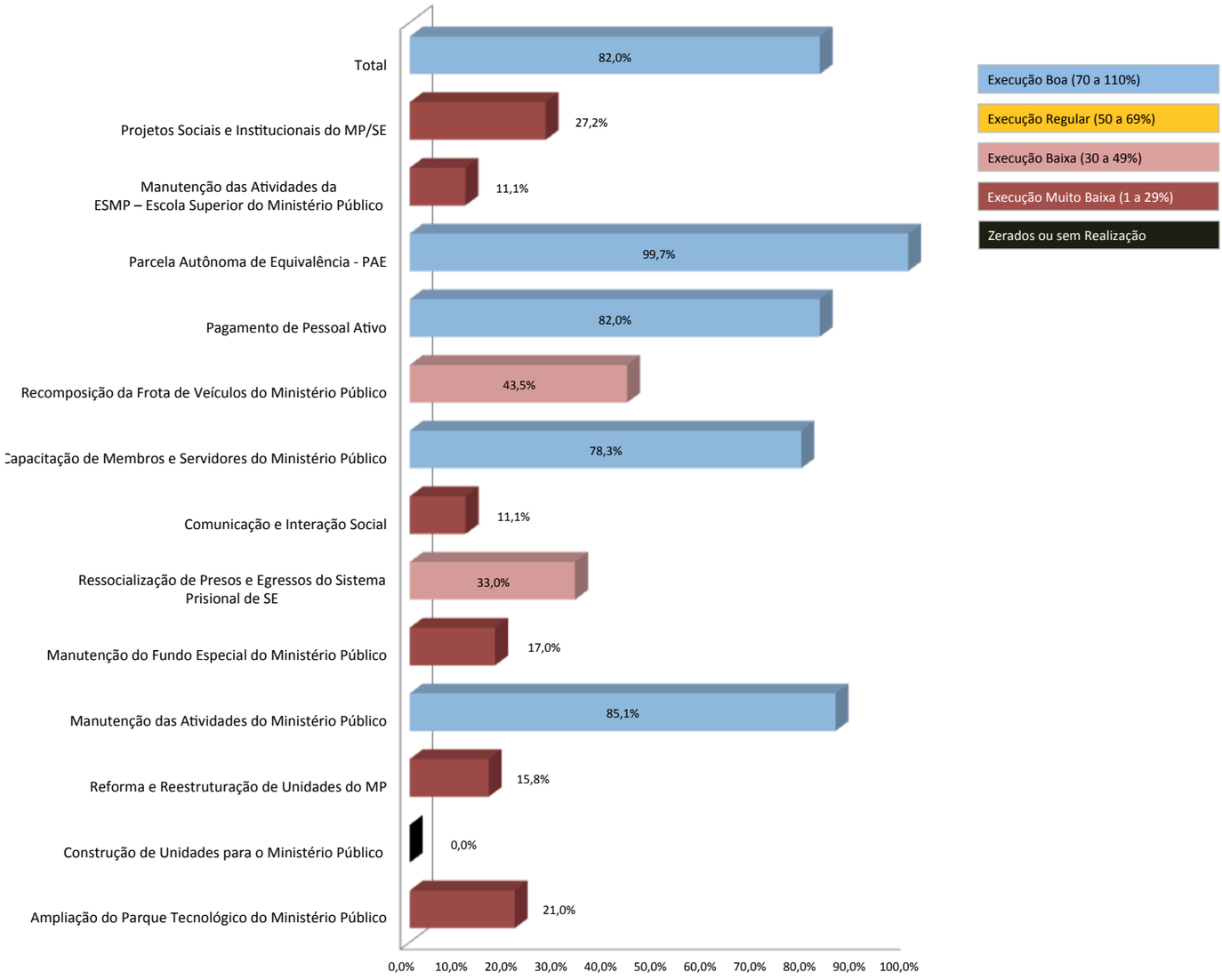


Gráfico 30 - Execução Orçamentária de acordo com as Despesas Liquidadas

6. DESTAQUES NORMATIVOS DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

DESTAQUES NORMATIVOS DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA EM 2014		
Nº da Norma	**Data**	**Assunto**
Portaria nº 003	06/01/2014	Fixa novos valores para a Bolsa de Complementação Educacional de Estagiários dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe.
Portaria nº 136	15/01/2014	Atualiza o valor mensal do auxílio alimentação dos Membros do Ministério Público de Sergipe, a partir de 01 de janeiro de 2014.
Portaria nº 153	15/01/2014	Designa Comissão Especial destinada à Revisão de Controle e Distribuições de Cargos de Provimento Efetivo, Revisão dos Controles de Lotações e Admissão de Servidores e Estagiários, e à Implantação do Novo Sistema de Ponto Eletrônico, do Ministério Público do Estado de Sergipe.
Portaria nº 169	15/01/2014	Atualiza valor da Gratificação Especial Operacional (GEO) de servidores municipais à disposição do Ministério Público do Estado de Sergipe, a partir de 01 de janeiro de 2014, revogada a Portaria nº 1.720/13.
Portaria nº 380	22/01/2014	Estabelece normas sobre a transferência de data ou de horário, ou desistência de viagens, no âmbito do Ministério Público do Estado de Sergipe, e dá providencias correlatas.
Portaria nº. 402	28/01/2014	Institui Comissão para gerir e instrumentalizar o funcionamento do sistema de gestão de eventos da Escola Superior do Ministério Público – ESMP e dá outras providências.
Portaria nº 418	29/01/2014	Convocar os Membros e Servidores do Ministério Público do Estado de Sergipe a se fazerem presentes em seus locais de trabalho, das 8 às 12 horas e das 14 às 18 horas, durante os dias da realização da inspeção da Corregedoria Nacional do Ministério Público, no período de 10 a 14 de fevereiro de 2014.
Portaria nº 419	29/01/2014	Convocar todos os servidores lotados no Edifício "Governador Luiz Garcia", efetivos, inclusive os Analistas e Técnicos, bem como os servidores Requisitados e Comissionados, pertencentes ao Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público de Sergipe, e, ainda, Estagiários de Nível Médio e Superior, para participar da solenidade de abertura dos trabalhos de inspeção da Corregedoria Nacional do Ministério Público, a realizar-se no dia 10 de fevereiro de 2014, às 16:30 h.
Portaria nº 422	30/01/2014	Dispõe sobre o ordenamento e atribuições dos cargos de provimento em comissão de natureza especial e simples, e das funções de confiança, do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe, e dá outras providências correlatas, revogada a Portaria nº 2.860/11.
Portaria nº. 531	03/02/2014	Institui Comissão para gerir e instrumentalizar o funcionamento do sistema de gestão de eventos da Escola Superior do Ministério Público – ESMP e dá outras providências.

DESTAQUES NORMATIVOS DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA EM 2014		
Nº da Norma	**Data**	**Assunto**
Portaria nº. 570	03/02/2014	Designa Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho dos Servidores Efetivos, em estágio probatório e estáveis, do Quadro de Pessoal de provimento efetivo dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe.
Portaria n° 608	06/02/2014	Regulamenta as atividades desenvolvidas pela Divisão de Patrimônio e a gestão de bens móveis e imóveis no âmbito do Ministério Público do Estado de Sergipe.
Portaria n° 609	06/02/2014	Instituir Comissão Especial para promover a realização de inventário físico dos bens patrimoniais no âmbito do Ministério Público do Estado de Sergipe.
Portaria n° 610	06/02/2014	Instituir Comissão responsável por realizar avaliação dos bens inventariados no âmbito do Ministério Público do Estado de Sergipe, suscetíveis de baixa do acervo patrimonial ou desprovidos de documentos comprobatórios dos seus respectivos valores de aquisição.
Portaria nº 693	12/02/2014	Institui Comissão objetivando definir plano de ação e adequação à Resolução nº 102, de 23 de Setembro de 2013, do Conselho Nacional do Ministério Público.
Portaria nº 791	17/02/2014	Designa servidores para compor Comissão Permanente de Licitação da Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Sergipe, pelo prazo de 12 (doze) meses, correspondente ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2014, revogada a Portaria nº 3.458/13.
Portaria nº 982	11/03/2014	Institui o Regulamento do Projeto "Coral Vozes da Cidadania" e dá outras providências, com vigência a partir de dezembro de 2013, revogada a Portaria nº 471/13.
Portaria nº 1.196	28/03/2014	Institui Comissão Permanente de Política de Segurança da Informação e dá outras providências.
Portaria nº 1.335	04/04/2014	Estabelece normas sobre a realização de licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito do Ministério Público, e dá providências correlatas.
Portaria nº 1.338	04/04/2014	Estabelece normas sobre o rodizio e o funcionamento da comissão de licitação, no âmbito do Ministério Público, e dá providências correlatas.
Portaria nº 1.594	24/04/2014	Declara ponto facultativo no Ministério Público do Estado de Sergipe.
Portaria nº 1.717	05/05/2014	Institui Comissão responsável pela confecção dos Termos de Referência e Projetos Básicos que comporão os procedimentos de Licitação e Contratação Direta no âmbito do Ministério Público do Estado de Sergipe.
Portaria nº 1.839	15/05/2014	Designa Comissão Permanente de Procedimentos Administrativos e dá outras providências.

DESTAQUES NORMATIVOS DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA EM 2014		
Nº da Norma	**Data**	**Assunto**
Portaria nº 1.851	15/05/2014	Regulamenta as atividades desenvolvidas pela Divisão de Patrimônio e a gestão de bens móveis e imóveis no âmbito do Ministério Público do Estado de Sergipe.
Portaria nº 1.854	15/05/2014	Autoriza a realização de Inspeção no Setor de Transportes do Ministério Público do Estado de Sergipe, pela Divisão de Controle Interno e dá outras providências.
Portaria nº 1.855	15/05/2014	Autoriza a realização de testes amostrais sobre os controles de quantitativo físico de bens no âmbito do Ministério Público do Estado de Sergipe, pela Divisão de Controle Interno e dá outras providências.
Portaria nº 1.856	15/05/2014	Estabelece normas gerais sobre a atuação da Divisão de Controle Interno do Ministério Público de Sergipe.
Portaria nº 1.867	16/05/2014	Institui o Relatório Anual das Atividades do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público de Sergipe e dá outras providências.
Portaria nº 2.040	23/05/2014	Altera a redação da Portaria nº. 1.850/14 que determina a elaboração de nova "Declaração de existência ou não de parentesco para fins de exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda de função gratificada" com base na Resolução nº. 37/2009.
Portaria nº 2.154	04/06/2014	Designa Membros e Servidores para comporem comissão de elaboração de medidas internas destinadas à adoção de rotinas administrativas ecologicamente sustentáveis e à conscientização institucional para a preservação ambiental no âmbito do Ministério Público de Sergipe.
Portaria nº 2.259	11/06/2014	Institui Comissão responsável pela confecção dos Termos de Referência e Projetos Básicos que comporão os procedimentos de Licitação e Contratação Direta no âmbito do Ministério Público do Estado de Sergipe.
Portaria nº 2.284	16/06/2014	Estabelece normas e procedimentos relativos ao Setor de Almoxarifado/Coordenação Administrativa do Ministério Público do Estado de Sergipe e dá outras providências, revogada a Portaria nº 1.852/2014.
Portaria nº 2.394	27/06/2014	Estabelece normas para a concessão de bilhetes de passagens aéreas para viagens a serviço ou participação em cursos ou eventos no âmbito do Ministério Público do Estado de Sergipe e dá outras providências, revogada a Portaria nº 2.017/2014.
Portaria nº 2.410	30/06/2014	Designa comissão para organizar, fiscalizar e controlar as áreas, setores e unidades administrativas do Edifício Sede do Ministério Público do Estado de Sergipe, produzindo seus efeitos no período de 1º/07 a 31/12/2014.

DESTAQUES NORMATIVOS DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA EM 2014		
Nº da Norma	**Data**	**Assunto**
Portaria nº 2.048	14/07/2014	Dispõe sobre a guarda de documentos nas Promotorias de Justiça da Capital e do Interior e a sua remessa ao Arquivo Central, localizado no Edifício-Sede do Ministério Público de Sergipe, e dá outras providências.
Portaria nº 2.789	30/07/2014	Estabelece normas gerais de padronização das comunicações oficiais no âmbito do Ministério Público de Sergipe (ANEXO MANUAL DE IDENTIDADE VISUAL DO MPSE).
Portaria nº 2.790	30/07/2014	Disciplina o uso dos cartões de envio de correspondência, via AR ou SEDEX, no âmbito do Ministério Público de Sergipe, revogada a Portaria nº 983/12.
Portaria nº 2.813	30/07/2014	Regulamenta o abono de 08 (OITO) dias anuais, estabelecido pelo artigo 5º da Portaria nº 1.237/10 de 28 de junho de 2010, para ausências motivadas dos Servidores do Ministério Público.
Portaria nº 2.898	04/08/2014	Designa Comissão Especial destinada à revisão, interpretação e consolidação da legislação referente ao Avanço na Carreira de Forma Horizontal, por Titulação de Servidores do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo e Efetivo em extinção dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe.
Portaria nº 3.292	01/09/2014	Designa Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho dos Servidores Efetivos, em estágio probatório e estáveis, do Quadro de Pessoal de provimento efetivo dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe.
Portaria nº 3.341	03/09/2014	Suspende temporariamente os efeitos da Portaria 3.021/14 que designou Comissão Especial destinada à revisão, interpretação e consolidação da legislação referente ao Avanço na Carreira de Forma Horizontal, por Titulação de Servidores do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo e Efetivo em extinção dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe.
Portaria nº 3.342	03/09/2014	Suspende temporariamente os efeitos da Portaria 2.944/14 que Instituiu Comissão objetivando elaborar anteprojeto de Lei para atualização e consolidação da Lei Complementar nº 02, de 12 de novembro de 1990.
Portaria nº 3.343	03/09/2014	Suspende temporariamente os efeitos da Portaria 2.083/14 que designou Comissão Especial destinada à realização de Concurso Público para provimento de cargos efetivos de Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe.
Portaria nº 3.346	03/09/2014	Designa servidores para atuarem na Gestão do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSOCIAL), no âmbito do Ministério Público do Estado de Sergipe, e dá outras providências.

DESTAQUES NORMATIVOS DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA EM 2014		
Nº da Norma	**Data**	**Assunto**
Portaria nº 3.348	05/09/2014	CONVOCA todos os Membros do Ministério Público do Estado de Sergipe para participar do evento de abertura do "4º Curso de Capacitação em Tabelas Unificadas no Ministério Público do Estado de Sergipe", que realizar-se-á no dia 07 de outubro de 2014, das 9h às 12h, no auditório "Promotor de Justiça Valdir de Freitas Dantas", Edifício-sede do Ministério Público do Estado de Sergipe.
Portaria nº 3.349	05/09/2014	CONVOCA todos os servidores efetivos, inclusive os Analistas e Técnicos, bem como os servidores Requisitados e Comissionados, pertencentes ao Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público de Sergipe, e, ainda, Estagiários de Nível Médio e Superior, para participar do evento de abertura do "4º Curso de Capacitação em Tabelas Unificadas no Ministério Público do Estado de Sergipe", que realizar-se-á no dia 07 de outubro de 2014, das 9h às 12h, no auditório "Promotor de Justiça Valdir de Freitas Dantas", Edifício-sede do Ministério Público do Estado de Sergipe.
Portaria nº 3.252	10/09/2014	Institui Comissão de Trabalho para avaliar e propor procedimentos, no âmbito do Ministério Público de Sergipe, com base nas ações que vêm sendo desenvolvidas pelo Fórum Nacional de Gestão do Conselho Nacional do Ministério Público, e dá outras providências.
Portaria n° 3.543	16/09/2014	Prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos estabelecidos pela Portaria nº 609/2014, e inclui servidor na referida Comissão.
Portaria nº 3.596	17/09/2014	Convoca Servidores do Ministério Público de acordo com anexo I desta Portaria realização do Curso Preparatório para a criação da Brigada de Incêndio, no âmbito desta Sede e das Subsedes do Ministério Público, localizadas no interior do Estado.
Portaria nº 3.736	29/09/2014	Disciplina o Procedimento Preparatório Eleitoral – PPE, passível de ser instaurado pelos Promotores de Justiça no exercício da função eleitoral.
Portaria nº 3.777	30/09/2014	Institui o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação - CETI, no âmbito do Ministério Público do Estado de Sergipe.
Portaria nº 3.802	01/10/2014	Disciplina o uso dos cartões de envio de correspondência, via AR ou SEDEX, no âmbito do Ministério Público de Sergipe, revogadas as Portarias nº 983/12 e nº 2.790/14.
Portaria nº 4.066	14/10/2014	Designa Membros do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação – CETI, no âmbito do Ministério Público do Estado de Sergipe.
Portaria nº 4.009	15/10/2014	Estabelece valor do auxílio-moradia, nos termos da Resolução nº 19/2014-CPJ, de 09 de outubro de 2014.

DESTAQUES NORMATIVOS DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA EM 2014		
Nº da Norma	**Data**	**Assunto**
Portaria nº 4.099	15/10/2014	Institui Manual de Procedimentos Gerais para Execução dos Serviços de Segurança Institucional no âmbito do Edifício-sede do Ministério Público do Estado de Sergipe e dá outras providências.
Portaria nº 4.100	15/10/2014	Institui o porte de arma de fogo para uso dos servidores ocupantes de cargo efetivo do Ministério Público de Sergipe em função de Agente de Segurança Institucional Orgânica no âmbito da Instituição, e dá outras providências.
Portaria nº 4.101	15/10/2014	Dispõe sobre o controle e registro da entrada e saída de bens das dependências do Edifício-sede do Ministério Público de Sergipe e dá outras providências.
Portaria nº 4.102	15/10/2014	Dispõe sobre as normas, no âmbito do Ministério Público do Estado de Sergipe, para a aquisição, registro, transferência e porte de arma de fogo de uso restrito por Procuradores e Promotores de Justiça, bem como sobre a aquisição de munição e acessórios.
Portaria nº 4.169	17/10/2014	Inclui membros na comissão de elaboração da prestação de contas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Sergipe.
Portaria nº 4.170	17/10/2014	Inclui membros na comissão de elaboração da prestação de contas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Sergipe.
Portaria nº 4262	23/10/2014	Regulamenta o exercício do direito de abono de 08 (OITO) dias anuais, estabelecido pela Portaria nº 1.779/2012, de 02 de agosto de 2012.
Portaria nº 4.297	24/10/2014	Designa comissão para organizar, fiscalizar e controlar as áreas, setores e unidades administrativas do Edifício Sede do Ministério Público do Estado de Sergipe, produzindo seus efeitos no período de 24 de outubro a 31 de dezembro de 2014.
Portaria nº 4.409	30/10/2014	Estabelece normas gerais de padronização das comunicações oficiais no âmbito do Ministério Público de Sergipe, revogada a Portaria nº 2.789/2014.
Portaria nº 4.524	10/11/2014	Atualizar o Anexo I da Portaria nº 019/2011 para inclusão da Promotoria de Justiça da Comarca de Indiaroba e da Promotoria de Justiça da Comarca de Malhador.
Portaria nº 4.566	14/11/2014	Institui Comissão Técnica para acompanhar as Promotorias de Justiça com atribuições de Curadoria da Infância e da Adolescência em visitas às entidades de acolhimento às crianças em situação de risco.

Tabela 68 - Legislação do MPSE em 2014

SMS
You
Tube
SMS

7. MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE NA MÍDIA

Janeiro de 2014
Ministério Público de Sergipe - MPSE cobra correções de irregularidades em escola
Relatório de UPA vai para o MPSE e Ministério Público do Trabalho - MPT
Ministério Público Federal - MPF e MPSE pedem intervenção de recursos
MPSE e MPF querem intervenção na Saúde
Ana Lúcia solicita intervenção do MPSE para assegurar salários dos professores
Promotores de Justiça do MPSE propuseram a criação de uma Promotoria Criminal em Lagarto
MPF e MPE querem parar, de novo, obra da Beira Mar
Médicos firmam acordo no MPSE e retornam às atividades no Hospital Governador João Alves Filho - HGJAF
Eduardo Amorim debate caos na saúde no MPF
MPSE propõe criação de Promotoria criminal
MPF e MPE ajuízam ação contra obra na Beira Mar
Audiência no MPSE debate situação da Saúde no município
MPF e MPSE querem embargar obra na Avenida Beira Mar
Santa Isabel vai ser notificado pelo MPSE
Promotores de Justiça do MPSE voltam a contestar construção de molhe na Beira Mar
MPSE dá 48h para explicações sobre filas
Crise na saúde motiva MPSE a instaurar 79 ações civis contra o Estado, Fundação Hospitalar de Saúde - FHS e município
Ministério Público de Sergipe pode investigar crimes, menos os eleitorais. Pode?
MPSE pede extinção da Associação Comunitária
Dívidas com unidades de saúde aumentam e MPSE ajuíza ação civil contra o Município
MPSE busca solução para impasse financeiro de hospitais
MPSE quer avaliação de contas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB
Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP reconhece a legalidade de acordo entre MPSE e a Secretaria de Estado da Justiça e de Defesa ao Consumidor - SEJUC
MPSE cobra escalas de plantonistas do Pré-Caju
Secretaria Estadual de Saúde - SES e Secretaria Municipal de Saúde - SMS terão que enviar lista de profissionais ao MPSE
MPSE intermedia impasse da Feira das Trocas
CNMP reconhece legalidade do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmado entre o MPSE e a Secretaria de Estado da Justiça e de Defesa ao Consumidor - SEJUC
MPSE processa vereadores e servidores da Câmara de Lagarto

MPSE quer saber como anda funcionamento de leitos
Ministério Público de Sergipe discute segurança
Prefeitura de Socorro, MPSE e Polícia Militar - PM discutem poluição sonora
Fevereiro de 2014
MPSE aciona Hospital de Urgência de Sergipe - HUSE na Justiça
MPSE acompanha licitação da fiscalização eletrônica
Licitação da fiscalização eletrônica é discutida no MPSE
Ministério Público Estadual ajuíza ação para regularizar cirurgias pediátricas
MPSE quer mais controle no descarte de medicamentos MPSE
MPSE quer cirurgias pediátricas no HUSE
MPSE cobra dos hospitais de Sergipe a instalação do Núcleo de Segurança do Paciente
Ministério Público de Sergipe ajuizará ação contra Estado e Fundação Hospitalar de Saúde - FHS
MPSE quer legalizar a `Feira das Trocas'
MPSE tenta garantir cirurgia pediátrica com ação judicial
Farsa dos dez milhões em medicamentos é desmascarada pelo Ministério Público
MPSE quer solução para falta de medicamentos no HUSE
Decisão favorece o MPSE
MPSE tenta adiantar júri contra o Estado
Procurador lamenta a falta de remédios
MPSE e Vigilância Sanitária realizam inspeção no Hospital da Polícia Militar - HPM
MPSE analisa denúncia contra radares
MPSE fiscaliza Central de Logística - CELOG da FHS e comprova a falta de medicamentos
MPSE vai processar o Estado por falta de medicamentos
MPSE vai à Justiça contra greve de agentes
Ministério Público de Sergipe pede suspensão da greve dos agentes de combate às endemias
Prefeito de Aracaju e gestores da Saúde visitam MPSE
Dengue: MPSE vê riscos na paralisação dos agentes
MPSE marca nova audiência com concursados da Companhia de Saneamento de Sergipe - Deso
MPSE requer reforma do Hospital de Custódia
Hospital de Custódia: MPSE pede melhorias

MPSE quer controlar gastos em publicidade de governo
CNMP inspeciona atuação do Ministério Público Estadual
Ministérios Públicos de SE serão avaliados pelo CNMP
MPSE quer fim da publicidade envolvendo a área de Saúde
Corregedoria Nacional do MP realiza inspeção em Sergipe
MPSE apoia luta do SINTUFS contra a UFS
MPSE quer que Sérgio Reis devolva quase R$ 1 milhão
MPSE irá ajuizar Ação Civil Pública - ACP contra o Estado e a FHS por déficit de enfermeiros no HGJAF
MPSE pede escala no HUSE
Conselho Nacional do Ministério Público irá realizar inspeção no MPSE
MPSE acusa Centro de Atenção à Saúde de Sergipe - CASE e a Secretaria Estadual de Saúde - SES de descumprirem liminar
Secretaria não comparece à nova audiência no MPSE
MPSE espera novo relatório sobre Hospital da Polícia Militar - HPM
Conselho Nacional do Ministério Público realizará inspeção no MP Sergipano
Março de 2014
MPSE e Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU querem punição dos gestores do Estado
MPSE cobra cumprimento de liminares relativas ao SAMU
MPSE cobra concurso público em Cristinápolis
MPSE aciona Justiça para garantir exames
MPSE inspeciona Maternidade Nossa Senhora de Lourdes - MNSL
MPSE quer controle de cirurgias reparadoras mamárias
MPSE quer regular "fila" de cirurgias de mastectomia
MPSE requer que Estado abasteça o HGJAF e a Maternidade Nossa Senhora de Lourdes - MNSL
MPSE e entidades médicas inspecionam HGJAF
MPSE leva ações para o município de Capela
Agnaldo Feitosa destaca atuação de Promotora de Justiça de Sergipe
MPSE cobra regularização de loteamento no Mosqueiro
MPSE requer assistência aos pacientes oncológicos
Serviço Brasileiro e Apoio a Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE e Ministério Público avaliam projeto para o Santa Maria
Ministério Público de Sergipe entra com ação contra Governo e FHS

MPSE está monitorando o Serviço e Pronto Atendimento - SPA do Instituto de Promoção e de Assistência à Saúde de Servidores do Estado de Sergipe – IPESAÚDE
MPSE monitora IPESAÚDE
Oposição faz mais de 80 denúncias contra a prefeita de Aleixo no MPSE
MPSE cobra regularização de Cerâmicas de Itabaiana
MPSE ajuíza Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI por vício formal em processo legislativo
MPSE requer regularização de construções na Passarela do Caranguejo
Hospital Cirurgia: MPSE pede pagamento de salários atrasados
Abril de 2014
MPSE autorizou contratações temporárias na FHS
Promotores de Justiça de Sergipe esclarecem realização de concurso da FHS
MPSE discute sobre excesso de passageiros em cooperativas
MPSE apela ao Sindicato da Empresas de Transporte de Passageiros do Município de Aracaju - SETRANSP
Saúde é chamada ao MPSE para audiência
Saúde mostra ao MPSE funcionamento do Case
Psicólogos fazem alerta ao MPSE
MPSE pede correção no Arquivo
MPSE cobra recuperação do Arquivo Público de Sergipe
MPSE encontra inúmeros problemas no posto do Bugio
MPSE quer justificativa para aumento de tarifa
MPSE questiona shoppings sobre reajuste
Procuradoria-Geral do Estado - PGE e MPSE ingressam com ação para interditar matadouro em Itabaiana
MPSE e Programa de Proteção e Defesa do Consumidor - Procon Municipal lançarão projeto
Superior Tribunal de Justiça - STJ dá provimento a mais um Recurso Especial interposto pelo MPSE
MPSE desmonta esquema de corrupção em Amparo
Sindicato dos Vigilantes vai ao MPSE
Jackson apresenta ao MPSE projeto que destina recursos para a Saúde
MPSE quer que Governo ajuste serviços no Centro de Atenção a Saúde de Sergipe - Case
Ação do MPSE pede atenção com ambulâncias do SAMU

Maio de 2014
MPSE e Ordem dos Advogados do Brasil - OAB questionam delegado; Associação dos Delegados de Polícia de Sergipe – ADEPOL o defende
MPSE ajuíza Ação Civil Pública - ACP para demolição da passarela do Centro Internacional de Convenções - CIC
MPSE faz seminário contra violência sexual
MPSE quer solução para cirurgias de mão
Shoppings: MPSE questiona cobrança de estacionamento
MPSE inaugura Espaço de Eventos Marcelo Déda
MPSE pede a demolição da passarela que liga o CIC ao Teatro Tobias Barreto - TTB
MPSE determina que maternidade não utilize água oriunda de fonte alternativa
Promotora de Justiça do MPSE exige a origem de produtos
MPSE ingressa nova ação na justiça contra o Estado
MPSE promove palestra sobre saúde pública
MPSE lança campanha de conscientização
Shoppings terão que explicar reajuste ao MPSE
MPSE quer maior fiscalização nos transportes
MPSE discute valor cobrado em estacionamentos
MPSE e GBarbosa combatem violência
MPSE emite Recomendação para as Câmaras Municipais
Junho de 2014
MPSE realiza audiências para combater transporte ilegal
MPSE quer devida publicidade aos pedidos de licenciamento
MPSE deve entrar com ação para regularizar transporte
MPSE quer atendimento em casa a pacientes crônicos
Ação conjunta do governo e MPSE vai ajudar moradores de rua
MPSE move ação contra shoppings de Aracaju
Estacionamentos privados: MPSE requer cobrança fracionada
MPSE requer cobrança fracionada pelo tempo de uso em estacionamentos
MPSE cobra restauração da igreja em Neópolis
MPSE quer que Governo de Sergipe restaure Igreja
MPSE requer que prefeito de Socorro pague multa por descumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC

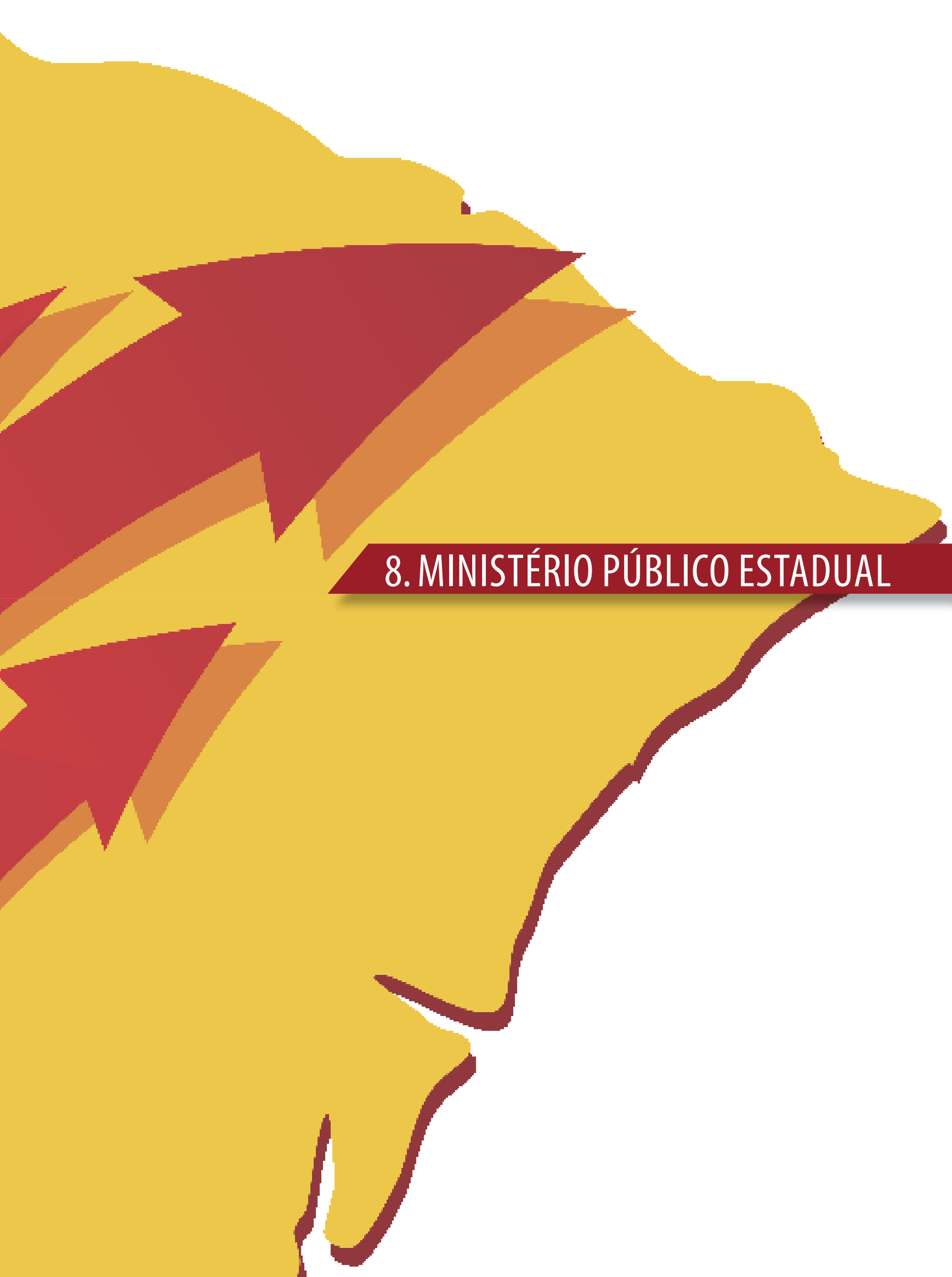
MPSE move ações para garantir que estacionamentos cumpram lei
MPSE cobra planilhas de débitos da Secretaria Municipal de Saúde - SMS
Julho de 2014
MPE ajuizou 5 Ações contra estacionamentos
Sobe número de candidaturas impugnadas pelo MPE
MPE discute adequação no isolamento contra infecções
Ministério Público Federal/Sergipe - MPFSE recorre de decisão que libertou Sukita
Taxistas apelam ao MPSE sobre clandestinos
MPSE requer concurso público para cargos em escolas de SE
MPSE requer nova vistoria na UTI do Hospital Governador João Alves Filho - HGJAF
MPSE pede nova vistoria no HUSE
MPSE quer ímprobos fora dos cargos comissionados
MPSE recomenda que município exonere "Ficha Suja"
MPSE quer impugnar André Moura e Gilmar
MPSE cobra segurança nos ônibus públicos
MPSE requer ampliação no número de ônibus coletivos
MPSE coloca Empresa Municipal de Obras e urbanização - Emurb na parede e dá 60 dias para Prefeitura se adequar
Motonetas: MPSE fará fiscalização
MPSE recomenda que Estado regularize serviços do Hospital Regional de Estância
Aprovados delatam contratação no MPSE
MPSE requer regularização dos serviços em hospital
Justiça acata denúncia do MPSE do Estado
Aprovados no concurso da Educação pedem ajuda ao MPSE
MPSE pede interdição de supermercado
MPSE denuncia empresa por poluir
MPSE pedirá interdição de loja da rede Todo Dia
MPF/SE denuncia Sukita e José Edivaldo por desvio R$ 1,2 milhão em recursos federais
Ambulantes denunciaram esquema do Forró Caju ao Ministério Público
Crise nas urgências da Capital é debatida no MPSE
MPSE requer regularização da rede de iluminação pública na Zona de Expansão

Ministério Público Estadual discute falta de médicos em escala de plantão nas UPAs
MPSE notifica Banese sobre cobrança
AMESE pede audiência no MPSE sobre o HPM
Agosto de 2014
Educação Servidores vão fazer manifestação hoje
Setembro de 2014
MPSE apurará problema do setor de vistoria do Detran
MPSE pede correções sanitárias na Clínica Renascença
MPSE traça nova medida para escala de médicos
Mulher só consegue ser operada de câncer de mama após procurar MPSE
MPSE assina Termo de Cooperação
Promotor do MPSE quer prisão do acusado de atropelar irmãs
MPSE quer clareza no preço dos produtos e serviços
Promotor de Justiça do MPSE apura autores de vídeo que mostra infratores
MPSE quer que Secretaria de Estado da Educação - SEED contrate nutricionistas
Comitê do MPSE discute violência sexual
MPF quer intervenção do Ministério da Saúde - MS no Estado e no Município
Estacionamentos: MPSE entra com 6ª Ação para fracionar tarifa
Coordenadora Operacional do IML vai para cima dos servidores no MPSE
MPSE: ação contra atividades de berçário
MPSE pede fechamento de escola infantil
MPSE ouve reclamações de gerentes de quatro USFs
Criança voltará para Estado de origem, diz Promotora de Justiça do MPSE
MPSE tenta instalar base do SAMU na Zona de Expansão
MPE quer que os bancos cumpram lei dos 15 minutos
MPSE lança cartilha que destaca cultura de paz
MPSE quer regulação de leitos em hospitais públicos
MPSE processa SE pela falta de acessibilidade
Rodoviária de Estância será inspecionada pelo MPSE

MPSE vai realizar vistoria na rodoviária de Estância
MPSE: ação contra hospital
MPSE discute organização das torcidas
Ministério Público quer iluminação pública na Zona de Expansão
MPSE e Estado consideram cobrança de carrego por Ceasa como irregular
Matéria do Cinform faz MPSE investigar a terceirização da merenda escolar
Secretária da Saúde participa de audiência no Ministério
Outubro de 2014
Ônibus da Cidadania do MPSE foi premiado
Ministério Público cria grupo de combate ao trabalho infantil
Termo de Ajustamento de Conduta – TAC do MPSE propõe recuperação do riacho Angola Cachorro
Promotor de Justiça Rony Almeida foi o mais votado
MPSE encaminha Lista Tríplice ao governador
MPSE ajuíza ação contra shoppings por causa do alto preço do estacionamento
MPSE escolhe novo Procurador-Geral de Justiça
MPSE quer interdição de matadouro de Itabaiana
MPSE quer interdição imediata de abatedouro
MPSE quer adequações no Teatro Tobias Barreto - TTB
MPSE quer que Estado cumpra normas de segurança do TTB
MPSE abre seleção para estágio em Direito
Eleição para MPSE acontece segunda
MPSE requer condenação de gestora do Município de Moita Bonita
MPSE quer que Itaú cumpra leis de atendimento ao consumidor
MPSE alerta para violência contra o idoso
Vereadores precisam recorrer ao MPSE para garantir direitos dos cidadãos

Tabela 69 - Ministério Público de Sergipe na Mídia

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA



8. MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Procurador-Geral de Justiça
Orlando Rochadel Moreira

Corregedora-Geral
Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça

Coordenador-Geral
Ana Christina Souza Brandi

Ouvidor
José Carlos de Oliveira Filho

Colégio de Procuradores
Orlando Rochadel Moreira – Presidente
Moacyr Soares da Mota
José Carlos de Oliveira Filho
Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça
Maria Creuza Brito de Figueiredo
Rodomarques Nascimento
Luiz Valter Ribeiro Rosário
Josenias França do Nascimento
Ana Christina Souza Brandi
Celso Luís Dória Leó
Maria Conceição de Figueiredo Rollemberg
Carlos Augusto Alcântara Machado
Ernesto Anízio Azevedo Melo
Jorge Murilo Seixas de Santana
Paulo Lima de Santana

Secretário-Geral do MPSE
José Rony Silva Almeida

Assessor-Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Manoel Cabral Machado Neto

Assessores do Procurador-Geral de Justiça
Eduardo Franklin M. de Oliveira
Silvio Roberto Matos Euzébio

Diretor da Escola Superior do Ministério Público - ESMP
Newton Silveira Dias Junior

Coordenador Pedagógico da ESMP
Henrique Ribeiro Cardoso

Diretor do Centro de Apoio Operacional das Atividades Cíveis e Criminais
Alexandre Albagli Oliveira

Diretor do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Ordem Tributária
Paulo Lima de Santana

Diretor do Centro de Apoio Operacional dos Direitos à Educação
Etélio de Carvalho Prado Junior

Diretor do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos
Berenice Andrade de Melo

Diretora do Centro de Apoio Operacional dos Direitos da Infância e Adolescência
Miriam Teresa Cardoso Machado

Diretora do Centro de Apoio Operacional dos Direitos da Mulher
Gicele Mara Cavalcante D'ávila Fontes

Diretor do Centro de Apoio Operacional dos Direitos à Saúde
Nilzir Soares Vieira Junior

Diretor do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, Urbanismo, Patrimônio Social e Cultural
Carlos Henrique Siqueira Ribeiro

Diretora do Centro de Apoio Operacional de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes
Allana Rachel Monteiro Batista Soares Costa

Diretor do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública
Adson Alberto Cardoso de Carvalho

Diretora do Centro de Apoio Operacional do Terceiro Setor
Ana Paula Machado Costa Meneses

Diretor do Gabinete de Segurança Institucional – GSI
Luiz Alberto Moura Araújo

Diretor do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO
Jarbas Adelino Santos Junior

PROMOTORES (AS)

Ademilton de Oliveira Santos
Adriana Ribeiro Oliveira
Adson Alberto Cardoso de Carvalho
Akel de Andrade Lima
Aldeleine Melhor Barbosa
Aldo Souza Aragão
Alessandra Pedral de Santana
Alex Maia Esmeraldo de Oliveira
Alexandre Albagli Oliveira
Alexandro Sampaio Santana
Allana Rachel Monteiro Batista Soares Costa
Amilton Neves Brito Filho
Ana Cláudia Machado Costa Moraes
Ana Cristina Aragão de Carvalho
Ana Galgane Paes
Ana Leila Costa Garcez
Ana Paula Machado Costa Meneses
Ana Paula Souza Viana
Anderson Viana Souza
Antônio Carlos Nascimento Santos
Antônio César Leite de Carvalho
Antônio Fernandes da Silva Júnior
Antônio Forte de Souza Júnior
Arnaldo Figueiredo Sobral
Augusto César Leite de Resende
Augusto César Lobão Moreira
Belarmino Alves dos Anjos Neto
Berenice Andrade de Melo
Bruno Melo Moura
Carla Rocha Barreto Barboza
Carlos Henrique Siqueira Ribeiro
Carmem Lúcia Buarque de Gusmão
Caroline Leão Nogueira Melo
Cecília Nogueira Guimarães
Cláudia Daniela de Freitas Silveira Franco
Cláudia do Amaral Calmon
Cláudia Virgínia Oliver de Sá
Cláudio Roberto Alfredo de Sousa
Daniel Carneiro Duarte
Deijaniro Jonas Filho
Diego Gouveia Pessoa de Lima
Edjilda Resende de Lima Guerra
Eduardo Barreto d'Ávila Fontes
Eduardo Franklin Miranda de Oliveira
Eduardo Lima de Matos
Edyleno Ítalo Santos Sodré
Emerson Oliveira Andrade
Etélio de Carvalho Prado Júnior
Euza Maria Gentil Missano Costa
Fabiana Carvalho Viana Franca
Fábio Pinheiro Silva de Menezes
Fábio Putumujú de Oliveira
Fábio Viegas Mendonca de Araújo
Félix Carballal Silva
Flávia Franco do Prado Carvalho
Flaviano Almeida Santos
Francisco Ferreira de Lima Júnior
Francisco José de Oliveira Gois
Gicele Mara Cavalcante d'Ávila Fontes
Gilton Feitosa Conceição
Gilvan Oliveira de Rezende
Gláucia Queiroz de Morais
Henrique Ribeiro Cardoso
Iúri Marcel Menezes Borges
Jarbas Adelino Santos Junior
João Raimundo Moreira Guimarães
João Rodrigues Neto
Joelma Soares Macêdo de Santana
José Elias Pinho de Oliveira
José Lucas da Silva Gois
José Rony Silva Almeida
Juliana Checcucci Carballal
Julival Pires Rebouças Neto
Karla Christiany Cruz Leite
Kelfrenn Teixeira Rodrigues de Menezes
Laelson Alcântara de Pontes Filho
Laura Imperatriz Batalha Nery Moura
Lenilde Nascimento Araujo
Leydson Gadelha Moreira
Luciana Duarte Sobral Menezes
Lúcio José Cardoso Barreto Lima
Luís Cláudio Almeida Santos
Luís Fausto Dias Valois Santos
Luís Felipe Jordão Wanderley
Luiz Alberto Moura Araújo
Manoel Cabral Machado Neto
Márcia Mendes Ungar
Márcia Jaqueline Oliveira Santana
Marcílio de Siqueira Pinto
Maria Eugênia Deda
Maria Helena Sanches Lisboa Vinhas
Maria Lilian Mendes Carvalho

Maria Rita Machado Figueiredo
Maura Silva de Aquino
Maurício Gusmão Magalhães
Míriam Teresa Cardoso Machado
Mônica Antunes Rocha Rigo da Silva
Mônica Maria Hardman Dantas Bernardes
Newton Silveira Dias Junior
Nilzir Soares Vieira Junior
Odil Silva Oliveira
Orlando Rochadel Moreira
Paulo José Francisco Alves Filho
Paulo Vieira Messias
Peterson Almeida Barbosa
Pollyanna Mara de Castro Aguiar
Priscila Camargo Silva Tavares
Rafael Schwez Kurkowski
Raimundo Bispo Filho
Raymundo Napoleão Ximenes Neto
Renato Vieira Dantas Bernardes
Renê Antônio Erba
Ricardo Machado Oliveira
Ricardo Sobral Sousa
Rivaldo Frias dos Santos Júnior
Rogério Ferreira da Silva
Rômulo Lins Alves
Rosane Gonçalves dos Santos
Sandro Luiz da Costa
Silvia Nunes Leal
Silvio Roberto Matos Euzébio
Solano Lúcio de Oliveira Silva
Suzy Mary de Carvalho Vieira
Talita Cunegundes Fernandes da Silva
Tatiana Souto Quirino
Verônica de Oliveira Lazar Amado
Virgílio do Vale Viana
Waltenberg Lima de Sá
Walter César Nunes Silva
Wilton Araújo Santos

Assessoria Jurídica
Morgana Boto Menezes

Coordenação de Acompanhamento de Atividades Extrajudiciais
Luciana Dias Souza

Coordenação de Acompanhamento de Atividades Judiciais
Carlos Henrique de Melo Conceição

Coordenação da Biblioteca
Mariana Batista Costa Araujo

Coordenação de Documentação e Memória
José Bruno Batista Silva

Coordenação de Evolução Humana, Ética, Espiritualidade e Fraternidade
Tatiane Aguiar Guimarães Silva

Coordenação do Cartório
Selma Suely Farias Santos

Coordenação do Centro Médico
Milton Rabelo Barreto

Coordenação do Gabinete de Segurança Institucional
Jorge Tavares de Jesus

Coordenação do Grupo de Atuação Especial de Combate do Crime Organizado
Priscila Dias Silva Felizola

Divisão Administrativa do Gabinete do Procurador-Geral
Denise dos Santos Costa

Divisão Administrativa e Pedagógica da Escola Superior
Maria Selma Siqueira de Carvalho

Divisão de Comunicação, Cerimonial e Eventos
Paulo José de Freitas Filho

Divisão de Controle Interno
Alberto Rodrigues Cardoso da Silva

Divisão de Serviço Social
Cristiane Barreto Paiva

Diretoria Administrativa
Carlos Tavares

Coordenação do Cartório de 1º Grau
André Rollemberg Mendonça

Divisão de Apoio Administrativo
José Denilton Nascimento de Jesus

Divisão de Engenharia e Manutenção
José Isaú de Lima Franca

Divisão de Material
Léa Maria Sobral da Cruz

Divisão de Patrimônio
Adlênio Marinho Araujo Andrade

Divisão de Perícia Técnica
Miguel Ângelo Fontes dos Santos

Diretoria de Planejamento, Orçamento e Perícia Contábil
José Ailton Nunes da Silva

Divisão de Acompanhamento Orçamentário e Estatístico
Givanilson Santos de Jesus

Divisão de Perícia Contábil
José Marlúcio Monteiro Ferreira

Divisão de Planejamento Estratégico e Projetos
Alessandra Souza de Santana

Diretoria de Recursos Humanos
Sávio Augusto Sobral Garcez

Divisão de Controle e Gestão de Estagiários
Antônio Diego Cardoso Viana

Divisão de Gestão de Pessoas Área Institucional
Joanna Mendes Ribeiro Chaves

Divisão de Gestão de Pessoas e Admissão, Avaliação e Movimentação de Servidores
Mirena Oliveira Ferreira Lins

Divisão de Pagamentos e Centro de Custos
Francisco Luiz Cardoso de Menezes Neto

Diretoria de Tecnologia da Informação
Alexandre Andrade de Souza

Divisão de Help Desk
Saulo Morais de Andrade

Divisão de Infraestrutura
Lissandro Patricius Gois Santos

Divisão de Produção de Software
Marcos Antônio Bastos Filho

Divisão de Projetos e Banco de Dados
Everaldo da Silva Cerqueira

Divisão de Suporte
Maylane Menezes Lima Oliveira

Diretoria Financeira
Ligia Maria Monteiro de Figueiredo

Divisão Financeira
Diego Soares Ribeiro

REPRESENTANTES DOS ÓRGÃOS PARA ELABORAÇÃO DESTE RELATÓRIO

Assessoria Jurídica
Michelli Oliveira Barbosa

CAOp às Atividades Cíveis e Criminais
Verônica Eugênia Morales Salinas Cardoso

CAOp da Infância e da Adolescência
Andreia Monte Alegre Felipe Bezerra

CAOp de Defesa do Patrimônio Público e da Ordem Tributária
Aline Barboza Alcântara

CAOp de Defesa dos Direitos Humanos
Mariana Moura Rocha

CAOp de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes
Rômulo Aragão Costa Melo

CAOp de Segurança Pública
Irinaldo José dos Santos

CAOp do Meio Ambiente e Urbanismo, Patrimônio Social e Cultural
Caio Nabuco d'Ávila Oliveira

CAOp do Terceiro Setor
Eva Cecília Trindade Siqueira
CAOp dos Direitos à Educação
Victor Maximino de Souza Santos
Juliana Vasconcelos

CAOp dos Direitos à Saúde
Milton Barreto Freitas Filho

CAOp dos Direitos da Mulher
Sheila Andrade Araújo Matos

Cartório
Lemuel Santos Bomfim

Centro Médico
Ana Cristina Carvalho Barros

Conselho Superior
Edson dos Santos

Coordenação de Evolução Humana, Ética, Espiritualidade e Fraternidade
Tatiane Aguiar Guimarães Silva

Coordenadoria de Documentação e de Memória
José Bruno Batista Silva

Coordenadoria-Geral
Luciana Dias Souza

Corregedoria-Geral
Carlos Henrique de Melo Conceição

Diretoria Administrativa
Ivan Vieira de Araújo
Pedro Vinícius Lopes dos Santos

Diretoria de Recursos Humanos
Ronald Nascimento de Jesus

Diretoria de Tecnologia da Informação
Lissandro Patrícius Gois Santos

Diretoria Financeira
Diego Soares Ribeiro

Divisão de Acompanhamento Orçamentário e Estatístico
Givanilson Santos de Jesus

Divisão Administrativa do Fórum Gumersindo Bessa
André Rollemberg Mendonça

Divisão de Comunicação, Cerimonial e Eventos
Celene Socorro de Moraes

Divisão de Controle Interno
Ana Maria Menezes Tapioca

Divisão de Engenharia e Manutenção
Silvia Roberta Ferreira Tavares

Divisão de Material
Aline Ribeiro Ferreira dos Santos

Divisão de Patrimônio
Adlenio Marinho Araujo Andrade

Divisão de Perícia Contábil
Cristianne Delgado Carvalho Pessoa de Lima

Divisão de Planejamento Estratégico e Projetos
Alessandra Souza de Santana
Erika Valéria Cabral Tavares Rezende

Divisão de Serviço Social
Mercedes Cabirta Dortas
Jacqueline Monte de Hollanda Fonseca

Escola Superior do Ministério Público
Conceição Fontes Félix Costa
João Ricardo Andrade Cortês

Gabinete de Segurança Institucional
Jorge Tavares de Jesus
Igor Pereira Teles

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Amanda Maria Prado Lima
Rosenaldo Aragão Lima Júnior

Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas – GAECO
Danilo José Amaral Goulart

Grupo Nacional dos Direitos Humanos - GNDH
Michelangelo Carvalho Nabuco D' Ávila

Ouvidoria
Nelma Maria Lima Canuto Santiago

Perícia Técnica
Kelly Santos Piedade Lima

Programa de Defesa Comunitária
José Soares de Aragão Brito

Secretaria-Geral
Márcio dos Santos Dória

Triagem Técnica
José de Faro Menezes Neto

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA